



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CALINE MENDES DE ARAÚJO

**“ÁREAS DE RISCO” E PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: uma reflexão
sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB)**



RECIFE

2019

CALINE MENDES DE ARAÚJO

**“ÁREAS DE RISCO” E PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: uma reflexão
sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e Análise Regional

Orientadora: Prof^ª Dra. Doralice Sátyro Maia

RECIFE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663a Araújo, Caline Mendes de.
“Áreas de risco” e problemáticas socioambientais : uma reflexão sobre a
produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB) / Caline
Mendes de Araújo. – 2019.
313 f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Doralice Sátyro Maia.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.
Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Urbanização. 3. Crescimento urbano – Campina Grande
(PB). 4. Áreas de risco. 5. Habitação. I. Maia, Doralice Sátyro (Orientadora). II.
Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-010)

CALINE MENDES DE ARAÚJO

**“ÁREAS DE RISCO” E PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: uma reflexão
sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia.

Aprovada em: 27/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Jan Bitoun (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Osvaldo Girão da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Campina Grande

**Às duas pessoas mais importantes para mim:
meu pai** (Severino Marcolino de Araújo) e
minha mãe (Creunilda Mendes de Araújo).

Dedico!

AGRADECIMENTOS

Este é o momento em que nos desprendemos um pouco das normatizações e regras relativas à escrita científica. Assim, me permitirei toda licença poética e todas as linhas que me são de direito, lembrando que essa é uma ocasião para agradecer, mas também para refletir.

O processo de feitura dessa pesquisa foi permeado por inúmeros aspectos: medos, ansiedades, ânimos, emoções, conquistas, transformações... Além disso, costumo dizer que essa é uma tese “cosmopolita”, visto que é formada por reflexões realizadas em cidades distintas, que, de diversos modos, me apresentaram possibilidades variadas de auxílio ao desenvolvimento da pesquisa (culturas, paisagens, contextos, pessoas, reflexões...).

Cidades como Recife - PE, Campina Grande - PB, Petrolina - PE, Barcelona (Espanha) e João Pessoa - PB fizeram parte dessa história, pois algumas mudanças foram necessárias ao longo desses quatro anos de doutorado. Tais mudanças/experiências de vida e acadêmicas foram bastante ricas, ora se constituindo entraves ao desencadeamento da investigação, ora se configurando como inspiração para o ato de pensar e escrever.

Assim, mesmo cansada (porém feliz!) redijo parte dessas linhas em uma das últimas madrugadas destinadas à finalização da escrita da tese. Faço isso para que eu possa sempre lembrar-me dos meus esforços, das renúncias, das lutas cotidianas, da vontade de vencer, apesar dos entraves, e para que eu possa lembrar também “Que tudo é possível àquele que crê” (Marcos, 9: 11) e que age a favor dos seus sonhos.

Recordarei ainda que o caminhar, as conquistas e os percalços desse processo não teriam sido vividos de forma tão intensa e perseverante sem a ajuda de pessoas que fazem parte da minha vida ou passaram por ela durante o doutorado e que, de alguma maneira, estiveram presentes, torcendo, apoiando e/ou agindo para a concretização desse sonho. Dessa forma, inicialmente, agradeço a Deus por tudo e sou imensamente grata também:

- Aos meus pais, Creunilda Mendes de Araújo (Didinha) e Severino Marcolino de Araújo (Ruck), que me ensinaram o verdadeiro sentido do amor, do respeito ao próximo e da perseverança. (Pai, “aquela menininha de saia estampada que carregava um caderninho em uma mão e um lápis com borracha na outra, para ir ao Luzia Dantas”, como diz o senhor, nunca irá esquecer-se do seu amor e da sua torcida incondicionais! Mãe, o amor e cuidado que lhe tenho e que sei que são recíprocos, sempre me fazem querer ir além! Amo vocês!).

- À minha irmã, Camila Mendes de Araújo. (Irmã, seu amor, seu apoio e sua torcida foram e são imensamente importantes para mim, obrigada por toda força durante o doutorado e ao longo

da vida. Obrigada também aos seus “pimpolhos” que são os responsáveis pelos meus mais sinceros sorrisos, quando estou em Campina: Guilherme, Lorenzo e Enzo!). E agradeço ainda ao meu irmão José Carlos de Araújo que, cotidianamente, mesmo à distância, me brinda com seu amor, seu carinho e sua torcida. (Assim, como sou para você, você é meu orgulho, irmão!).

- Ao meu amor, Alexandre Sabino do Nascimento, por todo amor, zelo, compreensão e apoio nesse e em outros momentos da minha vida. (Meu anjo, ao longo do doutorado e no dia a dia você consolida aquela nossa amizade iniciada antes mesmo dessa fase! Essa consolidação vem “recheada” com os melhores ingredientes que poderia haver, sobretudo o seu amor - sem esquecer as ‘gordices’ pra me animar. Com relação à fase do doutorado em si, jamais esquecerei de todo apoio, de cada palavra de incentivo, de você ser “todo ouvidos” em momentos cruciais, de cada “bronca” - quando eu insistia em duvidar da minha capacidade ou quando minhas ansiedades falavam mais alto, em tom prejudicial -, de cada discussão teórica e metodológica, de você ter feito a leitura completa (e complexa) da tese. Transbordaram amor, cuidado e apoios nesses quatro anos. Muito obrigada por tudo, te amo!).

- À minha orientadora, professora Doralice Sátyro Maia, pessoa que passei a admirar ainda mais, tanto pela sua competência profissional quanto pela sua capacidade de altruísmo. (Professora, sempre serei muito grata pela sua contribuição nessa fase da minha vida acadêmica e no desenvolvimento da tese, com opiniões sempre pertinentes e sábias! Agradeço ainda pelo apoio incondicional em momentos chave desse longo caminho, tais como: transição de Recife para Campina [para ministrar aulas na UEPB], preparação e ida para a Espanha [para cursar o Doutorado Sanduíche]; momentos finais da escrita da tese [apoio de perto a alguns problemas e projetos pessoais], entre outros. Grata!). Aproveito para agradecer também aos integrantes do LEU/GEURB-UFPB.

- Aos meus parentes que, direta ou indiretamente, estiveram comigo durante essa fase. Vocês são minha alegria no retorno ao meu lugar e às minhas origens. Agradeço a todos(as) e, em especial, às tias: Claudenice (Nicinha), Cleide, Cleonice (Noninha), Creuza, Francisca e Nilza; aos tios Joel, Josias e Ronaldo (Nanau, tio adotivo rs); às minhas primas-amigas Ana Cláudia, Aline Mendes (também pelas correções do texto), Amélia Melo, Claudenia Melo, Andreia Melo, Cilene Melo e Adriane Melo; e aos primos Emanuel Sávio, Breno Mestre, Christiano Moura e Renato Melo (também pela ajuda com o abstract). Foram citados os que estiveram mais perto durante o processo, mas os agradecimentos se estendem aos demais!

- À família Sabino que me “adotou” de forma tão acolhedora e carinhosa, em especial às “tias” Teresa, Vera, Lita, Peta, Francisca, ao tio João e às maravilhosas Deinha e Aninha. Vocês tornaram esse processo mais leve e animado! Estendo a gratidão às amigas e aos amigos

cearenses por quem nutro imenso carinho e respeito, especialmente Marina e Vinicius que acompanharam bem de perto esse processo.

- Aos meus amigos e às minhas amigas, sem distinção. Serei sempre grata pelo amor e amizade de vocês! Dos que estiveram presente de forma mais próxima nessa fase, cito e agradeço a: Renata Barbosa (a quem chamo carinhosamente de “gêmea branca”, em virtude de tamanha identificação), pela amizade e cumplicidade que surgiram mesmo antes do doutorado e se consolidaram nesse período; Elizângela (Eli), amiga recente que a Geografia me presenteou, mas que a vida e a cumplicidade fazem parecer de longa data e assim permanecerá; Jório Cabral, amigo que fiz na graduação e carregou no meu coração até hoje, um dos maiores incentivadores dessa e de outras conquistas, a quem agradeço também pelas discussões teóricas recentemente realizadas; Ana Cláudia Araújo (e Vitinho!), amiga muito considerada que eu trouxe da graduação para a vida e que, mesmo à distância, nunca deixa de se fazer presente; Bruno Barbosa, amigo sempre presente e solícito; Magda e Bárbara por serem amigas tão presentes, mesmo com a distância geográfica; André Golveia por ser um amigo muito querido e pela torcida constante. Definitivamente, “amigos são irmãos que escolhemos”!

- A Roberta, Zenis, Tati, Luma, Lorena, Alexandre (Xando), Fernanda e Pietro pela amizade e pelo apoio quando da minha presença em Recife, cidade pela qual sou apaixonada e onde conheci parte de vocês. Ademais, deixo o meu muito obrigada a: Ruter Sansão (pela amizade, pelos materiais disponibilizados e pelas discussões sempre pertinentes) e aos demais colegas da Defesa Civil de Campina Grande, sobretudo aqueles que me auxiliaram nas pesquisas de campo e com outras questões (Kleiton, Jonatas, Maxuell, Odaci, Leandro, Pedro e Jean); Mohana e Axleide, funcionárias da Secretaria de Planejamento que estiveram presentes em alguns desses trabalhos de campo, auxiliando na reflexão sobre os espaços estudados; Telma Lucia (pela amizade e pela ajuda com a confecção de alguns mapas que constam nessa pesquisa); Leonardo Barboza (pela parceria durante o doutorado e pela ajuda com mapas que compõem este estudo); aos amigos de Petrolina, Renata e Sidclay (pelos desabafos, conversas, apoio e carinho recíprocos); aos grandes mestres que tive em Campina Grande e que sempre me ajudaram e torceram por mim: Arthur Valverde, Antônio Albuquerque, Margarida Magalhães, Lincoln Diniz e Eugênio Pereira. Também sou grata aos (às) “mestres” que conheci mais recentemente e que contribuíram para as reflexões desse estudo e para outras questões do meu percurso acadêmico: Livia Miranda, Kainara Lira e Demóstenes Moraes (UFCG).

- Aos professores(as) que tive o prazer de conhecer/conviver durante a estadia na cidade de Barcelona, em especial a: Rosa Tello, companheira de apartamento que se tornou uma grande amiga, com quem tive a satisfação de conviver e aprender muito sobre a Geografia e sobre a

vida. Experiências essas regadas a vinho e muita aprendizagem; professora Nuria Benach que, cordialmente, aceitou me receber na Universidade de Barcelona para o período do estágio, dando todo apoio necessário aos trâmites da viagem, da estadia e da permanência na universidade; professor Horacio Capel que, de forma muito gentil e agradável, me recebeu no grupo de pesquisa “Geocrítica”, me possibilitando aprender bastante com essa experiência. Não poderia esquecer de agradecer a Carlos, funcionário do Departamento de Geografia/Univ. de Barcelona, que, cordialmente, me recebeu e me auxiliou quando do meu ingresso no Doutorado Sanduíche e em outras ocasiões.

- Aos amigos (as) brasileiros (a) que conheci/convivi no período que estive em Barcelona, cito: Marcelo Werner, Ariane, Julia, Juliana, Ana, Izabella, pessoas que me ajudaram muito no processo de adaptação na cidade, que foram apoio e colo nos momentos mais difíceis desse período, bem como foram companhias maravilhosas nos momentos de alegria e conquistas vivenciadas no Doutorado Sanduíche. Sem vocês esse período não teria tanta graça! Agradeço ainda a Nirvana, pela ajuda com questões relativas à viagem e à adaptação na Espanha e à Marília Colares pelos momentos de conversas, reflexões e pela acolhida nas “andanças” europeias.

- Aos professores(as) do PPGEIO/UFPE e do MDU/UFPE, pois me possibilitaram crescer, do ponto de vista teórico e metodológico, assim como pelas contribuições com as reflexões iniciais acerca do estudo, destaco Caio Maciel, Francisco Kennedy, Rodrigo Dutra e Eugênia Pereira.

- A todos (as) os (as) guerreiros (as) da Turma de Doutorado de 2015 do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPE, especialmente: Lourdes (Lurdinha), Ícaro e David.

- Aos membros e suplentes da banca (Jan Bitoun, Arlete Moyés, Osvaldo Girão, Livia Miranda, Lincoln Diniz e Danielle Gomes), os (às) quais considero profissionais bastante gabaritados e capacitados, além de pessoas imensamente humanas. Obrigada pelo aceite do convite para participação na banca, pela compreensão e pelas contribuições!

- Ao Programa de Pós-graduação em Geografia pelo apoio necessário, em especial a Eduardo Vêras, a quem chamo carinhosamente de “anjo da guarda dos pós-graduandos”, uma vez que sempre esteve disposto a ajudar, sempre com muita competência e cordialidade!

- À CAPES pelo apoio financeiro, através da Bolsa de Doutorado (e de Doutorado Sanduíche).

Serei sempre grata a todos(as)!

“A cidade não para, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce.”
(CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).

RESUMO

O processo de produção e apropriação do espaço urbano envolve escalas, agentes, interesses, dinâmicas e contextos diversos. Tal processo, via agentes produtores do espaço, é também gerador e mantenedor de diversos tipos de desigualdades. A pesquisa tem como principal objetivo revelar o papel do Estado e dos promotores imobiliários no processo de produção/manutenção dos espaços autoconstruídos que são alvo de problemáticas socioambientais (áreas de risco) da cidade de Campina Grande – PB. A investigação parte da ideia de que as áreas de risco vão além da sua concepção enquanto fenômenos hegemonicamente naturais. A análise trata das dinâmicas de produção/apropriação do espaço pelas classes sociais de maior renda, por um lado, e pelos grupos sociais mais pobres, por outro, correlacionando duas facetas de uma mesma realidade, à luz da discussão sobre moradia. Verificou-se que os grupos sociais excluídos e os fenômenos/elementos da natureza têm sido culpabilizados (no âmbito da academia, do Estado, da mídia), de maneira infundada, tanto pela origem como pela manutenção das áreas de risco e pela ocorrência de processos como os desastres e os riscos, tão insistentemente generalizados como “naturais”. A abordagem de outras temáticas, como riscos e vulnerabilidades, também faz parte do estudo. A pesquisa tem um caráter explicativo/analítico, e constitui-se como um estudo de caso das áreas de risco da cidade de Campina Grande, sendo ainda uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. Conclui-se, com a investigação, que as áreas de risco não são somente o resultado de processos naturais ou da ação dos pobres no espaço urbano, mas realidades provenientes da atuação de outros agentes produtores do espaço mediatizados por diversos interesses capitalistas que, com frequência, intensificam processos como a produção e a precarização de espaços mais pobres, constituindo uma realidade contraditória, desigual e perversa.

Palavras-chave: Áreas de risco. Agentes produtores do espaço. Moradia. Problemáticas socioambientais. Campina Grande.

ABSTRACT

The process of production and appropriation of urban space involves scales, agents, interests, dynamics and diverse contexts. This process, via agents space producers, also generates and maintains various types of inequalities. The main objective of the present Thesis is to reveal the role of the State and the real estate developers in the production/maintenance process of self-built spaces that are the subject of social- environmental problems (risk areas) of the city of Campina Grande - PB. The research starts from the idea that the risk areas go beyond their conception as hegemonic natural phenomena. The analysis deals with the dynamics of production/ appropriation of space by higher income social classes, on the one hand, and by the poorer social groups, on the other, correlating two faces of the same reality, in the light of the discussion about housing. It has been found that excluded social groups and natural phenomena/elements have been blamed (in academia, the state, and the media), in an unfounded way, both for the origin and maintenance of risk areas and for the occurrence of processes such as disasters and risks, as insistently widespread as "natural". The approach to other issues, such as risks and vulnerabilities, are also part of the study. The research has an explanatory/analytical character, and constitutes a case study of the risk areas of the city of Campina Grande, being a bibliographical and documentary work. It is concluded from the investigation that the risk areas are not only the result of natural processes or the actions of the poor in the urban space, but also realities arising from the actions of other agents producing space mediated by various capitalist interests that often intensify processes such as the production and the precariousness of poorer spaces, constituting a contradictory, unequal and perverse reality.

Keywords: Risk áreas. Agents space producers. Housing. Social-environmental problems. Campina Grande.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPANSÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE CAMPINA GRANDE.....	26
2.1	APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO....	26
2.2	CAMPINA GRANDE: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	34
2.3	ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE E SUA RELAÇÃO COM O SÍTIO DA CIDADE.....	41
2.4	CAMPINA GRANDE E SUAS CONFIGURAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS...	52
3	“COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO”: POLÍTICAS HABITACIONAIS E A PRODUÇÃO DA MORADIA.....	63
3.1	O ESTADO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	64
3.2	MORADIA NOS ESPAÇOS URBANOS: CARACTERÍSTICAS, DINÂMICAS E PRINCIPAIS ENTRAVES.....	69
3.3	O ESTADO E A MORADIA NO BRASIL: UMA SÍNTESE SOBRE AS POLÍTICAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDAS NO PAÍS.....	74
3.4	APONTAMENTOS SOBRE OS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS HABITACIONAIS ESTATAIS REALIZADOS EM CAMPINA GRANDE.....	85
3.5	A PRODUÇÃO DA MORADIA APESAR DO ESTADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS.....	97
4	DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS: PROCESSOS E AGENTES NA PRODUÇÃO/ VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE.....	115
4.1	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS AGENTES IMOBILIÁRIOS.....	116
4.2	ANÁLISE ACERCA DA PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINA GRANDE, A PARTIR DE ALGUNS BAIRROS.....	128
4.3	BAIRROS VALORIZADOS, ONTEM E HOJE: OS BAIRROS DA PRATA, ALTO BRANCO E CATOLÉ.....	155

5	OS DESASTRES NÃO SÃO NATURAIS: SOCIEDADE-NATUREZA, RISCOS, VULNERABILIDADES E O PAPEL DO ESTADO ACERCA DOS DESASTRES.....	178
5.1	ABORDAGENS ACERCA DOS RISCOS, VULNERABILIDADES E TEMÁTICAS AFINS: CONTRIBUIÇÕES OU ENTRAVES PARA SE PENSAR AS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS?.....	179
5.1.1	Reflexões a partir da concepção de riscos.....	180
5.1.2	Vulnerabilidades, desastres e resiliência: um debate complementar.....	188
5.1.3	Riscos e classes sociais: uma reflexão necessária.....	195
5.2	OS DESASTRES NO BRASIL EM SUAS DIFERENTES ESCALAS, COM DESTAQUE PARA A CIDADE DE CAMPINA GRANDE.....	199
5.3	DEFESA CIVIL E AS ESCALAS DE GOVERNO: CARACTERÍSTICAS, DINÂMICAS E ATUAÇÕES.....	208
6	ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE: HISTÓRICO, DINÂMICAS E PERSPECTIVAS.....	216
6.1	HISTÓRICO E ANÁLISE DOS “MAPEAMENTOS” DAS ÁREAS DE RISCO, A PARTIR DA DEFESA CIVIL LOCAL E DO GOVERNO FEDERAL.....	217
6.2	PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS URBANAS: UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE.....	245
6.3	ÁREAS DE RISCO E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ/AVENIDA PORTUGAL (VILA DOS TEIMOSOS) E O CASO DO LOUZEIRO (BURACO DA JIA/ROSA MÍSTICA).....	253
6.4	CAMPINA GRANDE E AS (IN)JUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS: APANHADO GERAL E PRINCIPAIS PERSPECTIVAS ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO)	273
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
	REFERÊNCIAS.....	290
	ANEXO A - MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE AS ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE.....	311

ANEXO B - SETORIZAÇÃO REALIZADA PELA CPRM (2013): AÇUDE DE BODOCONCÓ/AVENIDA PORTUGAL (VILA DOS TEIMOSOS)).....	312
ANEXO C - SETORIZAÇÃO REALIZADA PELA CPRM (2013): BAIRRO LOUSEIRO (SIC) (ROSA MÍSTICA/BURACO DA JIA).....	313

1 INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da produção do espaço, em especial do espaço urbano, não constitui uma tarefa simples, mas está envolta em uma série de implicações às quais contribuem para uma melhor apreensão da realidade. Uma dessas implicações é pensar o espaço como um todo, levando em consideração a interface sociedade-natureza.

O presente estudo toma a discussão sobre o espaço urbano como ponto de partida para se pensar em algumas realidades de Campina Grande – PB, cidade de porte médio, localizada no estado da Paraíba, distanciada cerca de 120km da capital, João Pessoa. Dessa forma, refletir acerca da conformação desse espaço urbano, suas dinâmicas, contradições e desigualdades constitui uma das motivações da pesquisa.

Interessa, aqui, mais especialmente, abordar a atuação dos agentes produtores do espaço e sua importância no processo de produção e apropriação do espaço urbano pelas distintas classes sociais. Assim, agentes como o Estado, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989; 2011) formam o grupo de agentes aos quais se voltam os interesses desse estudo.

O destaque desses agentes não se dá por acaso, mas por se pensar que os mesmos são imprescindíveis no processo de conformação dos espaços e das chamadas desigualdades socioespaciais/socioambientais urbanas. Além disso, eles fazem parte de uma realidade contraditória e perversa de produção do espaço, sendo que o Estado e os promotores imobiliários, muitas vezes, representam interesses ambíguos e escusos, enquanto os grupos excluídos constituem parte da sociedade cujos interesses (e direitos básicos) não têm tido representação.

Nesse sentido, torna-se necessário pensar no Estado enquanto agente produtor e mediador da questão habitacional, e nos agentes imobiliários como norteadores dos processos de apropriação do espaço e da moradia nas cidades. Agentes do mercado e do Estado contemplam, assim, aqueles grupos que constituem a sua principal demanda solvável e deixam à mercê da própria sorte aquelas famílias cujas necessidades básicas nem sempre são supridas, quiçá o acesso às terras urbanas e à habitação digna, disponibilizadas a preços impraticáveis e inacessíveis a uma grande camada da população.

No que concerne às realidades concretas e no que se refere à ação desses agentes, pode-se afirmar que as cidades brasileiras, a exemplo de Campina Grande, agregam, concomitantemente, áreas caracterizadas pela ausência de intervenções ou ações paliativas e, por outro lado, espaços que recebem grande atenção e intervenção do Estado. Por sua vez, as

ações do setor imobiliário se caracterizam pela extrema mercantilização e valorização seletiva do espaço urbano em várias partes da cidade.

Uma das mais contundentes expressões espaciais dessa realidade é a problemática da moradia nas cidades brasileiras. Busca-se, assim, pensar de que forma essas intervenções/presenças/ausências resultaram num crescente aumento da pobreza que, por sua vez, se reflete na falta de moradia, na ausência de condições de acesso ao solo urbano, na precariedade de infraestruturas, na ocupação de espaços “frágeis” do ponto de vista ambiental (leitos de riachos, morros, áreas alagáveis), entre outros.

No que se refere à apropriação da natureza, também se verifica uma série de incongruências. Observa-se que, há muito, as dinâmicas que envolvem esse aspecto, seguem uma linha de apropriação desigual dos elementos naturais, além de se verificar também a dicotomia “natureza aprazível” x “natureza hostil”, que tem se dado no processo de produção e apropriação do espaço urbano. Cabe, aqui, a reflexão sobre quais grupos se relacionam com a natureza aprazível e quais são aqueles cujas relações cotidianas passam pela apreensão e vivência da natureza enquanto algo tornado hostil, e como essas duas facetas fazem parte do mesmo processo dialético e contraditório de produção do espaço urbano.

Defende-se que as desigualdades supracitadas e a dinâmica contraditória de produção do espaço urbano não são naturais, mas resultam de uma série de contextos mais amplos - de conjunção das relações entre sociedade e natureza, baseadas, por sua vez, nas relações entre as classes sociais - desenrolados no âmbito do espaço urbano e do espaço brasileiro de forma mais geral. Assim, concorrem para tal realidade elementos como: o processo de colonização e seus efeitos nefastos verificados ainda hoje, conflitos de acesso à terra de maneira geral, processos caracterizados pelo patrimonialismo e clientelismo históricos no país, produção e apropriação do espaço urbano pelas diferentes classes sociais, desigualdades de renda entre as camadas da população, ação seletiva dos agentes produtores do espaço, dificuldade de acesso à moradia digna e ao chamado “Direito à Cidade”, entre outros.

Tais processos são demasiadamente complexos, tendo em vista que as desigualdades surgem e se mantêm nas mais variadas escalas, contextos e a partir das ações dos mais distintos agentes produtores do espaço. As desigualdades dizem respeito tanto aos aspectos relativos à sociedade quanto à apropriação da natureza, levando em consideração que essas não são realidades bipartidas, mas dialéticas.

Diante do exposto, a presente discussão busca lançar foco sobre os elementos geradores/norteadores do processo de periferização e precarização das chamadas áreas de

riscos¹ (relacionadas às enchentes e inundações) (CPRM, 2013). Para tanto, deve-se pensar também acerca do reverso da realidade das referidas áreas, a saber: os espaços considerados valorizados do ponto de vista imobiliário na cidade de Campina Grande. Pois se entende que ambos os espaços fazem parte da mesma lógica de produção/apropriação desigual do espaço urbano.

Assim, o recorte espacial do presente estudo, conforme exposto anteriormente, se refere à cidade de Campina Grande - PB, com destaque para as denominadas “áreas de risco” (CPRM, 2013), com ênfase no “Bairro do Louzeiro” (popularmente conhecido como “Buraco da Jia” e também como “Rosa Mística”) e no “Açude de Bodocongó/Avenida Portugal” (conhecida como Vila dos Teimosos). Complementarmente, além dos espaços que são foco do estudo, procedeu-se a análise de outros bairros da cidade, aqueles mais valorizados do ponto de vista imobiliário, a saber: Alto Branco, Prata e Catolé (COSTA, 2003; ROCHA, 2018), visando um contraponto com as áreas de risco estudadas. Ademais, propõe-se também uma discussão acerca dos principais programas/projetos habitacionais estatais desenvolvidos na cidade, contemplando, assim, três formas de provisão habitacional: a partir dos grupos sociais excluídos (via autoconstrução e via produção estatal), a partir do Estado e a partir dos grupos de alta renda.

A discussão sobre moradia é, portanto, uma das norteadoras das reflexões apresentadas. Leva-se em consideração que a moradia diz respeito não só ao seu espaço físico, mas está inserida em um contexto mais amplo que envolve o referido espaço, seu entorno, as relações sociais, as desigualdades, as potencialidades dos espaços, entre outros. Assim, para se pensar a respeito da moradia, foram feitas algumas discussões sobre valor de uso/de troca e da moradia enquanto direito.

Uma parte da pesquisa se volta também a pensar a relação sociedade-natureza dentro do escopo da discussão relativa às áreas de risco e temas afins, como riscos, vulnerabilidades, desastres. A ideia, de maneira geral, é fugir de explicações simplistas acerca das áreas de risco, tentando pensar nos reais responsáveis sobre os processos de origem e manutenção desses espaços, tirando o foco injusto e superficial posto nos mais pobres e nas dinâmicas naturais. Pretende-se “desnaturalizar” e “desantropizar” as discussões, trazendo à baila os contextos e principais agentes que estão por trás da produção perversa, desigual e contraditória do espaço urbano, sobretudo nas áreas de risco da cidade de Campina Grande.

No que se refere aos mecanismos teórico-metodológicos de feitura dessas reflexões, seguem alguns dos principais delineamentos. A respeito dos paradigmas e abordagens da

¹ Essa expressão bem como os processos envolvidos nesses espaços constitui dinâmicas bastante complexas que serão abordadas ao longo dos capítulos do estudo.

temática, pode-se afirmar que o presente estudo buscou lançar mão de uma análise que contemplasse de forma associada a relação sociedade-natureza, chamada por alguns teóricos de abordagem socioambiental², levando em conta os agentes produtores do espaço dentro dessa relação.

Portanto para se pensar acerca das problemáticas apontadas anteriormente, partiu-se da seguinte questão central: Qual o papel dos agentes produtores dos espaços, em especial o Estado e os promotores imobiliários, no processo de produção e permanência das áreas de risco na cidade de Campina Grande, para além da concepção dessas dinâmicas como fenômenos hegemonicamente naturais?

Com relação à hipótese geral do estudo, pode-se afirmar que, ao se refletir sobre a atuação do Estado no espaço urbano (que ora beneficia as classes sociais mais abastadas, ora realiza ações pontuais, ou se omite, nos espaços habitados pelos mais pobres), ao se pensar sobre os interesses escusos do mercado imobiliário e ao se observar a tônica antrópica e/ou naturalizante dadas às discussões sobre as áreas de risco em grande parte da literatura, assim como os discursos estatais e midiáticos, a hipótese principal é a de que a origem e a permanência das áreas de risco no espaço urbano não se dão somente por causas ou questões naturais ou relativas à pobreza.

Tal processo caracteriza-se, sim, como resultante da ação (ou omissão) dos supramencionados agentes produtores do espaço que partem de interesses diversos envolvidos no processo de acumulação capitalista. A naturalização e a antropização do debate constituem-se como um entrave ao avanço das discussões e soluções dos problemas das áreas de risco. Buscou-se comprovar que essa dinâmica tem causas e origens mais profundas do que somente o fato de as pessoas morarem nas proximidades de um riacho, por exemplo.

Nesse contexto, por trás de toda uma dinâmica que querem fazer crer natural, há uma série de agentes sociais orquestrando-a, de forma que os privilégios são mantidos em paralelo com a precariedade, a pobreza e as desigualdades socioambientais. São esses e outros problemas relativos à produção e apropriação do espaço urbano na cidade de Campina Grande que serão tratados nessa pesquisa.

Para responder à questão supramencionada e comprovar tal hipótese, partindo dos pressupostos apresentados, lança-se os principais objetivos da pesquisa, a saber: 1. Geral:

² Embora grande parte dos autores, sobretudo os que seguem a linha marxista ou neomarxista, trate a relação por “sociedade – natureza”, predominando o termo natureza ao invés de ambiente ou meio ambiente, alguns autores de outras perspectivas têm utilizado a terminologia socioambiental. Tendo em vista que as duas concepções têm a contribuir com o estudo, optou-se por utilizá-las de acordo com a pertinência do seu uso, a partir do que está sendo tratado.

Revelar o papel do Estado e dos promotores imobiliários no processo de produção/manutenção das áreas autoconstruídas, alvo de problemáticas socioambientais (áreas de risco) da cidade de Campina Grande, para além da concepção de áreas de risco como fenômenos hegemonicamente naturais, a partir da década de 1950. A escolha por esse recorte temporal se deu porque foi a partir daquele momento que o processo de migração campo-cidade começou a ganhar notoriedade e teve seus reflexos verificados nos espaços urbanos, com as ocupações de terrenos precários e/ou insalubres, a exemplo das áreas estudadas.

A análise se dá, basicamente, até os dias atuais, levando em consideração que a situação dos espaços estudados não sofreu melhorias significativas, ao contrário, em alguns casos as problemáticas se perpetuaram ou se acentuaram. Soma-se a isso o fato de que as ações de alguns agentes produtores do espaço no sentido de gerar, manter ou acentuar as desigualdades são atemporais. Transformam-se os agentes e certas características, em alguns casos, mas mantêm-se as investidas no sentido de beneficiar certas classes em detrimentos das outras.

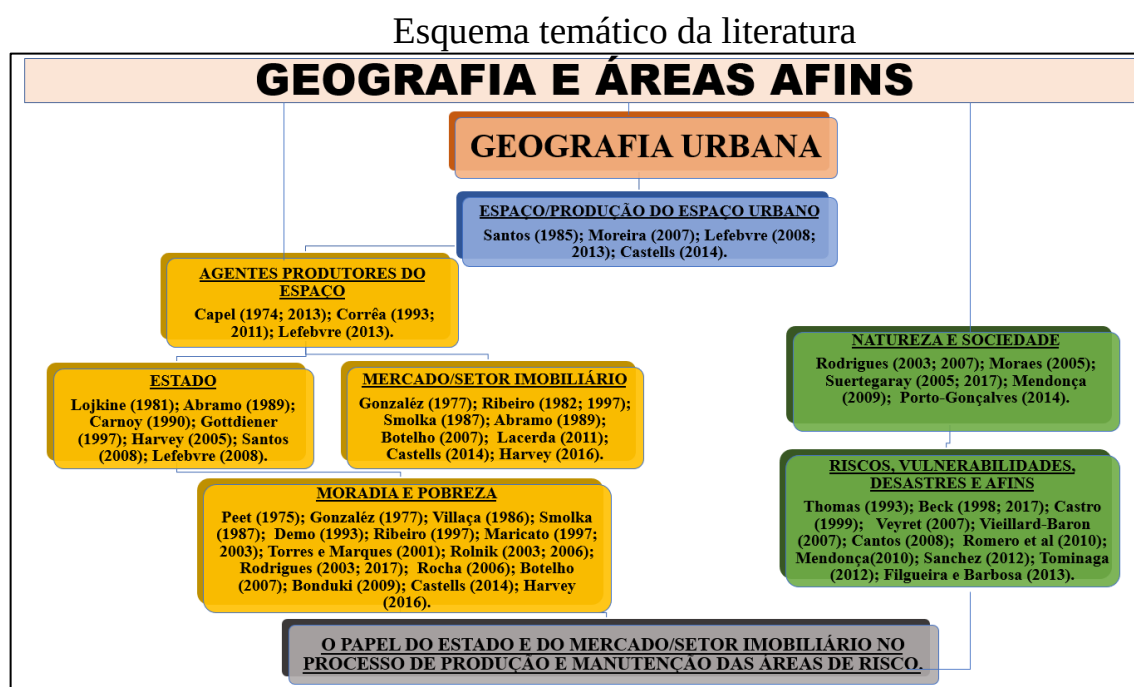
Com relação aos objetivos específicos, apresenta-se os seguintes: 2. Específicos: a) Analisar a produção do espaço urbano de Campina Grande, levando em consideração sua expansão ao longo do tempo, seus aspectos socioambientais e principais fatos históricos; b) Desvendar como foram realizadas as intervenções/omissões estatais na cidade, em termos de programas/projetos habitacionais, serviços sociais e infraestrutura urbana, de modo que as desigualdades intraurbanas se intensificassem; c) Entender como a lógica do setor imobiliário se apresenta em alguns bairros de Campina Grande e como a mesma influencia na produção e apropriação do espaço e na localização dos grupos sociais na cidade, e na valorização de alguns espaços da cidade; d) Compreender as discussões que envolvem sociedade e natureza, lançando uma abordagem crítica sobre a produção existente, especialmente sobre as terminologias voltadas às análises das áreas de risco; e) Desvendar as problemáticas socioambientais urbanas da cidade de Campina Grande, relacionadas à moradia, trazendo como foco as denominadas áreas de risco e traçando um paralelo entre elas e outras áreas da cidade com perfil socioeconômico e infraestrutural diferenciado, como o caso de alguns bairros valorizados.

Sabe-se que para o desenrolar de uma pesquisa e dos seus objetivos os aspectos teóricos e metodológicos são fundamentais. Sendo assim, abaixo apresenta-se as contribuições teóricas mais relevantes e os respectivos conceitos e categorias que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa, além dos principais procedimentos metodológicos utilizados para se chegar ao objetivo geral.

A pesquisa tem um caráter explicativo e constitui-se como um estudo de caso das áreas de risco da cidade de Campina Grande, sendo também uma pesquisa de cunho bibliográfico e

documental, visto que buscou interpretar e refletir sobre os conteúdos de vários documentos relativos à produção do espaço, moradia, áreas de risco, Defesa Civil, legislação, entre outros, com vistas a entender melhor a realidade estudada. Como ponto de partida, a abordagem predominante é a qualitativa, no âmbito do método dialético, entendendo, com Lefebvre (2008, p. 64), que “O método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também um *método dialético*”.

Levando em consideração as principais discussões que embasaram a pesquisa, tais como produção do espaço urbano, agentes produtores do espaço, mercado/setor imobiliário, Estado, moradia e pobreza, riscos, relação sociedade-natureza, vulnerabilidades e desastres, o esquema temático a seguir traz o estado da arte da pesquisa, apresentando algumas das contribuições teóricas imprescindíveis ao estudo, bem como situando a pesquisa em voga dentro desse contexto.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cresweel, 2007.

A exposição apresentada no esquema temático da literatura parte das temáticas mais gerais para as específicas e possui a seguinte lógica: em primeiro lugar apresenta-se a grande área em que se insere o estudo, a Geografia, bem como áreas afins às quais se recorreu para o entendimento de algumas discussões que extrapolaram os “limites” da Geografia e ajudaram a compor o cabedal teórico do estudo, como Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, História, Ciências Sociais, entre outras; em seguida, parece a subárea da Geografia na qual o estudo é

desenvolvido – Geografia Urbana; posteriormente, apresenta-se a temática mais geral, qual seja espaço e produção do espaço urbano; depois, nos retângulos à esquerda, aparecem as temáticas relativas aos aspectos sociais (agentes produtores do espaço – Estado, Mercado/Setor imobiliário, pobreza e moradia); e na coluna à direita os temas mais voltados aos aspectos e dinâmicas consideradas naturais e temas afins (natureza-sociedade, riscos, vulnerabilidades, desastres e afins)³.

Por fim, o último retângulo (em cinza) indica onde se situa a contribuição do presente estudo. Tendo em vista que, nas pesquisas anteriormente desenvolvidas não se encontra a temática aqui exposta, na sua integralidade, considera-se haver uma lacuna nesse sentido, que deverá ser preenchida pelos resultados trazidos pela tese ora apresentada.

Entende-se que os procedimentos ou estratégias metodológicas deverão ser norteados pelos objetivos da pesquisa anteriormente apontados. Para uma melhor compreensão, seguem os procedimentos utilizados para a realização desse estudo, no que concerne aos estudos bibliográficos, documentais e de campo:

1. Levantamento e análises bibliográficas: foram levantados, lidos e analisados materiais bibliográficos, tais como livros, teses, dissertações e artigos sobre as temáticas mais gerais da pesquisa, a exemplo do Estado, do mercado/setor imobiliário, da relação sociedade-natureza, das áreas de riscos e temáticas afins. Além de materiais mais específicos acerca da cidade de Campina Grande, com destaque para aquelas pesquisas sobre: a história da cidade, seus aspectos naturais, a atuação do Estado e políticas/programas habitacionais desenvolvidos ao longo do tempo (originando um quadro histórico ilustrativo desse cenário), a atuação do setor imobiliário, investimentos e valorização de alguns bairros da cidade e os bairros mais pobres (e áreas de risco). Tal bibliografia apresenta aspectos específicos sobre cada tema, sua junção e algumas formulações teóricas possibilitaram o entendimento do contexto mais geral da cidade.

2. Levantamento e análises documentais: foi realizado o levantamento e a análise minuciosa de alguns documentos⁴ históricos e outros mais contemporâneos que auxiliaram na reflexão e no entendimento sobre a atuação do Estado na cidade e nas áreas de risco, além de materiais mais gerais como leis nacionais e municipais, CPI's, entre outros que versavam sobre mercado/setor imobiliário, regulamentações ambientais. Foram coletados também dados sobre áreas de risco, fotografias e setorizações das mesmas, documentos federais sobre essas áreas

³ Embora se considere a importância de uma abordagem que alie os aspectos sociais e naturais, a exposição do quadro ocorre como representação do que vem sendo realizado na literatura, não representando, necessariamente, as concepções aqui defendidas.

⁴ Todos os documentos são citados ao longo do texto e nas referências bibliográficas.

em Campina Grande. A coleta desse material se deu em instituições públicas municipais (Defesa Civil, secretarias) além dos sites de ministérios, governo federal, etc.

3. Pesquisa e reflexões de campo: Entre os meses de janeiro e maio, de 2016, foram realizadas visitas⁵ nas áreas de estudo, localizadas em vários bairros da cidade de Campina Grande, sobretudo, aqueles espaços denominados pela Defesa Civil Municipal como “áreas de risco”. Agentes da Defesa Civil Municipal, juntamente com funcionárias do setor de habitação da Secretaria de Planejamento, fizeram trabalhos de campo nessas áreas, nos quais a autora esteve presente e participou através da observação da realidade, de registros fotográficos, de conversas informais com moradores, entre outros. Ainda no ano de 2016, foi possível participar de reuniões sobre os problemas habitacionais da cidade e possíveis soluções com funcionários de órgãos municipais como a Defesa Civil, a Secretaria de Assistência Social e o setor de habitação da Secretaria de Planejamento. A partir de então se deu a escolha de variáveis importantes para a análise das áreas de risco e para o andamento da pesquisa, quais sejam: proximidade das áreas com os corpos hídricos, se se tratavam de espaços pobres, se possuíam problemas ambientais, se são ocupações informais, se já foram atendidas pela Defesa Civil, se se tratam de áreas valorizadas ou se estão situadas próximas a tais áreas. Ainda no início do ano de 2016 foram realizadas visitas em todas as áreas classificadas como de risco (CPRM, 2013), bem como foram feitas observações *in loco* com utilização de GPS, além da realização de registros fotográficos e levantamento (em campo) das variáveis eleitas para análise. Finalmente, foram feitos mapeamentos e análises de outros materiais cartográficos, além da utilização do programa “Google Earth” e do levantamento de matérias de jornais que versavam sobre as áreas de risco.

Assim, com base nas questões, nos objetivos, nas leituras realizadas, na problemática anunciada, o trabalho foi estruturado em três partes, incluindo a Introdução, o Desenvolvimento (dividido em cinco capítulos) e as Considerações finais. A divisão segue os parâmetros teórico-metodológicos, porém reforça-se, mais uma vez, a interrelação de cada uma dessas partes na conformação do todo. Abaixo segue uma breve explanação sobre os capítulos que compõem o Desenvolvimento do trabalho:

⁵ Ressalta-se que, enquanto funcionária concursada da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Lotada na Defesa Civil), anteriormente a autora já havia realizado visitas a esses espaços, além de se apropriar da realidade dos mesmos e das famílias que residem nessas áreas, bem como da condições estruturais das casas e da situação encontrada nas áreas externas às mesmas, através de visitas às moradias. Muitas vezes tais situações foram levadas pela autora junto com os demais membros da Defesa Civil à ciência dos administradores públicos, a nível municipal. Houve, assim, a participação de reuniões com membros da prefeitura acerca das problemáticas encontradas nos espaços visitados. Nesse sentido, pode-se dizer que esses casos são acompanhados desde o ano de 2010 até os anos mais atuais (ainda que nesse período de forma menos próxima, tendo em vista o afastamento para cursar mestrado e doutorado).

2 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPANSÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE CAMPINA GRANDE.

Esse capítulo traz uma abordagem teórica sobre a produção do espaço urbano seguida da análise do processo de urbanização no Brasil e da cidade de Campina Grande, assim como das desigualdades provenientes dessa dinâmica, sempre recorrendo aos fatos históricos. Em seguida é feita uma contextualização geral da cidade, visando situar o leitor acerca das principais características desse espaço. Posteriormente, discute-se sobre o sítio físico da cidade e a sua importância na conformação e no processo de ocupação dos seus principais bairros, apontando-se, nesse caso, os fatos históricos mais relevantes relativos à expansão urbana de Campina Grande. O último tópico do capítulo aborda os principais aspectos e as problemáticas socioambientais verificados na cidade.

3 – “COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO”: POLÍTICAS HABITACIONAIS E A PRODUÇÃO DA MORADIA.

O capítulo trata sobre os seguintes agentes produtores do espaço na cidade capitalista: Estado e grupos sociais excluídos. Com relação ao primeiro, aborda-se seu papel e prerrogativas particulares, sua dinâmica e as implicações desses aspectos no processo de produção do espaço urbano. Discute-se ainda sobre a moradia enquanto valor de uso/de troca e/ou enquanto direito. Ademais, o capítulo discorre sobre os principais programas/políticas habitacionais estatais desenvolvidos no país e na cidade de Campina Grande ao longo do tempo, além das suas principais características e contradições. O texto também faz uma análise acerca daqueles que foram historicamente abandonados pelo Estado, os grupos sociais excluídos, que tiveram que solucionar sozinhos os problemas de moradia, recorrendo às ocupações de terrenos públicos ou privados e a formas alternativas de provisão habitacional, como a autoconstrução.

4 – DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS: PROCESSOS E AGENTES NA PRODUÇÃO/VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE.

Esse capítulo é voltado às discussões relacionadas ao processo de produção do espaço urbano via ação dos promotores imobiliários (os principais agentes para a análise desse capítulo) que, muitas vezes, atuam em conjunto com o Estado). Os interesses, as relações e as dinâmicas imobiliárias que envolvem tais agentes são privilegiadas nesse momento. O capítulo também traz um debate acerca das noções de valor de uso/de troca, só que, nesse caso, mais voltado à discussão sobre às dinâmicas imobiliárias na cidade, ressaltando o processo de valorização seletiva e desigual do espaço. A realidade empírica abordada no capítulo diz respeito a alguns dos bairros mais valorizados da cidade de Campina Grande, do ponto de vista imobiliário: Prata, Alto Branco e Catolé. Ao passo que os bairros são apresentados, desde sua origem até os dias atuais, vai-se realizando uma análise das ações dos promotores imobiliários nesses espaços e da sua

conformação a partir de tais intervenções e de outros processos. A abordagem desse capítulo tem, entre outras intenções, a ideia de apresentar/analisar o reverso das problemáticas verificadas nas áreas de risco, apresentando-se como um contraponto das mesmas e como um dos resultados da produção dialética e contraditória do espaço urbano.

5 – OS DESASTRES NÃO SÃO NATURAIS⁶: SOCIEDADE-NATUREZA, RISCOS, VULNERABILIDADES E O PAPEL DO ESTADO ACERCA DOS DESASTRES. No que se refere a esse capítulo, a primeira parte diz respeito à uma análise teórica relacionada às discussões sobre noções recorrentemente utilizadas nas abordagens sobre áreas de riscos, quais sejam: riscos, vulnerabilidades, desastres, resiliência, entre outros, a partir de alguns vieses, partindo da contribuição do debate sobre sociedade-natureza. O capítulo trata também dos principais problemas socioambientais e “desastres” que ocorrem no Brasil e na cidade de Campina Grande, trazendo alguns dados e discussões relativos a esse contexto. A última parte do capítulo é composta pela apresentação e análise de algumas das principais dinâmicas e processos relativos à Defesa Civil a nível nacional e mais detalhadamente da Defesa Civil na cidade de Campina Grande. Apresenta-se elementos como o histórico, estrutura, pontos negativos e potencialidades desses órgãos nas duas escalas, trazendo ainda exemplos concretos da sua atuação no espaço urbano.

6 – ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE: HISTÓRICO, DINÂMICAS E PERSPECTIVAS. O presente capítulo aborda o objeto de estudo propriamente dito, as áreas de risco. Num primeiro momento são analisados alguns dos mais importantes documentos produzidos pela Defesa Civil Municipal, por alguns órgãos federais e empresas contratadas pelo governo federal, a exemplo dos Planos de Contingência e dos mapeamentos/setorizações das áreas de risco. Posteriormente, a partir de sete variáveis elencadas, as áreas de risco definidas pela CPRM (2013) são apresentadas e analisadas de forma geral, considerando suas principais características socioambientais. Em seguida, as duas áreas de risco foco do estudo - Açude de Bodocongó/Av. Portugal (Vila dos Teimosos) e Bairro Louzeiro (Buraco da Jia/Rosa Mística) (CPRM, 2013) - são apresentadas e analisa-se de forma detalhada cada uma delas, tendo em vista os principais processos envolvidos desde sua origem, passando pelas permanências e chegando aos dias atuais. Por fim, traz-se uma discussão acerca das problemáticas analisadas na tese de forma geral, além da proposição do debate sobre as (in)justiças socioambientais e o Direito à Cidade como alternativas viáveis a uma abordagem das problemáticas analisadas, assim como a perspectiva de solução/minimização das mesmas.

⁶ Título inspirado no livro intitulado “Los desastres no son naturales” (1994).

As reflexões desenvolvidas em cada um dos capítulos não são análises conclusivas e fechadas, visto que a ciência e a realidade são dinâmicas e flexíveis. Entretanto, entende-se que a análise e reflexão sobre o processo de produção e apropriação seletivas do espaço urbano revelam as dinâmicas perversas da desigualdade de classes, levando em consideração tanto os aspectos naturais quanto os sociais (socioambientais) e as expressões espaciais dessas desigualdades.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EXPANSÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE CAMPINA GRANDE

O presente capítulo tem como objetivo trazer uma discussão relativa à produção do espaço urbano, considerando algumas das principais abordagens teóricas a esse respeito, além do debate acerca desse processo na cidade de Campina Grande – Paraíba. São apresentados alguns dos principais fatos históricos que contribuíram para a formação da cidade, assim como as desigualdades geradas a partir do processo de urbanização do Brasil e de Campina Grande.

O capítulo traz também uma contextualização sobre a cidade estudada, visando uma compreensão das suas principais características em alguns âmbitos. Apresenta-se ainda uma análise sobre o processo de expansão urbana, verificado desde meados do século XX, bem como da formação de alguns dos principais bairros, com o intuito de pensar sobre os processos iniciais de configuração da cidade, tendo em vista o melhor entendimento sobre esse espaço urbano na atualidade.

Finalmente, pode-se verificar ainda, nesse capítulo, uma análise dos principais aspectos e problemáticas socioambientais de Campina Grande, trazendo um debate sobre o sítio físico da cidade, sabendo-se da importância desse aspecto para a conformação do espaço urbano e visando o melhor entendimento das discussões que seguem em capítulos posteriores.

O presente capítulo está dividido da seguinte maneira: 2.1 Apontamentos para uma reflexão sobre a produção do espaço urbano e o processo de urbanização brasileiro; 2.2 Campina Grande: breve contextualização; 2.3 Análise sobre a expansão urbana de Campina Grande e sua relação com o sítio da cidade; 2.4 Campina Grande e suas configurações socioambientais.

2.1 APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO⁷

O espaço enquanto categoria geográfica pode auxiliar a refletir e compreender os processos que se dão na realidade, no cotidiano, assim como as demais categorias geográficas como lugar, território, paisagem e região. Por questões metodológicas, optou-se por trabalhar a categoria primeiramente anunciada, especificando a discussão e trazendo-a para o debate sobre espaço urbano.

⁷ A ampliação da discussão acerca da produção do espaço urbano e, mais especificamente, sobre os agentes produtores desse espaço será realizada nos capítulos 3 e 4, a partir dos quais se passa a refletir sobre a atuação desses agentes na cidade estudada.

A opção por se trabalhar com a categoria espaço se dá por se acreditar que ela é a categoria que mais coerentemente consegue apreender e sintetizar os processos e dinâmicas a serem discutidos no estudo, ou seja, o processo de produção do espaço urbano de Campina Grande e suas dinâmicas socioambientais. Assim, a presente discussão lança mão de uma breve abordagem sobre espaço e produção do espaço urbano. Acerca dessa categoria, Santos explica:

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas [...] O espaço é tudo isso mais a sociedade. [...] Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é todos os processos sociais representativos de uma sociedade, em um dado momento (SANTOS, 1985, p. 1-2, grifos do autor).

Pode-se afirmar que o espaço é formado por sua materialidade e pelas relações que se inserem e dão vida a essas formas, entendendo que esses são aspectos interconexos. Para se pensar a respeito da produção do espaço é necessário levar em conta essas interconexões. Na concepção de Lefebvre:

El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: más bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistencia y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos). En tanto que resultado de una secuencia y de un conjunto de operaciones, no puede reducirse a la condición de simple objeto (LEFEBVRE, 2013, p. 129).

Essa reflexão é bastante pertinente, uma vez que o espaço se configura enquanto algo que não somente envolve as coisas produzidas, mas compreende as relações entre elas. Seria basicamente o que Milton Santos chama de sistema de objetos e sistemas de ações e suas intrínsecas relações, levando em consideração as diversas escalas e agentes.

Sobre a produção do espaço, pode-se afirmar que “[...] não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente reproduzido” (MOREIRA, 2007, p. 88), a partir da ação incessante dos agentes que o integram. De acordo com Lefebvre (2001, p. 39): “Quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida”. Essa (re)produção alia elementos do passado e do presente, formando o que Milton Santos chama de “mosaico de elementos de diferentes eras”.

Para Santos, o espaço “sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 22). A presente pesquisa toma o espaço como ponto de partida visto que tanto a evolução da sociedade quanto os elementos do presente constituem interesse de análise.

É importante, portanto, também pensar o espaço a partir da sua relação com o tempo, uma vez que o espaço “[...] cambia con las sociedades [...]” (LEFEBVRE, 2013, p. 57).

Ressalta-se, aqui, a indissociabilidade entre espaço e tempo, reconhecendo que cada espaço é resultado de momentos e contextos distintos ao longo da história. A especificidade do espaço e do tempo é preponderante para a produção diferenciada das várias parcelas do espaço urbano.

O espaço “[...] sempre foi político e estratégico” (LEFEBVRE, 2008, p. 61). Essa perspectiva se contrapõe à visão do espaço enquanto algo neutro, passivo e absoluto. Corroborando com o exposto, Lefebvre (2013, p. 55/56) afirma:

El espacio ya no puede concebirse como pasivo, vacío, como no teniendo más sentido que - al igual que sucede con los otros <<productos>> - ser intercambiado, consumido o suprimido. En tanto que producto, mediante interacción o retroacción, el espacio interviene en la producción misma: organización del trabajo productivo, transportes, flujos de materias prima e de energías, redes de distribución de los productos, etc.

A partir das palavras do autor, pode-se afirmar que, além de o espaço não se tratar de algo passivo, vazio ou arbitrário, mas sim de uma instância dotada de uma natureza política e estratégica, também é possível expor que o espaço vai além de um produto a ser consumido e/ou negociado como mercadoria.

Ainda segundo Lefebvre: “O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p. 82). Em outros termos, o espaço urbano é produzido a partir das intencionalidades diversas, reproduzindo, muitas vezes, inúmeras discrepâncias e desigualdades.

A história tem mostrado que a produção do espaço sempre se deu de maneira a originar ou manter privilégios de certos grupos em relação aos demais, resultando em inúmeros conflitos e contradições. Isso pode ser observado nas diversas escalas espaciais, do local ao global, e também temporais, dos tempos mais “remotos” à temporalidade recente.

A respeito do jogo de escala espacial e sua relação com os conflitos, Lefebvre expõe que “Si lo local, lo regional, lo nacional y lo mundial se implican e imbrican, lo que se incorpora en el espacio, los conflictos actuales o virtuales no están ausentes ni son eliminados” (LEFEBVRE, 2013, p. 58/59). O espaço urbano e seu processo de (re)produção aparece, assim, como algo inerente à acumulação capitalista, constituindo-se um produto dos ditames desse contexto maior, que tem influências nas mais variadas escalas.

Para entender tais dinâmicas espaciais também é necessário compreender o papel dos agentes produtores do espaço urbano e quais os contornos tomados pelas cidades a partir das intervenções desses agentes ao longo do tempo, uma vez que os mesmos “fazem e refazem a cidade [...]” (CORRÊA, 1993, p. 12). Capel (1974, 2013) e Corrêa (1993, 2011) tratam de maneira brilhante sobre esses agentes produtores do espaço.

Capel é um dos precursores na abordagem a respeito dos agentes produtores do espaço urbano. Inclusive, em texto mais antigo, intitulado: “Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español” (1974), o autor já tratava sobre o papel dos agentes produtores do espaço urbano, assim como Roberto Lobato Corrêa (1989) passa a abordar posteriormente, trazendo o debate para o contexto brasileiro.

Após as discussões sobre os agentes, Capel acrescenta a ideia de que há outros sujeitos ligados à produção do espaço urbano, inserindo o que o ele denomina de “atores”. Assim, para Capel (2013), existem os atores e os agentes urbanos. Na concepção do autor “Los primeros son todos los individuos y grupos sociales presentes en la ciudad, que viven y se mueven en ella; mientras que incluiremos en el segundo grupo a los que tienen capacidad para intervenir en la construcción de la ciudad” (CAPEL, 2013, p. 17).

Os agentes seriam, basicamente, os grupos que detêm poderes políticos, econômicos, entre outros, para intervirem no espaço urbano. Enquanto que os atores dizem respeito aos grupos de “pessoas comuns”, ou seja, pessoas que não detêm esses tipos de poderes. Entretanto, Capel (2013) discute que, a partir das lutas sociais, os atores poderão vir a se tornar agentes.

Já Corrêa (1993, 2011) não faz essa diferenciação, mas considera todos os grupos como agentes, fazendo uma distinção entre eles, numa espécie de “subclassificação”. De acordo com o autor, esses agentes são: “(a) os proprietários dos meios de produção; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1993, p. 12). Nesse estudo a abordagem sobre os grupos “c”, “d” e “e” será priorizada. De acordo com Corrêa (2011, p. 43-45):

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

As dinâmicas e contradições que ocorrem no espaço urbano não podem ser tratadas de maneira a naturalizá-las ou de forma a encobrir os históricos papéis desempenhados pelos agentes sociais, suas necessidades e intencionalidades. Assim, a relação entre esses agentes aparece como uma das causas fundantes dessas dinâmicas que têm gerado processos altamente segregadores e desiguais no que se refere à produção do espaço urbano, conforme será discutido acerca da cidade de Campina Grande.

A reflexão sobre produção do espaço só faz sentido quando se tenta responder perguntas como: “¿Quién produce?”, “¿Qué?”, “¿Cómo?”, “¿Por qué y para quien?”. Al margen

de esas cuestiones e de su respuesta, el concepto de producción permanece como una abstracción” (LEFEBVRE, 2013, p. 126). É importante refletir acerca dessas questões, em função da margem de manobra e dos propósitos dos agentes sociais perante o espaço urbano via poder político e/ou econômico.

Partindo do pressuposto de que a produção do espaço, “É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotado de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias [...]” (CORREIA, 2011, p. 43), faz-se mister lembrar que um dos resultados desse tipo de dinâmica que prioriza certos agentes e grupos em detrimento dos demais é, dentre outros, a intensificação das desigualdades nas mais variadas escalas e contextos⁸⁻⁹, a exemplo das dinâmicas verificadas durante o processo de urbanização do país, que será discutido adiante.

A urbanização brasileira deu-se de forma tardia¹⁰, porém muito rápida, e foi motivada, entre outros fatores, por problemas econômicos e sociais também gerados no campo. Assim, a população que morava nesses espaços via na cidade a possibilidade de melhorias, uma vez que o processo de industrialização se intensificava. Segundo Santos:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece [...]. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 2009, p. 30).

A respeito do crescimento demográfico, enquanto um dos mais fortes resultados desse processo de industrialização e urbanização do país, pode-se afirmar que, a partir da década de 1950, o crescimento populacional das cidades no Brasil é bastante significativo, havendo uma inversão quanto ao local de moradia dos brasileiros a partir da década de 1980, os quais partiam do campo para a cidade.

O processo de industrialização enquanto um “processo social complexo” e não apenas como “criação de atividades industriais nos lugares” (SANTOS, 2009), aliado ao êxodo rural foram acontecimentos que marcaram o processo de produção do espaço brasileiro uma vez que

⁸ A respeito da desigualdade, de acordo com Peet (1975, p. 182): El marxismo establece que la desigualdad es inherente al modo de producción capitalista. La desigualdade se produce inevitablemente en el proceso normal de las economias capitalistas, y no puede ser eliminada sin alterar de um modo fundamental los mecanismos del capitalismo. Además, forma parte del sistema, lo que significa que quienes detentan el poder tienen intereses creados en mantener la desigualdade social.

⁹ “A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto” (OXFAM, 2015, p. 01).

¹⁰ Conforme assinala Milton Santos, em “A Urbanização Brasileira”: “Durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário, um país ‘essencialmente agrícola’, para retomar a célebre expressão do conde Afonso Celso” (SANTOS, 2009, p. 19).

se alterou não somente a localização de moradia das pessoas e a divisão territorial do trabalho, mas também as relações sociais, a economia, o meio ambiente e o espaço de maneira geral.

Seguindo na discussão sobre o processo de urbanização do país, Maricato expõe as consequências do período chamado de “Décadas Perdidas” (1980-1990),

Nessas décadas, conhecidas como “décadas perdidas”, a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões, que assumem números inéditos, concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea. [...] As décadas perdidas não são as únicas a registrarem as origens do que podemos chamar de tragédia urbana brasileira – enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, reincidências de epidemias, violência etc (MARICATO, 2001, p. 22).

Chama-se atenção para as décadas de 1980 e 1990 porque se considera esse momento com um marco da urbanização do país, com um forte crescimento demográfico em paralelo a uma séria recessão econômica. Dessa equação surgiram vários resultados negativos, assim como as consequências e problemas se inclinaram, comumente, para os pobres urbanos, os já moradores ou os recém-chegados. Essa situação teve repercussões nas grandes e médias cidades do Brasil e se perdura até os dias atuais.

Nesse contexto, o Brasil aparece, atualmente, como um país no qual a disparidade de renda, por exemplo, entre os grupos sociais é gritante, sendo um país bastante desigual, em termos regionais e no que se refere também aos espaços intraurbanos. De acordo com Peet (1975, p. 188-189):

[...] lo esencial del razonamiento marxista es que la desigualdade no es un “mal temporal” ni la pobreza una “paradoja sorprendente” en las sociedades de capitalismo avanzado; sino que la desigualdad y la pobreza son vitales para el funcionamiento normal de las economias capitalistas.

Nos países de capitalismo periférico ou não avançado, a exemplo do Brasil, essa realidade apontada por Peet (1975) pode ser verificada de forma bastante contundente, visto que as desigualdades assim como a pobreza são realidades verificadas historicamente no país, intensificando-se com o passar do tempo. Ainda sobre as desigualdades, de acordo com o Relatório da Oxfam:

No Brasil, onde a desigualdade de renda ainda é extremamente elevada, a renda dos 50 por cento mais pobres mais do que dobrou em termos reais entre 1988 e 2011, quando cresceu a uma taxa ligeiramente mais acelerada que a dos 10 por cento mais ricos. No entanto, o aumento da renda dos 10 por cento mais ricos envolveu valores

muito mais elevados em termos absolutos, de tal modo que a diferença absoluta entre a renda média dos dois grupos praticamente também dobrou (OXFAM, 2015, p. 11)¹¹.

Sabe-se que essas desigualdades de renda e as consequentes desigualdades espaciais também não são recentes, mas se apresentam como resultado de uma história marcada por injustiças e pela manutenção de privilégios de seletos grupos. No Brasil, as cidades têm sido *locus* de um contexto espacial de natureza extremamente classista. Nota-se que o espaço urbano apresenta divisões, nem sempre nítidas, que representam a expressão espacial da divisão de classes¹². A respeito da discussão sobre classes, Souza (2004) afirma:

A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural.

Essa divisão de classe e o antagonismo estrutural se caracterizam, nas relações sociais, pelas diferenças de renda, de acessos a bens e serviços, de oportunidades de educação, saúde e lazer, entre outros aspectos. Já no espaço tais aspectos se apresentam nas desigualdades de acesso às variadas parcelas da terra urbana, com destaque para aquelas nas quais as centralidades e amenidades estão situadas ou são (re)produzidas, entre outros. Ou seja, na cidade encontra-se uma diferenciação socioespacial no que se refere à sua apropriação por parte das distintas classes.

Na concepção de Lefebvre (2008, p. 56): “Existem, portanto, contradições no espaço mesmo se dissimuladas ou mascaradas”. Nem sempre essas contradições e “hierarquizações” se apresentam de maneira explícita, algumas vezes as gradações espaciais são bastante tênues. Entretanto, em grande parte dos casos, essa divisão é extremamente forte, tanto do ponto de vista espacial como social¹³. Os problemas apontados, assim como inúmeros outros verificados

¹¹ Estudos e dados mais atualizados (2018) chegam a comparar o Brasil a países como Índia, África do Sul e ainda como o Oriente Médio. Para mais informações consultar: <http://wid.world/es/news-article/new-paper-extreme-income-inequality-brazil-india-middle-east-south-africa-wid-world-working-paper-2018-4-3/>. Complementando o exposto têm-se o seguinte: “Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico: Pesquisa comparativa liderada por Thomas Piketty aponta que 27,8% da riqueza nacional está em poucas mãos”. Para mais detalhes acerca da pesquisa, consultar: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html?id_externo_rsoc=FB_BR_C_M.

¹² Para Castells (2014, p. 349), classes sociais podem ser definidas como “[...] combinações de posições contraditórias definidas no conjunto das instâncias da estrutura social [...]”. Göran Therborn (2015, p. 42) define classe como sendo “El término <<clases>> designa diversas categorías de seres humanos que <<ponen en práctica>> o sirven como <<portadores>> de determinadas relaciones de producción y constituyen los sujetos de la lucha de clases”.

¹³ Muitos autores têm tratado desses fenômenos a partir da categoria segregação (Carlos, 2013; Sabatini & Sierralta, 2006; Sposito, 2013; Ribeiro, 2000; Vasconcelos, 2004, dentre outros). Essa, no entanto, não é a pretensão desse estudo, embora se compreenda a importância do debate.

nos espaços das cidades brasileiras são problemas estruturais, conjunturais e processuais¹⁴, os quais têm prejudicado, sobretudo, os mais desvalidos.

Entraves como a disputa pela terra e pelo acesso à moradia digna se constituem como ilustração dos resultados do processo perverso de urbanização no Brasil, resultados esses verificados nos espaços urbanos, em função da concentração histórica de terras. A esse fenômeno e aos conflitos resultantes Maricato (1997) denomina “nó da terra”. Sobre essa questão no país, Maricato assevera:

No Brasil [...] a questão da terra continua a se situar no centro do conflito social, mas de forma renovada. Ela alimenta a profunda desigualdade – ainda que haja a recente pequena distribuição de renda – e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico (MARICATO, 2011, p. 186).

O Brasil é um país cujas origens remontam a má distribuição de renda, sendo que a má distribuição de terra aparece como uma das mais importantes expressões socioespaciais dessa tradicional relação propriedade-poder político/poder econômico – a qual se refere Maricato.

Uma das principais motivações desse processo foi a crescente busca pelo lucro, bem como pela manutenção de privilégios de certos grupos, ambas provenientes de uma sociedade na qual a herança das desigualdades surgidas já nas relações servis de outrora tem continuidade e se faz ainda presente de maneira muito forte nos contextos mais recentes.

Os problemas de acesso à moradia e seus aspectos inerentes configura outro forte indicador dessa produção desigual do espaço, além da articulação muitas vezes danosa entre mercado e Estado, os quais têm contribuído para intensificar as disparidades e injustiças vigentes na história das cidades, fato que influencia no acesso ou na falta de acesso a uma moradia digna por parte das famílias mais pobres.

Verifica-se que, ao longo do tempo, foram destinadas aos mais pobres as opções possíveis e baratas de moradia (como alagados, áreas íngremes, várzeas insalubres de rios poluídos, entre outros). Nesse contexto, Maricato (2003, p. 80) acrescenta que “o loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”. Alternativas essas que se mostram como as mais viáveis (porém, não ideais!), considerando as condições financeiras das famílias.

¹⁴ Trata-se, assim, de questões históricas e enraizadas na sociedade brasileira, originárias e resultantes de vários processos de origem social, ambiental, econômica, política, entre outras. Ao tratar da discussão a respeito do espaço e seus aspectos estruturais e conjunturais, Castells considera que é necessário “[...] estabelecer, da mesma maneira que para qualquer outro objeto real, as *leis estruturais e conjunturais* que comandam a sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica” (CASTELLS, 2014, p. 182, grifo nosso).

Em muitos casos, esses grupos sociais moram em condições sub-humanas, conforme pode ser visto nas periferias mais distantes ou mais próximas do centro de cidades grandes e médias. Os problemas socioambientais nesses espaços têm sido cada vez mais comuns e ampliados, visto que se tratam de cenários abandonados à própria sorte, como as ocupações às margens de rios e riachos poluídos.

Alguns dos problemas mais recorrentes nesses espaços são: o mau cheiro nas ruas, devido ao despejo de esgoto doméstico no leito dos riachos e da ausência de saneamento básico; o crescimento da ocorrência de doenças de veiculação hídrica, devido ao contato das pessoas com essas águas contaminadas, sobretudo nas cidades; o aumento da ocorrência de agentes transmissores de doenças, como o rato, causador da leptospirose, que pode levar o ser humano à morte; a ocorrência de inundações quando do período chuvoso.

Nesses casos, alguns autores (ACSERALD [2009], TORRES & MARQUES [2001]) trazem a discussão sobre “hiperperiferia” quando se trata de espaços cujas problemáticas presentes aliam aspectos sociais e ambientais (socioambientais), apresentando uma face extrema da pobreza e desigualdade, como é o caso das chamadas áreas de risco da cidade de Campina Grande, a serem analisadas adiante.

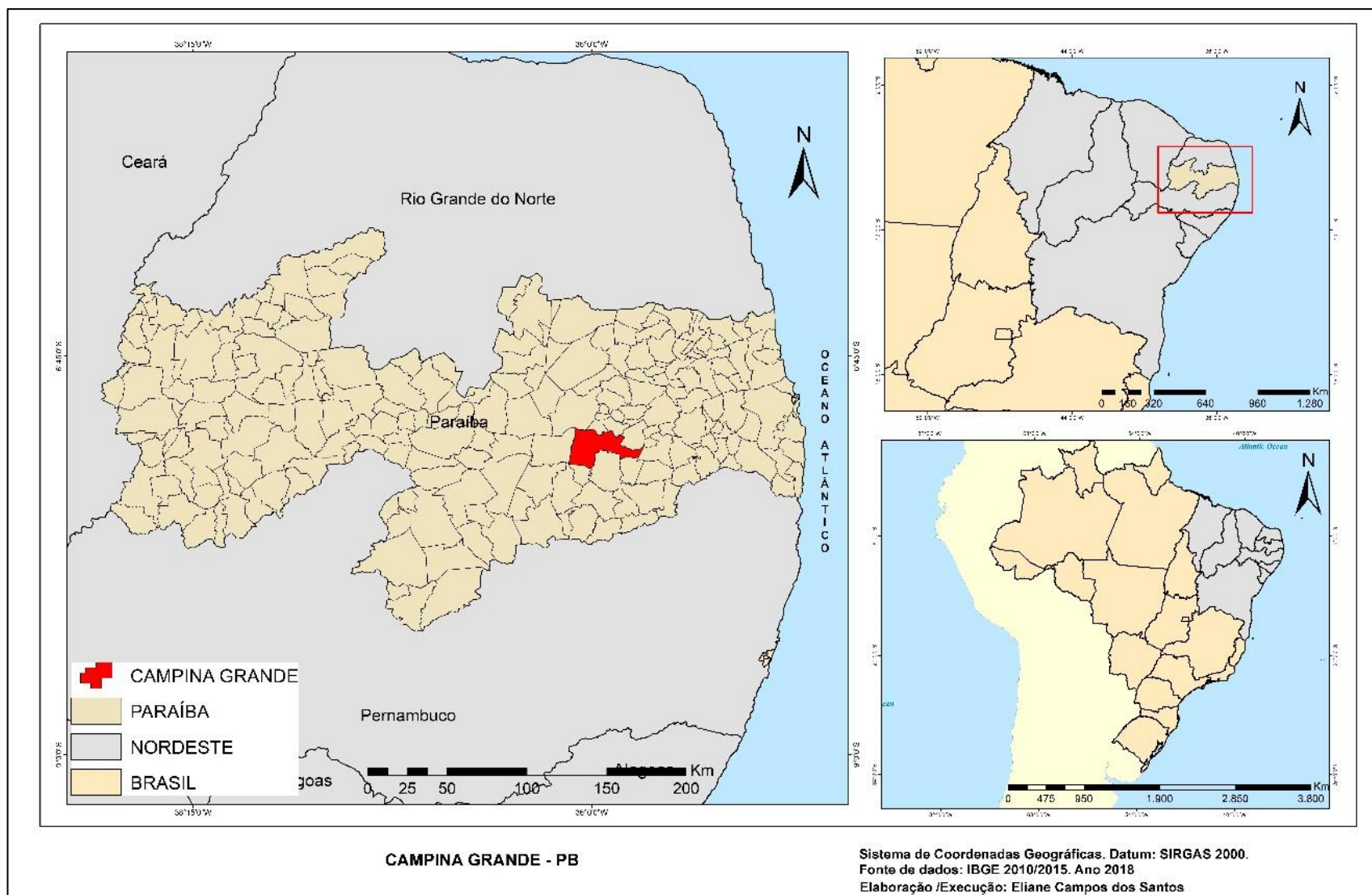
2.2 CAMPINA GRANDE: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Campina Grande (mapa 01)¹⁵ possui 407.472 habitantes¹⁶ e cerca de 593,026 km² (IBGE, 2017). Além disso, configura-se como uma Capital Regional do tipo B¹⁷ (REGIC, 2007, figura 01).

¹⁵ Campina Grande está situada nas imediações do rebordo Oriental do Planalto da Borborema (CORRÊA et al, 2010).

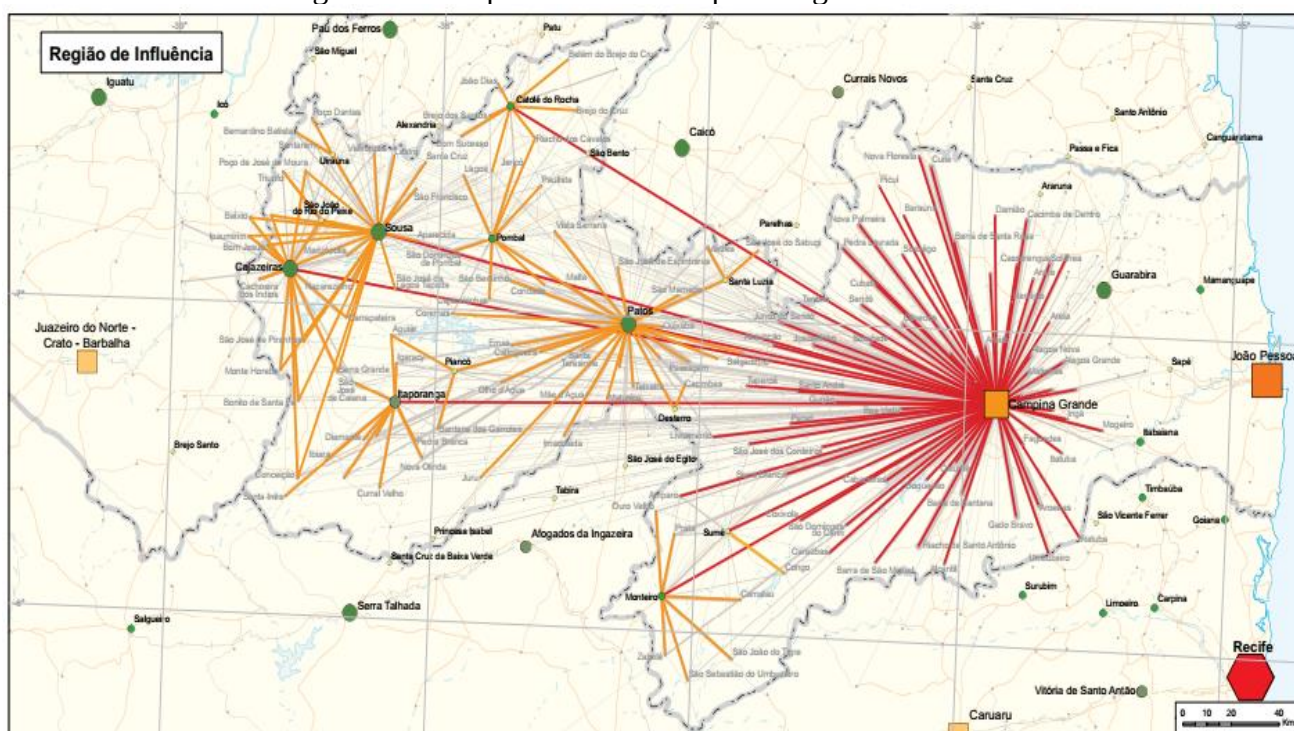
¹⁶ População estimada [2018] (IBGE, 2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de jan. de 2019.

¹⁷ Esse nível “[...] corresponde ao segundo nível hierárquico na rede urbana paraibana” (MAIA et al, 2013, p. 29).



Fonte: Elaboração e execução de Eliane Campos, 2018.

Figura 01: Campina Grande – Capital Regional B.



Fonte: REGIC, 2007.

Ao observar a figura 01, pode-se afirmar que, na hierarquia urbana do país, a cidade configura-se como um polo regional¹⁸, abaixo da capital, João Pessoa (Capital Regional do tipo A), e acima de outras cidades do Nordeste, como Petrolina e Juazeiro (Capitais Regionais do tipo C). Campina Grande faz parte também de um dos arranjos populacionais do Nordeste, se destacando enquanto um centro regional tradicional não litorâneo (IBGE, 2015).

Atualmente, a cidade pode ser considerada como uma cidade média. Para Maia et al, as cidades médias¹⁹ são “centros urbanos que apresentam concentração e centralização econômicas expressivas em dada escala” (MAIA, et al, 2013, p. 31). No que diz respeito às reflexões sobre cidades médias no Brasil, Sposito (2007a, p. 242) expõe:

Observando o Brasil atual, encontramos cidades denominadas como médias que tiveram seus papéis ampliados e suas redes de relações se tornaram supra-regionais (entendida aqui a pequena região composta pelas cidades pequenas que ela polarizava e ainda polariza).

Nesse contexto, “Campina Grande [...] mantém uma centralidade bastante significativa na Região Nordeste” (MAIA et al, 2013, p. 31). Os anos de história dessa cidade e uma série de acontecimentos importantes contribuíram para que ela se tornasse um dos mais importantes

¹⁸ Ou seja, exerce influência no seu entorno imediato e em outros espaços interestaduais, como alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, por exemplo.

¹⁹ Outras contribuições valiosas, não apresentadas aqui, em virtude do espaço e dos objetivos do capítulo, a respeito da discussão sobre cidades médias, podem ser encontradas em SPOSITO (2007) e em SPOSITO et al (2007).

centros urbanos do interior do Nordeste²⁰. A respeito do papel de Campina Grande perante as cidades médias brasileiras, Maia afirma:

No que se refere à sua situação no quadro das cidades médias brasileiras, desempenha importante papel regional: mantém forte relação com a área da qual está situada [...], mas também compõe o conjunto que representa no mercado nacional [...]. (MAIA et al, 2013, p. 31).

Devido à sua importância regional, Campina Grande foi e ainda é um centro urbano de forte atração populacional. Pode-se citar como exemplo o aumento populacional que houve entre as décadas de 1940 e 1980²¹. Conforme afirma Silva (1987, p. 57), a população de Campina Grande “[...] passou de 47.446 habitantes em 1940, para 225.887 habitantes em 1980, representando um crescimento da ordem de 400% (conforme dados do IBGE)”. A autora complementa:

[...] Campina Grande desempenha um papel de centro de assentamento de migrantes de origem rural, tanto na condição de primeira pousada de um itinerário migratório mais prolongado quanto em caráter definitivo, na tentativa de fixação num potencial mercado urbano de trabalho (idem).

Esse fato se dava porque alguns dos migrantes permaneciam na cidade e outros seguiam para cidades maiores do Sudeste, a exemplo de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo Lima (2010):

[...] é preciso destacar que nem todos os imigrantes que abandonavam o campo ou as pequenas cidades do interior se dirigiam para o Centro Sul. Até pelo apego a terra natal tão decantada em verso e prosa pelos poetas nordestinos, era comum, antes de partirem para o distante Sul, esses imigrantes tentarem a sorte nas cidades maiores dentro da própria região. Ou seja, muitos desses imigrantes ‘optavam’ por cidades onde houvesse alguma chance de conseguir emprego e, Campina Grande, sendo a cidade do Estado que apresentava maior ascensão econômica, torna-se pólo de atração para as pessoas que deixam o campo fugindo da seca ou deixam as cidades de menor porte onde as chances de emprego e de melhoria de vida são ínfimas” (LIMA, 2010, p. 49-50).

Observa-se, portanto, que mesmo com parte da população seguindo para outras regiões do país, as migrações do campo para a cidade bem como as intermunicipais dentro do próprio estado da Paraíba e estados vizinhos, constituíram fatores fundamentais para o aumento da

²⁰ Ao longo do século XX a cidade passou por importantes processos, como a chegada do sistema ferroviário, a reforma urbanística, a pujança industrial e comercial que significaram muito para a sua inserção e destaque no cenário nordestino e nacional. O que se lamenta é que toda essa importância da cidade não tenha servido a todos os seus moradores, mas apenas a parcelas específicas da sociedade.

²¹ A tendência do crescimento populacional seguiu pelas décadas posteriores. Assim, em comparação com a década de 1950 que apresentava uma população urbana de 81.332 pessoas, a década de 2000 alcançou uma população de 367.209 pessoas. No que se refere às taxas de urbanização de Campina Grande, a década de 1950 apresentava uma porcentagem de urbanização de 46,95%, enquanto na década de 2000 essa taxa era de 95,33% (IBGE apud COSTA, 2013).

população e crescimento da cidade de Campina Grande. Entretanto, nem sempre as cidades que recebiam essa população do campo, em busca de melhor qualidade de vida, dispunham de condições suficientes para recebê-la, ocasionando, assim, diversos tipos de problemas, tendo em vista que as desigualdades já eram intensas.

Faz-se mister expor que os problemas existentes na cidade de Campina Grande também se relacionavam intensamente aos processos que se davam à escala do país, a exemplo da crise econômica instaurada na década de 1980, com indícios já no final da década de 1970. Reforçando tal afirmação tem-se que,

[...] a partir de 1979, os reflexos da chamada “Crise do Milagre” (que, entre outros fatores, gerou: profunda redução dos atrativos incentivos fiscais aos investimentos do Nordeste; redução dos financiamentos bancários e aumentos exorbitantes nas taxas de juros bancários; aceleração do processo inflacionário e, conseqüentemente, aumento constante dos preços das matérias-primas, redução do capital de giro para repor estoque, etc.) se fizesse sentir no setor industrial de Campina Grande, com o início de desaceleração da sua economia, que culminou com o fechamento de importantes indústrias locais e de outras regiões, instaladas no parque industrial campinense (SILVA, 1987, p. 53, 57).

As dificuldades econômicas pelas quais o país passava ecoaram na cidade de Campina Grande que já aparecia, nessa época, no cenário regional como importante e tradicional entreposto comercial e polo industrial na Região Nordeste. As indústrias da cidade²² sofreram impactos no momento em que a economia do país se tornava fragilizada. Muitas dessas indústrias tiveram seu fechamento decretado, a partir da inversão de prioridades do governo militar que passou a investir pesadamente nas capitais em detrimento das demais cidades brasileiras, inclusive Campina Grande na qual anos de “progresso” foram minados.

Aliado a isso ocorre que muitos dos benefícios, anteriormente trazidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a cidade, foram encerrados, contribuindo também para o fechamento dessas indústrias²³. E, aos fortes problemas sociais já existentes, unem-se o crescente desemprego na cidade, a pobreza e a periferização²⁴ dos estratos mais pobres da sociedade. No que se refere ao conceito de pobreza, Demo (1993, p. 199) discorre:

²² Destaca-se que “O período (1940-60) foi marcado por transformações espaciais significativas para Campina Grande, que registrou grande índice de crescimento e viu a formação de duas zonas industriais nos eixos rodoviários que cortam a cidade – BR 230 e BR 104 - (SÁ, 2000, p. 182). Eram indústrias relacionadas ao beneficiamento de matérias-primas regionais, tais como, têxteis, alimentícias e curtumes que se localizaram nas proximidades do açude Velho e do açude de Bodocongó” (COSTA, 2003, p. 43).

²³ Para mais detalhamento sobre o tema, consultar Lima (2010) e Costa (2003).

²⁴ Vasconcelos, a respeito da terminologia “periferização”, afirma: “A noção de *periferização* no Brasil está substituindo a de marginalização espacial. Essa noção é muito próxima da de marginalização, mas com um componente espacial mais forte” (VASCONCELOS, 2013, p. 31, grifo do autor).

Basta aceitar que pobreza é conceito relativo, ou seja, não se reduz a parâmetros fixos lineares, sobretudo apenas materiais, para entender que, em qualquer sociedade, haverá pobres, pelo menos no sentido de gente que tem acesso menor aos bens materiais produzido na respectiva sociedade.

Embora haja vários estudos sobre o tema, sobretudo de órgão oficiais, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que trazem dados quantitativos a respeito do tema, concorda-se com o autor quando o mesmo afirma que não existem parâmetros fixos para definição de pobreza, bem como a pobreza não se refere apenas aos bens materiais ou a ausência deles, mas pode envolver inúmeras outras variáveis. Uma outra referência que também trata sobre a pobreza é Rocha (2006, p. 09) que afirma:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. [...] Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Ainda que a autora afirme ser uma abordagem genérica, essa perspectiva é interessante no sentido de apontar que a ausência de pobreza seria o atendimento adequado das necessidades. Isso significa dizer que não basta ter uma necessidade atendida, como ter uma casa, por exemplo, mas essa necessidade tem que ser atendida de maneira adequada. Assim, retomando o exemplo da moradia, as pessoas necessitam de um espaço onde possam viver de maneira digna, tendo todas as suas necessidades atendidas.

Para Demo e Rocha, pobreza e desigualdade são conceitos e realidades interdependentes. A primeira não pode ser entendida sem a compreensão da segunda, que estaria para Demo (1993, p. 201) “[...] na raiz da pobreza, porque os recursos não chegam aos pobres”. Relacionando a discussão da pobreza ao espaço urbano, Santos (2009, p. 10) afirma:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial.

Além de trazer a discussão para o urbano, Santos aborda a importância de considerar a pobreza também como algo que se faz presente no espaço, como se tem visto historicamente na produção do espaço urbano brasileiro, uma vez que “[...] sobretudo, nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais a cidade, sobretudo a grande cidade” (idem).

É importante fazer uma observação: a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990 sobre as quais vem se falando ocorreu um processo mais intenso de empobrecimento e periferização

de alguns segmentos da sociedade, impulsionado pelos engodos socioeconômicos. Para Maricato (2003b, p. 152):

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita.

Paralelamente a esse processo de aumento e consolidação da pobreza, conforme será visto adiante a respeito de Campina Grande, podia se observar a produção de um espaço urbano que servia aos interesses de outros estratos e agentes sociais, a exemplo do setor imobiliário. Nessa cidade, por exemplo, da década de 1970 em diante,

A classe mais abastada começou a constituir moradias especiais – os condomínios, localizados nas periferias da cidade – em busca de melhor infra-estrutura (pouca poluição do ar, poluição sonora, mais espaços verdes). Essas construções removem a população mais pobre para as áreas que apresentam, por vezes, mínimas condições de sobrevivência, tais como as várzeas de rios e/ou riachos, encostas sujeitas a deslizamentos, enfim, áreas de difícil acesso (SÁ, 2000, p. 186).

Já naquele período a apropriação do espaço urbano se dava de maneira fragmentada e contraditória, na qual as classes de renda mais alta buscavam as exclusividades e amenidades, através de moradias em condomínios fechados de luxo, ficando os mais pobres com a parcela do espaço urbano cujas áreas eram de difícil acesso e os problemas socioambientais uma característica inerente.

Em meio ao processo de modernização e urbanização da cidade de Campina Grande se pode perceber a produção de um espaço urbano demasiadamente desigual, ou seja, “A experiência mostra que a urbanização de Campina Grande é socialmente seletiva e economicamente concentrada” (SILVA, 1987, p.63). Todo esse processo resultou, entre outros fatos, em um crescimento da demanda por moradia, além do crescimento de áreas autoconstruídas da cidade, caracterizadas por habitações e infraestrutura precárias, bem como serviços escassos.

Outro problema que ganhou notoriedade em cidades como Campina Grande, a partir da urbanização desigual do país, foi a exploração e degradação da natureza. Assim, aliados aos engodos relacionados à falta de habitação ou às suas condições precárias, surgiram ou agravaram-se alguns problemas relacionados à apropriação da natureza. Considera-se que esse processo deu origem a inúmeros espaços cujas vulnerabilidades passaram a fazer parte do seu

contexto, intensificando as possibilidades de ocorrência dos chamados desastres nessas áreas. Tiveram origem e permaneceram, assim, as denominadas “áreas de risco”.

A priori, pode-se afirmar que as áreas de risco são aqueles espaços vulneráveis à ocorrência de algum tipo de desastre, levando em considerações seus aspectos físicos e sociais, conforme será abordado no capítulo 5 desse estudo. Em Campina Grande essas áreas são alvo de enchentes e inundações quando da ocorrência de fortes chuvas, o que tem causado inúmeros transtornos de vários tipos nesses espaços e às pessoas.

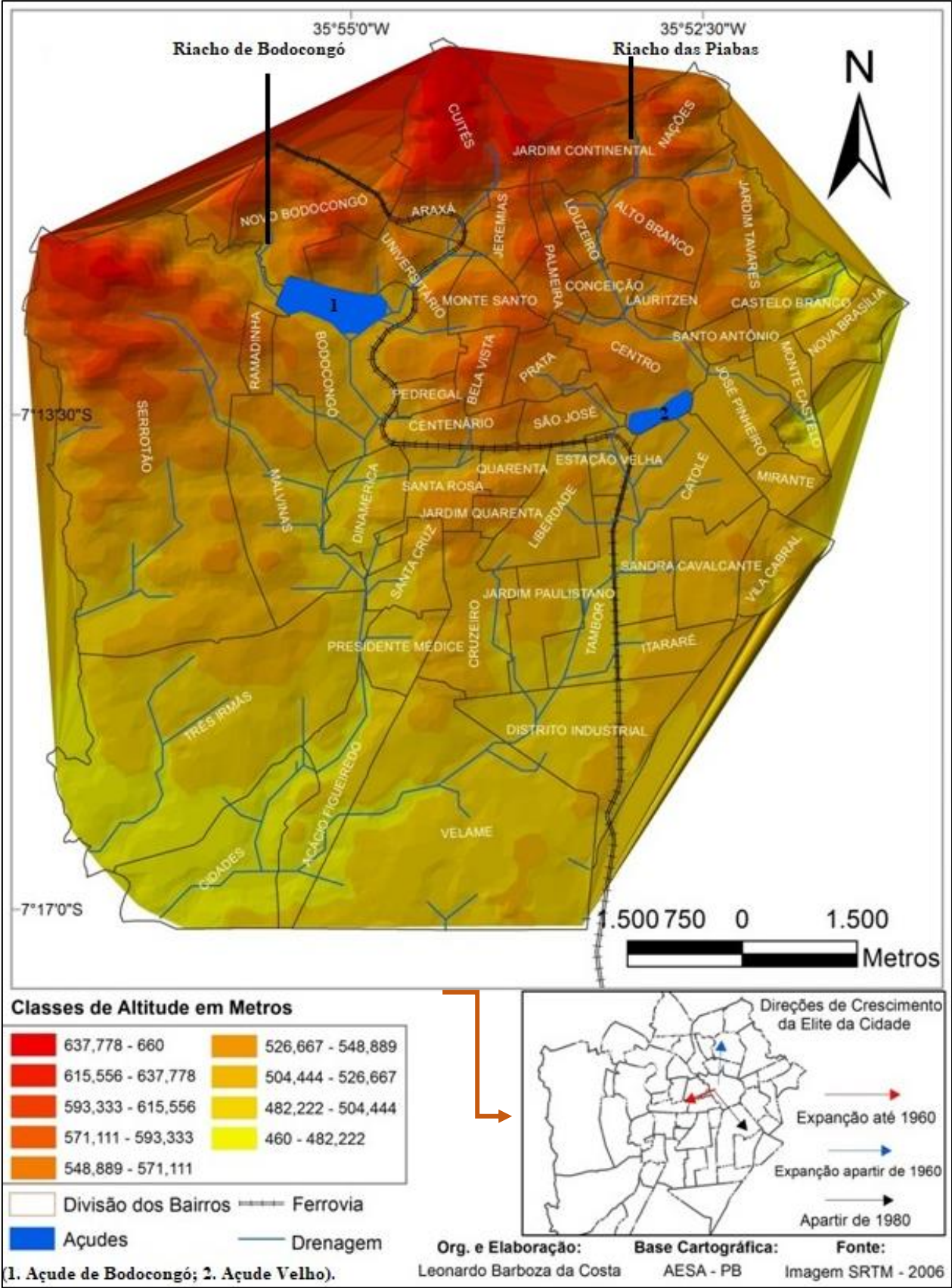
Visando entender melhor essa dinâmica e a maneira como a cidade de Campina Grande cresceu e teve seus espaços apropriados, a seguir será feita uma apresentação do crescimento horizontal da sua malha urbana ao longo dos anos, tendo como ponto de partida a análise do seu sítio natural.

2.3 ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE E SUA RELAÇÃO COM O SÍTIO DA CIDADE

A urbanização se caracteriza por ser um fator capaz de dinamizar vários processos socioespaciais, alterando e/ou transformando os aspectos socioambientais do espaço considerado. Para Monbeig²⁵ (1941, p. 281), “O ponto de partida de toda pesquisa de geografia urbana é pois o estudo do quadro natural em que nasceu e cresceu a cidade”. Partindo da importância do sítio natural para a conformação das cidades, sabe-se que elementos como o clima, o relevo, a hidrografia são fundamentais para compreensão de processos naturais, sociais e socioambientais. Os aspectos naturais (relevo e hidrografia) da cidade de Campina Grande podem ser observados no mapa 02.

²⁵ Existem algumas perspectivas mais contemporâneas de abordagem da relação sociedade-natureza no espaço urbano, a exemplo da abordagem sistêmica, como pode ser verificado nas pesquisas de Corrêa (2006) e Cavalcanti (2012). Porém, em virtude do escopo da pesquisa em voga, não será possível o aprofundamento dessa perspectiva.

Mapa 02: Sítio urbano de Campina Grande.



Fonte: AESA-PB. Organização e elaboração: Leonardo Barboza da Costa, 2013 (Adaptado).

O mapa 02 é bastante rico para se proceder à análise desejada, pois apresenta elementos como altimetria e rede de drenagem, o que possibilita uma visão da cidade a partir das suas altitudes bem como a partir dos corpos hídricos existentes. Ou seja, é possível compreender, através desse mapa, quais bairros se situam em áreas mais elevadas, mais baixas, os que estão nas proximidades de várzeas de riachos, os bairros que são cortados por canais, entre outros.

A cidade é cortada por riachos urbanos intermitentes, a exemplo do Riacho das Piabas e do Riacho de Bodocongó. Parte desses riachos é ainda constituída pelo seu leito natural e outra parte é canalizada. No que se refere à altitude da cidade, observa-se desde áreas mais elevadas (639-660 metros), que ocorrem em menor número, até áreas mais baixas, com elevação variando de 450 a 478 metros.

Os eixos de crescimento dos grupos de alta renda na cidade foram destacados do lado inferior direito da “caixa” do mapa 02, indicando as décadas de 1960-1980 como pontos de partida para essa expansão mais intensiva, por assim dizer. Esse crescimento se dava para norte e oeste na década de 1960 (muito possivelmente porque Alto Branco e Prata já se apresentavam como bairros de classes mais abastadas) mudando, posteriormente, essa direção para a zona sul da cidade, que foi sendo valorizada, do ponto de vista imobiliário, a partir de alguns investimentos públicos e privados, conforme será visto no capítulo 4.

E, embora essas classes mais abastadas não representassem a totalidade das pessoas da cidade, o seu movimento e/ou localização no espaço intraurbano tendia a influenciar o movimento e/ou localização das demais camadas sociais dentro do espaço urbano, conforme apontado e analisado pelos estudos de Villaça no livro “Espaço Intra-Urbano no Brasil” (2001).

É importante ter em vista que, com frequência, esses grupos de renda mais alta se apropriam de uma parte do espaço urbano e o que não constitui interesse dos mesmos é ocupado pelos demais grupos sociais, conforme será visto aqui, a partir da discussão sobre alguns bairros da cidade²⁶. Essa análise se apresenta como fundamental, pois, como expõe Monbeig:

Uma cidade é um conjunto de bairros, dos quais cada um tem sua fisionomia, que é o resultado de seu papel, de seus habitantes, de sua idade e, todos mais ou menos bem integrados em um todo, formem a cidade. Um bairro urbano é algo diferente de um fenômeno social, com a localização de uma base ou de uma categoria de trabalhadores: um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular freqüentemente bem desenvolvida; tem sua alma. Mas, tem também suas razões de ser que a topografia e a história podem explicar. Aí ainda se impõe a cartografia, ao mesmo tempo que a comparação deste novo mapa dos bairros com os outros dados cartográficos elaborados precedentemente: mapa de relevo, mapa da evolução, mapa das densidades e das raças etc.” (MONBEIG, 2004 [1941], p. 295).

²⁶ No caso analisado utiliza-se os bairros constituídos oficialmente pela prefeitura de Campina Grande (Lei nº 1.542/87 de 06 de maio de 1987).

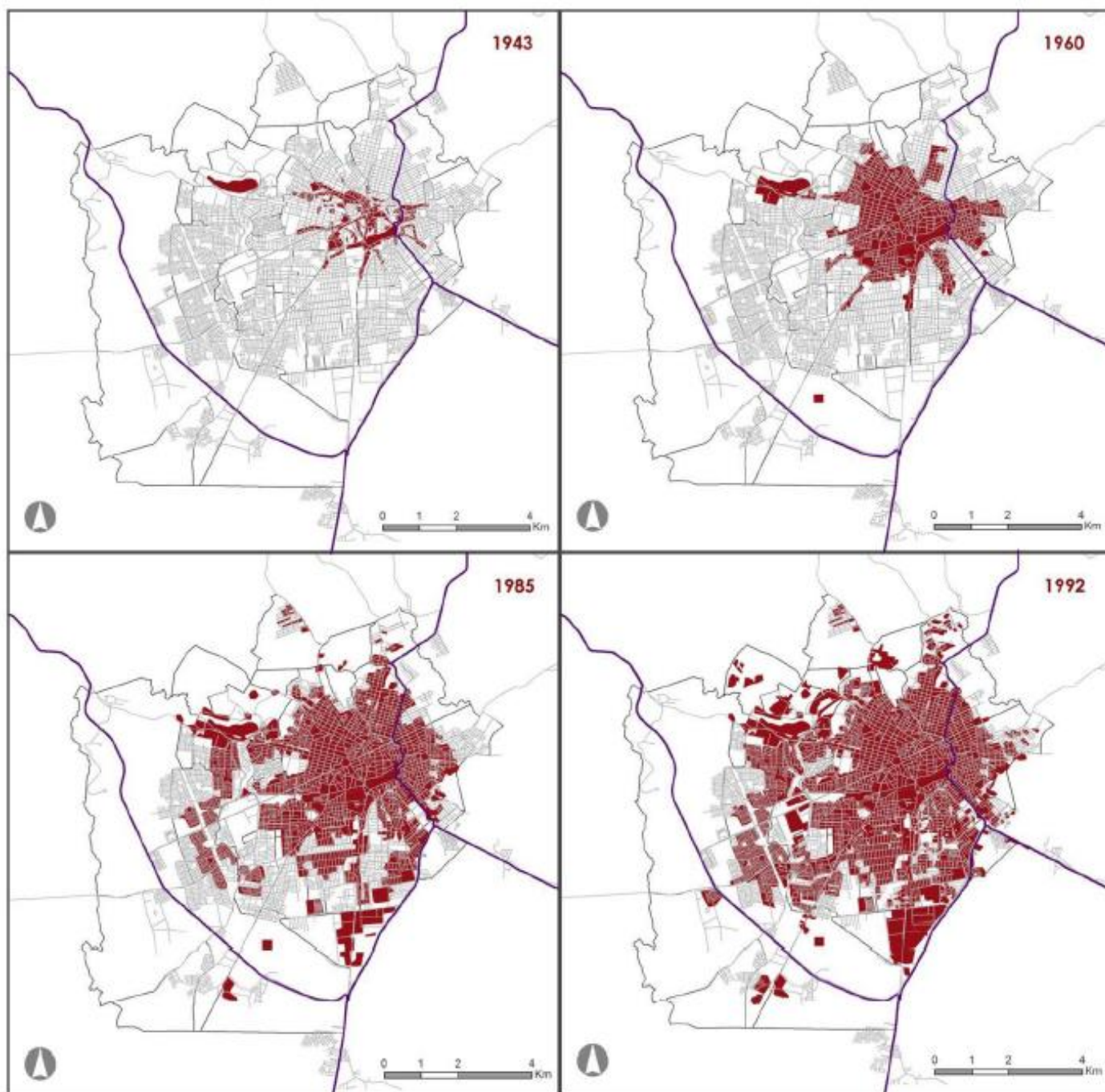
Sabe-se que há muitas discussões e tipos de abordagens a respeito do conceito de bairro. No entanto, apresenta-se esse descrito por Monbeig, por se considerar que tal abordagem contempla as discussões realizadas no estudo, as quais buscam uma análise dos bairros de forma imbricada, visando à inter-relação sociedade-natureza.

Assim, segue a representação do processo de urbanização e espraiamento da cidade de Campina Grande (Mapa 03). Optou-se por apresentar e discutir sobre alguns momentos²⁷ distintos mais significativos para a cidade: o primeiro referente à década de 1940, visando comparar com décadas anteriores, pré reforma urbanística²⁸; o segundo momento diz respeito à década de 1960 quando os reflexos mais fortes do êxodo rural começam a se apresentar na cidade; e, por fim, as décadas de 1980 e 1990, período no qual o país passa por um contexto crítico, do ponto de vista econômico, fato que ecoa nos mais diversos pontos das regiões brasileiras e no espaço analisado, com o processo de maior periferização da cidade de Campina Grande, por exemplo.

²⁷ Além disso, será dada ênfase à discussão a respeito daqueles bairros que direta ou indiretamente se relacionam ao objeto de estudo contemplado nessa tese.

²⁸ Para mais informações a respeito desse processo consultar: CABRAL FILHO (2007); OLIVEIRA (2007); QUEIROZ (2011); SOUSA (2001); FEITOSA (2011).

Mapa 03: Expansão urbana de Campina Grande (1943 – 1992).



Fonte: Albino (2016) apud Lima (2018).

No mapa 03 é possível observar que, já na década de 1940, Campina Grande apresentava uma malha urbana significativa, em comparação com os períodos anteriores²⁹. Contudo, esse fator tem forte relação com a dinâmica pretérita da cidade, a exemplo da importância da produção do algodão, bem como a chegada do sistema ferroviário em 1907³⁰,

²⁹ Para ter acesso a informações e mapas dos períodos anteriores, consultar PORTO (2007).

³⁰ De acordo com Lima “A chegada da estrada de ferro, em 1907, dinamiza as atividades mercantis, tornando a cidade o grande ponto de confluência do Estado, sobrepujando, em termos econômicos, outros centros comerciais e urbanos que vinham tendo destaque no Estado” (LIMA, 2004, p. 40).

além de outros fatores como a Reforma Urbanística que houve na cidade, entre as décadas de 1930 e 1940, levando a um significativo crescimento posterior da sua malha urbana³¹.

Outra observação a ser feita é com relação aos eixos rodoviários de Campina Grande, (localizada em um entroncamento de rodovias³²), tendo em vista que os primeiros bairros e, sobretudo, aqueles que passaram a ser ocupados pelos grupos de alta renda tiveram como eixos de expansão essas vias de acesso que cruzam a cidade³³, destacando-se que esses espaços passaram a ser caracterizados por uma constante valorização imobiliária algumas décadas depois, e as vias de acesso e a facilidade de circulação contribuíram para essa dinâmica.

Pode-se notar que os bairros mais próximos da área central foram os que mais cresceram, no primeiro período analisado (Mapa 03). Tratava-se, predominantemente, de bairros cuja rede de drenagem não era tão marcante, o que leva a pensar que, além da proximidade com o Centro, essa expansão se deu nessas áreas em função da facilidade de ocupação do seu sítio físico e do distanciamento em relação aos corpos d'água, embora na origem da cidade esses corpos hídricos tenham sido muito importantes para a população local, inclusive como fonte de abastecimento.

Áreas de bairros hoje consolidados como por exemplo Alto Branco, Bodocongó e José Pinheiro (Mapa 02) já figuravam como espaço urbano de Campina Grande, embora os dois últimos fossem considerados pelo censo de 1940 como área rural. De acordo com Gurjão:

O censo de 1940, ainda inclui na zona rural do distrito sede, os atuais bairros do Cruzeiro, Bodocongó, Bela Vista e José Pinheiro, somente considerando áreas urbanas de Campina Grande, a sua parte central e os bairros de São José, Monte Santo, Alto Branco e Açude Velho (GURJÃO et al, 1999, p. 19).

No caso do José Pinheiro³⁴, por exemplo, que não consta no censo de então como área urbana, uma vez que o censo trouxe informações da década de 1930, o referido bairro aparece nos dados da Prefeitura de Campina Grande, na década de 1940, como espaço urbano. Esse fato denota que o crescimento do bairro pode ter se dado de maneira bastante rápida.

Parte dos moradores desse bairro constituíam famílias pobres provenientes sobretudo do centro da cidade e que foram expulsas durante a Reforma Urbanística empreendida pelo então prefeito Vergniaud Wanderley, uma vez que entre as ações desse prefeito intencionava-

³¹ Autores como Costa (2003), Lima (2010) e Feitosa (2012) abordam alguns desses processos de forma detalhada.

³² BR-230, BR-104 (SÁ, 1987).

³³ A partir da década de 1940 foram surgindo alguns bairros em Campina Grande, localizados “principalmente ao longo e paralelamente aos eixos rodoviários que dão acesso à cidade” (SÁ, 1986, s/p).

³⁴ Esse bairro, segundo DINIZ (2004), a partir do estudo de Amorim (1999), teve sua origem ainda na década de 1910. Já entre as décadas de 1930 e 1940, segundo Porto (2007) foi para esse bairro que os pobres expulsos do centro pela Reforma Urbanística se encaminharam.

se, como assinala Souza (2010, p. 37) a “destruição das moradias populares, empurradas para as áreas periféricas”. Para Gurjão et al (1999, p. 19) era ainda objetivo da reforma:

[...] expulsar das artérias centrais da cidade os homens pobres, mendigos, loucos, doentes e prostitutas, tudo que no imaginário da elite local representava sujeira e desordem. Os mocambos, becos e travessas derrubados deram lugar a largas avenidas. Transformou-se quase por completo a fisionomia da cidade.

A partir da Reforma Urbanística³⁵ a população mais pobre foi expulsa para bairros próximos ao Centro e passou a viver nos chamados cortiços e/ou em ocupações ilegais, assim como foi buscar alternativas em alguns bairros mais distantes e até na zona rural³⁶ (Mapa 04).

Observa-se, assim, como a cidade já começava a se configurar no sentido de divisão de grupos sociais pelo seu tecido urbano. Segundo o censo supracitado, bairros chamados “nobres” como o Alto Branco³⁷ já se faziam presentes na cidade, além disso, espaços mais pobres como a Rosa Mística (Buraco da Jia) também já existiam³⁸ embora com uma ocupação ainda incipiente. Tinha-se, assim, realidades distintas fazendo parte de um mesmo processo de produção do espaço urbano, fato que repercute até os dias atuais.

O Bairro da Prata também já aparece como área urbana na década de 1940. De relevo predominantemente ondulado e com pouca rede de drenagem na sua extensão, acredita-se que esse também pode ser considerado como um fator de facilidade de ocupação dessa área, além da proximidade com o Centro. Já na década de 1960, o bairro passou a ser considerado como um dos mais abastados (CARDOSO, 1963), seguindo a tendência de expansão das classes de maior renda.

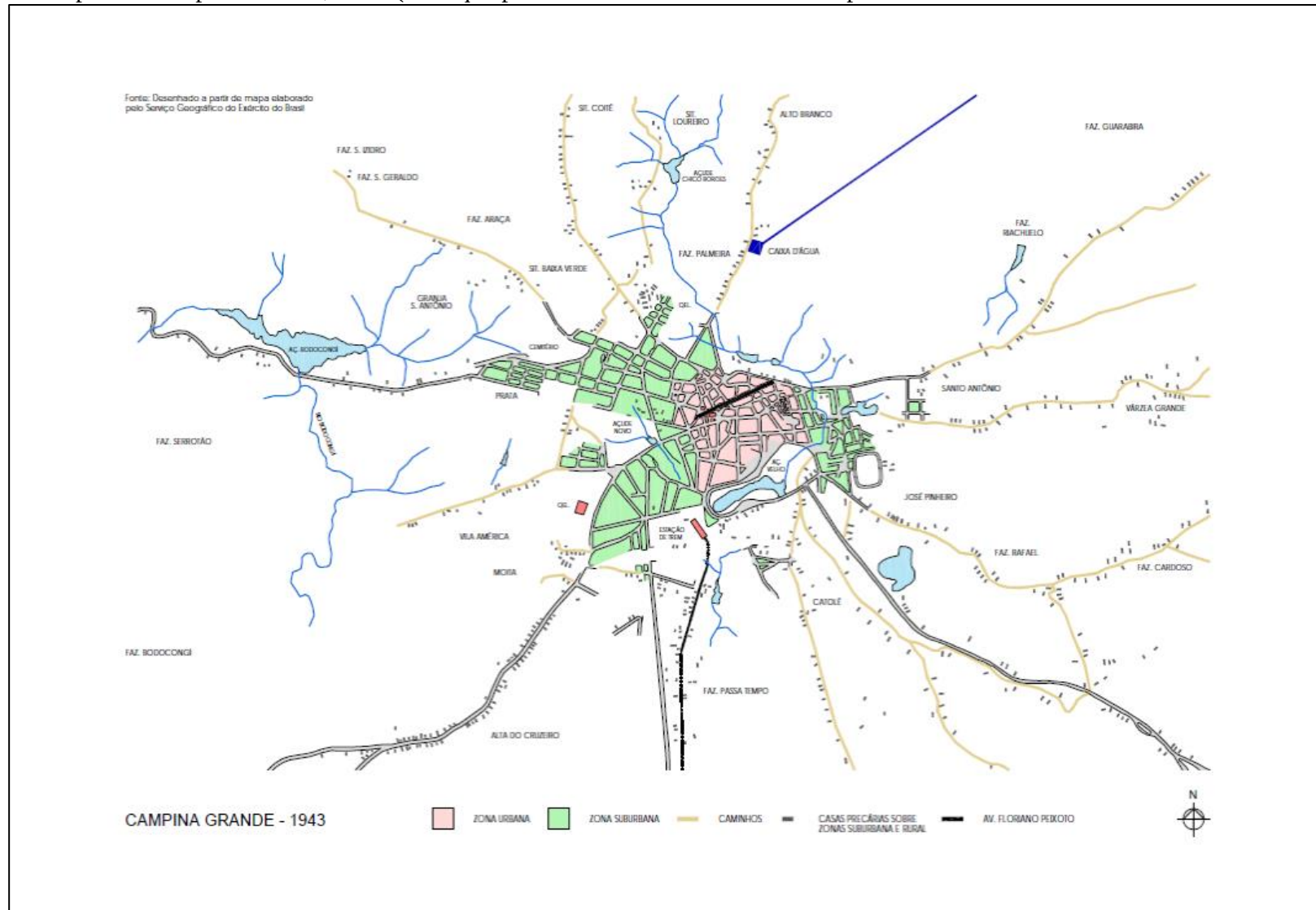
³⁵ Após essa reforma, “A área urbana quase dobrou, sem levar em conta (sic) que a densidade habitacional aumentou consideravelmente em relação ao período anterior” (PORTO, 2007, p. 63).

³⁶ SOUSA (2001); LIMA (2004); FEITOSA (2011).

³⁷ Já na década de 1960 o Alto Branco se apresentava como um dos bairros de classe média da cidade (CARDOSO, 1963). Atualmente, “[...] Alto Branco e Prata são os (bairros) que apresentam maior renda familiar” (MAIA et al, 2013, p. 34, acréscimo e grifo nosso).

³⁸ Para mais informações consultar: Araújo, 2014.

Mapa 04: Campina Grande, 1943 (destaque para as moradias localizadas nas periferias da cidade e na zona rural do município).



Fonte: Queiroz, 2008.

No mapa 04 os pequenos traços em cinza dizem respeito às moradias de parte da população pobre da cidade, constatando-se que, já nesse período, grande parte das famílias pobres se localizavam nas periferias, bem como nas áreas ainda consideradas rurais, tendo em vista o encarecimento dos espaços na cidade, sobretudo a partir da Reforma Urbanística.

Nota-se também a presença de várias fazendas (abreviadas com as letras “faz”) e de sítios (com abreviatura “sit”) no espaço do município na década de 1940. Alguns desses espaços rurais iriam se transformar em áreas urbanas e se tornar bairros homônimos posteriormente (exemplo: Palmeira, Louzeiro, Coité [sic], etc). Ademais, a localização de tais espaços rurais e das moradias dos mais pobres coincidem com as vias de acesso principais da cidade (tracejado em amarelo no mapa 04), atualmente consolidadas. Tratavam-se de caminhos rurais e hoje configuram algumas das principais vias de acesso da cidade (estradas, avenidas, ruas, entre outros).

Ainda de acordo com o mapa 03 pode-se perceber que houve, no intervalo de 20 anos, entre os anos de 1940 e a década de 1960, um crescimento considerável da malha urbana de Campina Grande. Segundo Gurjão et al (1999, p. 20):

Neste período já estavam definidos oficialmente os seguintes bairros: Liberdade, José Pinheiro, Prata, Bela Vista, Monte Santo, São José, Monte Castelo, Moita, Casa de Pedra, Conceição, Prado, Catolé, Palmeiras (sic), Quarenta, Santo Antônio, Alto Branco, Bodocongó, Cruzeiro e Três Irmãs.

Hoje alguns desses bairros mudaram de nome ou foram incorporados a outros, a exemplo do Prado, Moita e Casa de Pedra. Segundo Souza (2010, p. 40), após a década de 1940, “Campina Grande começa a passar de uma cidade concentrada onde os diferentes grupos sociais ficavam muito próximos morando na área central e no seu entorno imediato para a forma urbana intitulada por Caldeira (2000) de centro-periferia”.

Na década de 1960 tem-se o acréscimo de vários bairros no cenário urbano de Campina Grande. A maior parte da expansão urbana se dá nos bairros imediatamente posteriores (sentido centro-bairros) aos ocupados nas proximidades do Centro no período anterior, década de 1940. Nos anos de 1960 procedeu-se à ocupação de alguns bairros cujas áreas possuem maior altitude e/ou declividade, ressaltando a maior dificuldade de acesso e construtibilidade. São exemplos desses bairros o Alto Branco (que teve seu crescimento intensificado) e Bela Vista cujos próprios nomes já apontam a especificidade do relevo³⁹.

³⁹ Segundo Gurjão et al (1999, p. 27), a respeito do sítio, alguns desses bairros ocupam níveis mais elevados na cidade, “(550-600 metros de altitude) como o Alto Branco, Centro, Mirante, Bela Vista e Prata”.

Além disso, outros bairros, como Conceição, também tiveram sua ocupação nesse período. Nesse bairro, a parte de relevo mais elevado constitui a área de moradia de famílias com melhores condições financeiras em geral. Já a parte mais rebaixada, próxima ao Riacho das Piabas, é uma área habitada por pessoas de renda mais baixa (constatações feitas a partir de observações *in loco*). Alguns dos bairros que surgem na década de 1960 viriam a ser considerados como espaços mais pobres da cidade, a exemplo do Jeremias. Lembrando também que nesse período já era possível observar algumas ocupações informais.

O Bairro do Catolé, que apresenta terreno plano predominantemente, mas com a presença de alguns corpos hídricos, como riachos e lagoas, já tinha parte da sua área ocupada anteriormente, mas passa também por essa expansão urbana da década de 1960, apresentando considerável área urbana em comparação com as décadas anteriores. Ao longo do tempo, o bairro passa a ser considerado como um dos mais valorizados da cidade, tendo localização privilegiada, próxima às saídas para João Pessoa e para Pernambuco e do Terminal Rodoviário de Passageiros, como será discutido em capítulo posterior.

Bairros mais distantes do centro da cidade também figuraram como áreas urbanas acrescidas à época, como foi o caso do bairro de Bodocongó, que surgiu com a construção do açude de Bodocongó⁴⁰, passando, posteriormente, a ser um bairro industrial⁴¹, com uma posição de destaque no cenário urbano na década de 1960 em relação à década de 1940⁴². Uma característica marcante na paisagem deste bairro é o riacho de Bodocongó que corta grande parte do bairro e que é margeado por algumas das atuais áreas de risco da cidade. A respeito da década de 1960, Cardoso (1963, p. 07) expõe:

[...] já se observava na cidade durante a década de 1960 uma diferenciação social entre os bairros, em que se verificavam aqueles, tipicamente proletários, como Monte Santo, Moita, Cruzeiro, Liberdade, José Pinheiro, Bodocongó, Jeremias; outros de classe média como Palmeira, São José, Alto Branco e outros, ainda, onde já predominava uma classe mais abastada, como é o caso da Prata, Lauritzen e Tavares. Dessa maneira, a cidade nesse momento apresentava em sua estrutura urbana bairros onde morava a população pobre, alguns localizados próximos das indústrias, mas todos ficavam na área periférica; e os bairros próximos à área central onde morava uma população de maior poder aquisitivo e a elite de Campina Grande.

Havia um crescimento urbano no sentido centro-periferia geográfica da cidade, o que coincide com o aumento populacional proveniente também do êxodo rural verificado no Brasil

⁴⁰ O açude teve sua construção concluída em 1917, mas a instalação dos moradores se deu paulatinamente, se consolidando posteriormente.

⁴¹ A criação dos pólos industriais em áreas periféricas causou a expansão da malha urbana e a ocupação de áreas mais afastadas do centro por parte da população mais pobre (SOUZA, 2010, p. 41).

⁴² Hoje Bodocongó se destaca por ser um bairro universitário, onde se localizam as duas principais universidades da cidade, Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, além de centros educacionais como a Escola Técnica Redentorista.

e em Campina Grande. Naquele momento, a cidade já apresentava configuração consolidada no que diz respeito às diferenças e desigualdades no seu espaço.

Assim, o aumento da pobreza também foi um fator importante a se considerar nesse processo de expansão urbana, embora o momento em voga (década de 1960) se tratasse de parte do período do regime militar que bradava discursos de progresso e crescimento econômico, mas que minou o investimento estatal em cidades do porte de Campina Grande⁴³. Nas palavras de Lima (2004),

Como a política centralizadora dos militares priorizava as capitais, as cidades de porte médio foram as mais prejudicadas, já que, os impostos foram concentrados na esfera federal e as receitas, que deveriam compensar a perda de arrecadação nesses municípios, não eram suficientes (LIMA, 2004, p. 153).

Esse momento gerou repercussões extremamente negativas para Campina Grande que vinha tendo um crescimento acelerado relacionado ao ideário de desenvolvimentismo e, a partir daí, passa a ter esse processo freado, uma vez que o governo militar possuía como meta essa centralização de investimentos nas capitais dos estados. Tal dinâmica intensificou a pobreza e as problemáticas sociais, com ênfase nos problemas de moradia. Nesse momento havia muitas áreas ocupadas pelas famílias proletárias que viviam em busca da sobrevivência (fuga da pobreza, do desemprego, das enchentes, das doenças). De acordo com Lima:

À medida que as cidades crescem, os serviços públicos, na área de educação e saúde tornam-se sobrecarregados pela população pobre que necessita desses serviços e não tem outra alternativa, já que não dispõe de recursos e os problemas habitacionais são maiores a cada dia, com a demanda por residências populares sendo sempre superior à oferta (LIMA, 2010, p. 270).

Sabe-se que, em meio à ausência de investimentos nas áreas sociais, nem todas as parcelas da população são prejudicadas. É sabido também que, comumente, quando há lacunas de investimentos para uma parcela da população, por outro lado, há ascensão e/ou estabilidade econômica para outra camada, são duas facetas da mesma realidade.

Partindo para discussão sobre as décadas de 1980 e de 1990, afirma-se que, ao adentrar esse período, a malha urbana de Campina Grande já havia se expandido de uma maneira considerável. Os dois últimos quadrantes do mapa 03 permitem afirmar que, novamente, dentro de poucas décadas, a cidade conhece um expressivo crescimento urbano, constatando a tendência de periferização da cidade, a partir da urbanização espraiada (SANTOS [2009];

⁴³ “A nova política posta em prática na SUDENE irá privilegiar, ainda mais, as capitais que já vinham se beneficiando e, priorizará projetos para outras capitais, prejudicando, desta forma, os municípios do interior, como Campina Grande, que apostavam na política de incentivos para se soerguer” (LIMA, 2004, p. 134).

MAIA [2013]). Acrescenta-se a isso o fato de que com o processo de valorização (imobiliária) de algumas áreas, os moradores mais pobres migraram para bairros mais distantes⁴⁴.

Também foram verificadas, entre essas décadas, inúmeras ocupações espontâneas, chamadas também de favelas, sobretudo em áreas cujas condições socioambientais eram precárias, sendo localidades desprezadas pelo mercado imobiliário e não atendidas pelos governos locais, estaduais e/ou federais. Esse fato refletiu também o forte declínio econômico pelo qual o Brasil passava à época⁴⁵.

No Nordeste esse processo acentua a pobreza nas áreas rurais e, conseqüentemente, nas cidades, destino das famílias do campo, como foi o caso de Campina Grande. Problemas como os de moradia foram ampliados para os pobres urbanos, aos quais restavam opções como os espaços mais insalubres, quais sejam aqueles próximos aos riachos, áreas íngremes, de difícil construtibilidade, com inúmeros problemas socioambientais.

Retomando a discussão acerca do sítio, é notório que os aspectos topografia e rede de drenagem influenciaram no processo de adensamento da malha urbana de Campina Grande e no seu processo de apropriação. Para alguns grupos essas características foram tidas como amenidades e situação privilegiada, levando em consideração que era possível pagar pela sua apropriação. Para outros, os mais pobres, a topografia e/ou os corpos d'água constituíram-se enquanto um problema, tendo em vista a ausência de condições financeiras para contornar alguns dos entraves de acesso a uma moradia digna, inclusive os problemas socioambientais.

2.4 CAMPINA GRANDE E SUAS CONFIGURAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Após pensar acerca do processo de urbanização de Campina Grande e sobre algumas das suas características principais, uma maior aproximação do debate sobre o sítio físico do espaço é por demais fortuita, uma vez que as relações sociais se dão sobre um espaço físico e ainda porque “El espacio social contiene objetos muy diversos, tanto naturales como sociales” (LEFEBVRE, 2013, p. 134). O sítio físico, por sua vez, é dotado de especificidades capazes de nortear e condicionar o processo de produção desses espaços, por meio da urbanização,

⁴⁴ Segundo Sonale Souza (2010, p. 46): “Os bairros antes (nas décadas de 1960, 1970, 1980) ocupados pela população mais pobre da cidade, como por exemplo, o José Pinheiro, o Catolé, o Tambor, o Liberdade, o Quarenta e o Santa Rosa, com a diminuição dos vazios urbanos próximos ao Centro, atualmente constituem locais de moradia de uma população com maior poder aquisitivo do que os antigos moradores. Hoje, muitas moradias estão sendo vendidas nessa área, assim como os terrenos estão sendo procurados pelas imobiliárias, como no bairro Catolé, onde se tem observado o processo de verticalização com a construção de condomínios residenciais para a classe alta e média alta”.

⁴⁵ Autores como Guimarães Neto, Celso Furtado, Francisco de Oliveira abordam, de maneira mais aprofundada a temática, que não constitui objetivo do estudo.

conforme apontado em tópicos anteriores, por exemplo. No entendimento de Ab'Sáber “[...] todos os elementos naturais [...], em conjunto, participam da condição de sítio urbano” (AB’SÁBER, 2007, p. 15).

Além de participarem da condição do sítio urbano, os elementos naturais se complementam. Nesse sentido, nenhum elemento é mais “forte” ou importante do que o outro nas dinâmicas da natureza, todos têm sua relevância. Pierre Monbeig (2004 [1941]) enfatiza a influência recíproca entre os vários elementos naturais e sociais, e ressalta a necessidade de tratá-los de maneira imbricada. Para Souza (2016, p. 27): “[...] ‘natureza’ e ‘sociedade’, longe de corresponderem a dois continentes ontológicos cartesianamente distinguíveis, equivalem antes a faces distintas de uma realidade una, indivisível e em constante mutação”.

No que se refere à relação dos elementos naturais com a sociedade, é preciso compreender que os primeiros se apresentam como essenciais para a conformação dos espaços, de acordo com as intencionalidades da sociedade. Cabe pensar também como algumas parcelas da população foram se apropriando ou tangenciando certos espaços das cidades nos quais alguns elementos naturais estão presentes, caracterizando-se por essa ou por aquela particularidade. Em Campina Grande, o sítio físico também influenciou o seu processo de ocupação, em função do seu relevo e, sobretudo, da sua rede hidrográfica.

Um exemplo, nesse sentido, é a proximidade ou afastamento das pessoas de áreas como várzeas de rios e riachos, em função da sua capacidade (ou impossibilidade) de pagar pelo acesso ao solo e de acordo com a maneira como esses elementos estão sendo tratados/utilizados. Nesse cenário, surge uma questão a esse respeito: Os espaços apropriados pelos grupos de maior renda, em Campina Grande, no passado e atualmente, se tratavam/tratam de áreas problemáticas (a exemplo dos riachos poluídos e esgotos a céu aberto) ou diziam/dizem respeito às amenidades a serem consumidas, por essa mesma demanda solvável?

Tal questão pode ser analisada a partir, dentre outros aspectos, do entendimento do processo da especulação imobiliária. Nas palavras de Santos (2009, p. 106): “A especulação imobiliária resulta, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização”.

Pode-se inferir que o sítio físico, além dos conflitos por terra e por uma localização mais “desejada”, aparece como alguns dos motivos que acirram as disputas no espaço urbano e, conseqüentemente, a especulação imobiliária, pois “A natureza, como o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente” (LEFEBVRE, 2008, p. 54). Assim, naqueles terrenos onde é mais fácil construir,

onde há poucos problemas socioambientais e que também são visados por grupos sociais diversos, lá, haverá, muito provavelmente, dinâmicas de valorização e especulação imobiliária.

Agentes produtores do espaço, como o Estado, podem interferir, ampliar ou minimizar tais problemáticas, de acordo com suas intenções, e a partir da possibilidade de reprodução do capital e do fornecimento de benesses às camadas sociais mais abastadas, a exemplo das chamadas amenidades ambientais. De acordo com Moraes (2005, p. 57): “O Estado diante da questão ambiental manifesta uma situação paradoxal: parte do seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação”. Diante disso, apreensões da natureza não podem ser realizadas sem levar em consideração o papel dos agentes supramencionados.

Segundo Porto-Gonçalves (2014, p. 62): “No chamado mundo ocidental, vivemos de fato essas duas vertentes: ou vemos a natureza como algo contingente, lugar de luta de todos, da chamada lei da selva, ou vemos a natureza como harmonia e bondade”. Desta feita, a natureza poder ser apreendida de duas maneiras: 1) como algo aprazível, a exemplo das amenidades ambientais, vendidas por agentes imobiliários nos grandes condomínios horizontais de luxo, por exemplo; 2) como um problema, vide os grandes riachos urbanos poluídos e/ou alvo de cheias e inundações quando da ocorrência de grandes quantitativos de chuvas.

Para Smith (1988, p. 45): “Primeiro, a natureza foi de tal forma domesticada que agora as conotações de hostilidade são reservadas para os eventos extremos e pouco frequentes, tais como maremotos, enchentes e furacões”. Coadunando com a ideia aqui desenvolvida, essa citação auxilia a entender que a hostilidade que é relacionada à natureza se dá em casos de eventos extremos, enquanto a visão da natureza como “amiga” se volta para as amenidades.

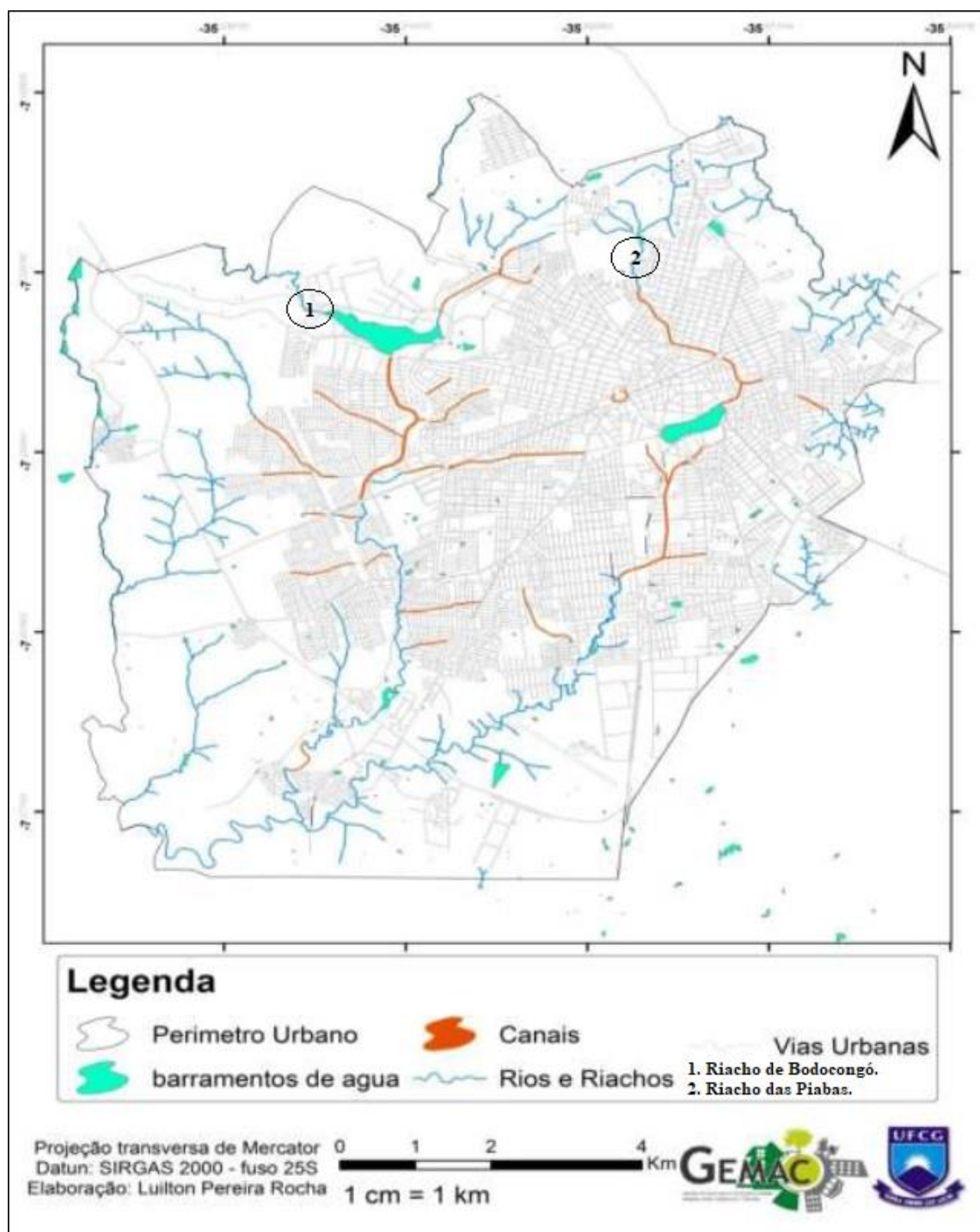
Nesse sentido, a pergunta que surge é: quem, ao longo da ocupação da cidade de Campina Grande, ficou com a parcela aprazível da natureza e a quem foi destinada a “natureza indesejada”? E mais, quem direcionou esse processo seletivo de ocupação da cidade? Essas são questões que serão pensadas e abordadas ao longo do estudo.

A princípio, um aspecto que pode auxiliar a responder a questão supramencionada é o fato de a cidade estudada ser cortada por riachos urbanos (parte com leito natural e parte canalizada⁴⁶, conforme já exposto) (Mapa 05). O distanciamento de certos grupos sociais desses corpos d’água reflete o processo de ocupação desigual e seletiva do espaço urbano, à medida que, contraditoriamente, as classes de menor renda não possuem opção de escolha e, muitas

⁴⁶ Ressalta-se que a canalização pode vir a transferir problemas que estavam à montante dos riachos para sua jusante, apenas modificando-se as áreas foco dos problemas, como cheias e inundações.

vezes, são “obrigadas” a (con)viver nesses espaços, com os problemas decorrentes da dinâmica urbana (como as desigualdades) associados aos aspectos hidrográficos da cidade.

Mapa 05: Rios, riachos e canais de Campina Grande.



Fonte: Rocha, 2016 (Adaptado).

No mapa 05 pode-se observar a densidade de urbanização ao longo das bacias hidrográficas⁴⁷, o que quer dizer também a densidade de ocupação às margens dos riachos, demonstrada pela cor cinza no mapa. Levando em consideração a presença de corpos d'água na cidade, ressalta-se que a maioria das ocupações que são consideradas de risco localizam-se nas proximidades desses riachos/canais. Ademais, grande parte dessas ocupações se deu através da autoconstrução (embora muitas vezes feitas por profissionais como pedreiros do local, mas sem auxílio de técnicas mais adequadas às construções e adaptações de terrenos, entre outros), o que pode intensificar problemas resultantes das cheias e inundações.

Outra discussão importante sobre esses espaços é a relação das pessoas com os corpos hídricos urbanos. Uma observação atenta à cidade de Campina Grande e sua história é suficiente para notar o quanto os riachos/canais urbanos estão presentes no cotidiano das pessoas, visto que vários dos seus bairros estão às margens dos riachos e mananciais urbanos. Por exemplo, o Riacho das Piabas (sobretudo a parte que abrange o Açude Velho e entorno) já serviu para abastecer parte da cidade. Contudo, contemporaneamente, a relação das pessoas com os riachos se dá de maneira predatória, ou seja, nota-se que tais corpos d'água foram abandonados à própria sorte e que as pessoas foram “abandonadas” às suas margens, também à própria sorte.

A poluição das águas (através do lixo e do despejo de águas servidas), o assoreamento dos riachos e mananciais, o envenenamento dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos e da sua biota⁴⁸ (com o despejo de produtos químicos provenientes das indústrias da cidade que são levados até o leito dos riachos e aos níveis mais baixos dos lençóis freáticos) são problemas recorrentes. Esses são alguns dos exemplos mais fortes dessa calamitosa situação que não é somente atual, mas vem se agravando nas décadas mais recentes.

Uma matéria da Câmara dos Vereadores (2017) aponta algumas dessas problemáticas, afirmando o seguinte: “Reunindo ecologistas e especialistas no assunto, foi discutida a situação do Riacho das Piabas e da Mata do Louzeiro, assim como os problemas causados nas comunidades adjacentes pela poluição do canal e o seu assoreamento”⁴⁹. Embora haja ações no sentido de preservação dos riachos e reservatórios de água por parte de alguns âmbitos da

⁴⁷ Para Karmann (2008), a bacia hidrográfica pode ser definida como “(...) área de captação de água de precipitação, demarcada por divisores topográficos, onde toda água captada converge para um único ponto de saída, o exutório” (KARMANN, 2008, p. 116). A cidade de Campina Grande está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

⁴⁸ Algumas matérias jornalísticas, encontradas ao longo da pesquisa, mostram essa problemática, a exemplo da manchete a seguir: “Excesso de poluição mata peixes no Açude Velho, em Campina Grande” (Disponível em: <http://www.falaprefeitopb.com.br/2015/07/excesso-de-poluicao-mata-peixes-no.html> [Quinta-feira, 23 de julho de 2015]. Acesso em: 14 dez. 2018).

⁴⁹ Disponível em: <https://www.camaracg.pb.gov.br/situacao-do-riacho-das-piabas-e-discutida-em-audiencia-na-cmcg>. Acesso em: 05 jan. 2019).

sociedade, como Igreja Católica, Universidades e algumas escolas públicas do entorno, a situação predominante é de abandono.

Complementando a discussão sobre o sítio da cidade, outras variáveis são importantes para a compreensão da relação sociedade-natureza apresentada em Campina Grande. No que concerne à altitude, “[...] Campina Grande está em uma altitude média de 550m” (PORTO, 2007, p. 21). A partir de dados do INMET, pode-se afirmar que, em Campina Grande, a temperatura média gira em torno de 23,5 °C, com umidade relativa do ar média de 77% e precipitação média de 777 mm/ano (série de 10 anos) (INMET, 2019)⁵⁰.

Segundo Cabral Júnior (2012), em Campina Grande, em média “[...] o regime pluvial é assimétrico, a estação chuvosa dura cerca de cinco meses (mar-jul), há irregularidade nas quantidades de chuvas anuais e por décadas [...]”⁵¹ (CABRAL JÚNIOR, p. 13, 2012), ressaltando que, em alguns casos, o período chuvoso tem início já nos meses de janeiro e/ou fevereiro.

Com relação às irregularidades citadas acima, afirma-se que ela diz respeito à distribuição espacial e temporal das chuvas. No que se refere à distribuição espacial, verifica-se que algumas regiões, estados, cidades, por exemplo, possuem um quantitativo de água (corpos hídricos, valores de chuva, por exemplo) bem maior do que outras áreas. Fatores como a geologia e a geomorfologia do local, além dos regimes climáticos, influenciam essa dinâmica.

A respeito da distribuição temporal, alguns espaços apresentam irregularidades nesse sentido, pois a ocorrência de chuvas se dá de maneira concentrada no tempo, como o exemplo de Campina Grande. Assim, há chuvas torrenciais em alguns meses do ano, as denominadas chuvas concentradas, já nos demais meses se verifica uma escassez de chuva.

Esses períodos de escassez de precipitações plúciais podem ser denominados de seca (quando o período é mais prologando) ou estiagem (quando se trata de um espaço de tempo menor)⁵². Nos últimos anos se verificou uma forte estiagem na Região Nordeste⁵³, sobretudo

⁵⁰ Disponível em: www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisClimatologicas. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁵¹ Análise da climatologia de Campina Grande para uma série de dados de 100 anos (1911 a 2011).

⁵² No Brasil, sobretudo no passado (com consequências ainda hoje), se constituiu a chamada “Indústria da Seca” na qual políticos angariavam recursos em nome do Nordeste seco, mas os problemas nunca eram solucionados, perpetuando-se, assim, vários problemas como a sede, a fome e a morte de pessoas, animais e vegetação. A respeito desse tema, consultar Furtado (1998). No livro “Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado”, o autor expõe o seguinte, sobre Campina Grande: “Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração...”.

⁵³ Segundo informações da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESA): “De acordo com o setor de Monitoramento e Hidrometria da Aesa, os últimos seis anos foram de chuvas abaixo da média histórica na maior parte do Estado”. Disponível em: www.aesa.pb.gov.br/aesa_website/2018/01/03/aesa-anuncia-previsao-climatica-para-o-primeiro-trimestre-de-2018-na-regiao-semiarida. Acesso em: 05 ago. 2018).

no Semiárido, onde Campina Grande está situada⁵⁴, com exceção de algumas fortes chuvas isoladas.

Esse fato se apresenta como muito relevante, pois, uma vez que, na Região Nordeste (no semiárido), as chuvas se caracterizam pela concentração no tempo e no espaço, pode-se afirmar que, em períodos de estiagem as problemáticas são muito grandes embora de natureza distinta daqueles momentos em que ocorre o inverso. Ou seja, em momentos de muita chuva, os problemas, sobretudo nas cidades, são gritantes, a exemplo das enchentes e inundações.

Pode-se pontuar ainda que outro fato que colabora para a intensificação desses problemas é que a gestão das cidades tem sido realizada sem se levar em conta tais especificidades socioambientais. Esse aspecto pode ser verificado em algumas cidades nordestinas, como Campina Grande, nas quais a falta e/ou escassez de água é uma realidade em grande parte do tempo. Nesses espaços, as gestões não têm levado em consideração a possibilidade da ocorrência de chuvas torrenciais, já que predomina a ausência de precipitações pluviais. Porém, quando há grandes quantitativos de chuvas, os problemas são maximizados, visto que as cidades não foram suficientemente “preparadas” para tais eventos.

Observa-se que aspectos como a intermitência dos riachos são escamoteados no processo de gestão dos centros urbanos, ocasionando problemas e transtornos que poderiam ser evitados, caso os gestores e correlatos entendessem a intrínseca relação dos fenômenos naturais com os espaços urbanos e a necessidade de levar isso em consideração no que diz respeito à gestão das cidades, sobretudo aquelas mais densamente ocupadas.

Acerca da irregularidade temporal de distribuição das chuvas e sua relação com processos de infiltração e escoamento superficial, tem-se a contribuição de Karmann (2000) que ressalta:

Chuvas regularmente distribuídas ao longo do tempo promovem uma infiltração maior, pois, desta maneira, a velocidade de infiltração acompanha o volume de precipitação. Ao contrário, chuvas torrenciais favorecem o escoamento superficial direto, pois a taxa de infiltração é inferior ao grande volume de água precipitada em curto intervalo de tempo (KARMANN, 2000, p. 119).

Além do exposto pelo autor a respeito da distribuição da chuva, do ponto de vista temporal, a depender da capacidade de infiltração e percolação do solo, chuvas torrenciais pouco contribuem para a infiltração da água, pois há predominância do escoamento superficial, sobretudo em espaços com solos pouco profundos como os de Campina Grande. Esses fatores podem agravar situações como inundações, a exemplo dos casos em que as chuvas são tão

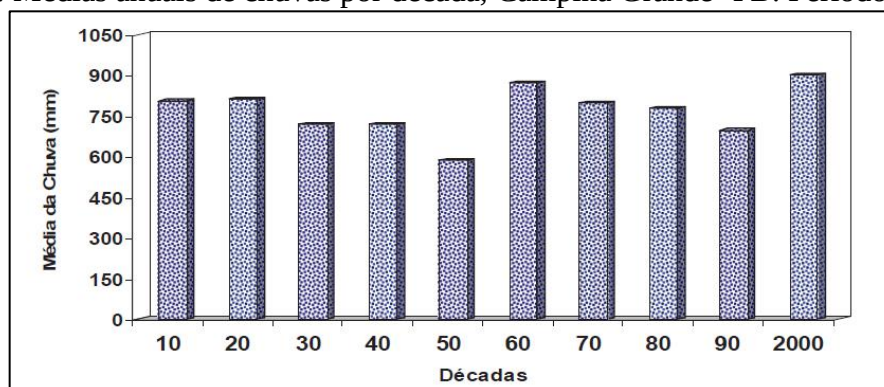
⁵⁴ Campina Grande pertence à Região Semiárida nordestina (IBGE, 2007).

intensas que carregam dejetos, sedimentos e lixo das partes mais à montante dos rios para o curso e para a jusante dos mesmos, causando grandes problemas nas áreas mais baixas.

No que se refere à dinâmica das chuvas e dos eventos extremos relacionados às precipitações pluviais na cidade de Campina Grande, pode-se afirmar que tais dinâmicas sofrem influência dos seguintes sistemas climáticos: a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), os Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis (VCAN) (CABRAL JÚNIOR, 2012) e os Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOL)⁵⁵. Os dois primeiros influenciam, sobretudo, nos períodos de fevereiro, março e abril. Já o terceiro sistema tem maior influência sobre as ocorrências verificadas nos meses de junho e julho.

Constata-se ainda a irregularidade na distribuição temporal das precipitações pluviais na cidade. Esse fato pode ser constatado através do gráfico 01 e do quadro 01 nos quais observa-se, respectivamente, os dados relativos à quantidade de chuvas na cidade durante algumas décadas (período: 1911 a 2011) e durante alguns anos (de 1983 até 2012).

Gráfico 01: Médias anuais de chuvas por década, Campina Grande -PB. Período: 1911-2011.



Fonte: Almeida, 2012 apud Cabral Junior, 2012.

⁵⁵ Para mais informações sobre esses sistemas, consultar: Ferreira e Mello (2005).

Quadro 01: Dados climatológicos de 1983 a 2012 de Campina Grande – PB

Ano	Precipitação anual (mm)
1983	514,1
1984	764,3
1985	1155,9
1986	1207,8
1987	594,8
1988	753,5
1989	818,1
1990	721,6
1991	804
1992	982,7
1993	406,8
1994	986,5
1995	644,9
1996	821,6
1997	681,4
1998	358,4
1999	501,1
2000	1364,9
2001	743,5
2002	771,3
2003	613,7
2004	1248,7
2005	870,5
2006	735,2
2007	753,7
2008	919,3
2009	1066,1
2010	699,5
2011	1491,8
2012	609
Média	820,16

Fonte: EMBRADA/CG apud Plano Municipal de Saneamento Básico de Campina Grande.

O gráfico 01 apresenta uma série de dados mais longa do que a do quadro 01. No gráfico aparecem as décadas mais e menos chuvosas, sendo que aquele período que apresentou médias anuais de chuva, por década, menor foi o de 1950, enquanto a década mais chuvosa foi a de 2000⁵⁶. Esses dados foram apresentados para que possibilite uma melhor compreensão de tais dinâmicas em uma escala de tempo mais abrangente.

No quadro 01 tem-se a variação quanto à precipitação pluvial anual, a partir do ano 1983, em Campina Grande. Consta-se que, no período de 1983 a 2012, os anos de mais baixo quantitativo de chuvas foram: o ano de 1998 com apenas 358,4mm/ano e o ano de 2012 com 609 mm/ano⁵⁷. Ao passo que, em anos como 2000, 2004, 2009 e 2011, foi verificada uma maior intensidade de chuvas, comprovando os dados do gráfico 01 a respeito da década de 2000.

Em 2011, que aparece como sendo o último ano mais chuvoso do período, por exemplo, choveu 1491,8mm/ano, ou seja, aproximadamente quatro vezes mais do que no ano de 1998 e mais de duas vezes o número verificado em 2012, momento no qual as chuvas cessaram ou escassearam-se e teve início a estiagem verificada ainda hoje⁵⁸.

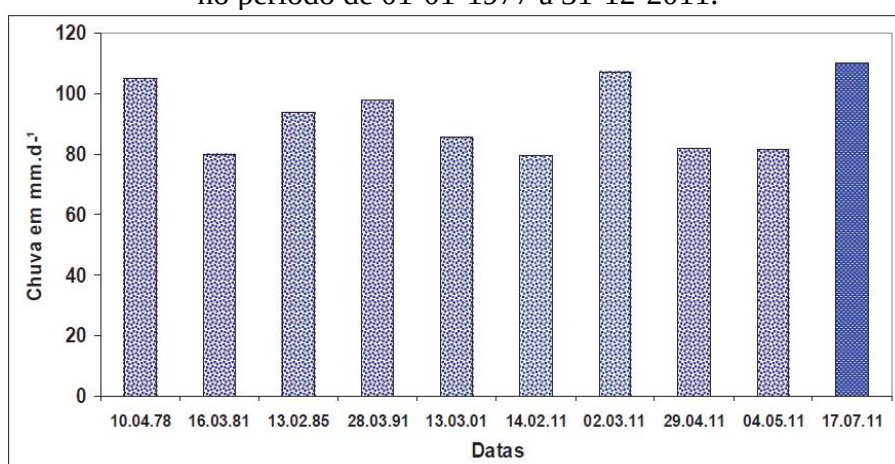
⁵⁶ Segundo Cabral Junior (2012, p. 32), ao longo de 100 anos, a década mais seca foi a de 1950 e a mais chuvosa a de 2000.

⁵⁷ Na escala temporal analisada por Cabral Junior (2012), o ano mais seco foi o de 1952.

⁵⁸ De acordo com informações da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESAs): “A estiagem de 2017 foi provocada, principalmente, pelas condições do Oceano Atlântico e a influência do fenômeno El Niño” (Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa_website/2018/01/03/aesa-anuncia-previsao-climatica-para-o-primeiro-trimestre-de-2018-na-regiao-semiarida. Acesso em: 05 dez. 2018).

No que diz respeito aos eventos extremos ou eventos máximos de precipitações pluviais, Cabral Júnior realizou uma análise temporal, em uma série de 35 anos, considerando a ocorrência de chuvas acima de 30 mm/dia (CABRAL JÚNIOR, 2012), tendo os meses de fevereiro, março e abril como aqueles nos quais houve maior repetição da frequência desses eventos. Segundo o autor, a ZCIT⁵⁹ tem influência preponderante nesse processo, levando em consideração que, a partir dessa influência, os extremos tendem a ser mais frequentes e mais intensos. O gráfico 02 traz alguns dados relativos à análise:

Gráfico 02: Valores extremos da precipitação máxima em 24 horas, em Campina Grande -PB, no período de 01-01-1977 a 31-12-2011.



Fonte: Almeida, 2012 apud Cabral Junior, 2012.

Os dados do gráfico 02 apresentam os dias mais chuvosos no período de mais de 30 anos. Consta-se que, de todos os dias apontados, foi em 2011 que ocorreu o evento mais representativo nesse sentido. Esse fato vem contribuir com os dados mostrados anteriormente a respeito das décadas e dos anos mais chuvosos, nos quais os anos 2000 aparecem como uma década representativa nesse contexto, sendo a década mais chuvosa.

A irregularidade na distribuição das chuvas dá origem a uma espécie de “efeito cascata”, uma vez que a cidade, cada vez mais produzida para o capital e menos para as pessoas, entra, em alguns casos em estado caótico, com as enchentes e inundações que ocorrem em alguns pontos da cidade, em virtude das chuvas torrenciais nos anos mais chuvosos e da ausência histórica de políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade nesses espaços.

Complementarmente aos dados anteriormente apresentados, ressalta-se ainda que o ano de 2011 foi aquele no qual as ocorrências mais graves aconteceram em várias áreas da

⁵⁹ Isso ocorre quando a ZCIT está incursionada mais ao Sul da linha do Equador (CABRAL JÚNIOR, 2012). Para mais informações acerca dos sistemas climáticos e dinâmicas atmosféricas na cidade de Campina Grande, sugere-se consultar a pesquisa do autor na íntegra.

cidade de Campina Grande, inclusive com registro de morte e inúmeras famílias desabrigadas⁶⁰. Os jornais locais trouxeram notícias sobre esses fatos. Em matéria do dia 02-03-2011, o Jornal da Paraíba noticiava: “Chuva deixa 38 pontos de alagamento em CG; muro e parte de teto desabam”⁶¹. Já na data de 18-07-2011, o mesmo Jornal exibe a seguinte manchete: “Criança é levada por enxurrada e bebê morre após desabamento”⁶²⁻⁶³.

Finalmente, a intenção de apresentar algumas das relações dos elementos físicos com a sociedade na cidade de Campina Grande consiste na necessidade de compreensão de que a cidade cresceu, se adensou e com isso os problemas socioambientais como aqueles relacionados aos riachos se intensificaram. No entanto, a presença da natureza sempre foi imperiosa, não cabendo a responsabilização da mesma por processos causados e/ou influenciados pela sociedade, em suas várias dimensões (grupos sociais excluídos, Estado, agentes imobiliários).

Toda essa problemática citada, juntamente com a pobreza presente em grande parte das cidades brasileiras, a exemplo de Campina Grande, configura o que alguns teóricos têm chamado de (in)justiça socioambiental, que é aquela que alia problemáticas relativas à natureza e sua apropriação aos já existentes problemas relacionados às desigualdades. Nos capítulos seguintes esse debate será exposto mais amplamente.

⁶⁰ Além do acompanhamento dos dados e notícias sobre esses fatos ocorridos em 2011 na cidade de Campina Grande, houve também o acompanhamento presencial por parte da autora da presente pesquisa que, no momento, era funcionária pública concursada da Prefeitura Municipal de Campina Grande, atuando na Coordenadoria de Defesa Civil do município.

⁶¹ Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/56710_chuva-deixa-38-pontos-de-alagamento-em-cg--muros-e-parte-de-teto-desabam. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁶² Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/63139_crianca-e-levada-por-enxurrada-e-bebe-morre-apos-desabamento. Acesso em: 02 fev. 2017. Nota: O bebê que faleceu foi no município de Puxinanã, entretanto, a outra criança destacada na matéria e que estava desaparecida veio a óbito no bairro do Mutirão em Campina Grande

⁶³ Para um maior aprofundamento sobre esse caso, consultar a pesquisa de Freire (2016).

3 “COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO”⁶⁴: POLÍTICAS HABITACIONAIS E A PRODUÇÃO DA MORADIA

O presente capítulo traz uma discussão a respeito do agente produtor do espaço “Estado” e, num segundo momento, sobre os “grupos sociais excluídos”. Considera-se de extrema importância pensar a respeito das ações e omissões do Estado no processo de produção do espaço urbano e da moradia, com destaque para os entraves relativos ao seu acesso por parte dos mais pobres.

O Estado, nesse contexto, apresenta-se como parte fundamental de uma dinâmica maior que engendra as relações socioespaciais, visto que a sua atuação, de forma isolada ou em conjunto com outros agentes, a exemplo daqueles relacionados ao setor imobiliário, tem guiado os processos que dão origem à manutenção de privilégios, por um lado, e à ausência de direitos, por outro, sobretudo no que se refere à moradia.

Entender que o Estado possui papel importante e fundamental na geração/manutenção de desigualdades constitui um passo importante para se refletir e buscar compreender as dinâmicas socioespaciais, tendo em vista que, a partir das ações/omissões desse agente, inúmeras realidades são cotidianamente conformadas, a exemplo da situação em que vivem os grupos sociais excluídos cuja discussão constitui parte importante do capítulo.

Tais grupos, desmunidos de qualquer tipo de poder (aquisitivo, político), precisam recorrer ao Estado e seus mecanismos mediadores/reguladores da produção do espaço na tentativa de solucionar problemas de moradia e afins, seja via acesso à casa própria em programas habitacionais, seja através de infraestruturas urbanas para solução dos problemas que surgem e permanecem em várias realidades. Porém, na ausência do Estado, os mais pobres buscam alternativas por conta própria, opções essas nem sempre melhores ou mais adequadas. Tal realidade é tratada nesse estudo por meio da abordagem das denominadas áreas de risco.

Visando realizar a análise proposta, o capítulo está dividido da seguinte maneira: 3.1 O Estado e o processo de produção do espaço urbano; 3.2 Moradia nos espaços urbanos: características, dinâmicas e principais entraves; 3.3 O Estado e a moradia no Brasil: uma síntese sobre as políticas habitacionais desenvolvidas no país; 3.4 Apontamentos sobre os principais programas/projetos habitacionais estatais realizados em Campina Grande; 3.5 A produção da moradia apesar do Estado: uma análise sobre os agentes sociais excluídos.

⁶⁴ O título desse capítulo e outras menções a esses termos ao longo do texto constituem uma adaptação de Marcelo Lopes de Souza (2010).

3.1 O ESTADO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Nesse tópico pretende-se realizar uma breve explanação sobre o caráter do Estado, suas prerrogativas, sua dinâmica e as implicações desses aspectos no processo de produção do espaço urbano, especialmente aquelas relacionadas à habitação. Não se ambiciona esgotar o tema, visto que esse não é o objetivo da pesquisa, mas trazer ao debate esse agente social tão importante no processo de conformação das cidades.

A priori, resgatam-se as ideias de Corrêa (2011) para quem “o Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço”. Para o autor, algumas das principais ações do Estado podem ser, de forma resumida: estabelecer o marco jurídico de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas; produzir as condições de produção para outros agentes sociais; controlar o mercado fundiário; tornar-se promotor imobiliário; tornar-se promotor industrial (CORRÊA, 2011, p. 47-48)⁶⁵.

A cidade é produzida por diversos agentes produtores do espaço (CORRÊA, 2011; CAPEL, 2013) bem como por atores sociais (CAPEL, 2013). Cada um desses agentes/atores é representante de uma ou mais parcelas da sociedade e representa seus interesses. A discussão, aqui, se volta ao Estado e seu papel na produção do espaço urbano, uma vez que se trata de um dos principais agentes sociais.

A respeito do Estado, Carnoy (1990, p. 67) assevera: “Na verdade, o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima do conflito de classes, mas profundamente envolvido neles”. O Estado não é um elemento neutro, numa sociedade de classes a sua atuação é bastante tendenciosa na direção da classe dominante, ressaltando que a sua inserção no conflito de classes nem sempre se dá de forma direta. Trata-se, assim, de uma mediação de conflitos, a favor e na direção daqueles por quem o Estado é dominado (CARNOY, 1990).

Essas relações do Estado com a classe dominante podem se dar de diferentes maneiras e a partir de diversas conjunturas. Carnoy (1990) apresenta algumas formulações para explicar essas relações. Segundo o autor:

Em primeiro lugar, os membros do sistema de Estado – as pessoas que estão nos mais altos postos dos ramos executivo, legislativo, judiciário e repressivo – tendem a pertencer à mesma classe ou classes que dominam a sociedade civil. [...]
Em segundo lugar, a classe capitalista domina o Estado através de seu poder econômico global. [...]
Em terceiro lugar, o Estado é um instrumento da classe dominante porque, dada a sua inserção no modo capitalista de produção, não pode ser diferente [...]. (CARNOY, 1990, p. 75).

⁶⁵ Para maior aprofundamento consultar a referência na íntegra.

A partir da citação acima, pode-se afirmar que a atuação do Estado ocorre a partir de uma “personificação” do mesmo, ou seja, através de indivíduos que atuam no Estado agindo a partir do seu “lugar de fala”, representando seus anseios e intenções, relacionados ao processo de acumulação capitalista. Outra questão posta por Carnoy (1990) é aquela relacionada ao poder econômico da classe dominante, sendo isso o que dá subsídios de dominação do Estado por parte desse grupo social, lembrando que essa dominação nem sempre se trata de algo coercitivo, mas, em muitos casos, configura-se uma relação aprazível para ambos os lados.

A terceira colocação do autor traz o que parece óbvio, mas nem sempre está posto, quando afirma que, por estar inserido no modo de produção capitalista, o Estado é um instrumento da classe dominante. Nas cidades o que mais se vê é o Estado atuando no sentido de atender as demandas dessa classe, via legislações, ações no espaço, repressões/abandono de outras camadas sociais, etc. Alguns desses mecanismos serão apresentados nos capítulos 4 e 6.

Para Lefebvre (2008, p. 149): “De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir”. A relação entre Estado e mercado (personificado na classe dominante) é estreita e, em conjunto com o leque de decisões políticas, à revelia dos demais grupos, contribui para a “explosão da cidade”, que se metamorfoseia em espaços urbanos cada vez mais cheios de problemas habitacionais, de trânsito, de violência urbana, socioambientais, entre outros. Para Gottdiener (1997, p. 148):

O papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca. De outro, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. Por conseguinte, as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento.

Gottdiener, utilizando uma concepção fortemente presente na discussão de Lefebvre, traz o debate sobre espaço social e espaço abstrato. Assim, em alguns casos, o Estado visa atuar nos espaços sociais buscando abrandar ou, pelo menos, mascarar as suas próprias ações, agindo muitas vezes com intervenções paliativas, como o que vem sendo feito historicamente nas periferias pobres das cidades, a exemplo de Campina Grande e das áreas autoconstruídas (áreas de risco).

Além disso, através do chamado planejamento, várias ações hegemônicas são legitimadas, nem que para isso seja necessário “passar por cima” ou burlar leis e outras regulamentações que poderiam dar conta (se aplicadas) das necessidades dos espaços sociais. Cada vez mais o viés capitalista tem se apresentado nas ações do Estado, contribuindo para o

processo de mercantilização das cidades. Gottdiener (1997, p. 148) coloca ainda que, “A destruição do solo espacial sobre o qual transcorre a existência humana desalienada é efetuada pela predominância do espaço abstrato, provocada pelas intervenções do Estado mascaradas pela ideologia do planejamento”.

A predominância do espaço abstrato nem sempre se dá na forma de espaço construído, pois se sabe como a parcela de espaços pobres nas cidades é significativa. Esse predomínio é, sobretudo, político, econômico e ideológico. Espaços das heteronomias sobrepujando-se aos espaços de autonomia, para usar uma contribuição de Souza (2004) apoiada em Castoriadis. Por outro lado, a ideologia do planejamento que serve como máscara utilizada pelo Estado para encobrir suas potenciais intenções tem sido cada vez mais utilizada nas cidades.

O discurso hegemônico é o do planejamento enquanto panaceia para todos os males. Essa ideia acaba por desobrigar o Estado da sua responsabilidade, transformando os problemas em algo histórico, pois as pessoas passam a depositar suas esperanças em um planejamento que, comumente, não se efetiva ou, quando se efetiva, é de maneira “partida”, beneficiando certos grupos sociais, uma vez que “tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais” (SANTOS, 2007, p. 13).

Segundo Lojkin (1981), o Estado seria o “representante oficial da sociedade capitalista”. Para o autor “A intervenção do Estado aparece por sua vez como a forma mais desenvolvida da socialização capitalista, depois da sociedade por ações de monopólio” (LOJKIN, 1981, p. 93). Estado e capital não estão desvinculados, ao contrário, atuam conjuntamente. O fato de esse agente estar permeado pela lógica do capital e se apresentar como forma política das relações capitalistas (SANTOS, 2008, p. 24-25) confirma que o mesmo não é imparcial, mas atua em favor do processo de acumulação que beneficia desigualmente parcelas da população e frações do espaço.

A relação entre Estado e capital privado é notória nas cidades brasileiras e seus reflexos na habitação são gritantes. São relações que desembocam no espaço concreto das cidades, reverberando negativamente, sobretudo, aonde vivem os mais pobres. Nesse aspecto, a produção da riqueza é o que conta, em detrimento da produção e apropriação mais justa e igualitária do espaço. As cidades se tornam cada vez mais desiguais, nas suas formas e nos seus conteúdos, a exemplo da produção/manutenção das áreas de risco por um lado, e a crescente valorização imobiliária de outros bairros da cidade de Campina Grande, por outro. Ainda sobre o Estado Lojkin enfatiza:

Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos (LOJKINE, 1981, p. 171).

O Estado tende a atuar nas duas frentes, ou seja, uma atuação que se dá para as diferentes frações de classes, de maneira diferenciada, segundo os interesses vigentes. Tende não só a manter privilégios das classes mais abastadas, através de infraestruturas, regulamentações, etc., mas também atua em “favor” das camadas mais pobres, mesmo que de forma paliativa, de maneira descontínua no espaço e no tempo, visando à manutenção da chamada “ordem”.

Na concepção de Lojkine, “[...] além das contradições e das fissuras apontadas, o conjunto da máquina administrativa ‘produz’ uma distribuição segregativa dos equipamentos urbanos [...]” (LOJKINE, 1981, p. 173). A máquina administrativa é um instrumento de poder do Estado, utilizado a partir das suas intencionalidades e da necessidade de acumulação do capital. Exemplo disso é a distribuição desigual dos equipamentos coletivos, infraestruturas viárias, benesses da urbanização, entre outros. Para Harvey,

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY, 2005, p. 111).

A partir dos arranjos do Estado, o mesmo visa garantir as vantagens de certas classes sociais. Uma ilustração é a atuação no âmbito da legislação. Pode-se questionar: Quantas vezes o Estado “reorganiza” as leis em função da acumulação capitalista? Quantas vezes o Estado orquestra arranjos em favor das classes mais abastadas? E em favor dos mais pobres? Está-se diante de uma verdadeira legalização da acumulação de capital mediada pelo Estado!

Para Maricato: “Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública” (Maricato, 2003, p. 158). Nessa disputa a vitória ou, na pior das hipóteses, os privilégios dos grupos sociais mais abastados têm sido frequentes e viabilizados pelo Estado que, por sua vez, “abafa” as necessidades e os reclames dos mais pobres. Para Santos (2008):

O Estado capitalista é uma relação social, isto é, condensa uma série de articulações (conflituais, umas; não conflituais, outras) de forças sociais, sendo que uma dessas articulações é dominante, porque a sua lógica permeia (em graus diversos) as demais articulações vigentes na mesma formação social. [...] Nas formações sociais capitalistas, a articulação dominante é constituída pelas relações sociais de produção e a sua lógica, que penetra desigualmente todo o tecido social, é a lógica do capital (SANTOS, 2008, p. 24).

No momento em que concede benesses aos grupos de maior poder aquisitivo (instalação de infraestruturas prévias ou posteriores à ocupação do espaço por parte desses grupos, modificações ou “adaptações” nas regulamentações relativas ao espaço urbano, entre outras), o Estado contribui com o aumento das desigualdades socioespaciais.

Segundo Botelho (2007, p. 78), o Estado influencia o mercado imobiliário, “pois através de suas ações e regulamentações interfere ativamente no que se refere ao preço da terra e à sua valorização”. A ação concatenada desses agentes dá origem a espaços mais valorizados, do ponto de vista imobiliário, o que resulta em outros espaços mais pobres ou intensifica o seu processo de precarização, distanciando dessa realidade o direito constitucional à moradia.

Nas palavras de Maricato (1997, p. 47): “A orientação dos investimentos públicos é o principal fator de valorização imobiliária. Por isso os investimentos públicos são objeto de disputas acirradas”. Essa orientação dos investimentos pode resultar em aumento dos preços dos terrenos urbanos de maneira que a população mais pobre não terá acesso aos mesmos, perpetuando a geração e a manutenção de desigualdades.

Uma das expressões espaciais dessa dinâmica pode ser descrita da seguinte maneira: “Ao se apropriar dos efeitos úteis da aglomeração capitalista, dinamizados no espaço da cidade, o capital hierarquiza e divide territórios” (Ramos & Sá, 2000, p. 153). O acesso das pessoas aos efeitos úteis de aglomeração, se dá segundo seu poder aquisitivo, assim como o acesso à terra urbana, fato que gera uma série de contradições, uma vez que a maior parte das famílias que vivem nas cidades brasileiras não constitui uma demanda solvável. Isso porque, dentre outras questões, no Brasil, o Estado é patrimonialista, ou seja, “[...] é um aparelho político dos proprietários de terra” (MORAES, 2005, p. 15).

Em síntese, o controle e o acesso à terra urbana ocorrem através das relações patrimonialistas, nas quais os que historicamente possuem alto poder aquisitivo se apropriam dos melhores terrenos, do ponto de vista de localização e construtibilidade, por exemplo, enquanto que para as pessoas cujo poder aquisitivo é baixo ou muito baixo, apresentam-se como possibilidade terras em que os problemas são notórios. Nesse cenário, Maricato assevera:

A sociedade brasileira protelou longamente as providências para o enfrentamento dos problemas urbanos, dos quais a questão fundiária/imobiliária citada aqui é central, mas não a única. O novo século se inicia sem que o Brasil, Estado e sociedade apresentem políticas sociais para as cidades minimamente eficazes para conflitos que passaram a adquirir dimensões gigantescas (Maricato 2003, p. 161).

As palavras da autora realçam que os problemas urbanos no Brasil têm longa data e o seu enfrentamento se dá de maneira muito acuada e, por vezes, retrógrada ou inexistente. Faz-se mister lembrar que toda realidade tem seu reverso. A geração de riqueza para uns implica a

geração ou manutenção de pobreza para outros, sobretudo para aqueles espaços em que pouco se observa “as mãos” do Estado, no que se refere à urbanização, regularização fundiária, instalação de infraestruturas, equipamentos de uso coletivo.

Como ilustração das ações e articulações do Estado no sentido de beneficiar uma parte da população em detrimento de outras, têm-se a formação e a consolidação de ocupações espontâneas, como as chamadas áreas de risco. Essa é uma realidade crescente, e as pessoas que moram nesses espaços nem sempre podem contar com o Estado, que atua de forma desigual, uma vez que, “[...] não pode satisfazer todas as exigências de todas as frações do capital e não pode deixar de satisfazer algumas das exigências da classe trabalhadora” (SANTOS, 2008, p. 81-82).

As políticas e programas habitacionais constituem outro elemento balizador da atuação do Estado nas cidades. Porém, em grande parte dos casos em que tais programas foram implementados, os governos trataram os problemas habitacionais de maneira muito mecânica, não levando em conta que os engodos estão para além do acesso à casa em si, mas envolvem outros aspectos, como relação dos moradores com seu espaço, necessidade de acesso a equipamentos públicos, comércio e serviços, de deslocamentos casa-trabalho, identidades, etc.

Acrescente-se a isso que, muitas vezes, o dinheiro do Estado (leia-se do povo!) é lançado diretamente nas mãos das empresas responsáveis (por vezes financiadoras de campanhas eleitorais). E, à revelia das verdadeiras necessidades de moradia, essas empresas conduzem o processo de produção das habitações da maneira que lhes convêm, intensificando a ideia de moradia enquanto valor de troca predominantemente, conforme será visto adiante.

3.2 MORADIA NOS ESPAÇOS URBANOS: CARACTERÍSTICAS, DINÂMICAS E PRINCIPAIS ENTRAVES

Nesse estudo o tema da moradia possui uma centralidade fundamental, pois é a partir dele que se analisa os espaços produzidos na cidade e suas desigualdades visíveis através da paisagem ou ainda aquelas não perceptíveis a olho nu, como as relacionadas à renda. A moradia constitui, pois, um indicador extremamente importante para se apreender as configurações socioespaciais de uma cidade.

Existem múltiplos indicadores nesse sentido, porém o estudo foca na moradia, pois considera essa uma importante expressão socioespacial das desigualdades socioambientais, uma vez que se leva em conta não somente a moradia enquanto uma estrutura física, mas todo

o seu entorno e aspectos que envolvem suas dinâmicas⁶⁶. Segundo Harvey (2016 [1977], p. 165) uma casa pode ser usada de modos muito diferentes e elenca alguns desses usos:

1. Alojamiento.
 2. Una cantidad de espacio para el uso exclusivo de sus ocupantes.
 3. Intimidad.
 4. Una localización mejor o peor con respecto a los lugares de trabajo, zonas comerciales, servicios sociales, familia y amigos, etc. (y esto incluye la posibilidad de trabajar en la propia casa)
 5. Una localización más o menos próxima con respecto a los lugares de trabajo, zonas comerciales, servicios, familia y amigos, etc. (y esto incluye la posibilidad de trabajar en la propia casa).
 6. Una localización con respecto a un vecindario que tiene características físicas, sociales y simbólicas (estatus social).
 7. Un medio de almacenar y aumentar la riqueza.
- Todos estos usos, considerados en su conjunto, son los que constituyen el valor de uso que la casa tiene para su(s) ocupantes. Este valor de uso no es el mismo para todo el mundo tomando en consideración viviendas semejantes, así como tampoco es constante en el tiempo una misma vivienda para una persona.

De acordo com o contexto em que se insere, a moradia possui significados diferenciados. Pode ser apreendida enquanto direito⁶⁷, enquanto necessidade (valor de uso), como mercadoria (valor de troca)⁶⁸, lembrando que valor de uso e valor de troca constituem um par dialético, podendo ser tratado em termos de predominância.

A moradia pode, pois, desempenhar várias funções que não necessariamente estão relacionadas ao valor de troca, ou seja, o valor de uso também é uma funcionalidade da moradia. No que diz respeito ao valor de troca e ao acesso dos indivíduos à habitação, Harvey faz uma analogia interessante quando afirma:

[...] en un mercado de la vivienda con un *stock* fijo de viviendas el proceso es análogo al de ocupar secuencialmente los asientos en teatro vacío. El primero que entre tendrá *n* posibilidades de elegir, el segundo tendrá *n*-1, y así sucesivamente hasta que el último no tenga ninguna posibilidad de elección. Si los que entran para ocupar el teatro lo hacen por orden de capacidad de licitación, entonces aquellos que tengan dinero tendrán más posibilidades de elección, mientras que los más pobres ocuparán los asientos que queden después de que todos los demás hayan escogido sitio” (HARVEY, 2016 [1977], p. 165).

⁶⁶ De acordo com dados do congresso internacional Habitat III, organizado pela agência ONU-Habitat: “[O] Acesso à habitação adequada é um desafio global crescendo rapidamente com a urbanização. Aproximadamente um quarto da população urbana do mundo continua a viver em favelas e em assentamentos informais. Um crescente número de moradores urbanos, especialmente os grupos mais pobres e vulneráveis (mulheres, migrantes, pessoas com necessidades especiais e HIV, idosos, jovens e LGBT) estão vivendo em condições precárias, abordando suas necessidades habitacionais de maneira informal, sem acesso a serviços básicos e espaço de convivência, isolados de oportunidades de subsistência e vulneráveis a despejos forçados e a ficar sem abrigo” (ONU, 2015, p.02).

⁶⁷ Discussão a ser realizada em outro momento.

⁶⁸ Aqui se estabelece uma breve discussão sobre valor de uso/valor de troca, contudo, no capítulo seguinte será realizada uma abordagem mais geral sobre essas categorias, ao se discutir sobre o setor imobiliário.

Assim, na sociedade capitalista, aqueles que detêm dinheiro e poder são os que irão entrar primeiramente no mercado habitacional, enquanto os mais pobres ficarão no “final da fila”, no que se refere ao acesso à moradia, tendo em vista que essa “fila” se organiza a partir da capacidade de barganha de cada um dos envolvidos, assim como a escolha dos melhores assentos no teatro, conforme comparação feita por Harvey. Além disso, diante da analogia, aqueles sem poder aquisitivo algum jamais poderão compor nem a fila por uma moradia digna.

Alguns outros fatores devem ser levados em consideração quando o assunto é moradia, não basta apenas pensar em estruturas, mas sim levar em conta todos os aspectos que a envolvem, e que podem torná-la uma moradia adequada⁶⁹. Para Castells (2014, p. 224):

A moradia, além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne à sua *qualidade* (equipamento, conforto, tipo de construção e durabilidade etc), sua forma (individual, coletiva, objeto, arquitetura, integração no conjunto de habitações e na região) e seu *status institucional* (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade etc) que determinam os *papéis*, os níveis e as filiações simbólicas dos seus ocupantes.

A moradia adequada não é algo disponível facilmente para todos na sociedade capitalista. Conforme Castells, a habitação possui peculiaridades relativas à qualidade, forma e status institucional. Cada aspecto tem uma importância dentro do contexto geral e o conjunto dessas características compõe a dinâmica mais ampla relativa à moradia. Para Smolka:

[...] a habitação constitui-se em mercadoria dotada de especificidades advindas de sua vinculação estreita à terra, o que faz com que a mesma absorva certas singularidades do local em que é produzida. Isto sugere que ao adquirir uma habitação na mesma transação, se adquira também toda uma série de atributos associados ao cotidiano da vida urbana: meio de interação social, facilidade de acesso a outras atividades urbanas como o lazer, comércio em geral, etc (SMOLKA, 1987, p. 72).

Nas cidades cada um desses atributos citados se apresenta de maneira diferenciada em espaços distintos, a partir dos sítios físicos, dos aspectos de entorno, da renda das famílias. Dentro dessa discussão, o salário é um dos elementos que define o tipo de moradia (e seus atributos) que será possível adquirir na forma de aluguel e/ou compra, sem contar com as realidades em que não há salários ou que os ganhos são irrisórios. Esses contextos definem a forma de provisão de moradia às quais as pessoas terão que se submeter⁷⁰. Castells expõe que:

⁶⁹ “Um número de condições devem ser atingidas antes que formas específicas de abrigos possam ser consideradas ‘habitação adequada’. Esses elementos são: segurança de posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; acessibilidade financeira; habitabilidade; acessibilidade; localização; adequação cultural”, segundo os preceitos da ONU expostos no documento “HABITAT III” (ONU, 2015).

⁷⁰ Segundo dados da Habitat III, “Um dos mais assustadores desafios da urbanização tem sido a provisão de habitação adequada a qual pessoas possam pagar. Em 2011, 2,2 bilhões de pessoas ainda sobreviviam com menos de 2 dólares por mês, uma renda grosseiramente inadequada para custear a sobrevivência e habitação. Desde residentes de favelas até famílias de renda média, é estimado que atualmente 330 milhões de famílias estão

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das suas funções que se ligam a elas (CASTELLS, 2014 [1972], p. 249).

Dessa maneira, além de a moradia possuir características peculiares e ser reflexo de onde está situada, também atribui características aos espaços, num processo dialético de produção e reprodução do espaço. Sobre a localização das moradias, Castells (idem) enfatiza:

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc.

Na concepção do autor, a moradia aparece enquanto um produto no sistema capitalista, ou seja, algo intercambiável. Salienta também como a habitação reflete as características dos indivíduos que irão ter acesso a ela. Assim, as moradias com características semelhantes (a partir do perfil das famílias) irão se aproximar constituindo os “reagrupamentos”.

As moradias também absorvem os chamados efeitos úteis de aglomeração (RIBEIRO, 1997) que seriam, basicamente, as benfeitorias públicas e privadas do entorno. Isso tem um viés positivo, caso os moradores possam acessar essas benesses, mas também tem o lado negativo, quando os efeitos úteis de aglomeração geram uma valorização imobiliária e os moradores do entorno não acompanham a dinâmica, sendo posteriormente expulsos direta ou indiretamente.

Segundo Harvey (2016 [1977], p. 183) “la maximización de valores de cambio por parte de los sujetos en pugna produce beneficios desproporcionados para algunos grupos y disminuye las oportunidades para otros”. Tais oportunidades são diminuídas não só por causa dos efeitos úteis de aglomeração, mas também porque os salários das famílias não atingem patamar viável de acesso à moradia. Para Maricato (1997, p. 43):

O acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende da sua *localização* na cidade. Quando alguém compra uma casa, está comprando também as oportunidades de acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infra-estrutura. Está comprando a *localização* da moradia, além do imóvel propriamente dito. Edifícios residenciais na mesma área, mesmos materiais de construção, mesmos acabamentos têm preços diferentes, dependendo de onde se situam: num bairro com transporte abundante, praças, escolas, arborização, iluminação, etc., ou na periferia, que reúne carências múltiplas e onde o número de homicídios é mais alto, pois o serviço da polícia se faz de forma distinta na cidade, priorizando a defesa dos patrimônios pessoais. Até mesmo o tipo de vizinhança interfere na valorização de imóveis e terrenos.

Maricato traz um importante elemento ao tratar sobre habitação, a localização. É fato que o preço da moradia estará relacionado não só aos seus aspectos estruturais e internos, mas também à sua localização e elementos circundantes. Entra em cena, nesse caso, a já discutida capacidade ou ausência de capacidade de pagar pela moradia e por sua localização.

Nas palavras de Porto-Gonçalves, “[...] quanto maior a quantidade de dinheiro disponível, maiores são as chances de usufruir dos bens e serviços de que temos necessidade” (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 115). Um exemplo disso é que algumas pessoas possuem várias casas (na praia, no campo, na cidade), não somente pela necessidade de uso, mas pela possibilidade que tem de pagar por cada uma delas. Nesse cenário, Harvey (2014) tece alguns comentários sobre essa relação complexa entre valor de uso e valor de troca da habitação:

Consideremos, por ejemplo, el valor de uso y el valor de cambio de una vivienda. Como valor de uso, ésta ofrece cobijo; es un lugar donde la gente puede construirse un hogar y una vida afectiva; es un nicho de reproducción cotidiana y biológica (donde cocinamos, hacemos el amor, tenemos discusiones y educamos a los niños); ofrece privacidad y seguridad en un mundo inestable. Puede también funcionar como símbolo de estatus o de pertenencia social a algún subgrupo, como signo de riqueza y poder [...] Podríamos proseguir con una larguísima lista de distintos usos que se le pueden dar a la vivienda. Sus usos potenciales son, en resumen, aparentemente infinitos y muy a menudo puramente idiosincrásicos. ¿Pero qué se puede decir de su valor de cambio? En gran parte del mundo contemporáneo tenemos que comprar la vivienda o alquilarla a fin de disponer del privilegio de usarla, para lo que tenemos que emplear dinero. La cuestión es cuánto valor de cambio se requiere para procurarnos sus usos y cómo afecta ese «cuánto» a nuestra capacidad para disponer de los usos particulares que deseamos y necesitamos. Suena como una pregunta simple, pero de hecho su respuesta es bastante complicada. (HARVEY, 2014, p. 31-32).

A necessidade de um abrigo, de um lar é o aspecto mais importante a ser levado em conta no caso do valor de uso. A moradia constitui uma das primeiras e mais essenciais necessidades do ser humano, com funções que vão desde necessidades mais íntimas até as relações de vizinhança e com a cidade. Porém, o que se verifica nas cidades capitalistas é o reforço da casa enquanto uma mercadoria, levando em conta seu valor de troca. E, diga-se de passagem, trata-se de uma mercadoria extremamente cara e/ou inacessível.

Para Maricato, “a habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo (roupas, sapatos, alimentos, móveis, etc.) ela é a mais cara” (MARICATO, 1997, p. 46). Esse fato ajuda a entender o porquê de milhões de brasileiros (as) não terem conseguido comprar a tão almejada “casa própria”. De acordo com Porto-Gonçalves, para o capitalista o que interessa é o lucro que pode ser conseguido com a venda da mercadoria moradia, levando em consideração o valor de uso apenas como um veículo para o valor de troca (PORTO-GONÇALVES, 2014).

A mercantilização das cidades e, conseqüentemente, da moradia tem historicamente sido o mote do processo de produção do espaço. No Brasil, a moradia (incluindo o acesso ao solo urbano, infraestrutura, entre outros) tem sido alvo de crescente encarecimento via trocas mercantis e o seu acesso, por parte dos mais pobres, marcado por uma série de entraves. Assim,

No processo de provisão de moradia, instaura-se uma forte polarização de interesses, opondo, de um lado, os agentes do capital financeiro e da produção imobiliária que se dirigem de forma competitiva às frações vinculadas ao grande e médio capital, de elevado poder aquisitivo; e, de outro, os trabalhadores mais mal posicionados em termos de renda familiar, para os quais, em grande número, tem restado como única alternativa a ocupação de loteamentos “irregulares” ou o sobretrabalho imposto pela necessidade de construção das suas casa e até de alguns tipos de equipamentos, como por exemplo, as escolas, de forma individual ou através de mutirões (RAMOS & SÁ, 2000, p. 155).

Para os grupos sociais excluídos que não podem participar do chamado mercado imobiliário formal, restaram opções como o acesso à habitação através dos conjuntos habitacionais criados pelo Estado em suas diversas escalas, a compra de terrenos em loteamentos clandestinos, a ocupações de terras públicas ou privadas, a instalação de barracos e/ou casas em espaços onde a fragilidade socioambiental se apresenta, como pode ser verificado nas áreas de risco, nas hiperperiferias das cidades (TORRES e MARQUES, 2001).

As possibilidades de acesso à moradia adequada, nos termos já expostos, são tolhidas dos indivíduos de várias formas, originando alternativas precárias de acesso ao que deveria ser um direito garantido. Segundo Maricato (1997, p. 37), “O loteamento irregular na periferia, ou a pura e simples ocupação ilegal de terras (ou mangues), e a autoconstrução da moradia tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos migrantes nas grandes cidades”. Em alguns casos essas “soluções” resultaram em outros problemas como falta saneamento básico, poluição de cursos d’água, inundações/enchentes, dentre outros.

Mediante todos os entraves de acesso à moradia digna, muitas famílias têm, historicamente, recorrido às políticas estatais de habitação que, embora se mostrem problemáticas em certos casos, em outros aparecem como a solução mais viável para resolver tal situação. O tópico seguinte traz uma exposição acerca das principais ações do Estado no que se refere às mencionadas políticas, a nível nacional.

3.3 O ESTADO E A MORADIA NO BRASIL: UMA SÍNTESE SOBRE AS POLÍTICAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDAS NO PAÍS

Antes de adentrar na discussão sobre as políticas e programas habitacionais que houve no Brasil, a contribuição de Smolka (1987) se mostra interessante no sentido de perceber como

as ações estatais desse século visaram muito mais atender a interesses escusos do que necessariamente aos direitos sociais previstos em lei, no âmbito do espaço urbano. Para o autor:

Talvez a característica mais marcante da intervenção do Estado ao longo deste século tenha sido que, não só o Estado não pautaria seu comportamento segundo qualquer política urbana explícita, como suas intervenções sobre o urbano se destinariam antes de tudo a atender outros quesitos que não os propriamente urbanos (SMOLKA, 1987, s/p.).

Historicamente, o Estado preocupou-se com as questões relativas ao espaço urbano de forma secundária, priorizando ações para as políticas econômicas (produção, circulação, consumo). A garantia de direitos no âmbito do espaço urbano, como o direito à moradia, foi deixada em segundo plano, ainda que, vez por outra, o Estado atuasse de maneira paliativa.

A respeito da produção de moradia no Brasil, Souza et al (2015) afirma que existem três maneiras de se dar essa produção: 1. Forma empresarial; 2. Autoconstrução ou autogestão individual e a autogestão coletiva; 3. Produção pública. O presente estudo se dedica a tratar, predominantemente, acerca das duas últimas formas.

No que se refere à habitação popular, ou seja, subsidiada pelo Estado⁷¹, no papel dos diversos entes federados, no Brasil, apenas após a década de 1930 é que começam efetivamente os primeiros avanços nesse sentido. De acordo com Botelho (2007, p. 98):

Até a década de 1930, a totalidade da produção habitacional no Brasil coube à iniciativa privada, configurando o capital rentista que, originário de atividades agropecuárias ou mercantis, buscava no mercado imobiliário investimentos que gerassem uma renda. Esse capital rentista explorava as oportunidades ligadas à falta de moradias nas cidades brasileiras que cresciam rapidamente no final do século XIX e início do século XX, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

As experiências de produção de moradia até então verificadas eram ligadas ao rentismo. Somente as famílias de mais recursos podiam pagar pela mercadoria habitação, gerando lucros para os investidores. Assim, no Brasil a efetivação de políticas públicas de moradia se deu tardiamente, pois, antes da década de 1930, “Fiel ao liberalismo predominante, o Estado privilegiava a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores” (BONDUKI, 1994, p. 712)⁷².

⁷¹ De acordo com Villaça, o subsídio do Estado seria “[...] a aplicação de recursos públicos sem a expectativa de um retorno. Os moradores das habitações construídas pelo Estado, por não terem condições de cobrir seu preço, pagariam por elas uma quantia menor que esse preço” (VILLAÇA, 1986, p. 17).

⁷² Aponta-se as Vilas Operárias construídas pelos industriais como primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte do Brasil. De acordo com Bonduki (1994, p. 715): “As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país”.

Embora o governo quisesse imputar às empresas privadas a responsabilidade das ações de produção de habitação popular à época, as condições da população estavam aquém da possibilidade de transformá-la em demanda solvável e dar retorno financeiro às empresas, desestimulando-as no que se refere à proposta do governo (BOTELHO, 2007).

Além disso, a pobreza sempre foi uma realidade no Brasil, a ponto de as famílias não terem possibilidade de possuir uma moradia, mesmo que subsidiada pelo governo, em alguns casos, atentando para o fato de que “A intervenção do Estado na questão habitacional decorre, em todas as sociedades, da incompatibilidade entre o custo da habitação e a capacidade de pagamento das famílias que necessitam ter acesso à moradia para viver nas cidades” (A. SOUZA, 2009, p. 117).

Assim, surgiram tentativas de intervenção do Estado na problemática da habitação. Tais intervenções se deram de maneira bastante insipiente ou problemática, em grande parte dos casos. Ressalta-se que os programas habitacionais, diga-se de passagem, mais figuraram como paliativos do que, necessariamente, como políticas de combate às desigualdades e à pobreza. Não se nega que houve avanços, mas eles foram bastante aquém do esperado.

Destacam-se, aqui, as seguintes fases dos programas e/ou investimentos mais abrangentes e incisivos no setor da habitação no Brasil: 1. Décadas de 1930 e 1940 (Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP’s, Fundação Casa Popular – FCP e outros); 2. Anos de 1960 (Programas do Banco Nacional de Habitação – BNH); 3. Década de 2000 até os dias atuais⁷³ (Programas da Caixa Econômica Federal, com ênfase no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV). Esses programas/políticas voltados à habitação tiveram e têm como algumas das suas principais características, dadas as suas especificidades e contextos particulares, um caráter problemático, excludente e classista. É importante enfatizar que tais aspectos se apresentam e se articulam de maneiras e intensidades variadas de acordo com os contextos.

Buscando realizar um breve retrospecto histórico, tendo em vista a tão extensa gama de estudos já realizados sobre esse tema, apresenta-se a seguir alguns dos principais momentos da política habitacional no país. É entre as décadas de 1930 e 1940 que surgem as primeiras intervenções mais significativas do Estado nesse setor. De acordo com Bonduki (1994):

Entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e

⁷³ Apesar de, nos últimos anos, o programa ter sofrido um considerável retrocesso, conforme explicita a manchete, do dia 13 de novembro de 2018, da Revista Fórum: “Caixa suspende Minha Casa Minha Vida para famílias que ganham até 2,6 por mês”. Além disso, um trecho da matéria expõe: “No ano passado, a faixa 1 do programa já tinha sofrido cortes. À época, várias entidades denunciaram a paralisação das obras populares por todo o Brasil.

Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações” (BONDUKI, 1994, p. 711).

Esse foi um momento muito importante, pois marcou o início da atuação direta do Estado na provisão de moradia para a população brasileira. Ainda que essa atuação tenha se dado a passos lentos e de forma insipiente (BONDUKI, 1994) não se pode negar sua importância. Entretanto, tratou-se de um contexto bastante problemático. Com relação à FCP, por exemplo, Botelho (2007, p. 107) afirma:

A FCP tinha como única fonte de recursos as dotações orçamentárias da União, tendo essa instituição que disputar esses recursos com dezenas de outros órgãos públicos. Ou seja: a FCP não possuía autonomia financeira, não havia uma fonte de recursos destinada exclusivamente para a concretização das suas metas, ficando então suas atividades dependentes dos interesses dos diversos grupos políticos influentes na época.

Considera-se que, já na sua origem, as políticas/programas voltadas à moradia se configuravam como sendo bastante frágeis⁷⁴, tendo em vista, por exemplo, a falta de autonomia financeira de uma Fundação tão importante como a FCP. Outro grande problema da FCP foram as barganhas político eleitoreiras. Lima (2010, p. 45) assevera que: “O fracasso dessa política foi atribuído ao clientelismo e à utilização das casas como moeda de troca nos pleitos eleitorais”, levando a uma inversão à destinação das unidades habitacionais que se voltaram a famílias que recebiam acima do teto da proposta inicial (BOTELHO, 2007). Segundo Botelho:

Os moradores de favelas, a grande massa de trabalhadores com salários entre um e três salários mínimos, os migrantes recém-chegados do campo, enfim, a população mais carente, foi marginalizada no processo de produção de moradias pela FCP (BOTELHO, 2007, p. 108).

Desde então, as relações do Estado com as classes sociais detentoras de poder político e econômico são estreitas, a ponto de haver desvio das unidades habitacionais para pessoas que não constavam como demanda prioritária, prejudicando sobremaneira as famílias mais pobres, muitas das quais permanecendo em situação de extrema precariedade.

Esse aspecto também foi bastante presente na política do BNH, criado em 1964, com a extinção da Fundação Casa Popular. De acordo com Botelho (2007, p. 109), “[...] com a lei nº 4380 de 21 de agosto de 1964, instituiu o Plano Nacional de Habitação e criou Banco

⁷⁴ Ao tratar sobre a FCP, Bonduki (1994, p. 718) afirma que “[...] sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política”.

Nacional de Habitação (BNH) [...]”⁷⁵. Essa lei também instituiu o Sistema Financeiro de Habitação – SFH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU.

A criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) ocorreu concomitantemente ao processo de instauração do regime militar no país, levando-se em conta que, no caso das cidades médias, nesse período, houve uma diminuição drástica na destinação de recursos para esses centros urbanos, visto que a prioridade agora seria dada às capitais dos estados.

Segundo Maricato (1997, p. 49) os investimentos do SFH “[...] favoreceram predominantemente as classes médias emergentes e classes altas, sustentáculos do regime ditatorial”. Os programas pensados para a habitação no país beneficiaram mais aos estratos de renda mais alta (FERNANDES E SILVEIRA, 2010, p. 15), em detrimento da parcela mais pobre que, de fato, se “encaixava” no perfil de tais programas, numa nítida troca de favores. Nesse sentido, os dados⁷⁶ apresentados por Souza (2009) são alarmantes:

Dos 4,5 milhões de moradias construídas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação, entre 1964-86, apenas 1,5 milhão (33%) destinou-se à população de baixa renda, sempre em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas, onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo, nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos (SOUZA, 2009, p. 117).

As relações entre Estado e capital se faziam perceptíveis, a destinação de recursos para beneficiar as classes de maior renda nesse processo é um exemplo forte dessa dinâmica perversa que, desde então, intensifica as desigualdades, visto que as intervenções estatais se voltam predominantemente à demanda solvável do mercado imobiliário, pois “[...] não era intenção dos formuladores do SFH criar mecanismo de subsídio à produção habitacional para a população de renda mais baixa e sim criar uma forma de financiar a produção capitalista de moradia através de uma racionalidade de mercado” (BOTELHO, 2007, p. 110).

Botelho (2007) expõe ainda que: “O Estado também teve um papel fundamental, através do BNH, no atendimento das aspirações de alguns setores da economia, sobretudo as grandes construtoras e o setor bancário” (BOTELHO, 2007, p. 116). Além de beneficiar a classe mais abastada nesse processo, o Estado tinha como objetivo o “aquecimento da economia” via

⁷⁵ “Os recursos do BNH, eram oriundos do recolhimento compulsório de 1% sobre as folhas de pagamento de todas as empresas cujos funcionários e empregados fossem contratados sob o regime de CLT. Em 1966 estes recursos foram bastante ampliados pela criação do FGTS, cuja gestão ficou a cargo do BNH. O FGTS era composto por 8% dos salários pagos mensalmente pelo empregador” (LIMA, 2004, p. 203).

⁷⁶ Esses dados são corroborados por Botelho (2007, p. 114): “Das unidades financiadas com recursos do SFH até dezembro de 1980, 65% destinaram-se às camadas de renda média e alta da população, revelando que o crédito e o subsídio implícito nele [...] para o setor habitacional não se dirigiu, em maior parte, para as camadas menos favorecidas da população”.

grandes construtoras e bancos. A política habitacional à época funcionou, predominantemente, como mero simulacro da produção capitalista do espaço, através da construção em macro escala de unidades habitacionais que, em grande parte, não atendiam às necessidades dos mais pobres.

Outra problemática, apontada por Maia (2013, p. 03), é a seguinte: “[...] as habitações construídas pelo BNH se constituíam em unidades unifamiliares ou multifamiliares dependendo da cidade, mas sempre eram edificadas de forma uniforme, despersonalizadas, anônimas e principalmente desarticuladas da cidade [...]”. Além dessa padronização, Cardoso e Abiko (2006) explicitam também a periferização desses conjuntos habitacionais, o que deu origem a outros engodos, como a ausência de infraestrutura, tendo em vista a distância com relação aos centros das cidades e aos serviços públicos e privados.

Sobre esse contexto, um dos documentos sobre as políticas habitacionais da Habitat III expõe que “Muitos planos habitacionais multi-bilionários e ambiciosos foram construídos em áreas periféricas sem acesso a transportes públicos e sem proximidade dos mercados de trabalho” (ONU, 2016, p. 08). Acrescenta-se a isso os entraves de acesso à moradia de qualidade, à sociedade urbana, a um solo urbano regularizado, e a uma posse segura da terra, pois “el acceso al suelo urbano (regularizado o reconocido formalmente como urbano) constituye un factor decisivo de integración a la ciudad” (POLANCO, 2012, p. 125).

Pode-se constatar também que, mesmo com a sua expressividade, o BNH não logrou êxito em sanar as problemáticas da sua alçada, pois, conforme ressalta Botelho, “O binômio BNH/SFH não conseguiu também inverter a curva descendente do agravamento da situação habitacional no Brasil, embora, comparativamente ao período pré-1964, observou-se um incremento na produção habitacional” (BOTELHO, 2007, p. 118).

Diante da inobservância do BNH/SFH, foi necessária a criação de alguns programas habitacionais alternativos, visando o atendimento das camadas populares no provimento de moradias. De acordo com Azevedo (2007, p. 17):

Essa tendência “elitista” da política de habitação popular vinculada ao SFH não significou, entretanto, que os programas alternativos durante os primeiros anos da Nova República tenham tido pouca importância. Pelo contrário, eles nunca foram tão fortes. Entre os desenvolvidos à margem do SFH, merece destaque especial o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac). Apesar de suas especificidades e dinamismo sem precedentes, ele apresenta muitos pontos em comum com os programas alternativos que o antecederam (Profilub, Promorar, João de Barro etc.), tanto no referente ao papel do poder público local, quanto no que diz respeito à atuação da população beneficiada.

Esses programas alternativos deram oportunidades aos mais pobres de terem acesso à moradia, uma vez que os programas hegemônicos eram “abocanhados” pelas classes de renda mais alta, favorecidas pelo Estado.

No ano de 1986 o BNH é extinto e a Caixa Econômica Federal assume as questões relacionadas à habitação no país. Botelho (2007, p. 121) afirma que: “Após o colapso do BNH, a fragmentação institucional e a descentralização das políticas habitacionais não se definiu um novo conjunto articulado de ações na promoção pública de habitação popular”. Salienta-se que o final do BNH coincide com o início do processo de redemocratização brasileira.

É necessário abrir um parêntese para recordar que, passado o período militar, em meio ao processo de redemocratização do Brasil, foi instituída a Carta Magna de 1988. E que, embora houvesse tentativas no sentido de tornar a nova constituição mais progressista, o que se observou foram saltos no sentido de torná-la ainda mais neoliberal. No que se refere à moradia, a Constituição Federal de 1988 traz os seguintes artigos⁷⁷:

1. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CF, 1988, Art. 6º, grifos nossos);
2. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IX - **promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico** (CF, 1988, Art. 23, inciso IX, grifos nossos).

Observa-se que, mesmo a moradia aparecendo como um dos direitos sociais e os programas habitacionais como uma ação de competência dos entes federados, na prática essas intervenções se deram e se dão de forma bastante problemática e contraditória ao longo da história, nas diversas escalas.

Com o fim do BNH, as políticas habitacionais de maior envergadura só seriam retomadas anos após a sua extinção, tornando-se raras e/ou pontuais as intervenções estatais nesse setor entre o final da década de 1980 e início dos anos 2000. De acordo Botelho (2007), além de herdar as funções do BNH, a Caixa Econômica Federal, “[...] herdou uma inadimplência bilionária das sociedades de crédito imobiliário, cooperativas habitacionais, bancos comerciais e associações de poupanças e empréstimos” (BOTELHO, 2007, p. 120).

Ao contrário do que acontecia anteriormente, com a destinação dos recursos para as políticas habitacionais indo diretamente aos órgãos públicos responsáveis, ocorreu que “A Caixa Econômica Federal [...] passou a transferir os créditos dos recursos do FGTS,

⁷⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

anteriormente canalizados aos promotores públicos (companhias habitacionais), diretamente para as empresas construtoras [...]” (BOTELHO, 2007, p. 121). Esse fato implicou a crescente privatização da política habitacional (BOTELHO, 2007), além de uma maior geração de benefícios para empresas privadas em detrimento das famílias pobres, tudo isso viabilizado pelo próprio Estado enquanto promotor e financiador das desigualdades socioespaciais.

Já em 1997 foi criado o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) visando também beneficiar as empresas. “A criação do SFI marca a formalização de um processo simultâneo de crescente mercantilização da política habitacional e de financeirização do mercado imobiliário, num contexto de menor intervenção estatal na questão habitacional” (BOTELHO, 2007, p. 126). Essas e outras dinâmicas vexatórias das políticas habitacionais estatais se inserem no contexto neoliberal no qual o Brasil já estava inserido respaldado por sua Carta Magna (1988).

No ano de 2003 foi criado o Ministério das Cidades⁷⁸ e, em 2009, teve início o “Programa Minha Casa, Minha Vida”⁷⁹. Assim como os programas pretéritos, o Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) apresenta uma série de problemas relacionados ao provimento de habitações de interesse social. Inicialmente porque, “a crise econômica e a disposição do governo em dinamizar a construção civil atropelaram a construção do PlanHab, pactuado como uma estratégia de longo prazo” (BONDUKI, 2009, p. 12). Para Pequeno et al (2017, p. 227), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV),

[...] desde que foi lançado, em 2009, tem sido o principal programa habitacional do governo federal, e também dos governos municipais que, frente ao volume de unidades ofertadas, desaceleraram suas políticas e programas locais para dedicar-se exclusivamente ao PMCMV.

É notória a atuação desse programa no processo contemporâneo de produção do espaço e de moradia nas cidades brasileiras e a importância da manutenção/aperfeiçoamento de políticas públicas de habitação de interesse social. Observa-se que, desde 2009 até anos mais recentes foi o PMCMV que encabeçou grande parte da dinâmica de produção habitacional estatal no Brasil, muitas vezes contando com o apoio e subsídios das próprias prefeituras e dos estados.

⁷⁸ “**Ministério das Cidades**, criado em 2003, institui quatro secretarias nacionais – Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos – visando articular as políticas setoriais e enfrentar a questão urbana” (SOUZA, 2009, p. 122-125, grifos da autora). Inclusive, o mesmo ministério teve o seu fim decretado pelo atual presidente da república, Jair Bolsonaro, no ano de 2019, totalizando apenas 16 anos de duração e de existência. Esse fato é bastante problemático, visto que o Brasil é um país que possui e perpetua uma gama imensa de problemas urbanos e afins, o que denota a necessidade de manutenção e reforço e aperfeiçoamento de órgãos específicos para tratarem de tais assuntos e não a extinção de tais órgãos.

⁷⁹ “Seu aporte inicial era de aproximadamente R\$ 34 bilhões para construção de um milhão de novas unidades habitacionais. Em 2011, foi lançada sua segunda fase para construir mais dois milhões” (CARDOSO et al, 2017, p. 221).

Sobre os resultados do PMCMV, com base nos dados da Fundação João Pinheiro quanto ao déficit habitacional de 2013, os autores Ribeiro, Boulos e Szermeta em artigo intitulado “Como não fazer política urbana” na revista Carta Capital, escreveram:

Em 2008, o número de famílias sem moradia no país era de 5.546.000 de acordo com o Ministério das Cidades. Em fevereiro de 2009, foi lançado o Programa MCMV com a promessa de redução drástica destes números. Ao final de 2010, o MCMV havia atingido a meta de 1 milhão de casas construídas ou contratadas. Resultado: o número de famílias sem moradia no final de 2010 era de 6.940.000. Após 1 milhão financiadas pelo governo, a carência de moradias no Brasil aumentou praticamente 1,5 milhão. Como pode? [...].

Na medida em que os construtores, ao investirem em terras o dinheiro das ações vendidas com a abertura de capital, tornaram-se também os maiores proprietários de imóveis urbanos e passaram a ter em suas mãos a faca e o queijo da política urbana. Se têm as terras, podem definir o que farão em cada uma delas. Aqui, um condomínio de elite, ali um novo shopping, acolá habitação popular. Ou seja, o direcionamento da expansão e remodelação urbana tornou-se ainda mais refém dos interesses privados e de mercado.

Com isso, regiões inteiras foram reconfiguradas sem aviso prévio aos que sempre estiveram por lá. Bairros antes periféricos viram, atônitos, torres serem erguidas ao seu lado. Novos moradores, novo perfil, novos preços. Com os investimentos de mercado veio a inflação descontrolada do valor dos aluguéis. (RIBEIRO, BOULOS, SZERMETA, 2014, s/p)⁸⁰.

Esse programa, em partes, não levou em consideração as demandas e os reclames históricos sobre os problemas de moradia. Foi mais um programa pensando em meio a uma crise econômica, tendo como um dos objetivos centrais superar os problemas ocasionados pela crise, embora em alguns casos tenha servido também para atender os problemas da população mais pobre. De acordo com Cardoso et al (2017, p. 221, grifos do autor): “O Programa foi criado pelo Governo Federal em 2009 com o duplo objetivo de aquecer a economia a partir do setor da construção civil e diminuir o histórico *deficit* habitacional acumulado no país”.

Assim, as empresas ligadas à construção civil tiveram suas economias aquecidas, lucrando imensamente e alguns postos de trabalho temporários surgiram⁸¹. Em outras palavras, “[...] em 2008, a crise econômica internacional influenciou nas decisões políticas e fez com que o governo instituisse o Programa Minha Casa Minha Vida, visando alavancar a economia através do setor da construção civil” (CARDOSO, et al, 2011, p. 01).

Porém, assim como programas anteriores, o PMCMV, sobretudo na primeira fase, foi caracterizado por uma série de discrepâncias, no que se refere à alocação dos subsídios, que não se destinaram, na sua maior parte, para aqueles trabalhadores cuja renda era de até 1 salário

⁸⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

⁸¹ “A escolha do setor habitacional como parte dos mecanismos anticíclicos atende a lógica de que o setor de construção civil possui uma grande capacidade desencadear o crescimento da economia a partir da demanda por matérias primas e também pela alta demanda por mão de obra com baixa qualificação” (OLIVEIRA, 2017, p. 330-331).

mínimo. Deixando de lado essa prioridade do programa, o que se viu foram grupos com rendas médias e altas tendo acesso às moradias (ou aos subsídios do governo federal), enquanto os mais pobres tinham imensa dificuldade nesse sentido.

Àquelas famílias pobres que tiveram acesso foram oferecidas opções cuja infraestrutura adequada e acesso a equipamentos coletivos não se faziam presente, em certos casos. Outro aspecto verificado, a partir da construção das casas em terrenos distantes, portanto mais baratos, foi a dificuldade de acesso ao centro das cidades, em função da distância e dos problemas relativos aos transportes públicos⁸². Essa dinâmica resultou numa maior valorização imobiliária dos terrenos localizados entre o centro e os novos conjuntos habitacionais.

Conforme citado acerca de projetos pretéritos, existe no PMCMV uma padronização das moradias que não leva em conta as especificidades locais e regionais, e as necessidades específicas das famílias, sobretudo na fase I do programa. Nas palavras de Souza (2009):

Os critérios de implantação desses conjuntos eram comuns para todos os municípios brasileiros, e as decisões de onde, como, quanto e quando construir, bem como a distribuição das casas entre os numerosos pretendentes, obedeciam sempre a critérios de conveniência político-eleitoreira e de interesse comercial das construtoras (SOUZA, 2009, p. 121).

Diante disso, não levando em consideração as especificidades supramencionadas, muitos desses empreendimentos apresentaram-se como uma aberração, enquanto isso as demandas político-eleitoreiras e mercantis eram prontamente atendidas, visando garantir as vantagens de diversas empresas ligadas ao setor da construção civil, além dos bancos. Sobre o PMCMV, no que se refere ao período atual, Oliveira (2017, p. 331) considera que:

O PMCMV promoveu números expressivos na produção habitacional durante a vigência das suas duas primeiras fases, sendo que a terceira fase do programa, anunciado durante o processo eleitoral de 2014, atualmente encontra-se ameaçado pelo clima de instabilidade política que culminou com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Essa instabilidade reverberou em modificações estruturais no PMCMV. O que já era problemático e polêmico, tornou-se muito mais cheio de engodos. Uma dessas modificações, por exemplo, foi a ampliação da renda máxima para se ter acesso ao programa e a diminuição do montante de unidades contratadas. Tais medidas foram tomadas no governo de Michel Temer, considerado ilegítimo por grande parte dos brasileiros e por vários (as) estudiosos (as)⁸³.

⁸² Sobre essa discussão, Maricato afirma: “O Minha Casa Minha Vida jogou o conjunto dos pobres para fora da cidade. A mesma coisa que a ditadura fazia”. Disponível em: <http://alexandrepedrozo.blogspot.com/2017/01/direito-moradia-e-absoluto-na.html>. Acesso em: 14 ago. 2018.

⁸³ 2016 foi o ano do golpe político que retirou Dilma Rousseff do poder, ficando como seu substituto Michel Temer que, desde então, recebeu a alcunha de “golpista” por milhões de brasileiros e brasileiras de todas as regiões do

As decisões visaram tão somente dar lucros para empresas e grupos de alta renda, resultando, mais uma vez, em prejuízos para os mais pobres⁸⁴.

Em síntese, dentre os erros históricos, envolvendo a atuação do Estado na provisão de moradia, de uma forma geral, ressalta-se: 1. a ênfase desses programas no “aquecimento” da economia (diante das crises econômicas, como a de 2008) e, conseqüentemente, o favorecimento de empresas privadas, sobretudo da construção civil; 2. a homogeneização dos empreendimentos, sem levar em consideração especificidades regionais, locais, familiares, e a periferização dos conjuntos habitacionais; 3. o favorecimento de grupos de alta renda e as barganhas político eleitoreiras recorrentes nas investidas do Estado, no setor da habitação.

Ademais, após algumas décadas, os programas atuais permanecem repetindo alguns erros crassos do passado. Em momento algum o poder público pensou a habitação enquanto valor de uso, levando em conta o que as pessoas necessitam e almejam no tocante ao seu lar. Mas a casa enquanto uma mercadoria foi o mote dessas políticas. Assim, às famílias que não tiveram acesso à moradia sobram opções problemáticas.

Diante disso, mecanismos de compra de terrenos em loteamentos clandestinos, ocupações de terras públicas ou privadas, autoconstrução⁸⁵ ou em áreas de risco como crescentes problemas socioambientais, entre outros, aparecem como táticas fundamentais no provimento de um abrigo para milhões de pessoas no país. Isso ocorre porque “[...] o Estado capitalista tem sido incapaz de produzir transformações decisivas no estatuto da terra, limitando-se a intervenções marginais destinadas a manter sob controle as tensões sociais dele decorrentes” (SANTOS, 2008, p. 79). Segundo Santos (2008):

É reconhecido o fracasso (generalizado, mas de intensidade variável) dos Estados capitalistas na resolução do problema habitacional das classes trabalhadoras. A distinção entre o conceito social de necessidade de habitação e o conceito de procura solvente de habitação ilustra o processo por que as extensas camadas das classes trabalhadoras são lançadas em “habitações subnormais”, os guetos, os bairros de lata, favelas etc., das cidades capitalistas [...] (SANTOS, 2008, p. 76).

país. Autores renomados vêm tratando sobre esse processo desde então. Para mais informações consultar obras como: “A radiografia do golpe” (Jessé Souza, 2016), “Por que gritamos golpe” (com artigos de autores como André Singer, Marilena Chauí, Leda Paulani, 2016), entre outras. Nesse contexto de golpe, além de outras áreas sociais, as questões de moradia ficaram extremamente negligenciadas a partir desse momento.

⁸⁴ Em matéria de janeiro de 2018, o Jornal Estadão publica a seguinte matéria: “Governo cumpre só 13,5% da meta do Minha Casa para mais pobres: Ministério das Cidades fechou contrato em 2017 para construir 23 mil moradias para famílias de baixa renda, quando o objetivo era 170 mil; meta geral também foi descumprida” (Disponível em: <https://economia.estadao.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2018).

⁸⁵ Chama-se atenção aqui para a tese defendida pelo sociólogo Francisco de Oliveira em seu ensaio “Crítica à razão dualista”, de 1972, no qual o autor liga o processo de industrialização brasileira e a provisão de habitação para a classe trabalhadora via autoconstrução como sendo parte de uma estratégia do capital para o rebaixamento dos custos de reprodução dos trabalhadores.

As opções dadas aos trabalhadores não são as mais apazíveis, mas as únicas possíveis, tendo em vista o concorrido e dispendioso mercado e sua aliança com um Estado classista que se mostra cada vez mais “incapaz” de atuar no sentido do Direito à Cidade e à moradia.

Dessa maneira, o surgimento de assentamentos populares passou a ser uma constante nas cidades brasileiras, atingindo patamares alarmantes na atualidade. Ademais, as famílias muitas vezes têm buscando uma inserção nos programas/projetos habitacionais estatais como horizonte de solução. O próximo tópico discute acerca dos programas/projetos habitacionais estatais desenvolvidos na cidade de Campina Grande, no âmbito do BNH ao PMCMV.

3.4 APONTAMENTOS SOBRE OS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS HABITACIONAIS ESTATAIS REALIZADOS EM CAMPINA GRANDE

Em face dos ditames do mercado, tem sido cada vez mais difícil o acesso a uma moradia digna por parte dos mais pobres nas cidades. Uma das opções de solução desse problema foi buscar, através do Estado, o acesso à moradia via políticas públicas, conforme se viu ao longo dos anos nas cidades brasileiras. Sobre tal solução, Souza (2009) expõe:

Enquanto condição essencial para o acesso à moradia das famílias de baixo rendimento, o financiamento de longo prazo exige fundos estáveis e permanentes, garantidos pelo poder público. Por essa razão, no caso brasileiro, a intervenção do Estado no mercado habitacional passa a ter um papel cada vez mais importante no processo de regulação, de financiamento, de promoção e de produção da moradia popular. E os fundos garantidos pelo poder público tornam-se a condição básica para a possibilidade de acesso das famílias de baixa renda aos programas habitacionais (SOUZA, 2009, p. 118).

Nesses casos, as famílias mais pobres contam com o Estado para subsidiar uma parte ou a totalidade do financiamento de um imóvel, visto que, para adquirir uma habitação via mercado, as pessoas teriam que arcar com financiamentos de longo prazo, o que dificilmente seria viabilizado pelas famílias sozinhas, uma vez que a sua renda, muitas vezes, não consegue dar conta nem de necessidades básicas, como alimentação e deslocamentos. Segundo Souza (2009):

A exigência de uma considerável soma de recursos para manter os fundos habitacionais, bem como a pouca capacidade financeira apresentada pela maioria dos estados e municípios brasileiros para implantar e manter uma política habitacional autônoma, com fundos próprios, têm concentrado a política habitacional na esfera federal. Por essa razão, a intervenção pública brasileira no setor habitacional, nas instâncias estaduais e municipais, opera, predominantemente, a partir das políticas de abrangência nacional (SOUZA, 2009, p. 118).

Para complementar a discussão, retoma-se o debate a respeito da Constituição Brasileira, de 1988. Na busca por autonomia dos entes federados (visando romper com a lógica do autoritarismo advindo do Regime Militar), houve, a partir de então, a descentralização das responsabilidades ligadas às políticas públicas para os entes federados (estados e municípios) e, ao mesmo tempo, a centralização dos recursos ao nível federal. Políticas como as de habitação não puderam ser mantidas somente pelos estados e municípios e estiveram, em grande parte, atreladas à União, contando, em certos casos, com contrapartidas de tais entes federados.

Visando analisar a inserção de algumas dessas políticas e projetos habitacionais na cidade, bem como o papel do Estado no processo de urbanização de Campina Grande e, mais especificamente, na provisão de moradias populares e ações afins, elaborou-se o quadro 02, objetivando compor um panorama geral de como se deram as intervenções do Estado nos contextos espaciais e temporais apresentados.

Além dessa motivação, o levantamento foi realizado com o intuito de apontar a ausência de ações desse tipo nos espaços estudados nessa tese, as áreas de risco e seu entorno. Não se pretendeu realizar um aprofundamento nem um levantamento completo de todas as intervenções nesse sentido, mas tão somente elencar os aspectos mais relevantes em cada um dos casos, sem julgar de menor importância outras abordagens.

Quadro 01: Principais Programas/Projetos Habitacionais realizados em Campina Grande.

DÉCADA	PROJETOS/AÇÕES	LOCALIZAÇÃO/BAIRROS	FINANCIAMENTO
1960	Construção de 3 conjuntos habitacionais*	Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano	COHABCG/BNH
1970	CURA (Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada)**	Centro (e expansão para a zona Oeste da cidade)	BNH (Banco Nacional de Habitação)
1970	PNCCPM (Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio - Projeto de Infraestrutura Urbana e Comunitária - B)**	Pedregal, Jeremias e Cachoeira	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e Banco Mundial (CNDU/BIRD)/Governo Federal
1970	Casas Econômicas	Distrito dos Mecânicos	Prefeitura Municipal de Campina Grande
1980	Programa de Erradicação de Subabitação-PROMORAR***	Catolé (Favela Pedreira) e Jeremias	FGTS, subsídios federais, municipais e estaduais, FINSOCIAL
1980	Construção do Conjunto Álvaro Gaudêncio (Malvinas)*	Malvinas	BNH (através da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba)
1990	Plano Nacional de Habitação****	Serrotão, Velame, Invasão do Tambor, Invasão do Tambor Lot. Austro França, Lot. Austro França, Jardim Borborema, Novo Bodocongó e Jardim Continental	Governo Federal
2000	Programa de Arrendamento Residencial – PAR (renda de até 1.800)*	Dinamérica (Residencial Dinamérica III) e Bodocongó (Residencial Santa Tereza)	Fundo de Arrendamento Residencial (Governo Federal)
2000	Programa de Subsídio à Habitação (PSH)*	49 bairros e Distritos Cidades/Zona Rural	Governo Federal, Prefeitura Municipal de Campina Grande e agentes privados
2000	Programa Pró-moradia (Construção dos Conjuntos Habitacionais das Três Irmãs**** e dos Conjuntos Glória I e II*)	Três Irmãs / Nova Brasília	Companhia Estadual de Habitação da Paraíba (CEHAP) e Ministério das Cidades (Governo Federal)

2000	Construção Conjunto do Araxá*	Araxá	PAC (Governo Federal) e Prefeitura Municipal de Campina Grande
2000	Habitar Brasil/BID***	Pedregal Sonho Meu	Prefeitura Municipal de Campina Grande, Governo Federal e BID
2000	OGU/2006*	Cidades	Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União (OGU) e Prefeitura Municipal de Campina Grande
2000	Programa Crédito Solidário*	Três Irmãs	Ministério das cidades (Governo Federal)
2000	MCMV (faixa 1)*	Três Irmãs	Governo Federal e Governo do Estado da Paraíba (CEHAP)
2000	MCMV (faixa 1)*	Três Irmãs e Bodocongó	Governo Federal e Prefeitura Municipal de Campina Grande
2000	Complexo Habitacional Aluizio Campos* ⁸⁶	Ligeiro	Governo Federal e Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir de informações de SILVA (1987), (LIMA, 2004), LIMA (2010).⁸⁷.

*Construção e/ou reforma de moradias. **Melhorias em infraestruturas urbanas. *** Construção de moradias e melhorias em infraestruturas urbanas⁸⁸.

Observa-se, através do quadro, que foi a partir da década de 1960 que o Estado passou a atuar de forma mais direta na problemática da moradia em Campina Grande. Porém, essa atuação veio tarde, tendo em vista as inúmeras problemáticas relativas à moradia pelas quais os campinenses já haviam passado, a exemplo da Reforma Urbanística nas décadas de 1930/1940 com a expulsão de várias famílias⁸⁹ do centro da cidade. A ausência de intervenções anteriores coincide com um período de atuação insipiente do Estado na questão habitacional no país.

A partir do mapa 06 pode-se verificar a localização de alguns dos conjuntos habitacionais construídos na cidade e listados no quadro 02, desde a década de 1960 até os dias atuais, anos 2000 (como por exemplo o Complexo Habitacional Aluizio Campos, que tem previsões de ser inaugurado ainda no ano de 2019).

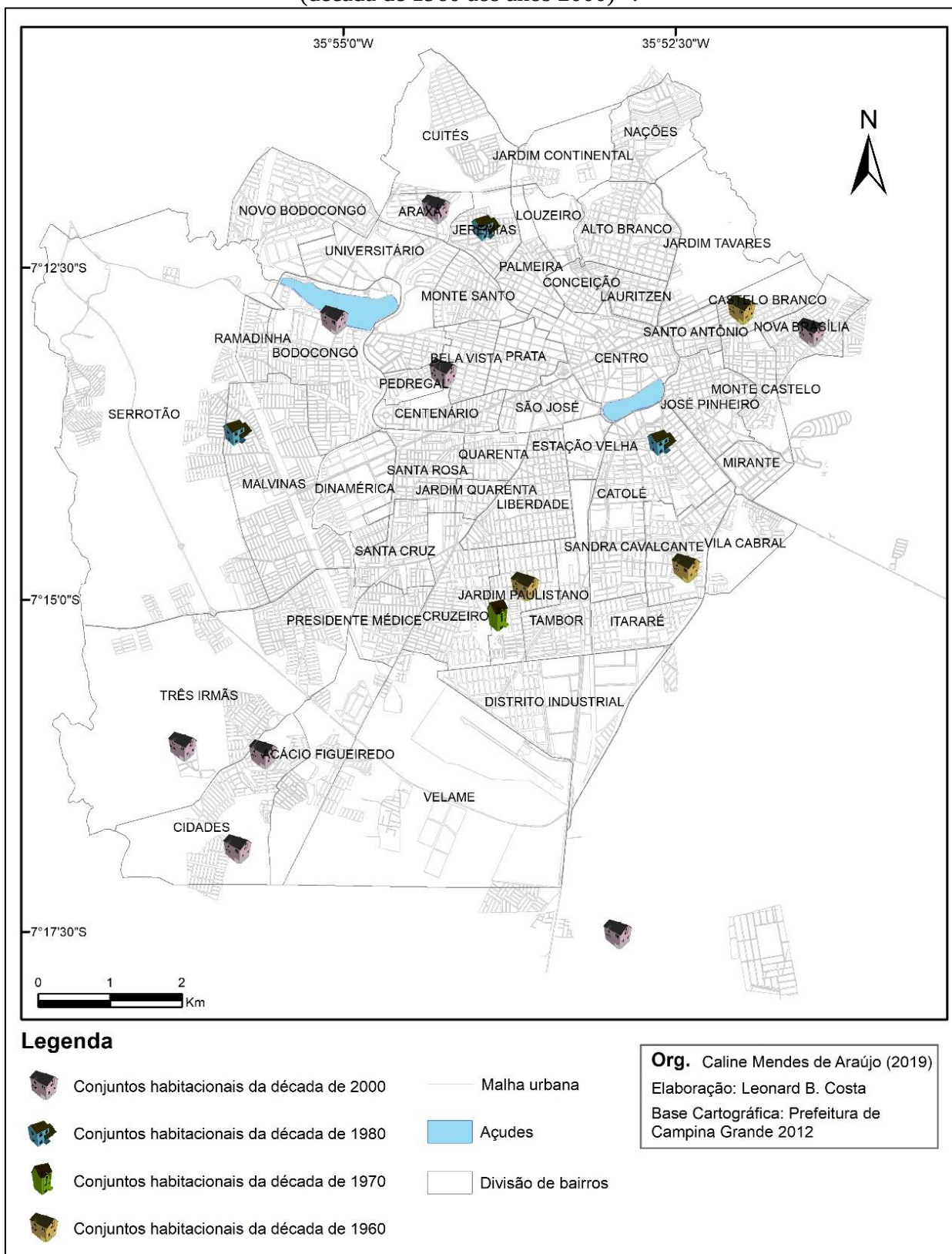
⁸⁶ Ressalta-se que o Complexo Aluizio Campos também se encontra no âmbito do PMCMV, porém, reservou-se um espaço específico para ele no quando em função da sua atualidade e dimensões.

⁸⁷ Além dessas fontes, também foram consultados os sites oficiais da Caixa Econômica Federal (CEF), da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e do Governo do estado da Paraíba, entre outros.

⁸⁸ A alternância de cores no quadro se refere às décadas dos projetos/programas.

⁸⁹ Dentre as quais, famílias pobres e famílias abastadas, com a diferença que essas segundas tiveram outros espaços para onde ir, já os pobres se viram, mais uma vez, em condições precárias, além de desterritorializados, tendo que iniciar uma nova luta pelo acesso à moradia.

Mapa 06: Localização aproximada dos conjuntos habitacionais populares de Campina Grande (década de 1960 aos anos 2000)⁹⁰.



Fonte: Organizado pela a autora, a partir dos dados do quadro 02, e elaborado por Leonardo B. da Costa, 2019.

⁹⁰ Conforme o título, alguns dos conjuntos não foram inseridos no local exato da sua instalação, apresentando-se em locais aproximados, em virtude da incompatibilidade entre os dados e as bases cartográficas que possuem temporalidades distintas.

Observa-se que alguns dos empreendimentos mais históricos, antes situados de forma bastante periférica em relação ao centro da cidade foram, com o tempo, integrados à malha urbana de Campina Grande, visto que a valorização⁹¹ e especulação imobiliária deram origem à consolidação de bairros entre as áreas centrais e tais conjuntos. Outros empreendimentos, mais recentes, por sua vez, dão seguimento à lógica de produção da habitação popular periférica, distante das benesses das centralidades do espaço urbano.

O projeto dos três⁹² conjuntos habitacionais construídos nos bairros Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano, no ano de 1964, foi proveniente do Banco Nacional de Habitação (BNH) no início do regime militar no Brasil. O órgão responsável pela execução foi a COHAB de Campina Grande. As COHAB's foram criadas nesse período visando à intermediação entre governo federal e governo local, representado, nessa época pelo então prefeito Williams Arruda. Lima (2004), ao tratar sobre a gestão desse prefeito, afirma:

As ações do novo prefeito, a princípio, serão centradas na área social. Na sua gestão foram construídos diversos grupos escolares e três conjuntos habitacionais através da companhia de habitação do município, a COHABCG. Essa companhia, criada na administração de Williams Arruda, foi considerada modelo de organização no país à época. Em 1965, a Companhia recebeu a liberação para construir as primeiras 300 residências e durante a administração de Williams Arruda, foram construídas 1200 casas populares nos conjuntos Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano (LIMA, 2004, p. 144).

Como a gestão desse prefeito foi curta, a ação foi interrompida nesses citados conjuntos, hoje bairros da cidade, com a construção de 1200 casas. Apenas tais espaços foram incluídos no projeto, deixando vários outros bairros, onde as demandas eram notáveis sem acesso às benesses provenientes dessa intervenção. Ademais, essa ação já se deu no sentido de periferização da cidade, visto que esses espaços se localizam em áreas distantes do centro da cidade.

Sobre os programas/projetos habitacionais da década de 1970, pode-se recordar o programa “CURA” (Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada) que teve início no final da década de 1970 e foi resultado das ações do BNH. À época, o prefeito de Campina Grande era Enivaldo Ribeiro que, segundo informações, tinha muitas relações com figuras importantes do cenário político nacional que viabilizaram as ações para a cidade (LIMA, 2010). Tratava-se de um programa não só destinado à construção de moradias, mas também de

⁹¹ Esse tema será tratado de forma mais ampla no próximo capítulo.

⁹² Segundo a Comissão Especial de Inquérito (CPI), realizada em 1987, foram construídos quatro conjuntos habitacionais, entretanto, não se teve acesso aos dados do quarto empreendimento.

intervenções no espaço urbano como um todo: vias de acesso, saneamento, entre outros (FEITOSA, 2011).

Desenvolvido num contexto de autoritarismo, o CURA se apresentou como um projeto altamente contraditório, pois além de atender a poucos bairros, conforme apresentado no quadro, foi responsável pela mobilidade forçada de várias famílias que residiam nos espaços onde as ações foram realizadas. De acordo com Lima (2010, p. 248):

Em Campina Grande, a maioria das pessoas que foram desalojadas para que as obras do projeto tivessem andamento, se refugiaram em áreas periféricas, formando o acréscimo de favelas na cidade, trazendo conseqüências inadequadas para os objetivos do programa.

O autoritarismo não estava somente presente no âmbito político, mas também no modo como se produzia o espaço urbano, tanto na escala do país como nas escalas locais, a exemplo de Campina Grande. Como é de praxe, os governantes priorizavam as obras às pessoas. Conhecido pelas relações com o mercado, sobretudo ligado à construção civil, o BNH e suas ações fizeram reflexo disso em cidades como Campina Grande, onde atuou.

A expulsão de várias famílias da área central não teve como “resultado” sua inserção no programa CURA, mas ocorreu de uma maneira tão seletiva que, mais uma vez, os pobres tornaram-se responsáveis pela provisão da sua moradia, adensando as já existentes favelas da periferia da cidade (LIMA, 2010). O processo de periferização e empobrecimento das camadas de menor renda se intensificou, vindo a piorar em momentos posteriores.

Outro programa desenvolvido nesse período foi o PNCPM⁹³ (Programa Nacional Cidades De Porte Médio⁹⁴) e era destinado a vários tipos de ações no âmbito da cidade. Segundo Lima (2010, p. 249):

Esse programa, fruto da “nova” política de desenvolvimento urbano, deveria ser implantado em cidades de porte médio, fossem essas capitais ou não, que apresentassem potencial satisfatório de desenvolvimento e se constituíssem em pólos regionais. A idéia geral era aproveitar o potencial destas cidades e torná-las centros de dinamização, para as quais, o governo pretendia direcionar o desenvolvimento.

Em função da então dinamicidade de Campina Grande, enquanto cidade de porte médio, o programa foi desenvolvido atuando em várias frentes. Atenta-se, aqui, para o projeto “B” do programa, intitulado “Projeto de Infraestrutura Urbana e Comunitária”, visto que o

⁹³ “Em tese, enquanto o projeto CURA desalojava a população excedente das áreas a serem beneficiadas com suas ações de desapropriação de terrenos, o PNCPM investia na fixação desse excedente populacional na periferia do município, através do incentivo às atividades produtivas” (LIMA, 2010, P. 240).

⁹⁴ Anteriormente esse programa também era voltado às metrópoles, mas, em função do insucesso nesses espaços, foram mantidas somente ações nas cidades de porte médio (LIMA, 2010).

mesmo era voltado à problemática da moradia e afins. O subprojeto “B-20”, derivado do projeto maior, de acordo com Lima (2010, p. 252) “deveria atuar nos bairros do Pedregal, Jeremias e Cachoeira construindo novas moradias e melhorando as moradias existentes nessas favelas”.

O programa teve como financiadores o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (Governo Federal) e o BIRD (Banco Mundial), e ocorreu na gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro. Outros bairros contaram com ações dos projetos, porém, essas intervenções não se voltavam à moradia, por isso não constam aqui. Vê-se como organismos multilaterais aliados a outros agentes e escalas, como aquelas ligadas ao governo federal e local, além das empresas relacionadas à construção civil, estavam inseridas nessa lógica de produção do espaço.

Uma das áreas contempladas com essas ações do PNCPM foi a antiga favela da Cachoeira, que era considerada uma das áreas de risco de Campina Grande (DEFESA CIVIL MUNICIPAL). Posteriormente, na década de 2000, a área passaria por uma nova intervenção, como será apresentando adiante. Pode-se ainda lembrar do “PROMORAR”, programa desenvolvido também com recursos do BNH, na década de 1980, nos bairros do Catolé (Favela Pedreira do Catolé) e do Jeremias. Foram feitas, através desse programa, intervenções de infraestrutura, reformas de habitações e construção de algumas moradias que possuíam uma área extremamente reduzida (SILVA, 1987), sendo muitas constituídas de apenas um cômodo.

Ainda na década de 1980, na qual o BNH é extinto (1986), foi construído o Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio que viria a se tornar o Bairro das Malvinas⁹⁵. O projeto foi financiado pelo BNH e mediado pela CEHAP (Secretaria Estadual de Habitação da Paraíba). O pós-construção desse conjunto foi meio conturbado, em função da sua ocupação adiantada por parte de moradores do local que não foram contemplados com unidades habitacionais (LIMA, 2010). Confirma-se que os programas foram insuficientes no que se refere à relação oferta-demanda. Além disso, “O aprofundamento das contradições urbanas pode acirrar as pressões exercidas pelas camadas populares sobre o Estado” (SANTOS, 2008, p. 60).

Sobre a década de 1990, Costa enfatiza que “Os anos noventa se caracterizam pela ausência de políticas públicas de produção de residências populares na cidade, típica do modelo neoliberal [...]” (COSTA, 2006, p. 74). Em Campina Grande a situação se assemelhava ao restante do país, ou seja, com as práticas neoliberais no auge, além da falta de atenção do governo federal com relação aos programas sociais, as problemáticas nesse sentido se

⁹⁵ Essa denominação ocorreu em alusão aos conflitos que ocorriam entre Argentina e Reino Unido pelo controle de uma ilha chamada Malvinas, à época, o nome do antigo conjunto habitacional viria a ser Malvinas, como ainda hoje o é, se tratando, assim, de um dos maiores bairros da cidade de Campina Grande.

maximizavam. As crises econômicas do final da década de 1980 e durante a década de 1990⁹⁶ foram o pano de fundo para a acentuação dessa problemática, entre outros problemas sociais.

Na cidade de Campina Grande a ação mais contundente relacionada à habitação, nesse período (década de 1990) foi aquela realizada pelo Plano Nacional de Habitação que centrou esforços na construção de moradias e intervenções em infraestruturas, com recursos provenientes do Governo Federal, nos seguintes bairros/locais: Serrotão, Velame, Invasão do Tambor, Invasão do Tambor II, Lot. Austro França, Jardim Borborema III, Jardim Borborema III, Novo Bodocongó e Jardim Continental.

Já na década de 2000 o cenário mudou um pouco de figura. Mesmo a prática neoliberal se fazendo presente, as gestões que governaram o país, no que se refere ao nível federal, até o ano de 2016⁹⁷, se caracterizaram por dar uma atenção maior à problemática social, em especial à moradia. A intenção não é afirmar a ausência de problemas relacionados aos programas apresentados (na sua concepção e/ou execução), mas reconhecer que, em relação à década anterior, os anos 2000 foram mais frutíferos no que diz respeito às políticas de moradia (vide quadro 02). Nota-se um hiato entre as décadas de 1980 e 2000, embora a conjuntura com relação ao déficit habitacional não tenha sido modificada de maneira estrutural, assim como não o foi em momentos anteriores.

Nos anos 2000 foi desenvolvido também o “Programa de Arrendamento Residencial – PAR”, para famílias com renda de até 1.800 reais e os recursos foram provenientes do governo federal. Receberam ações desse programa bairros como o Dinámerica e Bodocongó. Outra intervenção realizada foi o “Programa de Subsídio à Habitação – PSH”, no qual a União juntamente com a Prefeitura de Campina Grande, além de agentes privados, atuou em 49 bairros⁹⁸, alguns distritos e na Zona Rural. Tais programas foram responsáveis pela construção de moradias. O Programa Pró-Moradia, também da década de 2000, realizou intervenções no Bairro das Três Irmãs, com a construção de conjuntos habitacionais e infraestrutura do local.

Outro projeto importante, apesar de controverso em alguns aspectos, no âmbito do Pró-Moradia, foi o responsável pela construção do Conjunto Glória (Loteamentos 1 e 2 ou Glória I e II), nome dado em alusão à mãe do então governador, Cássio Cunha Lima. O projeto pretendeu solucionar problemas encontrados na antiga Favela da Cachoeira, uma das áreas de

⁹⁶ “A política habitacional no Brasil viveu um momento de inflexão na década de 80, quando se iniciou uma trajetória de descentralização que inverteu a dinâmica preexistente, baseada na ação de órgãos federais com alta densidade institucional e controle sobre um grande volume de recursos” (CARDOSO, 2006, p. 77).

⁹⁷ Conforme já explicitado, 2016 foi o ano do golpe político que retirou Dilma Rousseff do poder, tendo como seu substituto o vice-presidente, Michel Temer.

⁹⁸ A literatura não expõe quais foram esses bairros atendidos.

risco até então⁹⁹. Assim, a Cachoeira foi extinta e os moradores relocados para tais conjuntos habitacionais construídos em área relativamente próxima. Os recursos do programa foram oriundos do governo federal (FGTS) e do governo do estado (CEHAP).

Uma nota importante a ser feita é que, segundo Souza (2010) alguns anos após, “[...] o empreendimento Alphaville [...] se instalou numa área — bairro Mirante — muito próxima a antiga favela Cachoeira” (SOUZA, 2010, p. 51). Hoje, nas adjacências da antiga favela (espaço esse que, segundo discursos da Prefeitura Municipal à época, seria destinado a ações e projetos ambientais, que nunca aconteceram), além do empreendimento horizontal Alphaville Campina Grande, tem se presenciado a construção de outros condomínios verticais, complementados pela viabilização de intervenções públicas como a “Alça Leste”, obra viária do governo do estado da Paraíba. Tais ações serão analisadas no capítulo 4.

Já no Bairro do Araxá, ainda nos anos 2000, foi construído um conjunto habitacional, através de recursos do governo federal, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de recursos do município. Várias famílias que viviam nas proximidades da linha do trem do bairro foram atendidas com unidades habitacionais. O Habitar Brasil/BID, por sua vez, foi um programa que desenvolveu ações no Sonho Meu e no Bairro do Pedregal. Tratava-se de intervenções tanto de construção de moradias como de ações na infraestrutura dos locais. Os recursos utilizados foram provenientes do governo federal, do município e do BID.

Outra iniciativa estatal com relação à moradia em Campina Grande, no Bairro das Cidades, foi aquele conhecido por “OGU/2006”, uma vez que teve recursos originários de uma Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União bem como da Prefeitura Municipal. O programa Crédito Solidário foi outra ação do governo federal, no que diz respeito às questões habitacionais na cidade. O bairro atendido com as obras foi o Bairro Três Irmãs e os recursos dotados para esse fim foram provenientes do Ministério das Cidades (Governo Federal).

Mais recentemente, o Programa Minha Casa, Minha Vida (faixa 1)¹⁰⁰, em Campina Grande, foi responsável pela produção de alguns conjuntos habitacionais, como aqueles situados nos bairros de Bodocongó (Vila Nova da Rainha I e II) e Três Irmãs (Major Veneziano¹⁰¹ I, II, III, IV; Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna¹⁰²), além do Complexo

⁹⁹ A Cachoeira possuía um declive extremamente acentuado, a ponto de seu acesso se dar através de uma escadaria. Inclusive, era tida como a mais problemática área de risco, no que se refere à solução dos problemas, fossem eles paliativas ou estruturais.

¹⁰⁰ Muitos empreendimentos direcionados às outras faixas de renda foram realizados, porém, aqui se prioriza a abordagem daqueles voltados à faixa 1, tendo em vista que se trata de uma discussão relativa à expansão, periferação e espraiamento da cidade, através da atuação estatal, via moradias e intervenções para camadas populares.

¹⁰¹ Projeto do empreendimento aprovado em 2011 e entrega das casas realizada em 2013 (SANTOS, 2016).

¹⁰² Ambos entregues à população no ano de 2015.

Aluízio Campos, situado entre Campina Grande e Queimadas, no Ligeiro. Os recursos dos empreendimentos foram oriundos do Governo Federal, do governo do estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal.

Os conjuntos Vila Nova da Rainha I e II constituem até o momento uma boa experiência no que se refere ao Minha Casa, Minha Vida, tanto no que diz respeito à localização quanto à qualidade dos projetos, com exceção de alguns problemas, como a quantidade insuficiente de creches e escolas nas proximidades, a presença de umidade, rachaduras e barulho em alguns apartamentos (SAMPAIO, 2016), entre outros.

O Vila Nova da Rainha II teve parte das unidades habitacionais destinadas aos funcionários públicos efetivos da prefeitura de Campina Grande, aos trabalhadores do setor polo calçadista do bairro de Bodocongó, aos inscritos no aluguel social da Prefeitura, além de uma cota de 3% para pessoas idosas¹⁰³. Já o Vila Nova da Rainha I foi voltado para a população de forma geral, com prioridade para algumas famílias que moravam em áreas de risco/casas com riscos de desabamento e afins. Essa foi uma ação muito importante no sentido de modificar consideravelmente as condições de moradias de algumas famílias que antes moravam em áreas ou casas insalubres e passaram a ter melhores condições de moradia via Estado.

No que se refere ao Major Veneziano (I, II, III e IV), o mesmo é considerado como um dos mais problemáticos empreendimentos estatais da cidade na atualidade, tendo em vista a sua distância com relação ao Centro e a outros bairros, além da ausência de equipamentos públicos e privados nas proximidades. Outra grande adversidade do local é a constante sensação de insegurança por parte dos moradores, em virtude de problemas como o tráfico e o uso de drogas, conforme verificado por Santos (2016).

Os empreendimentos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna, construídos com recursos do governo federal em cooperação com a Companhia Estadual de Habitação, também são resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tendo em vista a grande extensão desses conjuntos habitacionais horizontais e a sua localização, nas franjas urbanas de Campina Grande e nas proximidades do Major Veneziano, no bairro Três Irmãs, pode-se afirmar que tal intervenção contribuiu sobremaneira com a urbanização espraiada e periférica que tem sido característica em Campina Grande.

Em Campina Grande o empreendimento estatal mais recente voltado à produção de moradias populares é o “Complexo Aluízio Campos”, também originário do Programa Minha Casa, Minha Vida. Chama atenção a quantidade de unidades habitacionais, quase 5 mil, bem

¹⁰³ Para mais informações consultar o site da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Disponível em: pmcg.org.br/prefeitura-realiza-sorteio-de-apartamentos-do-vila-nova-da-rainha-ii/. Acesso em: 15 jan. 2019).

como sua distância em relação ao centro da cidade, aproximadamente 8 km. O empreendimento, com 800 hectares, tem como pretensão não somente a construção do conjunto habitacional, mas também com um complexo logístico e industrial, além de equipamentos coletivos, etc¹⁰⁴. Ressalta-se que, quando do pronunciamento do lançamento do Complexo pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 2014, o mesmo recebeu o slogan de “O maior conjunto habitacional em construção no Brasil”.

A construção desse empreendimento, assim como alguns verificados no passado, se caracteriza como uma das mais recentes ações estatais no que diz respeito à relação Estado-mercado, sobretudo ligado às empreiteiras e empresas da construção civil. Configura-se, assim, como mais uma intervenção promotora de crescente periferação e desigualdade na cidade de Campina Grande, a exemplo também dos demais conjuntos habitacionais da década de 2000 como aqueles que aparecem mais ao sul e a sudoeste da cidade (Mapa 06).

Os apontamentos sobre alguns dos principais programas/projetos relacionados à habitação na cidade estudada, serviram para compreender alguns dos problemas pretéritos e atuais de habitação. Buscou-se entender o porquê de, após essas intervenções estatais, os números relativos ao déficit habitacional e à realidade da moradia para os pobres na cidade, incluindo o processo de periferação e precarização da mesma, serem ainda tão alarmantes.

Na concepção de Maricato (2008, p. 129), “não há solução para o problema habitacional sem intervir em aspectos fundamentais que embasam o poder na sociedade brasileira como o patrimonialismo e a captação das rendas imobiliárias”. Não bastam construções de casas e infraestruturas estatais sem que sejam atacados os problemas relacionados ao patrimonialismo bem como aqueles referentes ao setor imobiliário e à consequente mercantilização dos espaços em franco crescimento nas cidades brasileiras.

Complementando o que foi visto até, aqui e com o objetivo de entender como se configura o espaço urbano e a realidade da moradia em Campina Grande, apesar do Estado, levando em consideração a histórica produção “alternativa” de moradia o próximo tópico abordará questões relativas à produção do espaço e de moradia via grupos sociais excluídos e/ou atores sociais (CORRÊA [2011], CAPEL [2013]) na cidade estudada.

¹⁰⁴ Para maiores informações, verificar na íntegra o “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO PARA CAMPINA GRANDE – 2035” (CAMPINA GRANDE, 2016)

3.5 A PRODUÇÃO DA MORADIA APESAR DO ESTADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS

A princípio, é necessário lembrar a relevância do âmbito legal nas discussões sobre espaço urbano e, mais especificamente, sobre habitação, embora a legislação nem sempre seja respeitada e cumprida nesse aspecto. O direito à moradia digna consta em diversos documentos legais de várias escalas como um direito fundamental, a exemplo da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Cidade (2001), do Plano Diretor de Campina Grande (2006) e da Política Municipal de Habitação de Campina Grande (2009).

Como ilustração, cita-se o seguinte trecho do Plano Diretor Municipal (2006) e da própria Política Municipal de Habitação de Campina Grande: “Art. 98. Constituem diretrizes da Política Municipal de Habitação: I – a garantia de moradia digna como direito e vetor de inclusão social”. O Plano Diretor Municipal expõe não só a necessidade de moradia digna, mas que essa seja, além de um direito, um vetor de inclusão social.

Contudo, a realidade verificada na cidade de Campina Grande ao longo das décadas mostra que a moradia enquanto direito é cada vez mais escassa, considerando o valor de troca praticado em vários contextos. Assim, a questão da moradia, ao invés de se constituir enquanto vetor de inclusão, tem se dado como vetor de exclusão ou de acesso precário, como o caso das hiperperiferias e/ou áreas de risco. Nas palavras de Maricato:

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra (MARICATO, 2003b, p. 153).

Os padrões postos pelas leis e desejados pelas camadas mais abastadas para a produção de moradias, por exemplo, contrastam com a produção de moradias na cidade “ilegal”, conforme expõe a autora. No caso da cidade de Campina Grande, esses primeiros padrões podem ser verificados nos bairros ocupados pelas classes de alta renda e, possivelmente, em alguns conjuntos habitacionais. Por outro lado, no processo “alternativo” de produção do espaço, verifica-se a ausência de padronização. Sobre esse contexto, Maricato enfatiza:

Os baixos salários pagos aos trabalhadores, além da abundante oferta de mão-de-obra liberada do campo, completam esse quadro: reprimidos em suas iniciativas reivindicatórias, sem poder aquisitivo para comprar a moradia no mercado imobiliário privado, sem oferta significativa de moradia subsidiada financiada pelas políticas públicas, incapaz de atender ao aumento dos aluguéis, a massa trabalhadora urbana recorre à compra do terreninho irregular, ou constrói no terreno de parentes ou invade terras que em geral são públicas (MARICATO, 1997, p. 50).

Esses trabalhadores mal pagos e sem acesso ao mercado imobiliário privado e às políticas estatais de moradia constituem os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2011) ou ainda os atores sociais (CAPEL, 2013). Esses grupos produzem os espaços, para além do mercado imobiliário e apesar do Estado. Para Corrêa (2011, p. 47), a conformação desses espaços é efetivada “por aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas”. Alguns desses tipos de ocupações ocorreram na cidade de Campina Grande no processo de origem das denominadas áreas de risco.

Por outro lado, segundo Corrêa: “Os proprietários de terras bem localizadas [...] agem pressionando o Estado visando a instalação da infra-estrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infra-estrutura” (2011, p. 18). Em outras palavras, o Estado abandona as áreas pobres, se alia aos setores do ramo imobiliário, subsidia melhorias nas áreas onde moram as famílias de renda mais alta, intensificando o seu processo de valorização, colaborando, em contrapartida, para a depreciação dos espaços dos pobres.

Pode-se traçar aqui uma breve discussão a respeito de algumas das terminologias utilizadas para denominar esses espaços¹⁰⁵. Dentre esses, inicia-se pelo loteamento. Segundo Bitoun: A palavra loteamento “é usada para designar um lugar cujo acesso se teve por cessão ou venda por parte de um proprietário que loteou um terreno. Esse loteamento é clandestino, mas o acesso ao sol ocorreu sem conflito [...]” (BITOUN, 2000, p. 05). Loteamento é um termo que já vem sendo usado há certo tempo, e significa justamente essa cessão ou venda às quais se refere o autor. Ele pode significar um parcelamento marcado pela legalidade ou não, o que deve caracterizar o tipo do uso dos lotes, que pode se dar com ou sem conflitos, conforme Bitoun.

A respeito dos loteamentos clandestinos, Souza (2004, p. 264) afirma: “[...] pertencem, por via de regra, à família dos loteamentos irregulares”. Entretanto, o autor enfatiza que o loteamento clandestino se diferencia dos outros tipos de loteamentos irregulares porque nesses últimos “[...] um projeto de loteamento foi apresentado pelo loteador à Prefeitura e aprovado” (Souza, 2004, p. 264). Já no caso dos loteamentos clandestinos, eles “[...] nem sequer tiveram um projeto submetido à Prefeitura e por ela aprovado” (idem)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ É importante lembrar que existem ainda denominações oficiais atualmente utilizadas para classificar alguns desses e outros espaços presentes nas cidades, a saber: assentamentos precários (Prefeitura Municipal), aglomerados subnormais (IBGE), Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), áreas de risco (Defesa Civil), entre outras. Interessa a esse estudo, sobretudo, a última terminologia.

¹⁰⁶ Corroborando essa ideia, Botelho diferencia os dois tipos de loteamentos: “Pode-se diferenciar os loteamentos irregulares dos clandestinos considerando os primeiros como aqueles que são aprovados, tendo os terrenos sido vendidos e objeto de edificação, mas o loteador descumpre o cronograma aprovado, não implementando a infra-

Os loteamentos populares que serviriam de moradia aos mais pobres, eram a alternativa que os proprietários encontravam para garantir lucro, a partir de uma terra sem atrativos, a exemplo daqueles espaços próximos aos corpos hídricos e suscetíveis a enchentes e inundações. Se não fosse para os pobres, aqueles terrenos dificilmente seriam utilizados, face à ausência de infraestrutura básica, restando, então, a alternativa de lotear para moradia popular, sobretudo para os recém-chegados nas cidades. Assim, se a provisão de moradia para aqueles mais pobres que já moravam na cidade era complicada, o que dizer sobre os pobres recém-chegados? Discutindo sobre o tema dos loteamentos, Corrêa disserta:

Em uma cidade onde existe uma segregação sócio-espacial, com um setor periférico, não apenas distante do centro mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado status, não resta aos proprietários fundiários senão o loteamento de suas terras como meio de extrair renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infra-estrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesse de se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de auto construção ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais (CORREA, 1993, p. 19).

Na ausência desses conjuntos citados, a forma mais característica de produção de moradia dessas áreas é a autoconstrução. Para Santos (2008), esse “é um processo solidário de edificação da casa própria para obtenção da propriedade privada” (SANTOS, 2008, p. 133). As pessoas se encarregam de construir suas casas a partir das condições que possuem. Para Francisco de Oliveira (2006, p. 76): “A autoconstrução em geral é o que vigora na favelização, que tomou conta das cidades”. Porém, esse processo não é homogêneo e se apresenta de maneira particular de acordo com cada espaço, cada família. De acordo com Santos (2008):

A autoconstrução foi, durante décadas, em especial na década de 1950, uma alternativa à sobrevivência. E, de certo modo, continua sendo. De um lado, porque o processo autoconstrutivo é infindável e, de outro, porque a favelização contemporânea, com seus barracos/casas de alvenaria se vale desse método (SANTOS, 2008, p. 119).

O processo é infindável, porque além das dificuldades de construção, a demanda por moradia é cada vez maior. Assim, o processo de autoconstrução e o crescimento dos loteamentos populares é uma realidade nas cidades brasileiras. Para Maricato “[...] as favelas e os loteamentos ilegais continuarão a se reproduzir enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais” (MARICATO, 2003a, p. 82).

estrutura a que estava obrigado. Os loteamentos clandestinos são aqueles realizados desde o início à margem da lei (BOTELHO, 2007, p. 60).

Ou seja, a perpetuação desse tipo de “solução” pode ser uma tendência, visto que ao mercado e ao Estado não interessa apresentar alternativas habitacionais, exceto em alguns casos, como em períodos de crise de sobreacumulação (HARVEY, 2005)¹⁰⁷ com a qual cresce a necessidade de produção do capital fixo, por parte do setor da construção civil. Essa produção muitas vezes é mal elaborada a exemplo de certos conjuntos habitacionais, que apresentam problemas estruturais quando da sua construção e, posteriormente, quando da sua utilização.

Outrossim, para Rodrigues (2003, p. 80), “o loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”. A favela, como afirma a autora, é uma das alternativas encontradas pelos cidadãos mais pobres.

A respeito do termo “favela”, mesmo que alguns autores tenham o cuidado de usá-lo e conceituá-lo, percebe-se que a classificação dos espaços urbanos pobres por parte dos poderes públicos tem sido, muitas vezes, arbitrária, ou seja, não há um critério claro para definição de tais espaços. O caso do termo “favela” é emblemático dessa dinâmica, qual seja, a visão de sobrevoo para embasar tais denominações. Sobre o uso dessa terminologia para classificar “qualquer área desprovida da atenção do poder público” e a respeito da falta de reflexão sobre o vocabulário utilizado pelos gestores/planejadores do espaço urbano, Souza (2011) coloca:

Talvez mais que qualquer outro tipo de saber, o planejamento e a gestão (sejam urbanos, regionais ou outros) promovidos pelo Estado tipicamente privilegiam um olhar sobre as sociedades e seus espaços “do alto” e “de longe”. Uma das consequências é que planejadores urbanos a serviço da administração estatal se utilizam de um vocabulário cujo conteúdo muitíssimo raramente é objeto de qualquer reflexão, sobretudo de natureza crítica (SOUZA, 2011, p. 151).

Classificam, assim, alguns espaços como favela, sem levar em conta suas características históricas, identitárias, considerando apenas os aspectos infraestruturais do local. Porém, em alguns casos, pode, inclusive, não se tratar de uma favela, mas de um loteamento clandestino, no qual os moradores compraram lotes baratos, por exemplo. O termo “favela”, a depender do contexto, mostra-se pejorativo, refletindo preconceitos e contribuindo para baixa autoestima daqueles quem moram no espaço representado. Segundo Souza,

“Favela” é um desses termos que parecem já ter adquirido feições de vocábulo “naturalizado”, mas que costuma carregar um conteúdo pejorativo que não escapa à percepção daqueles que sofrem com valorações negativas por trazerem a marca de um *estigma sócio-espacial* (no caso, os “favelados”) (SOUZA, 2011, p. 151, grifos do autor).

¹⁰⁷ HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

A partir da reflexão de Souza, pode-se afirmar que, com frequência, não se verifica o aprofundamento sobre as realidades no tocante à sua denominação, como o caso da terminologia favela. Observam-se, assim, além de um discurso heterônomo, ações hierarquizadas, das quais os moradores não têm direito de participar, no tocante à sua realidade.

Contudo, mesmo perante essa discussão, em alguns momentos, será utilizada essa denominação em função do seu uso corrente na documentação estatal e também por parte de alguns autores, uma vez que em algumas cidades o termo já se consolidou, a exemplo do Rio de Janeiro, onde surgiu e se difundiu a expressão¹⁰⁸. A partir das reflexões realizadas propõe-se problematizar sobre os tipos de ocupação do espaço urbano em Campina Grande.

Conforme Melo apud Maia et al (2013, p. 124): “No final da década de 1970 e início dos anos 1980, Campina Grande apresentou expressivo número de favelas, com um salto de três para dezessete”. Com o crescimento da cidade, em termos de população e mancha urbana, o aumento da demanda por serviços e a maximização dos problemas habitacionais (falta de moradia para uns e moradias precárias para outros) cresce o número dessas e de outras formas de ocupação do espaço urbano em Campina Grande.

Tais espaços se caracterizavam pela ausência de infraestrutura, de serviços, de áreas de lazer, de emprego, entre outros elementos que constituem o direito à moradia. Acontece que, ao longo do tempo, algumas ocupações mudaram de nome, os moradores mudaram de casa... Em outros casos a situação permaneceu semelhante e ainda há casos em que o espaço foi em parte consolidado, mantendo a precariedade em outros contextos.

A exposição em voga mostra que, independente dos termos utilizados para classificar os espaços mais pobres, os problemas habitacionais não são atuais, mas históricos. Para entender essa dinâmica, via processo histórico de ocupação dos espaços, a análise lançou mão de documentos estatais encontrados durante a pesquisa, quais sejam: “Plano de Erradicação de Favelas” (CAMPINA GRANDE, 1972), “Seis Anos de Governo: Relatório Geral da Administração de Enivaldo Ribeiro, 1977 – 1982” (CAMPINA GRANDE, 1983), “Comissões Especiais de Inquérito” (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1987; CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1994), entre outros.

No documento mais antigo encontrado denominado “Plano de Erradicação de Favelas” inserido em um plano maior intitulado “Plano de Desenvolvimento Local Integrado” (PDLI), ambos do ano de 1972, é possível identificar os espaços que já eram considerados como favelas

¹⁰⁸ Para mais informações consultar Abreu e Vaz (1991).

na década de 1970, lembrando que sua origem, provavelmente, data de décadas anteriores, tendo em vista que esse material foi produzido ainda no início dos anos de 1970.

As favelas apresentadas no documento são: Cachoeira, Vila Cabral, Coreia, Cova da Onça/Tamandaré/Maloca/Cortiço do Canal, Coqueiros J. Rodrigues/S. Joaquim. Segundo o documento “Seis Anos de Governo: Relatório Geral da Administração de Enivaldo Ribeiro, 1977 – 1982” (CAMPINA GRANDE, 1983), as pessoas recém-chegadas na cidade iam “[...] ocupando vazios urbanos, onde passam a proliferar as malocas, mocambos, cortiços e favelas”. Já naquela época, o processo de apropriação dos melhores espaços era realizado pelas classes de renda mais alta. Acerca das favelas, o documento expõe:

Distribuídas irregularmente na área urbana e não apresentando grandes manchas de ocupação [...] as áreas aqui denominadas favelas – assim o foram após análises de aspectos sócio-econômicos e de ocupação física – espelham a miséria e abandono em que vive o homem menos favorecido, criando não só problemas de ordem social, física, humana, como os de poluição ambiental – 74% não tem instalações sanitárias (CAMPINA GRANDE, 1972, s/p).

As chamadas favelas localizavam-se em pontos distintos da cidade, a saber: Bairro São José, Margens do Açude Novo, Bairro de José Pinheiro, Centro da Cidade, Bairro de Santo Antônio, Bairro Universitário, entre outros. O documento expressa o abandono no qual viviam as famílias, porém afirma que os problemas eram causados por elas, quando, na verdade, a ausência do Estado era mais sintomática nesse caso, a exemplo da falta de programas habitacionais, visto que aqueles produzidos anteriormente não contemplaram essas pessoas.

As ocupações tratavam-se, segundo o documento, de ocupações espontâneas, ou pejorativamente, do “fruto de inconsciente irresponsabilidade”. A maior parte dessas áreas não tinham donos reconhecidos legalmente ou pertenciam ao Estado. As ocupações resultavam também de doações de terrenos por parte do governo municipal a partir de clientelismos, conforme seguiu ocorrendo depois. Tais doações e outras posteriores foram denunciadas em duas CPI’s realizadas pela Câmara Municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1987; CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1995). Um dos documentos expõe:

Da forma como os últimos administradores procederam as doações indiscriminadas das áreas públicas reservadas a equipamentos comunitários a áreas verdes, simplesmente privaram a população de todos os bairros da cidade de contarem com uma praça pública ou área de lazer e recreio [...] (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1995, p. 03).

As áreas de lazer da cidade, de fato, são escassas ainda hoje. Muitos terrenos públicos (inadequados à moradia) foram doados e ocupados de maneira irregular. Porém, o problema da

moradia requer posicionamentos mais sérios do que a permissão da construção em áreas públicas e insalubres. Os políticos, visando votos, “solucionam” um problema criando novos.

No período abordado na CPI mencionada, além de haver esses incentivos ilegais do governo municipal, havia, de outra parte, o abandono, pois, ao passo que uma pessoa “ganhava” um material ou o terreno para construção, a cidade de forma geral deixava de receber benefícios maiores, a exemplo de moradia de qualidade, escolas e áreas de lazer.

“A obtenção de terra gratuita é conseguida pela ocupação de ‘terra’ rejeitada pela propriedade privada como os mangues, alagados ou morros, ou, na inexistência destes, pela invasão de terrenos de propriedade pública ou privada” (VILLAÇA, 1986, p. 21). Os espaços rejeitados pelo setor imobiliário tendem a ser ocupados pelas famílias mais pobres. Porém, há a possibilidade de, com o passar do tempo, haver o interesse pelo espaço por parte do mercado.

Assim, as favelas na cidade, além de não contarem com o apoio do Estado, estavam expostas às possibilidades de futuras investidas do setor imobiliário que viria a expulsá-las das áreas ocupadas. As favelas apresentavam-se, segundo o Plano analisado “[...] como manchas deterioradas do tecido urbano, tornando-se fácil vítimas para o processo espontâneo (sic) de desenvolvimento físico da cidade e especulação imobiliária. Serão expulsas, aos poucos e aos pedaços para fora da cidade” [...] (CAMPINA GRANDE, 1972, s/p).

Vistas como manchas deterioradas da cidade, o exposto acima faz parecer que as ocupações eram uma espécie de “doença” no espaço urbano, não levando em consideração as milhares de pessoas que viviam nesses espaços, almejando melhorias, lutando por uma vida melhor... Fica claro que essas famílias estavam em uma situação bastante instável, visto que, quando da vontade do setor imobiliário, elas poderiam ser retiradas do seu lugar que, embora não tivessem as melhores condições, configuravam como seu espaço de (con)vivências.

Acredita-se, então, que muitas das erradicações de favelas que viriam a ocorrer visavam abrir espaços para novas investidas dos agentes imobiliários, como foi o caso da Favela da Cachoeira e da ocupação das suas proximidades pelo grupo Alphaville após sua extinção, mais recentemente. As atuações do mercado em áreas antes não valorizadas constituem parte da dinâmica imobiliária e do processo de segregação residencial nas cidades. Smolka (1992)¹⁰⁹ propõe uma expressão que resume essa dinâmica: “Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos”. O autor define bem como as cidades têm sido (re)estruturadas ao longo do tempo.

¹⁰⁹ SMOLKA, Martin. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: "dinâmica imobiliária" e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Estudos de População. v. 9, n. 1, 1992. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/511/pdf_485. Acesso em: 20 jan. 2019.

Ademais, ainda na década de 1970, o Plano de Erradicação de Favelas já confirmava que as ocupações seriam expulsas das áreas: “[...] aos poucos e aos pedaços para fora da cidade, ocupando áreas que serão futuramente solicitadas, criando assim um círculo vicioso com a repetição dos mesmos problemas”. Ou seja, onde quer que estivessem os pobres eles seriam retirados, caso o mercado assim desejasse, para as adaptações do setor imobiliário que conta com a conivência do Estado. De acordo com Maricato:

A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Se, de um lado, o crescimento urbano foi intenso durante décadas, e o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda, de outro, a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado (MARICATO, 2003, p. 159).

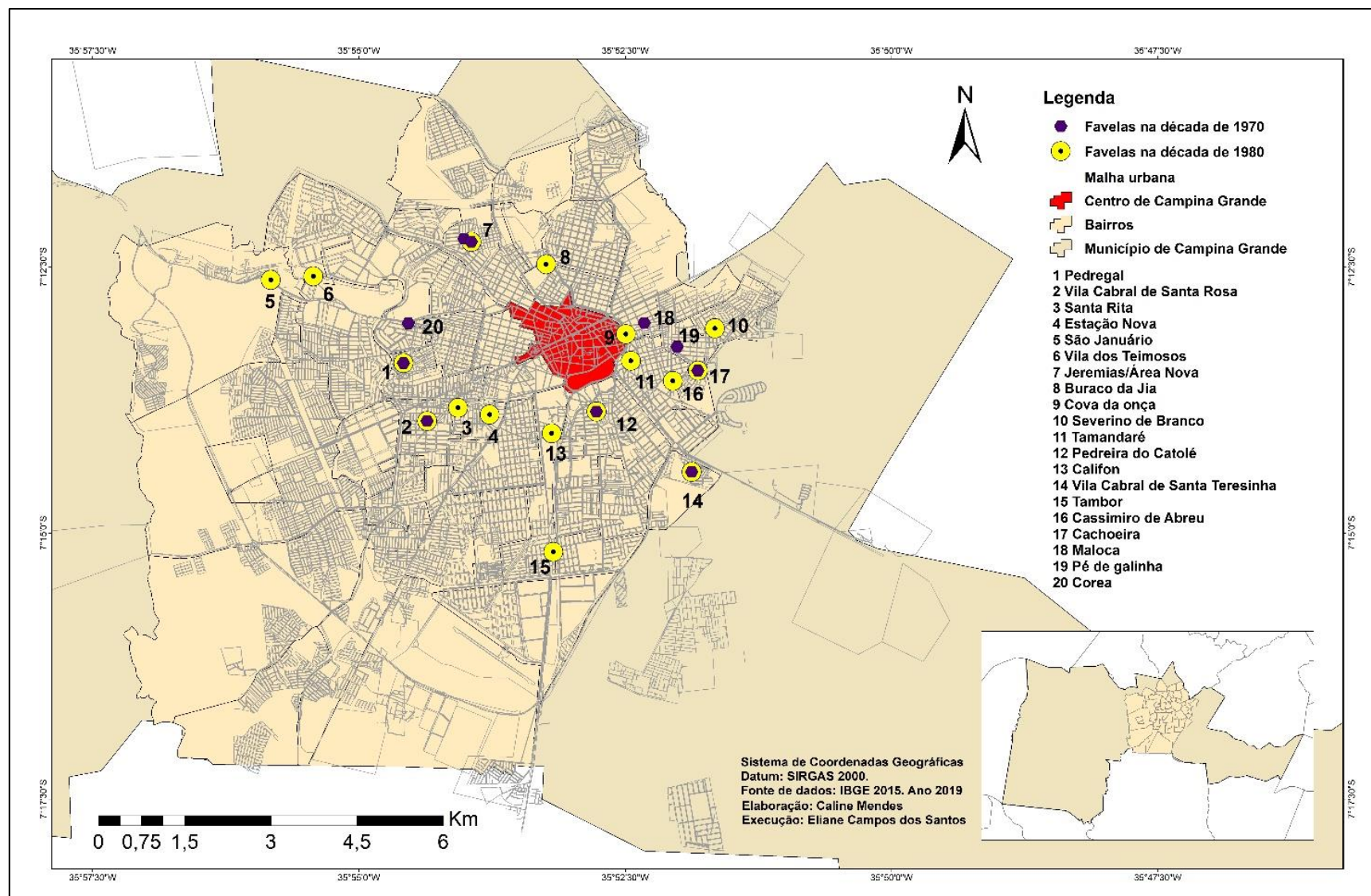
Essa dinâmica apontada pela autora pode ser verificada em Campina Grande, na medida em que a intenção, em determinados momentos, era relocar as famílias que moravam nas favelas para espaços aonde não interferissem nas ações do setor imobiliário, buscando-se não criar “[...] condições de conflito – e situando-se sempre numa situação de paralelismo físico” (CAMPINA GRANDE, 1972, s/p). Assim, buscava-se não interferir nos investimentos imobiliários, de forma que a localização dos pobres estivesse em paralelo às dos ricos, mas jamais em convergência.

Ademais, as condições em que viviam as pessoas que habitavam esses espaços eram subumanas¹¹⁰ e o sítio físico que ocupavam se tornava obstáculo a algumas possíveis melhorias. Cita-se alguns exemplos: Cachoeira (terreno rochoso, com forte declive, submetida a fortes enxurradas e elevado índice de poluição em períodos chuvosos), Vila Cabral (terreno rochoso com forte declive), Coreia (área de baixio, constantemente umidificada por águas poluídas), entre outros (CAMPINA GRANDE, 1972, s/p).

Além das favelas apresentadas no Plano de Erradicação, havia outros espaços como esses em Campina Grande, a exemplo de algumas das maiores favelas da cidade (juntamente com a Cachoeira): a Favela do Pedregal e a Favela do Jeremias. Abaixo segue mapa (Mapa 07) que mostra a disposição de algumas dessas favelas na década de 1970, bem como o contexto das favelas já na década seguinte, 1980, em Campina Grande:

¹¹⁰ Para maiores detalhes a respeito das condições em que viviam tais famílias, consultar a parte “Aspectos Sociais” do “PLANO DE ERRADICAÇÃO DE FAVELAS” (1972).

Mapa 07: Disposição de algumas favelas em Campina Grande (décadas de 1970 e 1980)



Fonte: CAMPINA GRANDE 1983; Costa (2003). Elaboração: Caline Mendes; Execução: Eliane Campos, 2019.

Observa-se que, à exceção de poucas favelas situadas nas áreas mais centrais, a maior parte delas localizava-se nas periferias da cidade na década de 1970, conforme a tendência verificada nas décadas posteriores bem como na atualidade.

Com o tempo, algumas favelas da década de 1970 foram erradicadas, a saber: Maloca, Favela Pé de Galinha, Coreia e Coqueiros de José Rodrigues, “[...] tendo sido seus moradores transferidos para outros núcleos habitacionais” (CAMPINA GRANDE, 1983 p. 75). Segundo informações desse documento, as ocupações foram “extintas” porque não tinham condições de serem urbanizadas. Porém, outras foram surgindo e, já na década de 1980, a configuração apresentada era diferente.

Acerca da favelização em Campina Grande nesse período, Lima (2010), apoiado em Melo (1986) afirma:

A cidade de Campina Grande, durante o período que se estende da década de 1970 ao início da década de 1980, apresentou um aumento expressivo no número das favelas, passando de 03 (três) para 17 (dezesete). Segundo Melo (1985) “verificou-se um acelerado processo de favelamento, com consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (inclusive pela intensificação do êxodo rural) e do processo de proletarianização de vastas camadas da população, fruto da grave crise econômica, social e política” (LIMA, 2010, p. 88).

Corroborando o exposto, Souza (2010, p. 43) afirma que “[...] em Campina Grande, as favelas se tornam mais evidentes no final da década de 1970 e início da década de 1980, havendo um aumento expressivo do seu número. É também nesse período que se tem os primeiros registros e cadastros de favelas na cidade”. Nota-se que essas foram décadas em que os problemas de moradia e outros problemas urbanos se intensificaram.

A partir do mapa 07 percebe-se como, ao se expandir, a cidade expulsou para as periferias grande parte dos seus habitantes mais pobres, seguindo a lógica de momentos anteriores. Visualiza-se também como as denominadas favelas se localizavam, em sua grande parte, distantes do Centro, às margens, literalmente, da grande área central da cidade, ilustrando o higienismo social tão presente na história das cidades. Para Feitosa (2011, p. 267):

Ao registrar uma intensa e rápida transformação de sua estrutura urbana, se coloca nos anos 1980 o crescimento de glebas em loteamentos na periferia da cidade típico de uma estrutura socioespacial segregada e com variações bastante significativas nas diversas localidades que compõem sua malha urbana [...].

Em Campina Grande, na década de 1980, as ocupações perfaziam um cordão em torno da área central, conforme visto no mapa 07. Situavam-se, sobretudo, das direções sul, sudoeste e oeste, com algumas exceções a exemplo da Cova da Onça e do Buraco da Jia, localizadas nas

proximidades do Centro¹¹¹. Nota-se que o padrão de localização das ocupações dos anos de 1970/1980 que, inclusive coincidem com algumas das atuais áreas de risco, seguiu nas décadas posteriores.

Sobre o “destino” de tais espaços, algumas das favelas citadas se consolidaram e foram posteriormente incorporadas ou “transformadas” em bairros, como o Jeremias e Pedregal¹¹², outras foram extintas¹¹³, a exemplo da Cachoeira e algumas permanecem ainda hoje, como a Vila dos Teimosos e o Buraco da Jia, sendo que um pouco mais consolidadas em partes, porém, agora, com “status” de área de risco juntamente com outras que serão analisadas adiante.

Além da localização desfavorável, longe das benesses urbanas, os estigmas sociais acompanharam historicamente os moradores desses espaços, que sempre foram malquistos na sociedade, sobretudo pela classe mais abastada e pelos meios de comunicação. Corroborando o exposto, tem-se o seguinte trecho do Jornal Diário da Borborema (1973):

A população campinense está assustada com as *constantes invasões* de terrenos pertencentes ao acervo municipal e a conseqüente criação de inúmeras favelas em todos os recantos da cidade. Aproveitando os dias de campanha eleitoral, (...), políticos de todos os partidos (...) têm incentivado o povo pobre à invasão e criação de favelas em locais destinados à implantação de obras comunitárias. (...). A constatação de que quase todos os terrenos pertencentes a municipalidade estão sendo paulatinamente invadidos, leva o campinense a uma séria dúvida: e depois? A Prefeitura vai reconhecer essa —possel (sic)? (...). *Como ficará Campina Grande?(...), triste realidade que se alastra por todos os recantos da antes tão decantada cidade de Campina Grande* que, apesar de incravada (sic) em pleno Nordeste, apresentava foros de civilização, com um crescimento ordenado, dentro dos parâmetros necessários a qualquer urbe. Ainda há tempo. Que as autoridades façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas. Não queremos ver nossa cidade ser transformada numa —serra peladal (sic) do dia para a noite” (Trecho do Jornal Diário da Borborema, 29 dez.1973 apud FEITOSA, 2011, p. 290, grifos da autora).

A concepção preconceituosa e plena de estigmas que rondava as páginas dos jornais da época e o posicionamento dos ricos da cidade acerca dos espaços ocupados pelos pobres era recorrente, conforme citação acima e várias matérias de jornais locais das décadas de 1970 e 1980, como a do Diário da Borborema (1973) que segue:

¹¹¹ Tais ocupações não constam no mapa 07 no período da década de 1970, porém, as mesmas, bem como algumas outras que também não aparecem, já existiam.

¹¹² “A favela do Pedregal recebeu, através do programa Pró-Moradia, alguns equipamentos urbanos e passou a ser chamada de Bairro do Pedregal, apesar da condição de propriedade do solo não ter sido alterada” (Y. LIMA, 2010, p. 30). No momento (janeiro de 2019), a Prefeitura Municipal de Campina Grande está realizando trabalhos no sentido de promover a regularização fundiária que até hoje não se efetivou no bairro.

¹¹³ “Buscava-se, ainda nessa época, perfazer uma imagem de Campina Grande como cidade do progresso. Em função da busca por essa imagem, são extintos diversos cortiços e áreas pobres. Dentre as mais representativas se destacam: *Maloca, Tamandaré e Coqueiros de José Rodrigues*, todas eliminadas para fazer surgir o empreendimento do turismo e de novas centralidades (FEITOSA, 2011). Entretanto, conforme supõe Feitosa (2011, p. 265): “[...] nunca houve uma preocupação em se elaborar políticas que tivessem localmente por foco a pobreza urbana, deliberadamente condenada ante por um esquecimento (ideológico) do que por efetiva ausência”.

De repente, num roupante negativo de cidade grande, Campina passou a ter seus principais bairros, e mesmo o centro, assolados por uma onda de aglomerados, surgidos indisciplinadamente, verdadeiras favelas à moda sulista, (...). Normalmente girando em torno de barracos e bares de má fama, os primeiros a chegar, essas verdadeiras ilhas dentro da cidade, logo vão ganhando corpo, proliferando, tornando-se o recanto preferido de marginais e prostitutas que ali (sic), longe dos olhos da lei (...). Com o mínimo de condições higiênicas, sem obedecer nenhum traçado, sem ao menos constarem do mapa, esses redutos vão ganhando nomes curiosos, plenamente identificados com sua condição marginal. —Cortiço Ferroviário nas imediações do Quartel da Polícia, —Cova da Onça no Centro, —Cachoeira no Monte Castelo, —Beco da Pavia na Liberdade e —Buraco da Gia (sic) na Conceição, são alguns dos muitos aglomerados de casebres e barracos que infestam, de um tempo para cá, a cidade, centro de reunião para os elementos do sub-mundo, ou ponto de residência para uma população sub-alimentada e de recursos ínfimos. Depois de sua criação, torna-se praticamente impossível uma medida drástica, saneadora, o que iria por ao desabrigo centenas de elementos que absolutamente não tem condições de pagar aluguel (...). A solução mais lógica seria impedir a criação desses focos, cortar o mal enquanto no começo, evitando que a favela tome forma e vida independente, constituindo-se depois num verdadeiro câncer social, um parasita agregado à cidade, e dela retirando sua sobrevivência, no mais das vezes, por meios ilegais. FAVELAS invadem os bairros de Campina Grande” (Trecho do Jornal Diário da Borborema, 29 dez.1973, apud FEITOSA, 2011, p. 290).

Nota-se como o discurso e ações desses grupos, aliados a outros agentes e sujeitos (como a mídia local e o Estado) ocorriam (e ocorre) no sentido de minimizar não só as pessoas que viviam forçosamente nesses espaços, mas também de subjugar suas lutas diárias pela sobrevivência e pelos direitos básicos há muito negados.

Tais discursos pareciam ignorar que, em paralelo ao processo de expansão da cidade dita formal, havia a produção da “cidade informal”. Na verdade, desconsideravam que os moradores daquelas áreas eram também sujeitos de direitos, mas que não podiam usufruí-los em função dos privilégios dessa mesma classe que os estigmatizava.

Contemporaneamente, pode-se observar a continuação da divisão de grupos sociais distintos pelo espaço urbano de Campina Grande, ressaltando que a renda é um critério importante dessa divisão, além da continuidade dos estigmas. Na concepção de Feitosa (2011):

Consolida-se na paisagem de Campina Grande a presença de determinadas tramas e arranjos socioespaciais, trazidos com a luta pela moradia e a ocupação irregular de inúmeras áreas do sítio urbano, em um desenho na hierarquia social dado a partir das itinerâncias (sic) dos pobres urbanos neste território (FEITOSA, 2011, p. 275).

A ocupação de espaços nas periferias da cidade aliada à construção de conjuntos habitacionais também longe das centralidades urbanas, deu origem a uma urbanização espalhada (SANTOS, 2009; MAIA, 2014) que continua sendo uma característica marcante da cidade de Campina Grande¹¹⁴. Por outro lado, bairros que, desde a sua origem ou a partir do

¹¹⁴ “[...] verifica-se a formação da periferia da cidade com a localização das 17 favelas que já tinha se constituído e com a construção de alguns conjuntos habitacionais predominantemente nas áreas mais afastadas da área central” (SOUZA, 2010, p. 44).

seu crescimento e investimentos imobiliários, se configuraram como bairros de famílias de alta renda, foram ocupados pela demanda solvável nas localizações mais próximas ao Centro.

Essa dinâmica se dá porque, de acordo com Maia et al “Se por um lado existem as favelas, os loteamentos irregulares e os conjuntos populares, por outro, encontram-se os condomínios fechados e os denominados bairros nobres, de residências de alto padrão de construção (MAIA et al, 2013, p. 140). Eis algumas das explicações do porquê os cidadãos mais pobres precisarem recorrer a alternativas como as elencadas ao longo desse tópico, embora o Estado tenha o dever de garantir direitos básicos como moradia.

Nesse contexto, pode-se pensar acerca dos dados mais recentes que representam as dificuldades relativas à moradia na cidade estudada. No censo de 2010, os números do déficit habitacional de Campina Grande eram expressivos (Quadros 03 e 04)¹¹⁵. Leva-se em conta também o grande número de unidades habitacionais desocupadas.

Quadro 03: Déficit Habitacional Básico de Campina Grande - 2010.

Unidade Territorial	Déficit Habitacional (2010)	
	Total	Relativo
-		
Paraíba	120.741	11,2
Campina Grande	14.620	13,1

Fonte: Ministério das Cidades e Fundação João Pinheiro, 2013 – IBGE; censo demográfico, 2010.

Quadro 04: Déficit Habitacional por componente de Campina Grande

Unidade	Total			
	Precários – Coabitação – Ônus – Adensamento			
-				
Campina Grande	733	7.629	5.149	1.109

Fonte: Ministério das Cidades e Fundação João Pinheiro, 2013 – IBGE; censo demográfico, 2010.

No quadro 03 aparece o número total referente ao déficit habitacional de Campina Grande. Tendo em vista a quantidade de conjuntos habitacionais construídos ao longo do tempo, além de outros projetos voltados ao espaço urbano, considera-se que esses números ainda são muito alarmantes. Embora os dados não sejam tão recentes, devido ao ano do último censo, observa-se que a falta de moradia ainda é uma situação bastante presente na cidade.

¹¹⁵ O déficit relativo total habitacional na Região Metropolitana de Campina Grande é de 13,8%, sendo maior do que o da Região Metropolitana de João Pessoa (*capital do estado da Paraíba*), cujo déficit relativo total é de 10,2% (Dados: Fundação José Pinheiro, 2013, grifos nossos).

Além da falta de moradia, outros aspectos constituem o chamado déficit habitacional, a exemplo dos casos apresentados no quadro 04. Ou seja, o déficit não se refere somente à ausência de moradia, mas também ao acesso problemático, como as habitações precárias e os casos de coabitação (nos quais duas ou mais famílias dividem o mesmo espaço, minando sua privacidade além do direito básico a uma moradia digna como “vetor de inclusão social”)¹¹⁶.

Contudo, ressalta-se que o déficit habitacional se constitui como um indicador importante, mas não suficiente sobre a situação habitacional de uma cidade. Os dados acima indicam que, na verdade, “o problema da habitação não pode ser resolvido apenas a partir da construção de novas moradias, mas sim com uma política que fomente a ocupação dos domicílios fechados ou a sua re-distribuição” (MAIA, 2010, p. 10-11).

Assim, muitos autores defendem que a concepção de déficit habitacional nada mais é do que uma falácia para “driblar” as verdadeiras causas desses problemas. De acordo com Maricato (1997, p. 42-43):

Tanto as autoridades governamentais ligadas à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário referem-se frequentemente à questão habitacional em termos numéricos de déficits ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. Essa forma simplista de tratar o tema ignora que a habitação urbana vai além dos números e das unidades. Ela deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio de serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc).

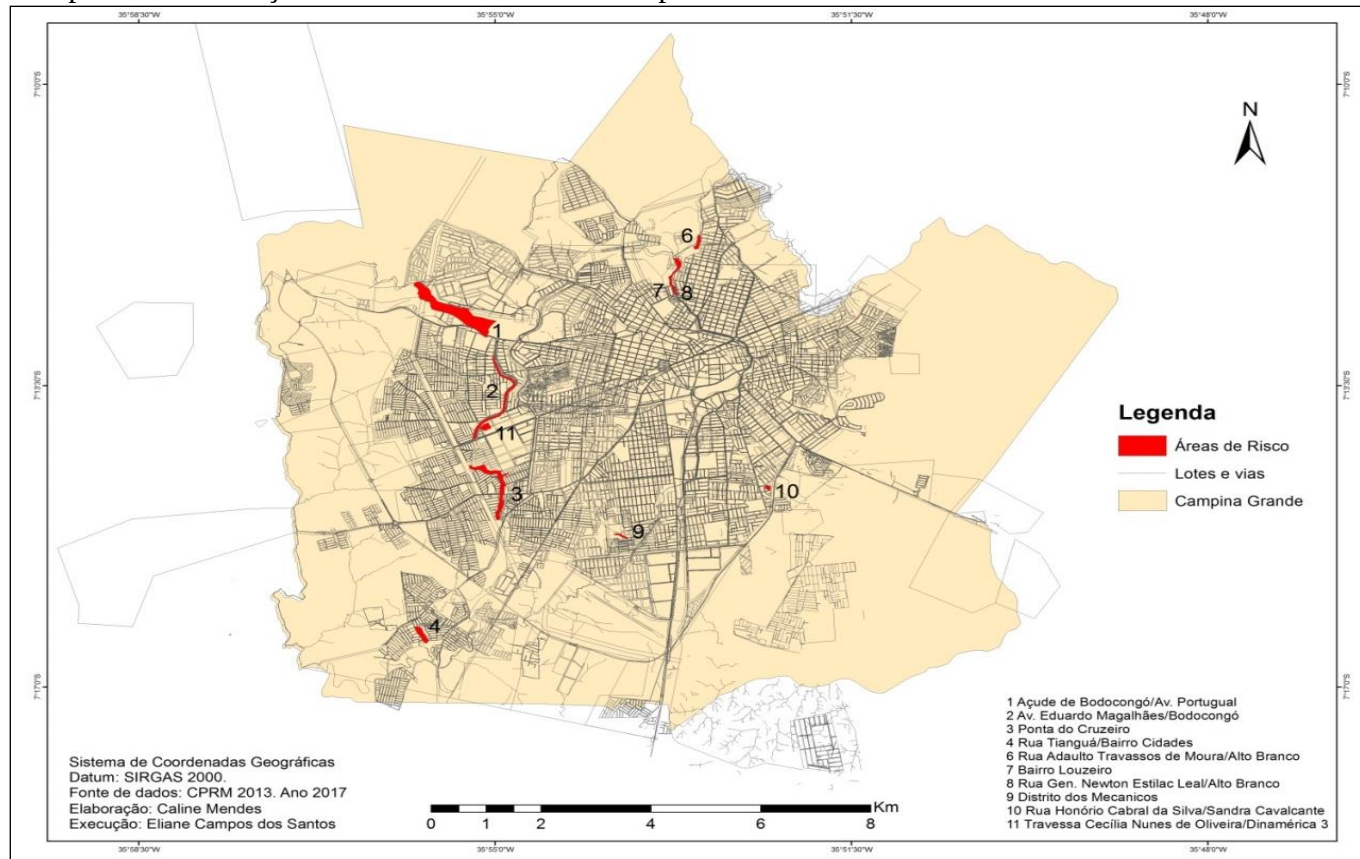
Falar somente em déficit habitacional implicaria dizer que não há moradias suficientes para a demanda, quando, na verdade, sabe-se que há uma série de imóveis, por exemplo, desocupados nas cidades, esperando valorização, pois, de acordo com Santos (2009, p. 106) “[...] o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre [...]”.

Ademais, historicamente, na cidade de Campina Grande, cortada por canais e riachos urbanos, foi dada aos pobres a opção de ocupar, além das periferias pobres, as várzeas dos corpos d’água, as áreas mais íngremes da cidade, aquelas de difícil construtibilidade e acesso. Junto às antigas favelas ou no interior das mesmas foram surgindo novas ou consolidando-se antigas áreas de risco, chamadas também de hiperperiferias (TORRES e MARQUES, 2001).

¹¹⁶ Dados de 2011 da Caixa Econômica Federal apontam que, nesse mesmo ano, a demanda habitacional de Campina Grande era de 11.209, fato que mostra que houve uma diminuição irrisória desse montante. É necessário ter em vista que os dados não contemplam os anos mais recentes, o que traria um panorama mais fidedigno do cenário, uma vez que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi responsável pela construção de milhares de unidades habitacionais na cidade. Entretanto, ainda é nítida a necessidade de moradias por grande parte das famílias pobres de Campina Grande, sobretudo nos espaços que constituem as atuais áreas de risco.

Segundo a CPRM (2013) e BRASIL (2014), as áreas de risco em Campina Grande são: 1. Açude de Bodocongó (Av. Portugal, Bairro São Januário), 2. Avenida Eduardo Magalhães (Bairro Bodocongó), 3. Ponte do Cruzeiro, 4. Rua Tianguá (Bairro Cidades), 5. Bairro Três Irmãs, 6. Rua Adalto Travassos de Moura (Bairro Alto Branco), 7. Bairro Louzeiro, 8. Rua General Newton Estilac Leal (Bairro Alto Branco), 9. Distrito dos Mecânicos, 10. Rua Honório Cabral da Silva (Bairro Sandra Cavalcante), 11. Travessa Cecília Nunes de Oliveira (Dinamérica 3), (Mapa 08).

Mapa 08: Localização das áreas de risco em Campina Grande – PB¹¹⁷.



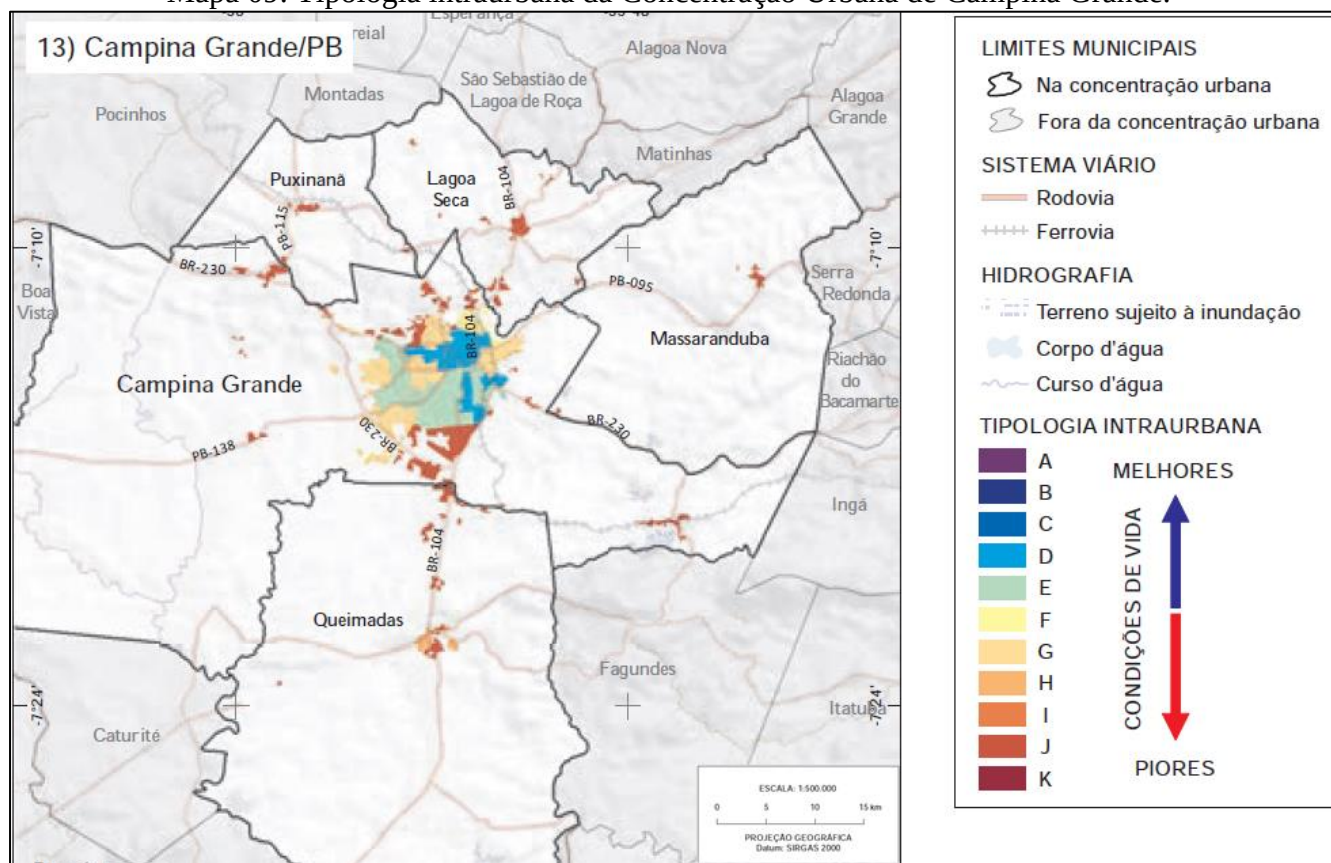
Fonte: Elaboração de Caline Mendes de Araújo; Execução de Eliane Campos, 2017, a partir da CPRM (2013).

¹¹⁷ Esse mapa é apresentado, no momento, apenas para que se possa visualizar as áreas de risco definidas pela CPRM (2013) em Campina Grande. A discussão mais aprofundada sobre as áreas ocorrerá no capítulo 6. A priori, é necessário informar que, nesse mapa, são apresentadas apenas 10 áreas e não 11, como propõe o documento da CPRM. Isso se deu em função da confusão que ocorreu no documento citado, que traz o bairro do Mutirão como sendo o bairro Três Irmãs, apresentando fotos e dados da primeira área, mas definindo-a como sendo a segunda. Nesse sentido, como a verificação desse erro se deu após as visitas in loco e o bairro do Mutirão não foi visitado, por não constar na lista consultada anteriormente, apenas 10 áreas são apresentadas (não somente aqui, mas em outros momentos do texto). Esse fato não constitui prejuízo (para o presente estudo), uma vez que esses não serão os recortes espaciais específicos da análise.

A partir do mapa 08 verifica-se que a tendência predominante à periferização dos espaços ocupados pelos mais pobres na cidade de Campina Grande permanece na atualidade, visto que grande parte das áreas de risco se localizam em áreas distantes do Centro, sem acesso aos efeitos úteis de aglomeração (RIBEIRO, 1997). Em grande parte dessas áreas, encontram-se aqueles moradores com poucos recursos financeiros e que não tiveram opção de morar em espaços mais amenos ou sem riscos/vulnerabilidades.

Para se ter uma ideia de como as áreas mais periféricas e seus moradores tendem a enfrentar maiores problemas de toda natureza, a exemplo do que já foi discutido anteriormente, pode-se observar o mapa 09 referente às tipologias intraurbanas desenvolvido pelo IBGE (2017)¹¹⁸.

Mapa 09: Tipologia intraurbana da Concentração Urbana de Campina Grande.



Fonte: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Coordenação de Cartografia. 2. IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptado pela autora.

¹¹⁸ Segundo o IBGE (2017) essa pesquisa “Trata-se de um estudo que aborda a urbanização contemporânea brasileira em sua diversidade socioespacial intraurbana, e reforça a relevância de conhecimento atualizado em questões que dizem respeito ao futuro das maiores cidades brasileiras”. Para mais informações sobre metodologias e resultados, consultar o seguinte documento: **Tipologia intraurbana**: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

O mapa 09 auxilia no entendimento da precarização das áreas periféricas e ocupações pobres. O mesmo apresenta os espaços com melhores e piores condições de vida na cidade de Campina Grande. Nota-se que, quanto mais próximo ao Centro, maiores serão as possibilidades desses espaços e das famílias que neles residem terem melhores condições de vida. Em contrapartida, quanto mais a localização dessas famílias se dá em direção às periferias da cidade, conforme tem sido historicamente, piores tendem a ser as suas condições de vida.

Além disso, convém ressaltar que certas áreas colocadas como tendo as melhores condições de vida coincidem com alguns dos bairros mais valorizados da cidade, sobre os quais dedicar-se-á o próximo capítulo. Já às áreas consideradas de risco e aos demais espaços pobres da cidade cujas as condições de vida são piores, segundo informações do mapa, restaram aqueles espaços rejeitados pelo mercado imobiliário, nas quais a vivência só é possível através de improvisos e ações paliativas, sejam provenientes dos próprios moradores (a exemplo da autoconstrução) ou do Estado.

Finalmente, ressalta-se que, além das táticas por parte dos moradores, há a forte presença do mercado imobiliário informal em algumas áreas pobres (LACERDA, 2011). Tal presença tem afastado para as hiperperiferias aquelas famílias que também não podem pagar por uma moradia em áreas mais consolidadas desses bairros. Essa discussão é bastante fortuita, porém não será possível ampliá-la no momento, visto que essa discussão excederia os objetivos dessa pesquisa.

4 DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS: PROCESSOS E AGENTES NA PRODUÇÃO/VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE

O capítulo em tela visa analisar os agentes da produção do espaço, sobretudo os promotores imobiliários¹¹⁹, e seu papel na dinâmica de produção e reprodução das cidades, especialmente Campina Grande. Leva-se em consideração abordagens como a discussão sobre valor de uso/valor de troca, capital imobiliário, entre outras.

Acredita-se que, para compreender a realidade intraurbana, seja necessário perpassar pelo debate sobre a economia política urbana, visto que o seu entendimento colabora para as análises acerca dos bairros mais valorizados¹²⁰ da cidade, do ponto de vista imobiliário, bem como daqueles bairros que não se enquadram nessa classificação. Ou seja, a partir dessas discussões pode-se pensar a conformação das cidades, seus espaços e as desigualdades socioespaciais provenientes de tais relações.

Com o intuito de pensar a respeito do reverso das realidades verificadas nas áreas de risco da cidade, isto é, abordar outra faceta de uma mesma realidade, buscou-se refletir sobre alguns dos bairros valorizados de Campina Grande. Partiu-se de referenciais bibliográficos específicos sobre o setor imobiliário na cidade para elencar os bairros analisados, quais sejam: Prata, Alto Branco e Catolé.

A escolha desses espaços se deu também em virtude da sua proximidade - ou relativa proximidade - em relação a algumas das áreas de risco da cidade (CPRM, 2013), vide capítulo 6. O estudo é constituído, em partes, por certos comparativos entre tais realidades, visto que é impossível pensar acerca de um contexto sem se remeter ao outro, pois ambos configuram partes do mesmo processo de estruturação da cidade.

Prata, Alto Branco e Catolé apresentam-se, nesse estudo, como alguns dos bairros que ilustram as grandes disparidades socioespaciais/socioambientais de Campina Grande, tendo em vista a canalização de várias ações do Estado em conjunto com agentes imobiliários em favor desses espaços, contrastando com realidades opostas. Para refletir sobre essas dinâmicas, o presente capítulo se apresenta da seguinte forma: 4.1 O processo de produção do espaço urbano e os agentes imobiliários; 4.2 Análise acerca da produção, apropriação e valorização do espaço urbano Campina Grande, a partir de alguns bairros; 4.3 Bairros valorizados, ontem e hoje: os Bairros da Prata, do Alto Branco e do Catolé.

¹¹⁹ O uso dessa expressão se dá embasado em Capel (1972) e Corrêa (1998; 2011), para designar um conjunto de agentes e dinâmicas relacionados ao mercado de terras (e afins) no espaço urbano.

¹²⁰ A priori, utiliza-se essa terminologia com base em Corrêa (1998), porém, ao longo do capítulo será realizada uma discussão mais abrangente acerca do tema.

4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E OS AGENTES IMOBILIÁRIOS

No Brasil, desde seu processo de ocupação pelos europeus, já havia a distinção entre terras públicas e privadas, ainda que não houvesse a legalização da propriedade. Essa diferenciação se dava via acordos e determinações provenientes de Portugal ao qual o Brasil estava subordinado. Um dos processos de divisão de terras brasileiras foi o denominado Sistema de Sesmarias, no qual o rei de Portugal atribuía grandes áreas do país aos chamados donatários que eram responsáveis por “governar e manter” as extensões de terras a eles destinadas.

Posteriormente a esse período, a primeira divisão oficial entre solo público e privado no Brasil se dá com a denominada Lei das Terras, de 1850 (MARICATO, 1997) conhecida por ser altamente classista, tendo em vista que as terras somente poderiam ser adquiridas por aqueles que possuíam dinheiro, surgindo efetivamente a propriedade privada da terra no Brasil. Assim, mais uma vez, os pobres não tiveram a possibilidade de acesso à terra, o que se reflete ainda hoje.

Observa-se, portanto, que a problemática da terra no Brasil é histórica e o espaço urbano, assim como o rural, tem sido lócus de conflitos e incongruências relacionados a essa situação. Segundo Smolka (1987, p. 44) “A má distribuição de propriedade fundiária no Brasil, aliada à fragilidade dos mercados financeiros, gerou uma situação na qual a terra tem sido particularmente privilegiada como reserva de valor”, gerando uma sociedade com fortes características patrimonialistas e rentistas (NASCIMENTO, 2015).

Muitos foram a querelas históricas por acesso à terra no país. Inicialmente, tratava-se de conflitos de origem agrária, nos quais milhões de famílias, em busca de sobrevivência, lutavam por um “pedaço de terra”, tanto para morar quanto para produzir. Ainda hoje há vários conflitos nesse sentido, tendo em vista que os grandes latifundiários sempre levaram vantagem nas disputas pela terra, em detrimento de muitas famílias.

Dessa forma, tais famílias ou passaram a viver trabalhando para os grandes fazendeiros (outroza senhores de engenho, como no caso do Nordeste produtor de açúcar) ou migraram para as cidades em busca de oportunidades (moradia, emprego, aumento da renda, entre outros). Conforme visto no capítulo 2, sabe-se que grande parte desses migrantes não tiveram as oportunidades às quais lhes atraíram para as grandes e médias cidades brasileiras, como ocorreu em Campina Grande, a partir de meados do século XX, sobretudo.

O processo de apropriação do espaço urbano, bem como seus resultados e conflitos, são contextos representativos das querelas ligadas ao acesso à terra urbana. Essa dinâmica é

reflexo da extrema mercantilização do espaço urbano, ao sobrepor o valor de troca ao valor de uso em várias circunstâncias (ainda que esse se trate de um par dialético), bem como surge a partir da atuação de agentes sociais, relacionados ao mercado e ligados aos setores públicos. Para entender essa dinâmica, alguns dos bairros mais valorizados da cidade de Campina Grande, do ponto de vista imobiliário, serão analisados, a saber: Prata, Alto Branco e Catolé.

A terra urbana, a ser tratada no presente tópico, é tida e apresentada enquanto uma mercadoria, pois como escreve Lefebvre (2008, p. 153): “A subordinação do espaço ao dinheiro e ao capital acarreta uma quantificação que se estende da avaliação monetária e da comercialização de cada lote, ao espaço inteiro”. Diante disso, é notória a extrema mercantilização pela qual passam as cidades.

Em espaços onde o lucro é o principal objetivo, o chamado valor de uso é subjugado e sobressaem-se as transações cujos benefícios diretos vão para os agentes privados. Observa-se, nesse caso, como o espaço urbano de Campina Grande tem se apresentado enquanto mercadoria nas mãos de certos agentes produtores do espaço, a exemplo dos promotores imobiliários (CORRÊA, 1998; 2011).

Para tratar dessa discussão, se faz necessário perpassar por uma breve abordagem de base econômica. Nesse sentido, recorre-se ao debate sobre a ideia de valor que, para Marx, seria o resultado do trabalho humano empregado. Assim, pode-se dizer que as mercadorias produzidas pelo esforço do homem possuem valor¹²¹. A esse respeito, citando Adam Smith, Harvey (2016 [1977], p. 159) afirma:

Téngase en cuenta que la palabra valor tiene dos sentidos distintos, y que unas veces expresa la utilidad de un determinado objeto real y otras la capacidad que para la compra de otros artículos proporciona la posesión de ese objeto. Una de esas acepciones podría llamarse “valor en uso”; la otra, “valor en cambio”. Con frecuencia, las cosas que tienen el mayor valor en uso poseen un pequeño o nulo valor en cambio; por el contrario, aquellas cosas que tienen el mayor valor en cambio poseen a menudo un pequeño o nulo valor en uso.

Apesar de se tratar de uma unidade contraditória e dialética, em muitos casos a distinção entre valor de uso e valor de troca se torna clara: o primeiro diz respeito à utilidade do objeto e o segundo se relaciona à possibilidade de troca mercantil que pode haver em cada objeto. Entretanto, no que se refere à terra (um dos principais elementos para se entender as dinâmicas imobiliárias), pode-se afirmar que ela não possui valor, uma vez que não foi produzida pelo homem, ou seja, sua existência independe do trabalho humano, trata-se de um

¹²¹ Citando as ideias de W. Petty sobre valor, Moraes & Costa (1987, p. 95) afirmam: “Para ele, toda mercadoria tem um preço arbitrado, um ‘preço natural’, um valor real”.

elemento natural que existe *per si*, ou seja, “[...] a terra é um bem não-produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço” (RIBEIRO, 1996, p. 39)¹²².

Gonzaléz (1977, p. 07) ressalta que “[...] la tierra se le presente al hombre como algo dado por la naturaleza, y a diferencia de otros medios de producción, ella no es producida por el esfuerzo humano [...]”. Tendo em vista que a terra urbana não é dotada de valor, mas de preço¹²³, busca-se compreender como se dão as atuações dos agentes privados em Campina Grande e suas implicações para a estruturação interna da cidade.

Sabendo-se disso, mas levando em consideração as expressões “valor de uso” e “valor de troca” tão recorrentes nas discussões a respeito do tema, serão utilizadas tais terminologias para ilustrar os mecanismos do mercado imobiliário nas cidades capitalistas. Apesar de ter natureza distinta de outras mercadorias, o espaço pode ser concebido, de forma predominante, a partir do valor de uso e/ou do valor de troca, como tem sido mais frequente.

Para Lefebvre (2013, p. 56) o espaço social “Se vende y compra: tiene valor de cambio y valor de uso”. Ainda segundo esse autor: “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’” (LEFEBVRE, 2001, p. 135).

O valor de uso do espaço urbano também está relacionado ao seu uso social (no que se refere à justiça espacial [Soja, 2014]) e, trazendo para o âmbito legal, em partes, à função social da propriedade. Se na prática o valor de uso fosse valorizado, o acesso à terra urbana poderia se dar por qualquer cidadão individual ou coletivamente e não somente por pessoas com alto poder aquisitivo. Por outro lado, o valor de troca que tem se sobrepujado, se caracteriza pela propriedade privada da terra, relacionada à mercantilização do espaço, a partir da qual somente quem tem um alto poder aquisitivo é capaz de acessar essa terra.

Recorda-se que, em grande parte dos casos, esse acesso se dá via processos de compra e venda dos terrenos, originando os retornos financeiros. De acordo com Ribeiro (1982, p. 38), a propriedade privada da terra “[...] representa o monopólio sobre uma condição da produção, que não pode ser criada pelo próprio capital”. E para Gonzaléz (1977, p. 10): “[...] la

¹²² Nesse caso, quando se utiliza aqui o termo **valorização** está se referindo ao espaço urbano como um todo, enquanto mercadoria, e não à terra em si. Apoiando-se em Morais e Costa (1987, p. 123, grifos dos autores), pode-se afirmar, nesse contexto, que “[...] a relação sociedade-espço é, desde logo, um relação valor-espço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor”.

¹²³ Para entender melhor a respeito dessa questão, traz-se a seguinte explanação: “A terra, por não ser capital, não produz lucro, mas sim gera renda, que nada mais é do que parte da mais valia global produzida pelo trabalho que é paga ao proprietário em troca do direito ao uso da terra” (BOTELHO, 2007, p. 71).

propriedade privada del suelo urbano se constituye en una condición indispensable para la penetración de las relaciones capitalistas [...]”.

Ao relacionar tal reflexão às questões de moradia, sabe-se que a terra é um elemento essencial para a produção da habitação, visto que as pessoas necessitam de um abrigo, de um espaço para onde voltar após o trabalho, de um local para criar e manter futuras gerações, numa palavra, precisam de um lar! O valor de uso do solo e da moradia está intrinsicamente relacionados a essas vivências.

Porém, à revelia dessas necessidades humanas, o mercado visa o valor de troca desses elementos, a terra e a habitação, tornadas mercadorias nas transações realizadas. E, diga-se de passagem, essas mercadorias têm se apresentado de forma cada vez mais cara e inacessível a uma grande massa da população brasileira. A cidade de Campina Grande também não foge a essa regra. É possível observar em alguns bairros da cidade a cobrança de preços altíssimos pela mercadoria habitação e à terra urbana.

De acordo com Ribeiro (1982, p. 39), “Com efeito, os preços da moradia tendem a ser extremamente elevados, se comparados aos outros produtos de consumo e, paralelamente, os rendimentos da população tendem a limitar-se aos salários”. A citação de Ribeiro continua muito atual, pois cada vez mais os preços de aluguéis e de vendas de imóveis têm se elevado, assim como os preços dos terrenos nas cidades.

Adiante, verificar-se-á que a relação entre rendimentos das famílias e a possibilidade de acesso à terra é bastante estreita, conforme exposto por Ribeiro (1982). Nas grandes e médias cidades tem sido cada vez mais comum a ocupação de terrenos públicos e/ou privados, bem como a tentativa de acesso às políticas públicas de habitação, por parte de várias famílias alijadas do mercado imobiliário formal¹²⁴, em função dos preços exorbitantes praticados por esse mercado.

Os processos de produção e apropriação diferenciadas do espaço urbano auxiliam no entendimento acerca dos preços das terras em diferentes áreas da cidade. Para se ter uma ideia sobre essa dinâmica, Botelho explicita que:

Dois imóveis iguais (mesma área, distribuição das dependências, qualidade acabamento, etc.), localizados em pontos distintos de uma cidade, quase sempre possuem preços diferentes. Os agentes imobiliários estabelecem preços diferenciados por metro quadrado nas áreas da cidade, criando um verdadeiro mapa dos “valores urbanos” (BOTELHO, 2007, p. 67, grifos do autor).

¹²⁴ Prefere-se, aqui, utilizar os termos “formal e informal” ao invés de tratar os processos como sendo “legal e ilegal”, tendo em vista ser muito comum, nos espaços ocupados por famílias mais abastadas, práticas ilegais de ocupação do solo urbano. Sobre essa realidade as palavras de Maricato são emblemáticas “[...] a cidade legal, dentro das normas da legislação, torna-se a exceção e a cidade ilegal ou irregular torna-se regra porque a maior parte da população mora fora dos padrões exigidos pela legislação” (MARICATO, 2001, p. 39).

Quando o autor fala sobre “imóveis iguais”, acredita-se que se refere a imóveis com as mesmas características, provenientes das mesmas construtoras, com a mesma dimensão, construída com o mesmo tipo de material. A depender da localização, o imóvel passará a valer menos ou mais nas transações imobiliárias, em função das características diferenciadas de cada terreno e do seu entorno, o que origina diferentes rendimentos para os agentes imobiliários. Os bairros a serem analisados em Campina Grande são ilustrativos dessa afirmação. Sobre a relação do mercado de terras com a estruturação das cidades, Ribeiro (1996) reflete:

A relação entre mercado de terra e o processo de estruturação das cidades é vista como decorrente, de um lado, das imperfeições do funcionamento desse mercado, as quais permitem a especulação com os preços fundiários, e, de outro, da estreita ligação entre valorização fundiária e investimentos públicos e infra-estrutura e equipamento urbanos (sic) (RIBEIRO, 1996, p. 31).

Com relação às implicações do funcionamento desse mercado para o processo de estruturação da cidade, pode-se dizer, grosso modo, que as suas ações ligadas às de agentes como o Estado, têm contribuído imensamente para a produção de cidades cada vez mais desiguais, sobretudo no que se refere ao direito à moradia. Conforme a citação, a ação do mercado se dá no sentido de elevação dos preços fundiários, já o Estado atua com a valorização via investimentos públicos que, frequentemente, faltam nos bairros mais pobres.

Corrêa (1998; 2011) trata acerca dos agentes produtores do espaço e traz alguns agentes privados como foco de sua análise, dentre eles os promotores imobiliários, que serão enfocados nesse capítulo, tendo em vista seu papel na conformação das cidades e das desigualdades. Esse importante papel se define uma vez que:

a ação dos promotores imobiliários se faz correlacionada a: (a) preço elevado da terra e alto *status* do bairro; (b) acessibilidade eficiência e segurança dos meios de transportes; (c) amenidades naturais ou socialmente produzidas; e (d) esgotamento dos terrenos para construção e a condição física dos imóveis anteriormente produzidos (CORRÊA, 1989, p. 19)

Observa-se que todas essas correlações acontecem no sentido de garantir os lucros para os agentes privados. E isso só pode ser possível em espaços já valorizados ou que apresentem potencial de valorização futura. Entre os agentes que buscam tal lucratividade e constituem o conjunto dos promotores imobiliários pode-se destacar o incorporador, o construtor, o financiador, investidor imobiliário, entre outros (RIBEIRO, 1996).

Não se pode esquecer a importância do agente denominado “proprietário fundiário” (CORRÊA, 1989; RIBEIRO, 1996) no processo de produção das cidades brasileiras. A seguir, será realizada uma abordagem sobre esse agente, bem como sobre os incorporadores (ressaltando que, muitas vezes, as imobiliárias atuam também como incorporadoras). Essa

escolha se dá em função da escala espacial abordada nesse estudo, assim, será dada uma maior ênfase a tais agentes uma vez que, em cidades de porte médio como Campina Grande, a atuação dos demais não ocorre ainda de uma forma tão significativa, definida e consolidada em comparação com a atuação nas grandes cidades.

A respeito dos proprietários fundiários, Lojkin (1981, p. 163) afirma que eles desempenham “papel bastante negativo”. Esse papel concerne a auferir renda de determinados terrenos, ou seja, o fato desse agente ser proprietário de terrenos dá a ele a possibilidade de receber por esse elemento, visto que “[...] no capitalismo, a propriedade da terra constitui meios de adquirir riqueza” (GOTTDIENER, 1997, p. 163). Já a respeito da atuação dos incorporadores imobiliários recorre-se à análise de Ribeiro (1982, p. 41), que expõe as principais funções desses agentes:

- a) escolha e compra do terreno;
- b) análise do mercado;
- c) concepção e desenvolvimento do projeto, compreendendo aspectos legais, técnicos, fiscais, financeiros e operacionais;
- d) mobilização do capital necessário à operação, compreendendo financiamento para construção e para o consumidor final.

Observa-se que, em grande parte dos casos, o agente incorporador agrega muitas “funções” no processo de incorporação, lidando, inclusive, com várias frações de capital. Para Ribeiro (1982, p. 41) isso se dá porque “[...] apesar de ser um agente capitalista, o incorporador após a compra do terreno assume a função exercida pelo proprietário fundiário”. A partir das ações desses e de outros agentes produtores do espaço, tem se verificado cidades cada vez mais “urbanizadas, modernizadas” e desiguais.

Para Harvey (2005), a produção do espaço é uma maneira de acumulação do capital. Corroborando o exposto, Smolka afirma: “[...] o espaço geográfico é o lócus de substanciais imobilizações financeiras na forma de capital fixo de longa duração e compõe o que se identifica como ambiente construído para a produção e o consumo” (Smolka 1987, p. 45). Assim, a produção imobiliária tem crescido enormemente, sem se levar em conta os danos sociais, ambientais, históricos que toda essa dinâmica frenética tem causado, vide os grandes condomínios verticais e horizontais construídos na cidade de Campina Grande, conforme verificado em Costa (2013) e Lima (2018).

Dentro dessa discussão, pode-se afirmar que os agentes relacionados ao setor imobiliário podem estar ligados a um ou mais tipos de capitais. Para entender essa dinâmica traz-se a seguinte contribuição de Lefebvre (2013 [1974], p. 71):

No obstante, el capitalismo posee muchos componentes: el capital fundiario, el capital comercial y el capital financeiro, todos los cuales intervienen en la práctica de acuerdo con sus posibilidades y oportunidades, no sin conflictos entre los capitales de la misma o diferente especie.

Os reflexos desses componentes do capitalismo na cidade têm sido observados com frequência. Nesse cenário, é possível haver a imbricação de mais de um tipo de capital e de mais de um tipo de agente no processo de produção do espaço urbano. De acordo com Smolka:

Em suma, as diferentes frações do capital que concorrem ou não, articuladas na realização de um empreendimento imobiliário, contribuem diferencialmente na consecução dos lucros de incorporação de acordo com a natureza do empreendimento e da conjuntura vigente (SMOLKA, 1987, p. 56).

Dessa forma, em busca dos lucros, os capitais podem estar inter-relacionados, se tratando, inclusive, de capitais provenientes de uma mesma origem, pertencentes a somente um agente. Um exemplo disso é quando uma pessoa é, concomitantemente, proprietária fundiária e incorporadora imobiliária (RIBEIRO, 1982), conforme já exposto. A respeito do capital imobiliário, Maricato (1997, p. 44, grifos da autora) assevera:

Há um setor do capital, no entanto, para o qual a cidade não interessa apenas como *local* da produção e da troca, mas como o próprio *objeto* de extração de rendas, lucros e juros. Para o *capital imobiliário* a mercadoria a ser vendida é a própria cidade, isto é, são seus edifícios com suas localizações específicas; em outras palavras, são seus edifícios com suas vizinhanças e oportunidades.

Observa-se, assim que, em bairros como a Prata, o Alto Branco e o Catolé (Mapa 02), na cidade de Campina Grande, a presença massiva desse capital foi e é uma realidade. Cabe mencionar que os agentes e seus respectivos capitais podem se relacionar também de maneira conflitiva¹²⁵. Isso acontece quando, por exemplo, o proprietário fundiário onera demasiadamente os preços dos terrenos, dificultando o acesso a essas terras por parte dos incorporadores que, nesse caso, tenderão a ter seus lucros reduzidos.

Acerca das cidades e suas dinâmicas imobiliárias, Abramo (1989) traz a ideia de “ciclos de vida”, considerando que os espaços das cidades passam por diversos estágios durante tais ciclos. Para esse autor, o processo de densificação e de verticalização definiriam o estágio em que se encontra cada área da cidade, dentro do ciclo. Assim, quanto mais denso e verticalizado, mais avançado seria o estágio do ciclo de vida de tais espaços, sendo também maiores as possibilidades de ganhos por parte dos proprietários fundiários¹²⁶.

¹²⁵ Para Capel (2013, p. 20) “Los distintos agentes (propietarios, constructores, arquitectos...) desempeñan papeles que unas veces son decisivos y otras subordinados. Sus decisiones pueden tener asimismo consecuencias variadas”.

¹²⁶ É interessante lembrar que, segundo Ribeiro (1997, p. 53): “[...] os proprietários fundiários são uma categoria social herdada de fases anteriores do capitalismo no momento em que a produção capitalista torna-se dominante,

Nesses casos, em certa medida, os agentes podem visualizar as tendências de possível valorização daquela área, uma vez que “uma expectativa de futura valorização imobiliária é refletida no preço que o imóvel é negociado atualmente” (SMOLKA, 1987, p. 59). Por outro lado, os incorporadores imobiliários tenderiam a investir em novas áreas que ainda não se encontrariam com forte densidade e verticalização. Nesses espaços as valorizações futuras seriam mais imprevisíveis, limitando o ganho dos proprietários fundiários que seriam impelidos a vender os terrenos por preços mais baratos, aumentando os ganhos dos incorporadores.

Em outros termos, a tendência é que os incorporadores busquem outras áreas nas quais os preços da terra sejam menores para possibilitar a realização do seu lucro. Esse fenômeno pode ser verificado em Campina Grande, pois alguns agentes imobiliários estão se direcionando para bairros mais distantes do centro da cidade¹²⁷ (COSTA, 2013, LIMA, 2018), visando investir naqueles espaços, fugindo dos preços onerosos cobrados pelos proprietários de terra em bairros como Prata, Alto Branco e Catolé.

Desta feita, no processo de produção do espaço urbano tem se sobressaído a capacidade que o espaço tem de atrair investimentos e, conseqüentemente, ganhos financeiros para os agentes imobiliários. Essa dinâmica se torna ainda mais forte porque, consoante o que já exposto, a terra se trata de uma mercadoria única, ou seja, não existem dois terrenos iguais ou de igual “valor”, ainda que se localizem lado a lado. Para Smolka “O terreno é um objeto singular já que seus atributos ou características são normalmente não-repetitivos” (SMOLKA, 1987, p. 42)¹²⁸. Tal fato acirra as intencionalidades dos agentes supramencionados.

O fato de o terreno ser “objeto singular” é importante e, ao mesmo tempo, preocupante. É relevante por se tratar de uma característica básica para entender os mecanismos do mercado de terras, as escolhas dos promotores imobiliários, os preços dos terrenos, entre outros. E é preocupante porque, tendo em vista o caráter único dos terrenos, o mercado tende a praticar preços altos e, muitas vezes, inalcançáveis à maior parte da população, uma vez que o alto custo

e que sobrevivem em razão do papel dúbio da propriedade da terra na constituição mesmo deste modo de produção”.

¹²⁷ Para Abramo “[...] os capitalistas, ao decidirem investir em determinadas áreas da cidade, sabem que estão mudando o uso do solo daquela zona alterando seu padrão de ocupação. Em certo sentido, investem nesta área porque sabem que vão mudar seu uso, o que possibilita a apropriação de rendas fundiárias futuras” (ABRAMO, 1989, p. 60).

¹²⁸ Segundo Smolka (1987, s/p), “Estas características podem ser classificadas como: naturais-clima, fertilidade, por exemplo; criadas ou produzidas (em geral, associada à expressão terra capital) – terras drenadas, urbanizadas, etc.; acessibilidade em relação a outros itens do ambiente construído, o que faz com que, em qualquer transação de terrenos, adquira-se simultaneamente um lote com as características acima e uma localização”. A presença ou ausência dessas e de outras características naturais ou produzidas no terreno urbano se refletem nas desigualdades socioespaciais, tendo em vista que, para algumas famílias, muitas dessas características nunca estiveram/estarão presentes na sua realidade.

da mercadoria final “representa um problema para a demanda, ou melhor, é pequena a parcela da população com capacidade de consumir o produto e realizar mais-valia produzida no setor” (BOTELHO, 2007, p. 57)

O encarecimento desse produto ocorre, sobretudo, perante os monopólios realizados pelos proprietários fundiários, que estão “[...] em posição de exigir altos tributos para ceder seu monopólio sobre o uso do solo” (RIBEIRO, 1982, p. 36)¹²⁹. Essa dinâmica dá origem a uma exclusividade para os grupos sociais que podem acessar esse bem cujos preços se organizam de acordo com interesses financeiros, como tem ocorrido na cidade de Campina Grande.

Sobre esse processo Lefebvre expõe: “[...] o espaço é artificialmente rarefeito para ‘valer’ mais caro; ele é fragmentado, pulverizado, para venda no atacado e no varejo”. Assim sendo, apenas uma parcela da população pode ter acesso ao denominado mercado imobiliário formal, uma vez que os preços têm sido cada vez mais elevados nesse intenso frenesi do mercado nas cidades.

A singularidade do terreno também aparece como um dos principais motivos da chamada especulação imobiliária ou reserva de valor. Assim, “A especulação imobiliária é capaz de expulsar populações inteiras, ao se apropriar da valorização de áreas” (SMOLKA, 1987, s/p). Percebe-se, então, quão nocivas são as práticas e as posturas dos proprietários fundiários e incorporadores imobiliários, pois a vida e o cotidiano de muitas famílias têm sido afetados em função dessas articulações, endossadas pelo Estado.

Essa problemática pode ser caracterizada como algo histórico, visto que “Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema de acesso à terra e à habitação” (SANTOS, 2009, p. 106). Assim, verifica-se nas cidades uma enorme gama de terrenos vazios e ociosos aguardando uma valorização do entorno para, só então, entrarem efetivamente no mercado de terras.

A concepção de vazios urbanos, segundo afirma Nascimento (2014), pode ter diversos significados, de acordo com os contextos em que se inserem. E, por isso, é necessário pensar acerca dos processos e dinâmicas que envolvem tal terminologia. De acordo com o autor, na Europa, por exemplo, essa designação inclui, além dos terrenos vagos das cidades, os espaços construídos ociosos (como galpões, antigas indústrias abandonadas, etc). Porém, Nascimento

¹²⁹ Na concepção de Gonzaléz: “[...] los terrenos adquieren un precio de mercano (sic) a partir das particularidades de las relaciones sociales capitalistas que permiten al propietario apoderarse de parte del trabajo social a cambio de sus derechos jurídicos sobre los terrenos” (GONZALÉZ, 1977, p. 08).

considera como vazios urbanos apenas aqueles terrenos com área não construída (NASCIMENTO)¹³⁰, perspectiva essa que é adotada no presente estudo.

Em Campina Grande, alguns bairros são representativos exemplos dessa realidade. De acordo com Abramo (1989, p. 51) o terreno urbano é “[...] um ativo com perspectiva de valorização/desvalorização ao longo do tempo”. Essa valorização também pode ocorrer a partir da intervenção do Estado, através da instalação de infraestruturas ou de modificações na legislação urbana vigente, por exemplo. Para Botelho (2007, p. 27):

A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infra-estrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns dos exemplos da atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral.

Os exemplos citados por Botelho ajudam na reflexão sobre a margem de manobra do Estado na produção do espaço urbano, enquanto um dos maiores detentores de poder sobre as dinâmicas que envolvem o solo urbano e seu processo de valorização. Conforme Capel (2013, p. 24): “Conviene advertir que en muchas ocasiones no existe una distincion diáfana entre los diversos agentes urbanos tanto em la actualidad como en el pasado”. Assim, as relações entre os agentes imobiliários e o Estado muitas vezes se tornam confusas, por serem intercambiáveis.

Smolka (1987) enfatiza que há três momentos cruciais para a valorização imobiliária que são:

- I. Alteração no preço do terreno entre aquele referente à sua aquisição original e o preço pelo qual foi negociado ao novo usuário, no caso o incorporador;
- II. Valorização decorrente da alteração dos tributos do terreno em questão e que são associados ao seu reequipamento;
- III. Variação no preço referentes a modificações na estrutura espacial do ambiente construído onde se insere o terreno [...] (SMOLKA, 1987, s/p).

O momento I é a fase inicial de negociação dos terrenos urbanos, os quais podem ter seus preços elevados em função das suas características e dos atributos do seu entorno. Caso trate-se de uma área em expansão, por exemplo, a tendência é o aumento do preço do terreno, ampliando a renda do proprietário e diminuindo o lucro¹³¹ do incorporador. Nesse caso, é notório que apenas os agentes detentores de alto poder aquisitivo, no papel das grandes

¹³⁰ Na pesquisa de Nascimento (2014), “os terrenos vagos e áreas loteadas sem construção foram considerados vazios urbanos” (NASCIMENTO, 2014, p. 48).

¹³¹ Lembrando que, “Na prática, as categorias do lucro, dos juros e da renda fundiária podem estar tão mesclados que é difícil a identificação de cada uma delas (BOTELHO, 2007, p. 45).

construtoras imobiliárias, por exemplo, terão acesso a tais terrenos. Em outras palavras, dificilmente um pobre urbano terá acesso a essas terras.

O momento II se relaciona às modificações que podem ocorrer no terreno (terraplanagem, muramento, edificação) que poderão levar à cobrança de tributos por parte da prefeitura, o que será uma forma de onerar o preço do terreno, por parte do proprietário. Sobre o momento III, considera-se que o Estado tem importância crucial, visto que a modificação no entorno¹³² dos terrenos se dá, sobretudo, via ações estatais, aliadas, de alguma maneira, aos negócios e agentes imobiliários.

A instalação de meios de consumo coletivo (LOJKINE, 1981), a construção de obras viárias (como tem sido verificado nas imediações dos bairros mais valorizados da cidade), entre outras, são algumas dessas ações do momento III em Campina Grande, e que impulsionam o processo de valorização daqueles espaços. Por isso que, aqui, se dará uma maior atenção a esse momento, levando em conta as inter-relações mercado-Estado.

Para Ribeiro (1997, p. 37): “[...] o mercado de terras é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos: dispersão/hiperconcentração, déficit habitacional, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos etc”. Diante dessa constatação, infere-se que a atuação desse mercado é altamente danosa à produção do espaço urbano, uma vez que altera a estrutura interna nas cidades, modificando/moldando aspectos relacionados ao acesso à moradia, aos equipamentos urbanos, entre outros.

Observa-se que a apropriação do espaço urbano não se dá de maneira arbitrária ou aleatória, mas segundo critérios bem estabelecidos de valorização imobiliária (SMOLKA, 1987), e possui uma lógica bastante cruel e contraditória, qual seja a lógica do capital, que a despeito das necessidades coletivas, tem cada vez mais apartado os cidadãos da sua cidade. Esse apartamento se refere ao direito de usufruto das benesses urbanas, ou como já explicitado, concerne ao Direito à Cidade.

Esse todo estruturado e viabilizado, segundo intencionalidades dos agentes capitalistas, tem resultado em uma série de desigualdades de acesso ao solo urbano, pois com os preços praticados pelo mercado fica impossível o acesso de todos a essas transações. De acordo com Botelho,

A hierarquização dos diferentes lugares em função da renda que proporcionam (ou do preço cobrado pelo solo) e a exclusão da grande massa da população do acesso à terra,

¹³² “[...] as modificações no ambiente construído (produzidas pelos investimentos públicos e privados) envolvem significativas externalidades que implicam contínuas alterações naqueles atributos, que, combinados definem as chamadas vantagens locacionais de cada lote urbano” (SMOLKA, 1987, s/p).

ou seja, a reprodução dos não-proprietários são condições e resultados do processo de reprodução especificamente capitalista” (BOTELHO, 2007, p. 68).

Nesse caso, os grupos de renda mais baixa padecem, enquanto os de alta renda constituem demanda solvável e potencial. Assim, uma vez que aqueles que detêm poder aquisitivo disponível para comprar terrenos e/ou moradias nos espaços mais bem localizados são privilegiados nessas transações, sobram para os pobres os piores terrenos, mal localizados.

Com frequência, conforme assevera Maricato (2011, p. 187): “Áreas de proteção de mananciais, mangues, dunas, beira de córregos, várzeas, encostas íngremes e espaços cobertos por matas nativas são as que sobram para a maioria da população”. A alternativa que tem se verificado, nesses contextos, é o crescimento do mercado imobiliário informal em áreas pobres, de acordo com os estudos de Lacerda (2011), a partir da teoria das convenções¹³³.

Observa-se uma produção do espaço urbano cujas desigualdades, além de espaciais, são também socioambientais¹³⁴ e se apresentam de maneira cada vez mais alarmante. Segundo Lefebvre, “[...] mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surge, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação” (LEFEBVRE, 2001, p. 94).

Os promotores imobiliários contribuem, dessa maneira, para o acirramento das desigualdades, a partir do momento em que privilegiam parcelas específicas da sociedade no acesso ao mercado de terras e habitação. Aliada a toda essa dinâmica perversa, a pobreza junto à falta de oportunidades, tem, historicamente, castigado inúmeras famílias, forçando-as a viver sem perspectivas de mudanças em espaços hostis e insalubres nos casos mais extremos, e em paralelo (jamais em harmonia) com os grupos mais abastados das cidades capitalistas.

Os promotores imobiliários não agem somente na produção de moradias “isoladas”, mas também atuam nos grandes condomínios fechados horizontais e verticais que se constituem, em grande parte dos casos, também como problemática socioambiental no espaço urbano, porque “[...] mais recentemente surgiram empresas que vendem ‘ar puro’, ‘água limpa’ ou companhias imobiliárias que vendem paisagens despoluídas, fazendo uso, inclusive de jargões ecológicos em sua propaganda...” (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 116).

A referida atuação, além de maximizar os problemas socioambientais e contribuir para que a natureza seja apreendida enquanto mercadoria, juntamente com a moradia, tende a

¹³³ Teoria utilizada por Lacerda (2011) para entender os mecanismos de funcionamento do mercado imobiliário informal. Para mais informações consultar o livro “Mercado Imobiliário de Aluguel em Áreas pobres e *Teoria das Convenções*” (LACERDA, 2011).

¹³⁴ Esse tipo de desigualdade abrange tantos os aspectos sociais/espaciais quanto àqueles relativos à natureza. Nesse caso, trata-se da apropriação dos espaços e da natureza por parte dos grupos sociais presentes na cidade.

auxiliar o processo de valorização das áreas de entorno desses empreendimentos e a desvalorização dos espaços mais distantes, contando, em muitos casos, com a contrapartida do Estado.

Essa contrapartida acontece no sentido de viabilizar as transações imobiliárias, seja através de amenizações com relação aos instrumentos de regulamentação urbana, seja a partir da garantia da instalação de infraestruturas anteriores e posteriores às construções dos negócios imobiliários, garantindo a ampliação dos ganhos financeiros dos agentes privados, como será visto a seguir, sobre a cidade de Campina Grande.

4.2 ANÁLISE ACERCA DA PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINA GRANDE, A PARTIR DE ALGUNS BAIRROS

Após a discussão a respeito das dinâmicas imobiliárias de forma geral, o presente tópico visa discutir sobre alguns dos bairros tidos como mais valorizados, do ponto de vista imobiliário, na cidade de Campina Grande (Prata, Alto Branco e Catolé). Tendo em vista que o foco da tese são os espaços pobres e desvalorizados, especialmente as áreas de risco, nada mais justo do que mostrar a outra face de uma mesma realidade, uma vez que se compreende a cidade enquanto uma totalidade.

Entretanto, o ponto de partida são as abordagens específicas relativas a cada uma das realidades espaciais, ou seja, nem sempre se pode usar as mesmas variáveis/mecanismos para analisar realidades nitidamente diferentes, pois, como bem expressou Villaça: “Apresentar uma história dos bairros populares, análoga à que foi apresentada para os bairros mais ricos, é tarefa quase impossível. É enorme o abismo que separa a produção de histórias dos bairros de alta renda da produção de história dos bairros populares” (VILLAÇA, 2001, p. 226).

Acrescenta-se que as escolhas dos bairros analisado aqui não são aleatórias, mas partem de análises provenientes de um cabedal teórico recente e clássico, de pesquisas de campo (sistemáticas e assistemáticas) e de análises da realidade da cidade. Tais escolhas se deram no sentido de analisar os bairros que vêm se valorizando ao longo da história da cidade, sendo possível encontrar realidades semelhantes às estudadas em outros espaços da cidade de Campina Grande.

Além dos bairros foco das discussões, será apresentado o debate acerca de outros espaços/bairros próximos aos primeiros, uma vez que, em certos casos, as dinâmicas socioespaciais são muito semelhantes. Assim, ao se referir à Prata, poderão ser vistas algumas abordagens sobre a Bela Vista; ao se tratar do Alto Branco, bairros como Nações, Lauritzen,

Jardim Tavares poderão ser incluídos na abordagem; ao se analisar o Catolé, também poderá se verificar alguns apontamentos de bairros como Mirante e Itararé.

Outro ponto a se destacar, nesse âmbito, é que os espaços analisados são, por natureza, heterogêneos, e não é objetivo da pesquisa tratá-los de maneira diferente. Ao se pensar o espaço urbano dessa forma e enquanto realidade dinâmica, levando em conta que convivem num mesmo contexto urbano pessoas, espaços, realidades distintas e, muitas vezes, desiguais, cabe apontar como o processo de produção e apropriação do espaço se faz e refaz a partir de interesses e intencionalidades dos diversos agentes produtores do espaço.

Ademais, embora não seja objetivo dessa pesquisa se aprofundar na discussão teórica sobre segregação, como exposto em momento anterior, a contribuição de Lojkine (1982, p 167.) a esse respeito é bastante didática e se aplica em partes à realidade que se aborda. Para esse autor existem três tipos de segregação, quais sejam:

1. Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia. [...]
2. Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular
3. Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritório, zona industrial, zona de moradia [...].

Dos três tipos apresentados, interessa-se, aqui, pelo segundo, considerando que, em Campina Grande, apesar da sua heterogeneidade espacial, observa-se que certos espaços são predominantemente ocupados pelas camadas de mais alta renda, enquanto em outros prevalecem as moradias populares.

No capítulo anterior já se tratou especificamente de um tipo de moradia popular, quais sejam, as habitações provenientes de ações estatais, os conjuntos habitacionais. A partir de agora serão apresentados alguns daqueles bairros que foram apropriados pela parcela mais abastada da população campinense (Prata, Alto Branco, Catolé) e seu processo de valorização. A respeito das classes privilegiadas, Lefebvre (2008, p. 160) afirma que:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-las nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalista.

Observa-se que, em Campina Grande, historicamente, essas classes foram se apropriando do espaço da maneira que lhes conviesse, tendo em vista que as desigualdades de renda repercutiam em desigualdades socioespaciais e/ou socioambientais. De acordo com

Maricato (1997, p. 48) “Embora pareça natural, ou espontâneo, o crescimento urbano tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo, pelo conflito entre eles e pela ação do Estado, intermediando os conflitos em cada momento histórico”. Assim, conforme abordado aqui e alhures, a partir dessa apropriação, restou aos pobres os espaços menos aprazíveis da cidade e menos interessantes aos ditames mercadológicos.

Acerca da história do processo de produção e apropriação do espaço urbano de Campina Grande ligada à valorização imobiliária, verifica-se que, inicialmente, esse processo se deu sobremaneira na área central, não se constituindo uma segregação espacial intensa. O que se apresentava à época eram diferenciações caracterizadas pelos tipos de moradia, pela renda, entre outros¹³⁵.

Segundo alguns autores (SOUZA, 2010; COSTA, 2013; MAIA et al, 2013), é a partir da Reforma Urbanística das décadas de 1930 e 1940 encabeçada pelo então prefeito Vergniaud Wanderley que começa a se formar na cidade uma divisão do tipo centro-periferia, uma vez que as reformas expulsaram várias famílias do centro da cidade, tanto pessoas de renda mais alta quanto aquelas mais pobres. Entretanto, o primeiro grupo se dirigiu para novas áreas da cidade onde puderam “reconstituir” seu padrão de vida de outrora, enquanto os mais pobres não tinham tantas opções, se direcionando para áreas que viriam a constituir a periferia pobre da cidade.

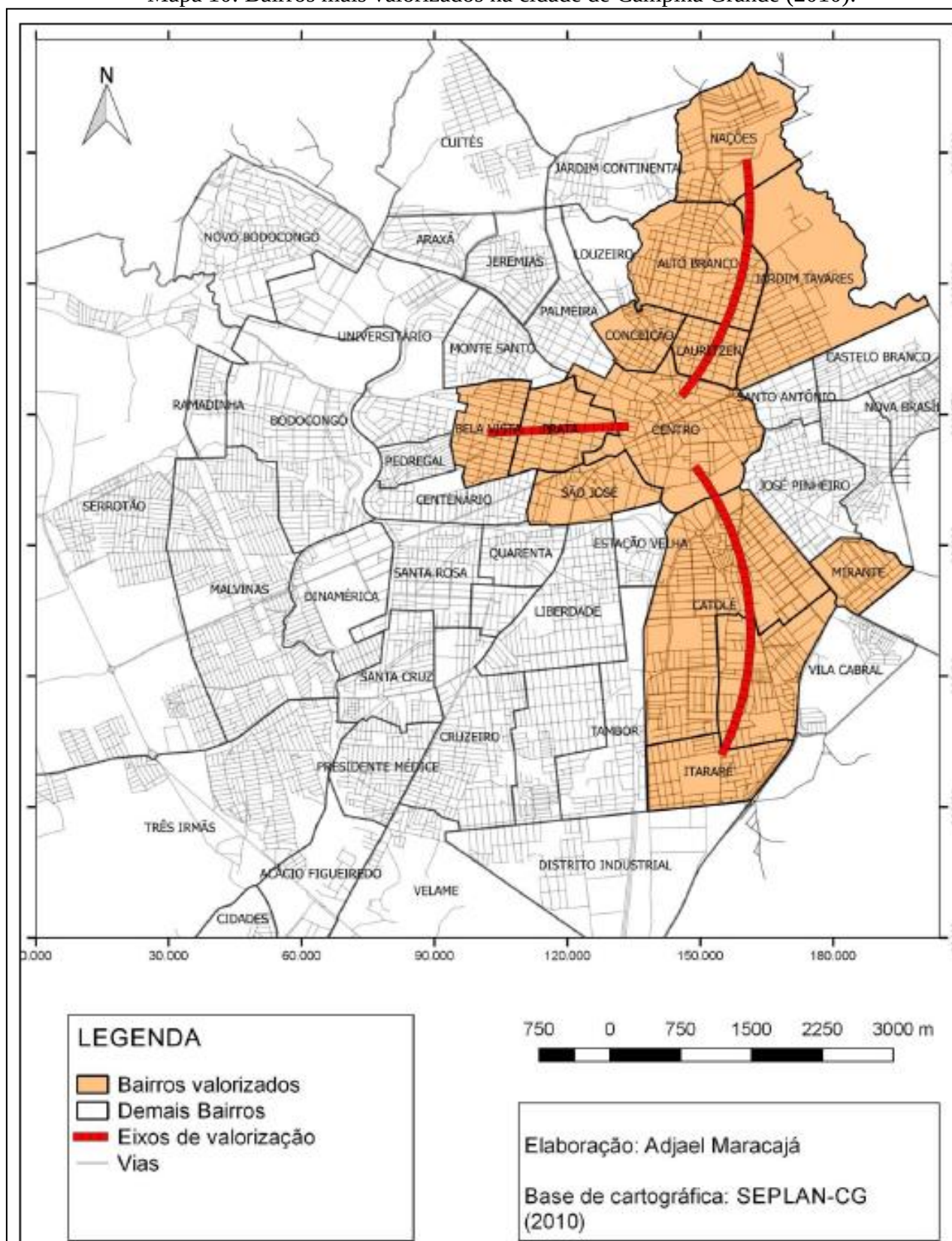
A partir das décadas de 1940 e 1950 verifica-se na cidade a presença de ocupações informais¹³⁶, a exemplo da favela “Buraco da Jia”, em contraste com os bairros apropriados pelos grupos de maior renda que também iam se conformando à época, como o Bairro da Prata. Com o passar do tempo, a direção de crescimento (apropriação dos espaços) desses grupos na cidade era nos seguintes sentidos: Bairro da Prata e adjacências (até 1960), Bairro do Alto Branco e entorno (a partir de 1960) e Bairro do Catolé e circunvizinhança (após 1980), conforme aponta Costa (2013).

Ao tratar sobre o que chama de “eixos de valorização” e dos bairros mais valorizados de Campina Grande, Lima (2018), em seu estudo acerca do mercado imobiliário, ilustra a configuração desses espaços na cidade (Mapa 10):

¹³⁵ De acordo com Costa (2013, p. 40): “Até o início da década de 1930, parecia não haver, na cidade, uma diferenciação espacial entre grupos ocupacionais, porquanto trabalhadores braçais, comerciantes e profissionais liberais ocupavam, praticamente, o mesmo espaço. Só havia alguma distinção para a incipiente elite da cidade, formada por pequenos industriais, produtores de algodão e casas de taipa construídas fora da aglomeração central. Não se pode falar aqui de um padrão centro-periferia, e se havia segregação, era relatada pelo cotidiano, em que era comum os empregados que moravam nas casas ou nos comércios dos seus padrões saírem pelos fundos da casa, que davam em ruas consideradas como menos nobres para a sociedade local”.

¹³⁶ Contudo, alguns desses espaços só foram catalogados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande algumas décadas depois, conforme visto no capítulo 3.

Mapa 10: Bairros mais valorizados na cidade de Campina Grande (2010).



Fonte: Lima (2018).

É interessante observar, a partir do mapa 10, que os “eixos de valorização” imobiliária (LIMA, 2018) de décadas passadas permanecem ainda hoje, seguindo a tendência de “direção

do crescimento da elite¹³⁷ na cidade”. Os bairros aqui estudados (Prata, Alto Branco e Catolé e adjacências) se encontram nessa “rota” de valorização imobiliária, constatando como os grupos de alta renda tendem a se concentrar em alguns espaços da cidade, a partir da sua capacidade de pagar. Por seu turno, a maioria das áreas de risco aqui analisadas estão distantes desses eixos de valorização, comprovando-se as intensas desigualdades de apropriação dos espaços na cidade.

Deve-se levar em consideração também o sítio dos bairros, uma vez que, sobretudo o Alto Branco e a Prata, encontram-se estabelecidos em áreas cujo relevo é mais ondulado, possuindo algumas áreas mais elevadas, preferência histórica da camada social de maior renda de Campina Grande¹³⁸, tendo em vista que os terrenos próximos às várzeas e riachos foram evitados por esses grupos sociais.

Apesar disso, em alguns casos, os grupos de alta renda se serviram das engenharias, no que se refere à ocupação de sítios de difícil construtibilidade, o que não ocorreu com os mais pobres. O documento “Perfil do Município” (1984, p. 13) trata do contexto acima explicitado em Campina Grande, ao afirmar que:

Ao Norte e Leste, a topografia torna-se problemática para ocupação de médio padrão e popular, para as quais os custos de melhoria do terreno assumem um valor significativo no orçamento da construção. Nestes espaços de declives acentuados só se aventuram as favelas e as mansões, para quem a declividade assume o papel de baixo custo para uns, e situações privilegiadas para outros. Enquanto as áreas ricas e loteadas se transformam em cartões de visitas, as manchas de sub-habitação geram problemas sociais e políticos, a serem manifestados em futuro próximo, pela valorização da terra ocupada e interesse de lucro na sua exploração por especuladores.

No que se refere ao Alto Branco, por exemplo, pode-se verificar que o bairro não é homogêneo, tendo em seu interior grupos sociais diversificados, predominando os grupos de maior renda, pois “Em que pese essa presença de uma pequena parcela das camadas mais pobres no espaço dos mais ricos, o fato é que a grande maioria dessa camada ocupa o ‘lado de lá’ da cidade e as periferias afastadas” (VILLAÇA, 2001, p. 225).

Sobre a topografia, a ocupação do sítio físico com relevo mais ondulado, no Alto Branco, foi possível para aqueles com condições de construir grandes e imponentes residências (Fotografias 01 e 02) contando com ajuda da engenharia. Por outro lado, parte do bairro foi

¹³⁷ Segundo Smolka, as elites são “extratos superiores da sociedade” (SMOLKA, 1987, s/p).

¹³⁸ Com relação ao período que sucede às Reformas Urbanísticas e a apropriação do sítio urbano na cidade, Costa (2013, p. 48, grifo nosso) enfatiza que a partir daquele momento surge uma “[...] reconfiguração na estrutura da cidade - **as categorias ocupacionais dirigentes vão para os bairros mais altos do sítio urbano**, como o da Prata e o do Centenário e, posteriormente, o Alto Branco [...]”.

ocupada por famílias cujas posses não lhes permitiam morar em outras partes da cidade. Esse segundo grupo não teve ajuda da engenharia e nem com recursos para tal mecanismo.

Fotografia 01: Casas construídas no sítio físico do Alto Branco, com destaque para o relevo (“ladeira”).



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Fotografia 02: Moradias construídas no sítio físico do Alto Branco, com destaque para o relevo íngreme ao fundo.



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2019.

Observa-se, pelas fotografias, que através das técnicas de engenharias foi possível construir esses imóveis em um relevo mais íngreme, o que demonstra que, a partir de altos

investimentos financeiros, é possível adaptar o sítio (MONBEIG, 1943; AB SABER, 2007), em função das intencionalidades dos agentes sociais.

Contraditoriamente, há casos em que o sítio se torna uma opção barata e de difícil construtibilidade para onde se destinam os mais pobres que não podem contar com esses sistemas de engenharia, como denominava Milton Santos, muito menos com ações efetivas do Estado. Outro exemplo pode ser verificado também no Bairro do Alto Branco, em uma das áreas de risco definidas pela CPRM (2013) (fotografias 03 e 04).

Fotografia 03: Moradias localizadas em Área de risco no Alto Branco (risco de deslizamento de terra)



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2010.

Fotografia 04: Moradias localizadas em Área de risco no Alto Branco (risco de deslizamento de terra)



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Nas fotografias 03 e 04 constata-se que, sem a presença dos sistemas de engenharia (bastante caros, diga-se de passagem!), a ocupação de áreas com declives, as áreas íngremes, se tornam um perigo para as famílias que ali habitam. Porém, essas pessoas não dispõem de recursos para adaptar o sítio às suas necessidades, tampouco para ter acesso a uma moradia digna via mercado imobiliário formal.

No processo de urbanização de Campina Grande, os bairros da Prata, do Alto Branco e do Catolé foram crescendo, se consolidando e se valorizando. À exceção do Catolé, que teve origem como um bairro “ocupado pela mão de obra braçal da cidade” (COSTA, 2013), os dois outros bairros já se originam através de famílias de alta renda e são até hoje considerados bairros “nobres” da cidade¹³⁹. No que se refere ao Catolé, pode-se afirmar que, posteriormente a sua origem, algumas ações do Estado e de empresas privadas contribuíram para o seu crescimento e consolidação, sendo hoje um dos bairros de destaque no contexto imobiliário da cidade.

Para pensar sobre os diferentes processos de produção do espaço urbano de Campina Grande, a contribuição de Maia et al (2013) é bastante pertinente. Os autores apresentam três tipologias para se pensar o traçado e o processo de expansão da cidade, tendo em vista o plano urbano de Campina Grande. Para Maia et al (2013, p. 32) “A análise do plano urbano é

¹³⁹ Ressaltando que, conforme Costa (2003), o processo de verticalização da cidade “se iniciou nos bairros da Prata, Alto Branco e Centro” (COSTA, 2003, p. 73),

importante porque permite compreender ou pelo menos visualizar, a diversidade das formas em que se deu a expansão da cidade”. Continuando com o exposto, os autores afirmam:

Campina Grande, em lugar de um único tipo de traçado ou plano urbano, apresenta uma soma de tipologias que podem ser agrupadas, utilizando-se a classificação mais simples, nas formas: ortogonal, irregular e radiocêntrica (MAIA, et al, 2013, p. 32).

À presente reflexão interessa, sobretudo, os tipos “ortogonal e irregular”, isso porque em parte dos bairros estudados nesse tópico a forma predominante de ocupação tem o traçado ortogonal, na qual estão inseridos também os conjuntos habitacionais. Para Maia et al (2013):

O plano ortogonal, tão característico da cidade moderna, apresenta-se nos conjuntos habitacionais, a exemplo do Malvinas (a oeste), e em outros bairros, como Lauritzen (a norte, entre a Avenida Manoel Tavares e a BR-104), o Jardim Tavares (a nordeste, entre a Avenida Floriano Peixoto e a Avenida Manoel Tavares), Liberdade (a sudeste do Centro), **Prata** (a oeste do Centro) e **Alto Branco** (a nordeste) (MAIA, et al, 2013, p. 34, grifos nossos).

Observa-se que, à exceção do bairro das Malvinas, os demais são caracterizados como sendo bairros ocupado por camadas de renda média e alta, ressaltando que o plano ortogonal, muitas vezes, é proveniente de bairros minimamente planejados ou que a ocupação se deu a partir de um plano urbano, como o caso do Bairro da Prata. A respeito da afirmação sobre a renda das famílias desses bairros, Maia et al (2013, p. 34) enfatizam:

Entre estes [bairros], o da Prata e o Alto Branco são bairros que concentram a maior renda familiar; outros, como o Lauritzen, o Jardim Tavares e o Liberdade, abrigam uma população de renda média, enquanto no Malvinas encontra-se a de renda mais baixa.

Acerca desses dados, os mesmos podem ser corroborados por outras pesquisas, inclusive as mais recentes, a exemplo de Costa (2013) e Lima (2018). Nesses estudos os autores mostram como alguns desses aspectos se mantêm, embora novas realidades se apresentem¹⁴⁰.

Com relação ao plano irregular, no capítulo 3 foram citados alguns exemplos, ao abordar as históricas e recentes “favelas”/ocupações informais, além do que, no capítulo 6 esse tipo de ocupação será mais uma vez analisado, pois o mesmo se revela “especialmente nas áreas de ocupação também irregular [...] assim como em bairros mais antigos” (MAIA et al, 2013, p. 34). Em tal situação estão inseridas ainda as áreas de risco. As desigualdades verificadas na pesquisa se apresentam desde o sítio urbano, passando pelos planos urbanos dos bairros, até questões socioeconômicas como a renda das famílias.

¹⁴⁰ Para mais informações consultar: COSTA (2013) e LIMA (2018).

Cumpra, agora, pensar os espaços ocupados historicamente pela parcela mais abastada da população e como eles se configuram atualmente. Ressalta-se que, além dos bairros abordados, outros espaços da cidade se constituem hoje como “novas fronteiras imobiliárias”, sobretudo naqueles espaços mais afastados do centro da cidade. A importância desses espaços na atual e futura conformação da cidade é notória, porém não constitui objetivo do estudo.

A história mostra que, desde décadas anteriores, bairros como Prata, Alto Branco e Catolé foram alvo de valorização imobiliária e da atenção e atuação estatal. Ressalta-se que, desde a origem das ocupações informais em Campina Grande, os bairros supracitados não constavam nas listas oficiais de áreas faveladas da cidade, com exceção de algumas favelas localizadas no Catolé que, posteriormente, foram erradicadas, levando a uma valorização daquele espaço. Atualmente, encontram-se algumas poucas áreas pobres encrustadas no Bairro do Alto Branco, conforme apresentado no capítulo anterior. Silva (2010) afirma:

Os bairros antes (nas décadas de 1960, 1970, 1980) ocupados pela população mais pobre da cidade, como por exemplo, o José Pinheiro, o **Católé**, o Tambor, o Liberdade, o Quarenta e o Santa Rosa, com a diminuição dos vazios urbanos próximos ao Centro, atualmente constituem locais de moradia de uma população com maior poder aquisitivo do que os antigos moradores. Hoje, muitas moradias estão sendo vendidas nessa área, assim como os terrenos estão sendo procurados pelas imobiliárias, como no bairro Catolé, onde se tem observado o processo de verticalização com a construção de condomínios residenciais para a classe alta e média alta (Silva, 2010, p. 46, grifo nosso).

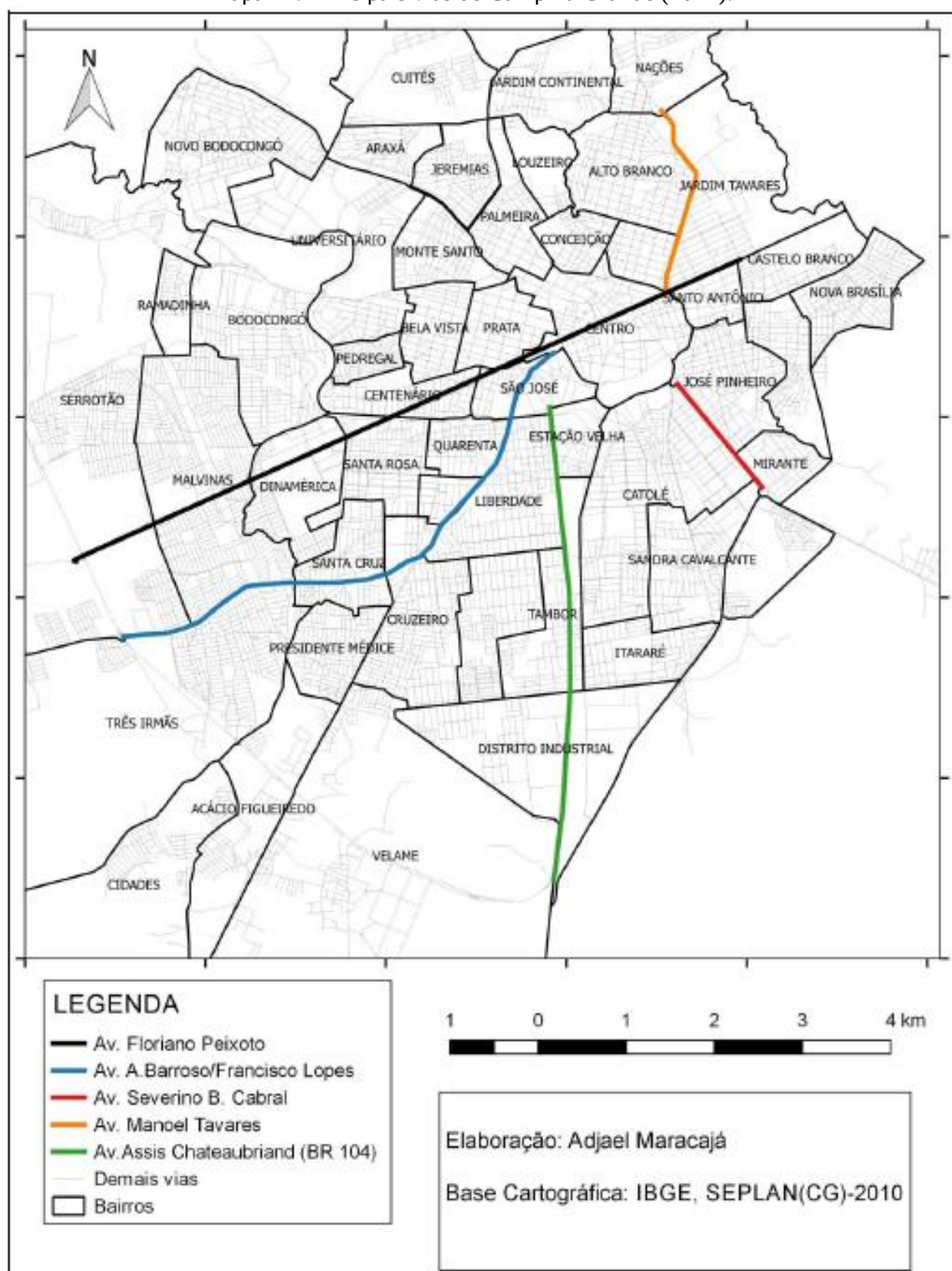
Silva (2010) contribui para o entendimento do Catolé enquanto um bairro que tem sua configuração majoritariamente modificada ao longo dos anos. É importante observar também a forte relação entre o poder aquisitivo e o poder de apropriação do espaço, ou seja, quanto maior a capacidade de barganha, maiores serão as possibilidades de morar em espaços mais dignos.

Corroborando a discussão, Maia et al (2013) apontam que há três eixos principais de alta renda em Campina Grande, lembrando que são áreas historicamente valorizadas e que se consolidaram dessa maneira na cidade¹⁴¹. Os eixos são os seguintes: 1. Prata e Bela Vista; 2. Catolé e Mirante; 3. Alto Branco, Nações e Jardim Tavares (MAIA et al, 2013, p. 138)¹⁴². Coincide também com a direção desses eixos a presença de vias principais de acesso à cidade e aos bairros (dentro da cidade) (Mapa 11) e de grandes obras viárias (Mapa 12):

¹⁴¹ Esse fato não exclui a existência de outros eixos mais atuais de expansão e valorização. Cita-se como exemplo um dos mais recentes empreendimentos, o complexo industrial, logístico e habitacional “Complexo Habitacional Aluizio Campos”. Segundo o documento “Planejamento Estratégico Campina Grande 2035”, o complexo Aluizio Campos “tem aproximadamente 800 hectares e promete oferecer cerca de 5000 habitações aos inscritos no programa”. Localizado na zona sudeste da cidade, constituindo uma extensão da área de valorização do Catolé, esse complexo dá origem a um novo eixo de valorização.

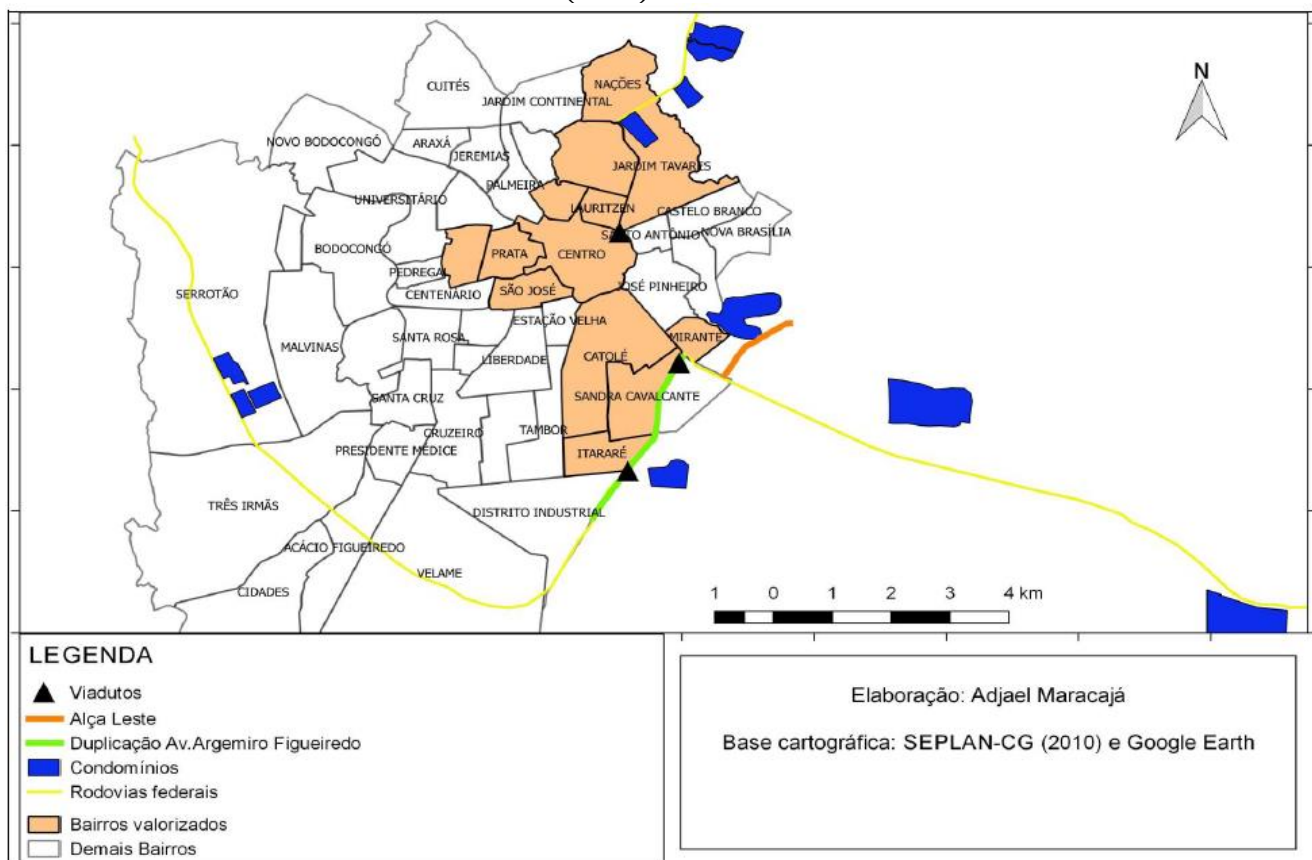
¹⁴² Um exemplo dessa dinâmica são os eixos históricos de crescimento da cidade, como a Prata e o Alto Branco (COSTA, 2013).

Mapa 11: Principais vias de Campina Grande (2017).



Fonte: Lima (2018).

Mapa 12: Grandes obras viárias e setores de valorização em Campina Grande – PB (2017).



Fonte: Lima (2018).

Observa-se, nos mapas 11 e 12, como os bairros da Prata, Alto Branco e Catolé estão próximos às principais vias da cidade e de importantes obras viárias, ambas produzidas pelo Estado, lembrando que:

Ao produzir um sistema viário adequado ao transporte individual, o Estado aumenta o desnível entre as condições de transporte individual e coletivo, aumentando, assim, os desníveis entre as condições de deslocamentos das classes sociais, melhorando a acessibilidade de uns (ou seja, suas localizações) em detrimento da de outros (VILLAÇA, 2001, p. 329).

Verifica-se, assim, uma estreita relação entre os interesses de classe e as ações do Estado no que se refere à instalação dessas infraestruturas e da viabilização do uso de transportes particulares, facilitando a mobilidade dos grupos de maiores rendas. Para Maia et al (2013):

[...] a espacialização das camadas sociais fica muito nítida na malha urbana campinense, caracterizando um processo de segregação espacial, onde há visivelmente eixos de forte especulação imobiliária que constituem bairros residenciais para as camadas médias e altas da população (MAIA et al, 2013, p. 139).

Percebe-se, assim, que historicamente Campina Grande, bem como as cidades capitalistas de maneira geral, foi sendo ocupada e apropriada de duas maneiras distintas, a saber: pelos pobres, de um lado, e pelos grupos de alta renda, por outro lado. O primeiro grupo, além de não ter uma renda salarial que acompanhe o crescimento significativo dos preços de imóveis para compra ou aluguel, endossado por ações do Estado, também tendem a apropriar-se de espaços cujo preço da terra não seja tão alto. A parcela de renda mais alta, por sua vez, constitui demanda solvável para o mercado de terras e possuem meios para acessar o espaço que lhe aprouver. A respeito do segundo grupo, Maia (et al, 2013, p. 145) afirmam que em Campina Grande,

[...] há uma dupla apropriação do espaço por parte os (sic) grupos sociais que na cidade capitalista regem a ocupação: primeiro, a apropriação da melhor acessibilidade aos serviços, aos equipamentos urbanos e às amenidades, e segundo, a apropriação do próprio espaço público, da rua, dos terrenos públicos, criando áreas particulares para pessoas do mesmo grupo social, a exemplo dos condomínios fechados verticais e também dos horizontais [...].

Existe, por parte desses grupos, a busca pela apropriação dos espaços onde há maiores investimentos do Estado (e vice-versa) e nos quais existam os maiores interesses e investimentos de empresas privadas, como shoppings e supermercados. Há também os espaços de exclusividade nos quais aspectos da natureza (ou artificialmente recriados) se fazem presentes como amenidades, tornando-se espaços de grandes investimentos imobiliários, a exemplo dos condomínios de luxo. Diante de tais preferências por parte da camada mais abastada, restam aos pobres os espaços que constituem o oposto dessa realidade.

A respeito dos bairros analisados nesse capítulo, as pesquisas realizadas por Maia et al (2013), Costa (2013) e Lima (2018) convergem no sentido de apontá-los como alguns dos mais verticalizados da cidade, fato que indica a atuação massiva dos promotores imobiliários no que se refere à construção de condomínios verticais. Os estudos apresentam os seguintes bairros como sendo os mais verticalizados (ordem por número de empreendimentos)¹⁴³:

1. Catolé (36), Centro (22), Bela Vista (10), **Prata** (9), Jardim Tavares (9), **Alto Branco** (7), Mirante (7), Santo Antônio (4), Bodocongó (2), Bairro das Nações (1) e São José (1) (MAIA et al, 2013, grifos nossos).

2. Catolé (36), Centro (22), Bela Vista (10), **Prata** (9), Jardim Tavares (9), **Alto Branco** (7), Mirante (7), Santo Antônio (4), Bodocongó (2), Bairro das Nações (1) e São José (1) (COSTA, 2013, grifos nossos).

¹⁴³ Para mais informações sobre as metodologias utilizadas pelos autores, verificar as pesquisas de Maia et al (2013), Costa (2013) e Rocha (2018).

3. Catolé (55), Centro (46), Jardim Tavares (21), Mirante (21), **Alto Branco** (18), Bela Vista (16) e **Prata** (14), Itararé (5), Liberdade (4), Lauritzen (3), Conceição (3), Malvinas (3), Bodocongó (3), São José (3), José Pinheiro (2), Universitário (2), Nações (2) e Jardim 40 (1) (LIMA, 2018, grifos nossos).

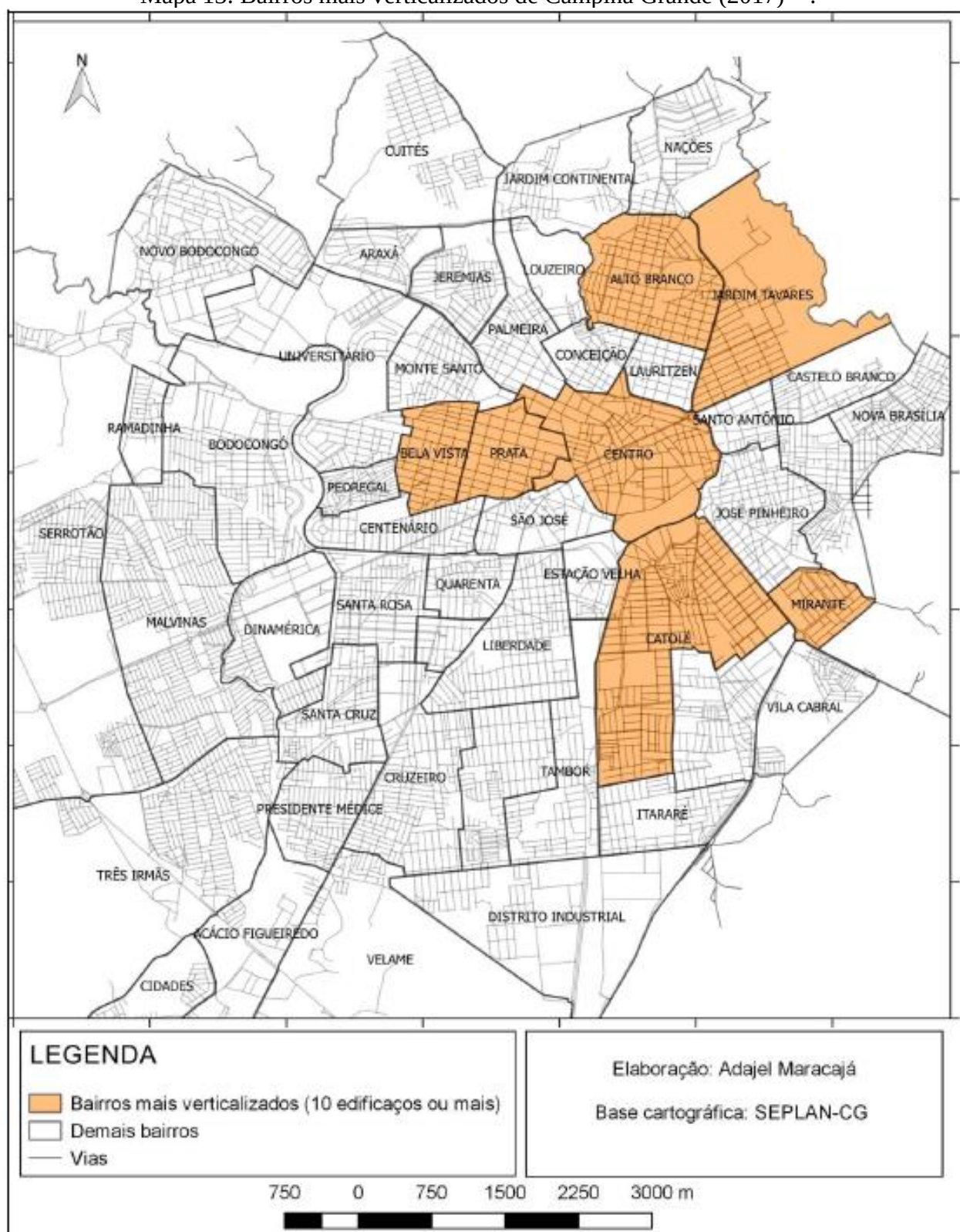
Nota-se, através dos dados, que os três bairros – Prata, Alto Branco e Catolé – tiveram sua verticalização intensificada entre os anos de 2013 e 2018, visto que no primeiro bairro o número de prédios quase duplicou; no Bairro do Alto Branco o quantitativo de condomínios verticais praticamente triplicou; e, no caso do Catolé, foram acrescentados¹⁹ prédios aos já existentes, no período analisado. Os números são bastante expressivos para um intervalo de 5 anos, considerando que outras áreas da cidade também passam por processo semelhante.

Costa (2013, p. 63), a partir dos dados apresentados em seu estudo, afirma que as áreas que vêm tendo um maior crescimento vertical se voltam para as camadas de maior renda e se concentram “[...] na área central e em seus arredores, mais precisamente, nos Bairros da Prata, Alto Branco, Bela Vista, Jardim Tavares, Catolé e Mirante” (COSTA, 2013, p. 63).

No que se refere ao preço da terra nesses e em outros espaços da cidade, verifica-se um crescente aumento nos preços dos terrenos. Nesse sentido, Costa (2013, p. 63) argumenta que “Até nos bairros ocupados pelas camadas de menor renda, os preços cobrados pelos terrenos vêm aumentando, devido à localização”. Convém destacar que, entre 2005 e 2010, segundo pesquisas do mesmo autor, “em 19 bairros os preços aumentaram em relação ao período anterior, com destaque para os bairros **Católé**, Centro, **Jardim Tavares**, Liberdade, **Prata**, Santa Cruz, Santo Antônio e Três Irmãs, cujos preços aumentaram acima de 50% do preço comprado no período anterior” (COSTA, 2013, p. 148, grifo nosso).

Por seu turno, Lima (2018), com base nos dados da sua pesquisa, apresentados anteriormente, elaborou um mapa com os bairros mais verticalizados da cidade de Campina Grande na atualidade (Mapa 13).

Mapa 13: Bairros mais verticalizados de Campina Grande (2017)¹⁴⁴.



Fonte: Lima (2018).

¹⁴⁴ Mais de dez edifícios com cinco ou mais pavimentos (LIMA, 2018).

O mapa 13 e os dados expostos confirmam a tendência à concentração do processo de verticalização e dos investimentos imobiliários em alguns bairros da cidade. Espaços como o Catolé, Centro, Alto Branco, Bela Vista e Prata se mantêm entre os bairros mais verticalizados da cidade. Chama atenção, entretanto, a dianteira tomada pelos bairros do Jardim Tavares e Mirante, que se localizam nas imediações do Alto Branco e Catolé, respectivamente¹⁴⁵. O número de empreendimentos verticais mais do que dobrou no caso do Jardim Tavares e quase triplicou no Mirante, conforme Costa (2013) e Lima (2018).

Outra questão interessante é que bairros históricos da cidade, a exemplo do José Pinheiro e Conceição, não atingem atualmente números significativos de empreendimentos. Isso demonstra que somente a história de um espaço não é suficiente para alavancar o processo de valorização ou de crescimento dos investimentos imobiliários, mas outras dinâmicas também estão implicadas nesse processo, como a atuação dos agentes sociais, a renda das famílias, a dinâmica socioespacial dos bairros, aspectos ligados à renda da terra, o sítio físico.

Ressalta-se que os bairros destacados no mapa 13, ou seja, os que concentram o maior número de edifícios verticais, não contêm nenhuma área de risco (CPRM, 2013), com algumas pequenas exceções, pois obviamente o setor imobiliário não tem interesse em investir em áreas pouco valorizadas e com problemas para viabilizar o processo construtivo.

No que diz respeito ao Estado, passa-se, agora, a pensar sobre as suas ações e suas implicações históricas no processo de produção do espaço urbano de Campina Grande, sobretudo nessas parcelas específicas da cidade. Acerca do crescimento e das melhorias da rede de água e esgoto que atendem os domicílios em Campina Grande, a partir do IBGE (2010), Costa (2013, p. 67) afirma:

[...] tais melhorias parecem ter seguido setores de crescimento específicos da cidade, visto que não atingiram todas as áreas carentes desses recursos básicos, e grande parte da população pobre e geometricamente periférica continuou com déficits acentuados desses recursos [...].

Uma análise das áreas de risco da cidade, como será feita no capítulo 6, por exemplo, ajuda a constatar que essas melhorias não foram direcionadas em sua maioria para os bairros pobres. Um exemplo, nesse sentido, segundo Costa (2013) é o Bairro do Catolé, “onde se

¹⁴⁵ Para Maia et al (2013, p. 150), “Os primeiros bairros a se verticalizarem foram o Centro, a Prata e o Alto Branco, depois o Catolé com a construção do Boulevard Shopping e, posteriormente, o Mirante”. De acordo com o já exposto, o enfoque do estudo é nos bairros da Prata, Alto Branco e Catolé, sem desconsiderar os bairros mais próximos com dinâmicas também curiosas, a exemplo do Mirante. No que se refere ao Centro não se enfatizará o mesmo nessa pesquisa, tendo em vista que as dinâmicas socioespaciais se constituem de uma maneira muito particular nesse espaço e sua abordagem excederia os objetivos desse estudo.

concentraram os investimentos na rede de esgoto [...]. Logo após o ano 2000, tais melhorias também avançam para o Bairro Mirante” (2013, p. 69).

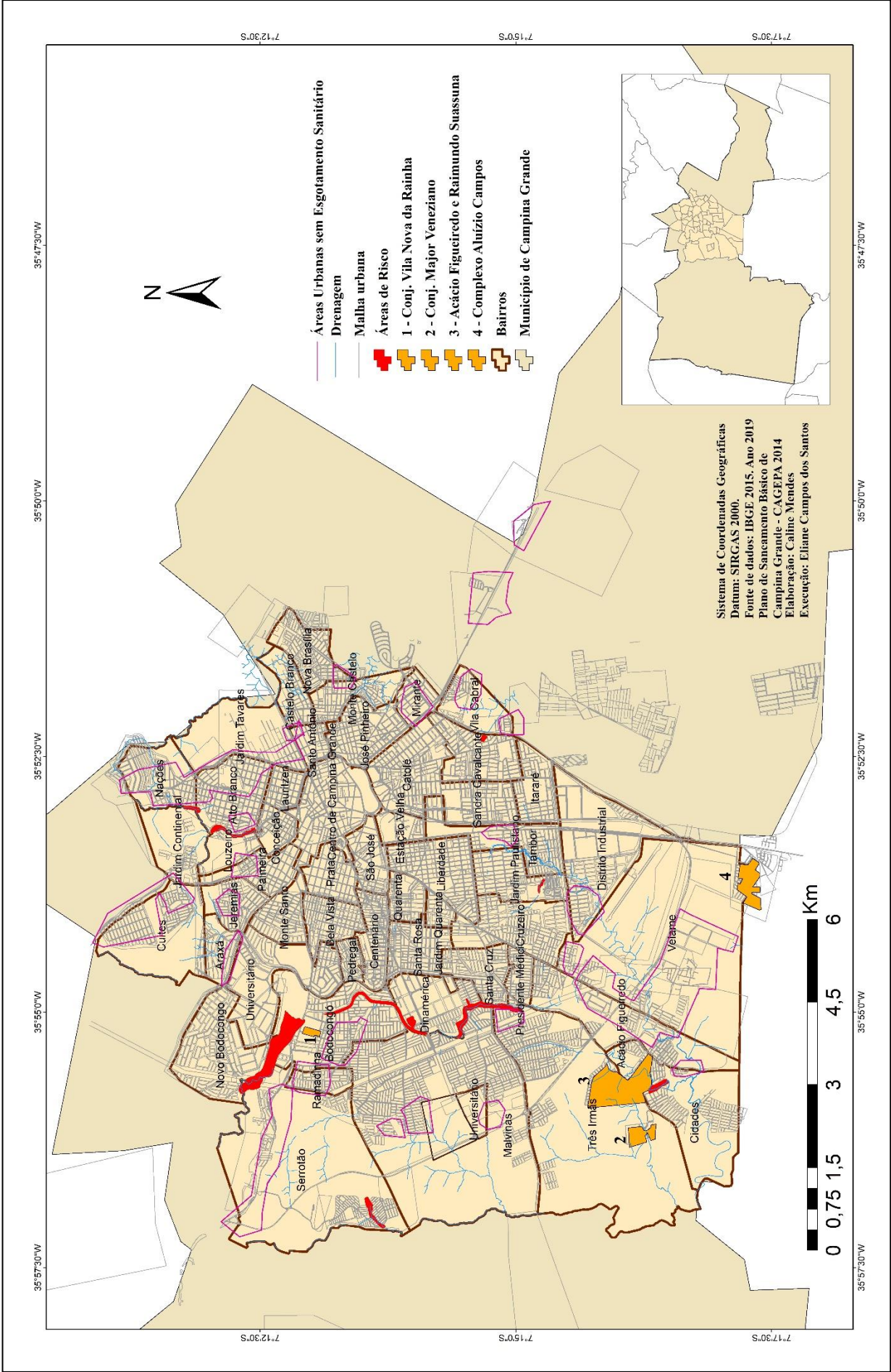
A tabela 01 mostra os bairros mais beneficiados com a rede de esgoto, entre os anos de 1997 e 2000, enquanto o mapa 14 apresenta as áreas sem acesso à rede de esgotamento sanitário mais recente. Observa-se, através da tabela que, mesmo alguns espaços pobres recebendo melhorias, nenhuma das áreas de risco estudadas aqui foram contempladas com os investimentos, à exceção de alguns bairros cujas áreas de risco estão no seu interior, como o Bairro das Cidades.

Tabela 01: Bairros beneficiados com a rede de esgoto entre 1997 e 2000 – Campina Grande, PB.

Bairro	Extensão da rede (m)
Catolé	12.771
Catolé – invasão do Tambor	1.773
Centenário	12.310,40
Cidades	2.626
Jeremias	3.461,20
José Pinheiro	2.827,2
Liberdade	9.910,8
Monte Castelo	1.408,7
Nova Brasília	10.059,6
Nova Brasília – Jardim América	2.856
Presidente Médici	1.911,10
Quarenta	8.300,6
Três Irmãs - Pelada	428
Velame – Jardim Borborema III	3.435
Velame – Lot. Austro França Costa	1.168
Total	75.246,60

Fonte: PMCG, 2006; Diagnóstico do setor habitacional, 2009.

Mapa 14: Cartograma das áreas urbanas sem a rede geral de esgotamento sanitário x empreendimentos habitacionais

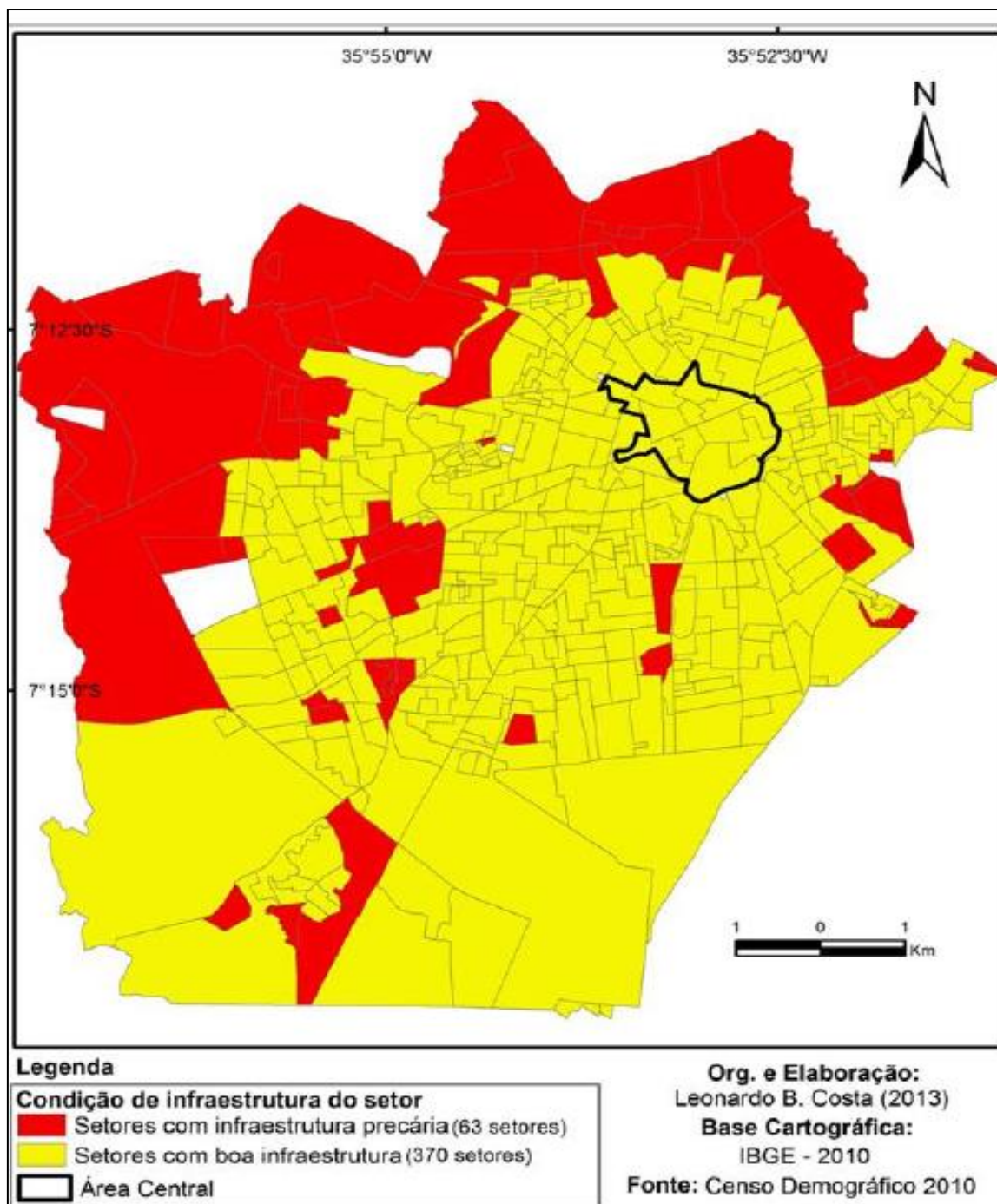


A partir dos dados da tabela 01 e do mapa 14 confirma-se a grande disparidade no que se refere ao acesso à rede de esgoto na cidade de Campina Grande. Verifica-se que os espaços periféricos padecem com tal ausência¹⁴⁶, inclusive aqueles produzidos via Estado, a exemplo dos conjuntos habitacionais onde certas problemáticas relativas ao saneamento básico são recorrentes.

As ações do Estado, nesse âmbito, se voltaram sobretudo às áreas onde moram as camadas da população com mais altos rendimentos ou ainda para outros bairros pobres que não contêm áreas de risco (classificação da CPRM/2013). Percebe-se que, entre os anos de 1997 e 2000, nenhuma dessas áreas foram contempladas com acréscimo e/ou instalação de rede de esgoto. A respeito da ação do Estado nos bairros valorizados, no que se refere à instalação de infraestruturas, traz-se o mapa a seguir (Mapa 15):

¹⁴⁶ Segundo dados do Ministério das Cidades e da Fundação João Pinheiro (apud Plano Municipal de Saneamento Básico), Campina Grande possuía, em 2010, 11.112 domicílios com carência de infraestrutura no que se refere ao esgotamento sanitário (PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2014, p. 185).

Mapa 15: Condição da infraestrutura: setores censitários – 2010



Fonte: Costa (2013).

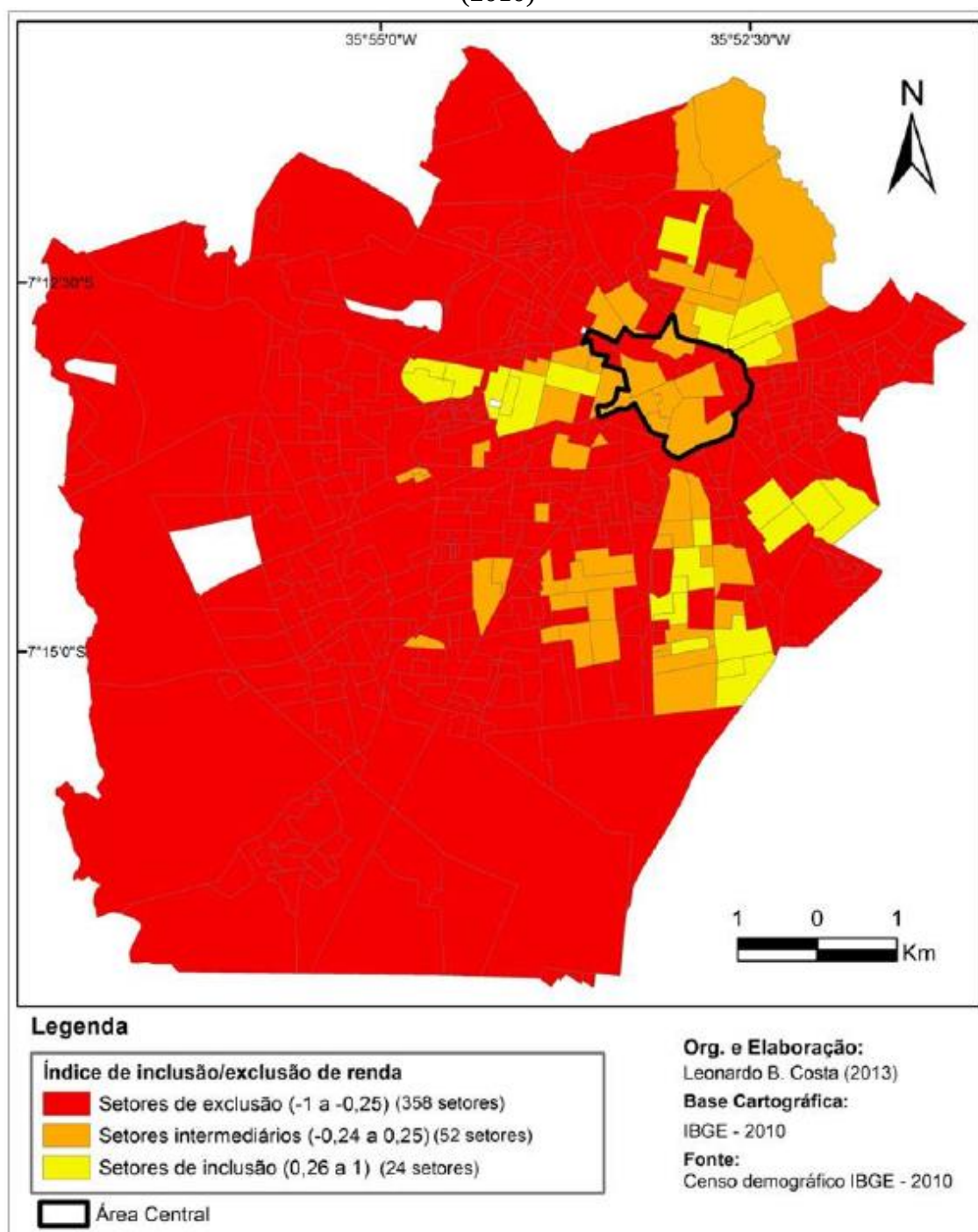
Observa-se que os bairros mais próximos ao Centro são os setores que possuem melhor infraestrutura, em contraste com bairros mais periféricos e outros espalhados pela malha urbana de Campina Grande, que possuem infraestrutura precária e que, em alguns casos, coincidem com as áreas de risco.

A provisão de infraestrutura é uma ação básica do Estado que demonstra quais espaços da cidade estão sendo preteridos por esse agente. Comprova-se que, na cidade de Campina

Grande, aqueles espaços onde as camadas da população com renda mais alta vivem são os mais beneficiados pelo Estado, embora vez ou outra esse quadro se modifique timidamente.

Em sua pesquisa, Costa (2013) elaborou também um mapa de inclusão x exclusão (Mapa 16), baseado em dados do IBGE (2010). O autor classificou, a partir da renda das famílias, três tipos de espaços: de exclusão, intermediários e de inclusão.

Mapa 16: Mapa da inclusão/exclusão de renda por setores censitários - Campina Grande (2010)



Fonte: Costa (2013).

O mapa 16 é bastante ilustrativo na representação centro-periferia que se conforma a partir da renda das famílias por setor censitário. Percebe-se claramente que aqueles bairros mais distantes do Centro são os que mais se enquadraram na categoria “exclusão”, enquanto os setores caracterizados como sendo de inclusão estão bem mais próximos ao Centro.

Dentre os expostos, os bairros do Catolé, Mirante, Prata, Bela Vista, parte do Bairro Cidade Universitária possuem a maior renda. Bairros como Lauritzen, Santo Antônio, Jardim Tavares, Alto Branco aparecem como intermediários (COSTA, 2013). Ao se comparar o mapa 15 com o 16, verifica-se que as infraestruturas e ações do Estado estão concentradas nos setores de inclusão. Isso se dá porque, segundo Lojkine (1981, 163) “A cidade desempenha, pois, fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades de acumulação capitalista”.

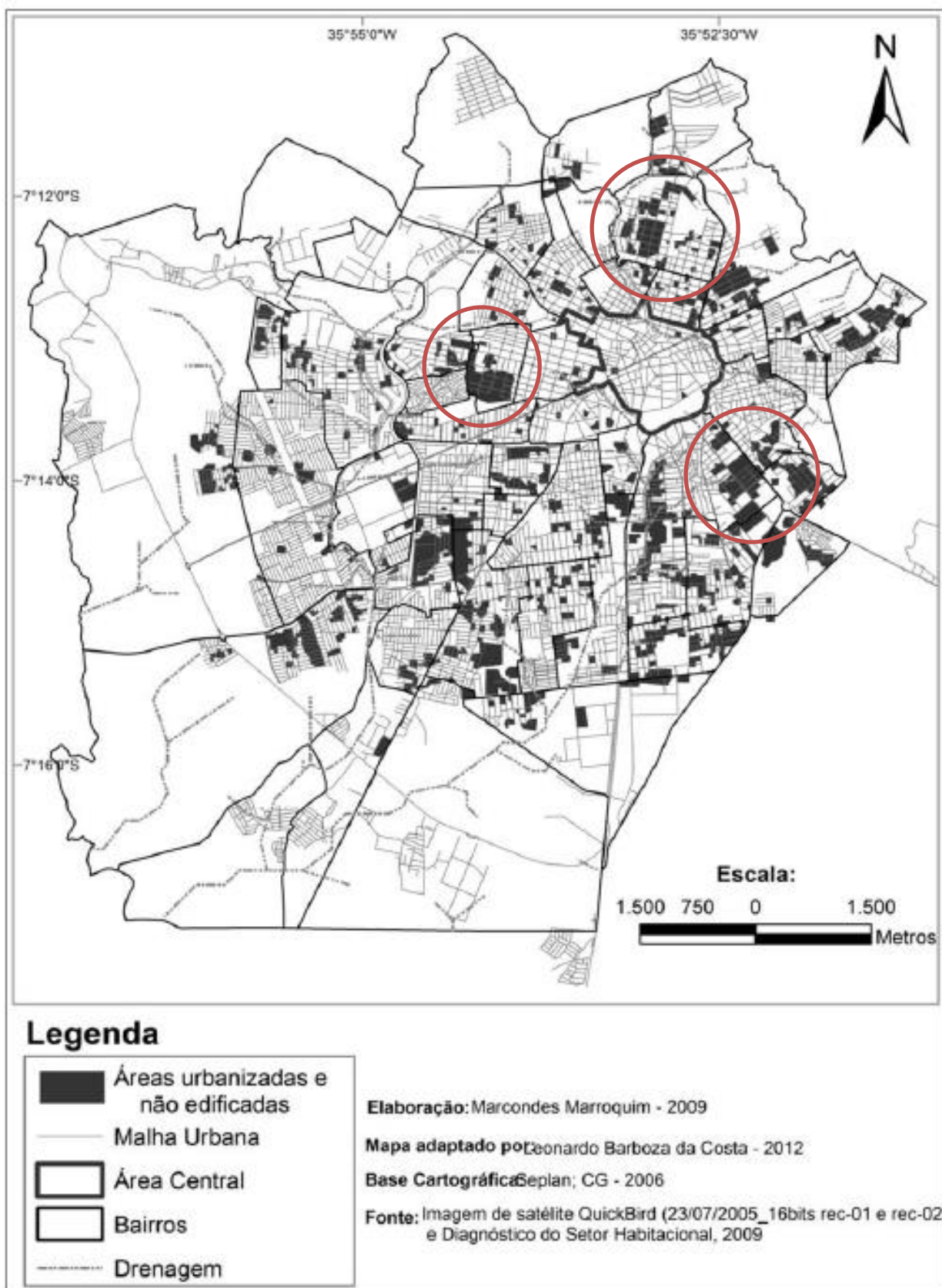
Tendo em vista tais necessidades de acumulação capitalista, outro debate importante a ser feito é aquele relacionado aos vazios urbanos verificados na cidade em foco. Embora os bairros citados estejam já bastante consolidados do ponto de vista imobiliário, é possível observar ainda, através das paisagens, que há muitos terrenos vazios (COSTA, 2013)¹⁴⁷, possivelmente aguardando maior valorização do entorno e aumento dos preços dos terrenos.

O levantamento e mapeamento do percentual dos tipos de imóveis ofertados para a venda na cidade, nos anos de 2000, 2005 e 2010, realizados por Costa (2013), apresentam resultados que mostram que, em todos esses períodos, os bairros analisados (Alto Branco, Catolé e Prata) constituíram-se como algumas das áreas que possuíam vários vazios urbanos em Campina Grande.

Além disso, o mapa 17 traz as áreas que, em 2009, apareciam como urbanizadas, mas não edificadas. Certamente o quadro mudou, após 10 anos. Mas o que se pretende mostrar com o mapa é a ação do Estado via produção seletiva do espaço urbano, fato que contribui muito para a intensificação dos interesses imobiliários nesses casos. O Estado urbaniza o espaço, a área passa por uma valorização e depois os agentes privados se valem desse aspecto para conquistar seus lucros, inviabilizando o acesso dos mais pobres a essas terras urbanizadas com o dinheiro do povo.

¹⁴⁷ Para maior aprofundamento, consultar a pesquisa de Costa (2013).

Mapa 17: Áreas urbanizadas e não edificadas em Campina Grande em 2009



Fonte: Costa (2013).

No mapa 17 verifica-se que, na cidade como um todo, havia e ainda há vários terrenos vazios. Nota-se uma densidade significativa desses vazios nas áreas analisadas: Alto Branco e entorno, Prata e circunvizinhança e Catolé e adjacências. Confirma-se, assim, a relação estreita entre mercado imobiliário e Estado, conforme se apresenta ainda hoje muito fortemente na cidade. A figura 02 ilustra essa dinâmica em um dos bairros citados, o Alto Branco, mais recentemente.

Figura 02: Delimitação aproximada do bairro do Alto Branco, destacando alguns dos seus vazios urbanos.



Fonte: Elaboração da autora, a partir de imagens do Google Earth, 2018.

Ao visualizar, através da figura 02, tantos espaços vazios em processo de especulação na cidade, outra faceta dessa situação deve ser enfatizada: mesmo possuindo essas áreas vazias, nesses e em outros bairros mais próximos ao Centro, tanto em 2009 como ainda hoje, as construções de condomínios horizontais de luxo e de conjuntos habitacionais foram direcionadas para a periferia geométrica da cidade, para longe dos “efeitos úteis de aglomeração” (RIBEIRO, 1996).

Esse processo se caracteriza como uma clara dinâmica de especulação imobiliária nos vazios urbanos, e em algumas áreas adjacentes¹⁴⁸, bem como uma valorização dos terrenos localizados entre o Centro e esses grandes empreendimentos, situados em áreas muito afastadas

¹⁴⁸ Essa não é uma realidade somente atual, mas consta em outros momentos históricos da cidade. Em obra da década de 1980, Silva (1987) destaca que: “O cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Campina Grande: 32,5% da malha urbana e da área de expansão da cidade estão sob o domínio de apenas 20 pessoas, que estocam e vendem terrenos, supervalorizados pelas obras públicas, pela implantação de projetos de construção de conjuntos habitacionais e de urbanização da cidade” (SILVA, 1987, p.65).

do Centro. Além disso, ocorre um processo chamado de autoss segregação, no qual os grupos de renda mais alta tendem a se isolar da cidade, em busca de amenidades e de uma sensação de segurança, frente ao crescimento da violência, além da exclusividade tão almejada por esses grupos.

Mais recentemente, algumas matérias jornalísticas veicularam notícias acerca dos terrenos baldios presentes na cidade, sem contar outros tipos de vazios urbanos (a exemplos das áreas loteadas). Uma matéria, de agosto de 2018, do site Paraíba Online¹⁴⁹ traz as palavras que seguem: “Dados da Vigilância Ambiental do município mostram que há mais de mil imóveis nesta situação, o que tem acarretado aumento da proliferação do *Aedes aegypti* e outros tipos de insetos”. Outro trecho da matéria afirma:

Olímpio [vereador do município] disse que tanto os donos de terrenos baldios ou casas abandonadas e a população que jogar o lixo no local inapropriado devem ser autuados. – Em relação aos terrenos baldios, temos o IPTU progressivo e está previsto no estatuto da cidade, e quem depositar lixo nesses locais tem que ser penalizado. A lei precisa ser aplicada – argumentou.¹⁵⁰

Nascimento (2014) inclui os terrenos baldios entre os chamados vazios urbanos presentes nas cidades. Considera-se, então, que os terrenos baldios, citados na matéria apresentada, são representativos dos vazios urbanos da cidade de Campina Grande, embora não constituam sua totalidade. Essa ideia faz mais sentido no momento em que o vereador da cidade (citação acima) fala sobre a aplicação do instrumento “IPTU progressivo” previsto para casos de terrenos não utilizados ou subutilizados. Em Campina Grande esse instrumento está previsto no capítulo II do Plano Diretor Municipal.

Por outro lado, mas fazendo parte dessa dinâmica da produção diferencial e contraditória do espaço, inúmeras famílias continuam vivendo na precariedade em diversas áreas de risco da cidade. Entretanto, o que falta, na verdade, não são espaços urbanizados nem moradia na cidade, mas a diminuição das desigualdades, a extinção de privilégios de alguns para a consecução dos direitos previstos em lei para os demais, a exemplo da moradia digna, conforme preconizam as legislações na macro e na micro escala: (Constituição Federal [1988], Estatuto da Cidade [2001], Plano Diretor [2006], Política Municipal de Habitação [2009]).

Sobre os empreendimentos privados de grande porte, localizados nos bairros da Prata, Alto Branco e Catolé, como condomínios fechados, supermercados e shoppings, observa-se que

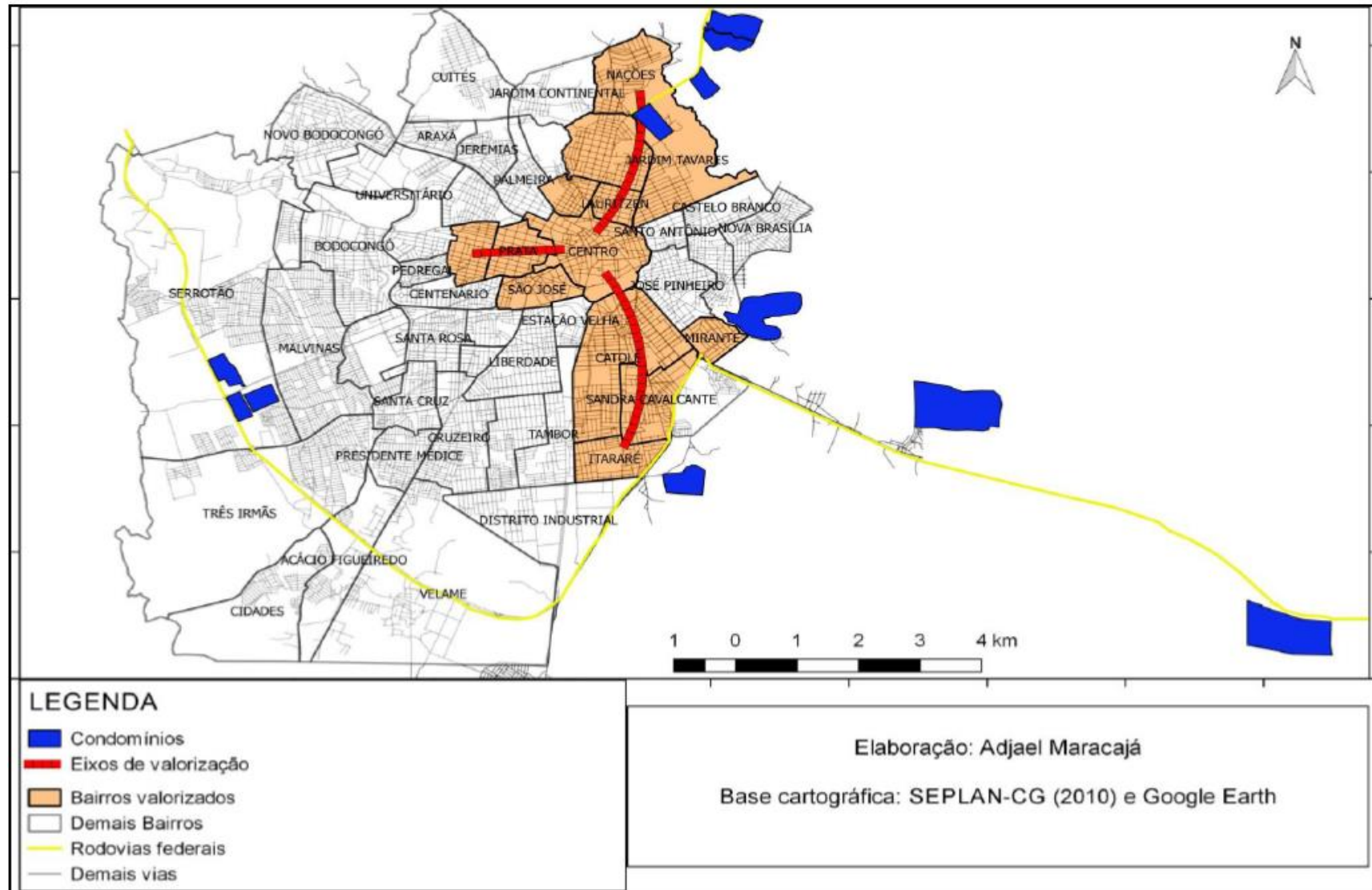
¹⁴⁹ Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2018/08/vereador-cobra-punicao-contra-quem-joga-lixo-em-terreno-baldio-em-campina/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2018/08/vereador-cobra-punicao-contra-quem-joga-lixo-em-terreno-baldio-em-campina/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

a localização dos mesmos é, obviamente, reflexo da dinâmica urbana, na qual os investidores buscam localizações que possam lhes gerar maiores ganhos. Assim, em Campina Grande, os maiores supermercados estão localizados, predominantemente, nos bairros aqui estudados ou nas suas adjacências. Portanto, se localizam no Centro e/ou em áreas próximas aos bairros de famílias com maiores rendas. Além disso, essa localização privilegia aqueles que se utilizam do transporte individual como carro e moto que, muito raramente faz parte do cotidiano daqueles mais pobres a quem direitos básicos têm sido historicamente negados, como a moradia e o direito de ir e vir, por exemplo.

Outros empreendimentos representativos do processo de valorização dos bairros analisados são os condomínios fechados. Embora grande parte deles não se localize no interior desses bairros, estão bastante próximos. Os empreendimentos podem, inclusive, ser vistos como consequência do crescimento desses bairros, algo como uma “extensão” daquelas dinâmicas. Além disso, “buscam localizações estratégicas em relação às vias de ligação ao centro da cidade” (COSTA, 2013, p. 113). Em pesquisa recente, Lima (2018) apresenta os principais e maiores condomínios fechados da cidade e suas áreas vizinhas (Mapa 18).

Mapa 18: Condomínios horizontais fechados e bairros valorizados – Campina Grande (2017).



Fonte: Lima (2018)

Constam no mapa 18 os condomínios fechados de décadas anteriores (1990) e os mais recentes (a partir dos anos 2000), tanto aqueles situados no interior, quanto fora da malha urbana. Aqui, interessam mais os que estão dentro da malha urbana ou na sua sequência imediata que, com exceção dos instalados nas proximidades do Bairro das Malvinas, estão todos nos bairros estudados, nas suas adjacências ou na “rota” desses eixos de expansão e valorização da cidade. Costa (2013, p. 111), ao se referir às grandes redes de hipermercados e/ou supermercados e aos loteamentos fechados, expõe:

Em comparação com o mapa da inclusão/exclusão social, pode-se afirmar que esses empreendimentos, assim como os grandes loteamentos fechados, estão em áreas de inclusão social, portanto, seus arredores apresentam, de modo geral, boas condições quanto à infraestrutura, e domicílios cuja renda familiar está acima de três salários mínimos (COSTA, 2013, p. 111).

Ou seja, os espaços e bairros mais valorizados tendem a atrair os maiores investimentos públicos e privados. Ademais, nenhum dos grandes condomínios que se apresentam no mapa estão localizados nas proximidades de bairros mais pobres ou de áreas de risco, mantendo assim uma distância relativa, do ponto de vista geográfico e/ou das relações sociais, de vários espaços da cidade (COSTA, 2013; LIMA, 2018). No tópico seguinte serão abordados os três bairros de maneira específica.

4.3 BAIRROS VALORIZADOS, ONTEM E HOJE: OS BAIRROS DA PRATA, DO ALTO BRANCO E DO CATOLÉ

No tópico anterior foi apresentado um panorama geral a respeito das dinâmicas imobiliárias de Campina Grande, com enfoque para os bairros estudados: Prata, Alto Branco e Catolé. A seguir se fará uma explanação de cada um dos três bairros de forma específica, tentando tão somente estabelecer uma maior proximidade com tais realidades.

Ressalta-se que não se pretende, aqui, realizar um estudo aprofundado acerca de cada um desses bairros, mas utilizá-los como ilustração do que vem sendo discutido, bem como verificar as diferenças entre eles e as áreas de risco a serem abordadas no capítulo 6. Além disso, serão mostradas algumas das principais ações públicas e privadas existentes em cada bairro, visando analisar como se dá a atuação dos agentes produtores do espaço em cada um deles. Porém, a lista desses empreendimentos é bastante extensa¹⁵¹ e foi necessário realizar

¹⁵¹ Lima (2018) aponta os “principais equipamentos” existentes nas proximidades dos eixos de expansão e valorização da cidade. O autor destaca: **eixo sul/sudeste**: Shopping Partage, Gardem Hotel, Hotel Village, Colégio Motiva, Extra Supermercado, Avenida Severino Cabral (concessionárias), pólo jurídico, Shopping Luiza Mota,

apontamentos acerca de alguns deles, visto que a apresentação de todos inviabilizaria outras discussões também importantes. Seguem as abordagens:

Bairro da Prata

Localizado a Oeste do Centro da cidade, o Bairro da Prata (figura 03)¹⁵², é considerado como um dos bairros históricos de Campina Grande.

Figura 03: Delimitação do Bairro da Prata.



Fonte: SEPLAN, Secretaria de Planejamento Urbano de Campina Grande (2004)
Adaptado por Jéssica Camêlo de Lima.

A importância histórica¹⁵³ do bairro se refere também a sua ocupação por parte das classes de alta renda de Campina Grande, a partir da década de 1940, como consequência das Reformas Urbanísticas realizadas na época (PORTO, 2007; FEITOSA, 2012; COSTA, 2003). No ano de 1940, segundo Cardoso (1963, p. 6), “[...] teve início o loteamento de uma grande

Makro Supermercado, Assaí Supermercado Atacadista, Hiperbompreço, Casa de Show Spazzio, Unifacisa, Parque da Criança e Açude Velho; **eixo nordeste:** Avenida Manoel Tavares (restaurantes e lanchonetes de alto valor), Escola Virgens de Lourdes e Atacadão supermercado da rede Carrefour; **eixo oeste:** serviços de saúde do bairro da Prata e parte da Bela Vista, imediações do Parque do Povo, Vila do Artesão, Korpus Academia e Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) (LIMA, 2018, grifo nosso).

¹⁵² “Atualmente, o Bairro da Prata possui uma área de 0,77 km² e tem como limites os bairros do Monte Santo (Norte), São José (Sul), Centro (Leste) e Bela Vista (Oeste)” (LIMA, 2015, p. 46).

¹⁵³ Outros dois aspectos importantes dessa história são a presença do Colégio Estadual da Prata e uma das mais importantes e populares feiras da cidade, a Feira da Prata. Para mais informações a respeito da Feira da Prata consultar a pesquisa de Lima (2015).

propriedade que havia permanecido intacta dentro do perímetro urbano, surgindo, então, o bairro da Prata”¹⁵⁴ (Figura 04).

Porém, o bairro já havia sido projetado nos anos de 1930 juntamente com o Plano Urbanístico da cidade. A esse respeito, Apolinário (2009, p. 24) coloca que “A partir da década de 1930, com o início do Plano Urbanístico de Campina Grande, novos bairros foram incorporados à malha urbana da cidade e entre esses novos bairros estava a Prata”.

Figura 04: Loteamento do bairro da Prata em 1953.



Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal de Campina Grande-PB (SEPLAM)
Extraído de: Apolinário (2009), com adaptações.

Através da figura 04 percebe-se que o projeto inicial do bairro da Prata segue o denominado de plano ortogonal. Ressalta-se que os bairros ocupados pelas classes de alta renda é que se apropriaram desse tipo de loteamento¹⁵⁵, cujas vias se apresentam a partir de traçados bem definidos ao longo do espaço urbano, ao contrário do plano irregular, verificado nas áreas de risco, por exemplo.

¹⁵⁴ Segundo Sá (1987, s/p) “Os bairros da Prata, Santo Antônio, Catolé e Moita são já referidos pelos idosos de 1947”.

¹⁵⁵ Assim como os conjuntos habitacionais estatais.

Segundo Apolinário (2009) e Lima (2015) a propriedade que deu origem ao Bairro da Prata tinha como denominação “Fazenda Prata”, que pertencia a Raimundo V. Macedo, ex prefeito da cidade de Fagundes e que foi “também um dos últimos prefeitos nomeados pela interventoria do Estado de Campina Grande” (LIMA, 2015, p. 47). Antes disso já havia sido deputado federal da Paraíba e “[...] defendeu tanto na esfera estadual quanto federal os interesses dos agropecuaristas da região [...]” (idem). Para Lima (2015):

Raimundo Viana destacou-se como um dos que mais influenciaram no processo de urbanização do bairro, uma vez que possuindo alianças e conhecimento político na cidade, tinha a prática de doar terrenos para construções de edificações, a exemplo dos terrenos onde foram construídos o **SENAI**, a EMBRAPA, o **Colégio Estadual da Prata** e reconstruída a **Igreja do Rosário** (LIMA, 2015, p. 48, grifos nossos).

Na figura 04 aparecem, apontados por setas, alguns dos terrenos citados acima. O breve histórico sobre o proprietário de terra e suas atuações no bairro se faz pertinente para se pensar como, desde muito tempo, as ações do Estado (por vezes personalizado) influenciam na conformação da cidade e na inclinação de melhorias para os bairros das classes dominantes, sendo o Bairro da Prata um ilustrativo dessa dinâmica.

Dentro da reflexão, pode-se colocar que “[...] cada complexo de elementos que configura certas partes privilegiadas da cidade (‘os belos bairros’) não pode ser produzido pela iniciativa privada sem o apoio do Estado” (BOTELHO, 2007, p. 79). Verifica-se uma nítida relação entre o proprietário de terra e o Estado, fornecedor de benfeitorias para tais espaços, via conchavos políticos.

A partir do loteamento do Bairro da Prata tem seguimento a sua ocupação e, já na década de 1960, o bairro fazia parte daqueles em que vivia uma “classe mais abastada” (CARDOSO, 1963). Segundo Gurjão (1999), na década de 1960, esse bairro já constava como bairro oficial da cidade. Observa-se que, desde a sua origem, o Bairro da Prata foi destinado às camadas mais abastadas, refletindo-se fortemente esse aspecto em períodos posteriores.

Segundo Apolinário (2009) e Lima (2015), o bairro passou por inúmeras metamorfoses no seu processo histórico. Já no final da década de 1930 se iniciava naquele espaço a construção da “Casa de Saúde e Maternidade Francisco Brasileiro” (LIMA, 2015), constatando-se a “vocação” do bairro no que concerne aos serviços médico-hospitalares. Mas, foi somente no final da década de 1960 que a instalação de empreendimentos voltados a esse setor se intensificou, a partir da Clínica Santa Clara (LIMA, 2015) (Fotografia 05).

Fotografia 05: Clínica Santa Clara, uma das primeiras a serem instaladas na Prata.



Foto: Extraída do site clnicasantaclarapb.com.br/

A instalação desse empreendimento se deu a partir de motivos particulares dos proprietários (LIMA, 2015). Porém, acredita-se que a intensificação de empreendimentos voltados a esse setor se deu também em virtude da sua proximidade com o centro da cidade e em função da centralidade que Campina Grande exerce junto à sua hinterlândia (com relação ao comércio, aos serviços de saúde e educação, etc). Nesse momento cabe discutir especialmente acerca dos serviços de saúde, visto que tais serviços têm grande influência no processo de valorização do Bairro da Prata¹⁵⁶. De acordo com Lima (2015):

Impulsionados pela demanda da cidade e também pela existência da Clínica Santa Clara que atraia grande quantidade de profissionais e clientes vários outros centros médicos se instalaram no bairro [...] assim como outros centros clínicos de menor porte e consultórios médicos de variadas especialidades [...]. Soma-se a isso, o surgimento de uma diversidade de atividades acessórias a este ramo, como clínicas fisioterapêuticas, farmácias, laboratórios, lojas de suprimentos médicos etc., bem como uma grande quantidade de serviços e comércios [...] (LIMA, 2015, p. 55).

Acredita-se que a forte tendência de atuação desse setor no bairro, a exemplo dos serviços oferecidos nos “complexos de clínicas”, como o Edifício San Pietro (Fotografia 06) tenha contribuído sobremaneira para o processo de valorização desse espaço.

¹⁵⁶ “[...] a proximidade com a área central da cidade, como também a disponibilidade de infraestrutura e a facilidade de acesso, com boas condições de tráfego de veículos, fizeram com que o bairro da Prata se constituísse inicialmente enquanto local de moradia de uma classe de alto status e posteriormente, fossem atribuídas novas funções [...]”. [...] vale salientar que o município de Campina Grande funciona como pólo de assistência à saúde de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial (LIMA, 2015, p. 58).

Fotografia 06: Edifício San Pietro, onde estão localizados diversos serviços conveniados e particulares de saúde.



Foto: extraída do site www.vivareal.com.br

Um exemplo do processo de valorização do bairro é que, nesse edifício da fotografia 06, pode-se encontrar salas (com 55m²) para uso comercial/serviços sendo vendidas pelo preço médio relativo à uma casa/apartamento em outros bairros (195.000, 210.000)¹⁵⁷, a exemplo do Catolé¹⁵⁸.

Ressalta-se que parte dos antigos moradores do Bairro da Prata venderam seus grandes casarões para a alocação de serviços relacionados à saúde e mudaram-se para outros bairros valorizados ou passaram a viver em condomínios verticais dentro do próprio bairro (LIMA, 2015) (Fotografia 07). A respeito dos casarões, Maia et al (2013, p. 107) afirmam “Hoje, essas grandes edificações estão sendo transformadas em clínicas especializadas e consultórios médicos”.

¹⁵⁷ Informações retiradas do site do Portal Imobiliário Viva Real. Disponível em: www.vivareal.com.br. Acesso em: 30 de maio 2018).

¹⁵⁸ Vide, por exemplo, o anúncio de um apartamento com 64m² pelo preço de 199.000, no Bairro do Catolé. (Disponível em: <https://pb.olx.com.br/paraiba/imoveis/lindo-apartamento-completamente-projetado-no-catole-valor-inacreditavel-574893969>. Acesso em: 22 jan. 2019).

Fotografia 07: Verticalização do bairro da Prata ao fundo e, no primeiro plano, construção de um empresarial vertical voltado aos serviços de saúde, “Word Medical Center”¹⁵⁹.



Foto: Google Maps, 2017.

O Bairro Prata se configura como um dos mais verticalizados na atualidade. Lima (2015) traz um trecho do Jornal da Paraíba, de 2003, a respeito do bairro e seu processo de verticalização. A matéria diz o seguinte:

Na esteira da instalação dos centros médicos, o bairro começou a ganhar novos contornos, iniciando um processo de verticalização comparado ao centro da cidade, com a maioria dos imóveis sendo comercial. Paralelamente, os moradores resolveram mudar-se de suas residências para adquirir apartamentos, muitas vezes localizados no próprio bairro. A rotatividade gerou a valorização dos imóveis [...] (Trecho adaptado do Jornal Correio da Paraíba, retirado de LIMA, 2015, p. 59)¹⁶⁰.

Juntamente com os investimentos imobiliários realizados no bairro, observa-se que tal espaço é constituído por uma ótima infraestrutura, bem como se trata de um bairro de fácil acessibilidade, conforme ressaltado por Lima (2015), isso tudo viabilizado pelas ações do Estado.

O Bairro da Bela Vista que, inicialmente” “já fez parte do ‘território’ da Prata (LIMA, 2015), do mesmo modo, tem passado por um crescimento significativo no processo de verticalização. Essa dinâmica ocorre também porque “[...] grande atração do mercado imobiliário sempre foi na direção dos Bairros da Prata e da Bela Vista” (COSTA, 2013, p. 142).

¹⁵⁹ O edifício se voltará a diversos serviços de saúde, contará com 22 andares e 176 salas comerciais. Disponível em: <http://ourovelconstrucoes.com.br/wmce-world-medical-center/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

¹⁶⁰ Já, em 1995, segundo pesquisas realizadas por Costa (2013), o Bairro da Prata se destacava junto com o centro no que diz respeito aos preços altos dos seus terrenos.

Além da influência do Bairro da Prata para o crescimento/valorização da Bela Vista, observa-se também sua proximidade com o Bairro de Bodocongó e entorno, atual polo educacional da cidade. O referido bairro contém vários centros educacionais, a exemplo das duas principais universidades, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba. Contraditoriamente, é num bairro próximo a Bodocongó que se situa uma das áreas de risco a serem estudadas no capítulo 6, a Vila dos Teimosos.

Bairro do Alto Branco

O Bairro do Alto Branco, localizado a nordeste do Centro de Campina Grande (Mapa 19), assim como a Prata, se constitui em um bairro histórico da cidade, tendo em vista que, na década de 1940, já poderia se verificar sua existência (GURJÃO et al, 1999).

Mapa 19: Localização do bairro do Alto Branco



Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano de Campina Grande, 2012.

O bairro também é caracterizado por ser historicamente ocupado pelas classes mais abastadas da cidade. Maia et al (2013) destacam que se trata de “[...] um bairro historicamente habitado por grupos sociais de mais alta renda”¹⁶¹ (MAIA et al, 2013, p. 158).

Do ponto de vista físico, está-se falando de uma das áreas mais altas da cidade (GURJÃO et al, 1999), reforçando a preferência dos grupos de maior renda por tais sítios¹⁶². O Alto Branco “[...] caracteriza-se, sobretudo, pelo alto poder aquisitivo da maioria dos seus moradores, pela sua localização e aspectos geográficos, como a elevada altitude e a arborização” (ARAÚJO, 2011, p. 31). No que concerne à localização, o bairro, além de estar situado próximo ao centro da cidade, situa-se também próximo à saída para o Brejo Paraibano. Os aspectos geográficos citados dão origem às chamadas amenidades.

Com o passar do tempo, o Alto Branco foi crescendo e consolidando-se como um dos bairros “nobres” da cidade. Anteriormente, essa alcunha se dava apenas relacionada à sua configuração horizontal, mas, posteriormente, o bairro surge como sendo um dos primeiros a serem verticalizados (COSTA, 2003), ainda que de forma insipiente. Considerada como um eixo de expansão, a área que abrange o Alto Branco, Jardim Tavares e Nações “[...] começa a receber uma atenção cada vez maior da especulação imobiliária” (MAIA, et al, 2013, p. 139).

Essa especulação, de acordo com Costa (2013), está relacionada “[...] a instalação de novos equipamentos urbanos, como a construção de um supermercado da rede Carrefour, o Atacadão” (COSTA, 2013, p. 107). Essa dinâmica de especulação se verifica também a partir dos inúmeros vazios urbanos presentes no bairro.

O Atacadão (Fotografia 08) é um exemplo de investimento privado que se direcionou para o bairro, a partir das suas condições de infraestruturas. Empreendimentos como esse contribuem para o processo de valorização dos espaços urbanos nos quais se instalam e para o aumento dos preços dos terrenos do entorno. Verifica-se uma dinâmica dialética em relação ao processo de valorização e instalação de empreendimentos.

¹⁶¹ Cardoso (1963) também aponta que, já na década de 1960, o bairro do Alto Branco era considerado como sendo de classe média.

¹⁶² No que se refere ao clima, Porto (2007) afirma que o Alto Branco se trata de uma das áreas que concentra maior umidade, sendo assim considerada como amenidade.

Fotografia 08: Supermercado Atacadão

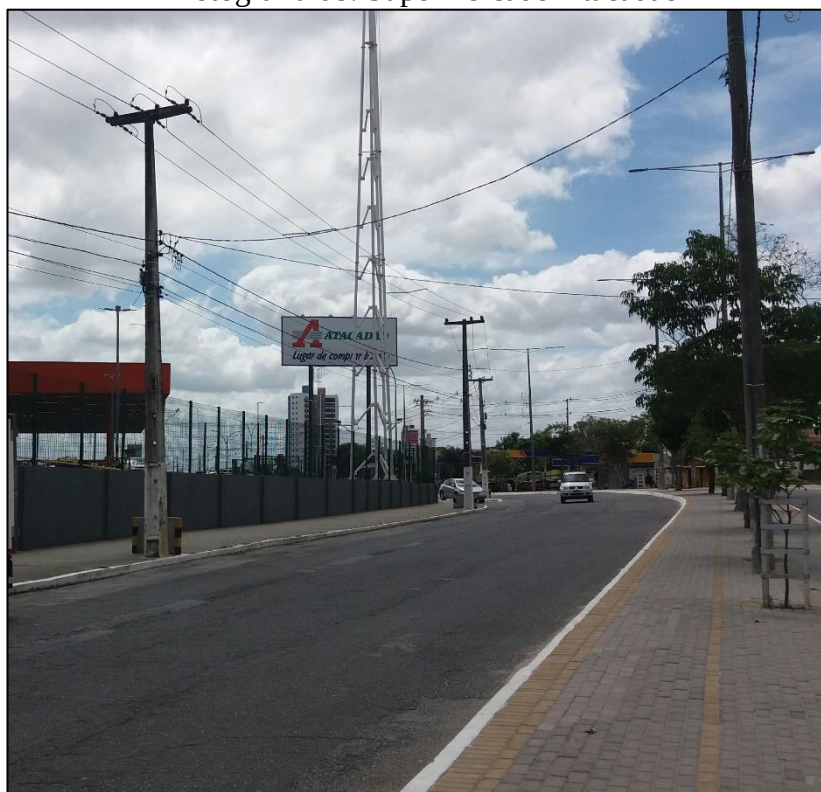


Foto: Caline Mendes de Araújo, 2019.

O supermercado está localizado em uma importante avenida do Bairro do Alto Branco, a Avenida Manoel Tavares, onde também se localiza atualmente um expressivo número de bares e restaurantes de alto padrão da cidade. Esses pontos comerciais e o Atacadão se situam nas proximidades da saída para o Brejo Paraibano, assimilando os efeitos úteis da aglomeração (RIBEIRO, 1997).

Além desse tipo de empreendimento, há outros que causam impacto na dinâmica do bairro e que também são consequências e causas do processo de especulação imobiliária: os grandes condomínios fechados. Observa-se que há, no Alto Branco e adjacências, alguns desses condomínios. Uns na área urbana e outros já na área rural e/ou na saída para Lagoa Seca e imediações¹⁶³.

Para Souza (2010), no que a autora chama de periferia rica da cidade (bairros Nações, Alto Branco, Jardim Tavares, Mirante e Catolé), “[...] a presença de condomínios e loteamentos fechados é marcante [...]” (SOUZA, 2010, p. 58-59). Dentre esses condomínios pode-se citar o Nações Residence Privê (Lagoa Seca, ano de instalação: 1998), Sierra Home Resort (Jardim

¹⁶³ Na concepção de Costa (2013), “Os loteamentos fechados, construídos em direção ao município de Lagoa Seca [...] fazem com que o crescimento da malha urbana da cidade de Campina Grande comece a ocupar os territórios administrativos das municipalidades vizinhas, embora não seja clara a intensidade com que esse processo vem ocorrendo” (COSTA, 2013, p. 33). O que se discute, aqui, não é a localização exata dos empreendimentos, mas sua relação com o bairro analisado e com o seu entorno.

Tavares, ano de instalação: 2012), Atmospha Eco Residence (Lagoa Seca, ano de instalação: 2011), Atmospha Green Residence (Lagoa Seca, ano de instalação: 2012), entre outros¹⁶⁴. Na fotografia 09 vê-se a fachada de um dos condomínios citados, o Atmospha Eco Residence.

Fotografia 09: Fachada da entrada principal do condomínio fechado Atmospha Eco.



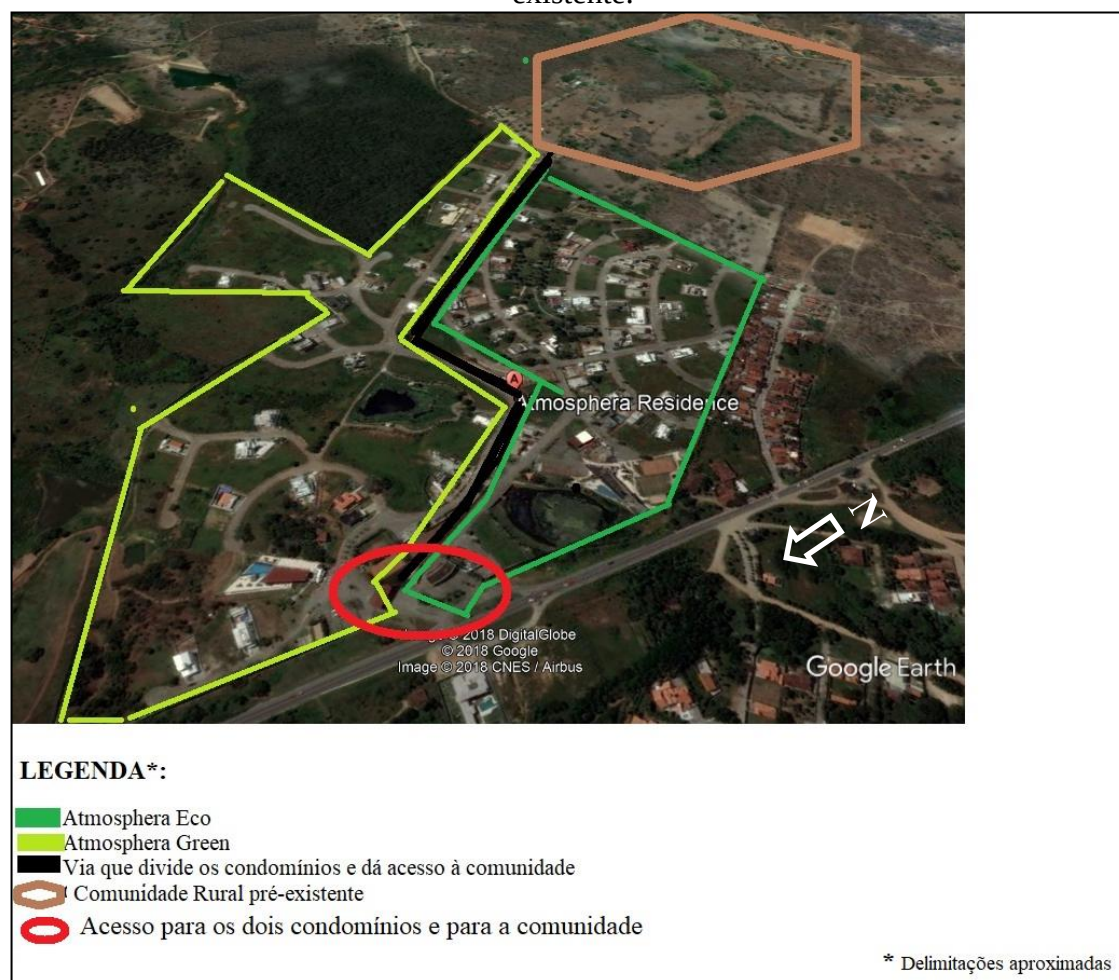
Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Localizado na BR 104, via que liga Campina Grande a Lagoa Seca, o empreendimento se destaca como sendo um dos mais expressivos condomínios fechados da “região”. Constata-se que, após sua instalação, teve origem nas proximidades outro condomínio da mesma construtora (Andrade Marinho), denominado Atmospha Green. Atente-se que as terminologias presentes nos próprios nomes dos condomínios (“eco” e “green”, verde em inglês) são elementos que apelam para as amenidades do local.

Outro fato interessante a ser destacado a respeito dos empreendimentos é que, quando o segundo condomínio foi ser construído, os empreendedores depararam-se com uma realidade em que uma comunidade rural estava presente no entorno. Contudo, as famílias da comunidade não saíram do local, fato que levou os investidores a construir o segundo empreendimento numa área afastada a alguns metros do primeiro. Assim, os empreendimentos são divididos por uma via que dá acesso à referida comunidade rural (Figura 05):

¹⁶⁴ Dados extraídos de Costa (2013) e Lima (2018).

Figura 05: Condomínios Atmospha Eco, Atmospha Green e Comunidade Rural pré-existente.

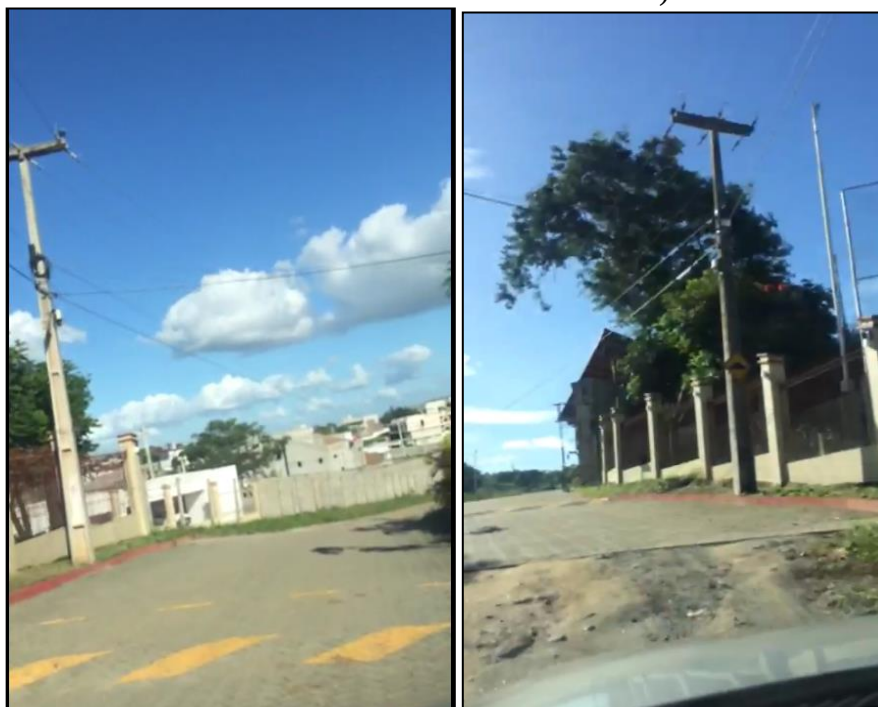


Fonte: Elaboração da autora, a partir do Google Earth, 2017.

A figura 05 auxilia a visualização da configuração socioespacial dos empreendimentos discutidos. Conforme exposto, os condomínios são separados por uma via cujo acesso se dá nas proximidades imediatas das suas entradas. Porém somente com uma observação acurada é possível perceber, visto que a entrada para comunidade se apresenta de maneira “camuflada” e apenas quem for utilizar a via de acesso é capaz de visualizá-la. Isso acontece porque a arquitetura utilizada para a construção do acesso aos condomínios se fez de uma forma que, quem passa pela BR-104, não consegue observá-la.

Para pensar sobre essa realidade, traz-se a seguinte contribuição de Lefebvre (2013, p. 145): “La tendencia dominante fragmenta y recorta el espacio. Enumera los contenidos del espacio, las cosas, los diversos objetos. Los especialistas se reparten el espacio y actúan sobre sus partes, estableciendo barreras mentales y prácticas sociales”, conforme pode ser verificar nas fotografias 10 e 11:

Fotografias 10 e 11 Via que dá acesso à comunidade rural (nos sentidos BR 104 -comunidade rural e comunidade rural - BR 104).



Fotos: Emanuel Sávio, 2018.

Nota-se, a partir das fotografias 10 e 11, que a via que dá acesso à comunidade é de “terra batida”, contrastando com toda urbanização do entorno e de dentro dos condomínios fechados, viabilizada por agentes públicos e privados. As desigualdades se dão de forma extremamente contundente nesses casos, constatando-se que, não somente as áreas de risco ou bairros pobres da cidade contrastam com tais espaços, mas também seu entorno imediato, configurando diversos “formatos” de desigualdades socioespaciais.

Outro condomínio fechado ilustrativo dessa dinâmica é o “Nações Residence Privê”, o primeiro dessa “categoria” a chegar em Campina Grande e adjacências. Na fotografia 12 verifica-se alguns elementos das chamadas amenidades (arborização), além de aspectos característicos da busca pela segurança e pela exclusividade (grades e cercas). Tal configuração é cara às classes mais abastadas no processo de apropriação dos espaços.

Fotografia 12: Condomínio Nações Residence Privê (no primeiro plano grades cercando o espaço, ao fundo, grandes mansões do condomínio).

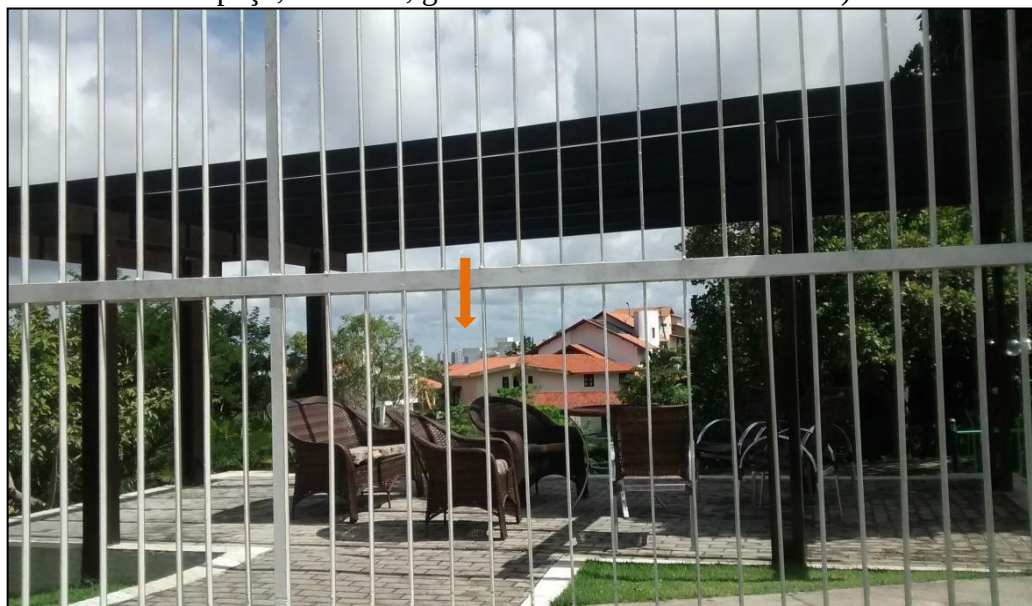


Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Ademais, nota-se o padrão construtivo das moradias e as suas dimensões, bem como infere-se que os preços cobrados por elas são bastante elevados¹⁶⁵, visto que se trata de empreendimento de alto padrão para a realidade da cidade. Outro aspecto revelado é a presença de alguns condomínios verticais do bairro do Alto Branco, que podem ser vistos ao fundo da fotografia 12 (em destaque). Assim, embora grande parte dos empreendimentos horizontais se localize na área oficial do Município de Lagoa Seca, eles mantêm fortes vínculos com Campina Grande.

Finalmente, no Bairro do Alto Branco, além da atuação do setor imobiliário, nota-se como as ações do Estado têm sido efetivadas, sobretudo no que se trata das vias que dão acesso ao Brejo Paraibano, por exemplo. Outras obras viárias também são observadas no espaço, a exemplo de rotatórias, do asfaltamento das ruas e do viaduto construído na gestão do então governador Cássio Cunha Lima e que, até hoje, sofre inúmeras críticas¹⁶⁶, visto que os problemas relacionados ao trânsito intenso no local pouco se alteraram, sobretudo nos horários de pico. Ademais, observando os atuais condomínios localizados entre a cidade de Campina

¹⁶⁵ Os preços podem variar de acordo com as características como tamanho, localização dentro do condomínio, entre outros, variando, atualmente, entre 90.000 e 165.000 reais o lote, de acordo com anúncios atuais verificados na internet, a exemplo dos sites a seguir: <https://www.vivareal.com.br> e <https://pb.olx.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2018.

¹⁶⁶ O projeto de construção do referido viaduto já sofria críticas desde o seu processo de concepção, conforme pode ser verificado na matéria: “Cássio ignorou estudos e construiu viaduto”. Disponível em: <https://www.pbagora.com.br/noticia/politica/20100325110132/cassio-ignorou-estudos-e-construiu-viaduto>. Acesso em: 04 dez. 2018.

Grande e Lagoa Seca e sua proximidade com tal viaduto, é notório que o mesmo, de certa maneira, atendeu, na prática somente a uma parcela específica e privilegiada na sociedade.

A atuação seletiva do Estado pode ser constada quando se observa vários aspectos dentro e fora desse bairro que, inclusive, possui alguns “enclaves” de pobreza no seu interior, espaços esses cujas necessidades foram, ao longo da história, tratadas paliativamente ou simplesmente ignoradas, conforme visto *in loco*.

Acrescenta-se a isso o fato de que, ao lado do Alto Branco, abrangendo uma pequena fração desse bairro, juntamente com outros dois (Conceição e Louzeiro) existiu historicamente e ainda existe o “Buraco da Jia” ou Rosa Mística¹⁶⁷, considerado como uma das áreas de risco da cidade, a ser abordada no capítulo 6. Esse fato comprova que o Estado, juntamente com o mercado imobiliário, contribui para acirrar as desigualdades e a auxilia na manutenção de situações de precariedade como as das áreas de risco.

Bairro do Catolé

O Bairro do Catolé (Figura 06), localizado a sudeste do Centro da cidade, nas proximidades das BR 230 e 104 (saída para a capital do estado, João Pessoa, e para o estado de Pernambuco, respectivamente), teve origem como um bairro operário, porém hoje se apresenta como um dos eixos de valorização da cidade¹⁶⁸.

¹⁶⁷ “A favela denominada Buraco da Jia situa-se às margens do Riacho das Piabas, entre um bairro de classe média (Conceição) e um bairro de classe alta (Alto Branco)” (PROJETO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA FAVELA BURACO DA JIA, 1985, p. 02). O mesmo espaço é também conhecido como Rosa Mística, devido a algumas intervenções da Igreja Católica na área.

¹⁶⁸ De acordo com Maia et al (2013, p. 138): “Um segundo eixo de expansão dá-se em direção à zona sul, onde se constata uma crescente valorização imobiliária, principalmente no Bairro Catolé, que experimentou um processo de verticalização após a construção do Boulevard Shopping Campina Grande”. Observação: O citado Boulevard Shopping se refere ao atual Shopping Partage.

A transferência da Rodoviária para o referido bairro pode ser considerada como uma importante atuação do Estado no sentido de incentivar a valorização daquele espaço, tendo em vista o aumento do fluxo de pessoas, o crescimento do número de comércios e serviços na área, entre outros aspectos. Porém, não foi somente essa a atuação expressiva do Estado no bairro. Pode-se recordar também de um importante projeto que estava sendo desenvolvido no Brasil à época, o PROJETO CURA.

Em Campina Grande, além das obras viárias realizadas no centro da cidade, esse projeto realizou obras em duas das então favelas da cidade (em parte do atual Bairro do Jeremias e na Favela Pedreira, localizada no Catolé). Segundo Iranise Silva (1987, p. 66),

O PROMORAR de Campina Grande planejou a urbanização de favelas (aprovada pelo BNH em 1981) em duas das dezessete áreas faveladas da cidade. Na Pedreira do Catolé, uma favela incrustada numa área nobre do bairro do Catolé, para a qual o projeto municipal de urbanização previa: a distribuição inicial de 500 títulos de propriedade, a construção de 117 novas unidades residenciais, a realização de 4000 ampliações e/ou melhoramentos, além da urbanização da área.

Na citação a autora destaca, ainda na década de 1980, o Bairro do Catolé como sendo uma área nobre, o que demonstra que, possivelmente, a escolha da área da Pedreira do Catolé para tais ações não foi aleatória (COSTA, 2013). A partir da ação do Estado, via governo federal e municipal, houve as primeiras e relevantes modificações na área. Em síntese, o bairro do Catolé foi ocupado, inicialmente, pela classe trabalhadora, mas posteriormente, a partir dos investimentos estatais, como o PROMORAR¹⁶⁹, (no qual houve a remoção da antiga Favela Pedreira do Catolé) o bairro começa a ganhar nova feição (SILVA, 1987; COSTA, 2013).

Além disso, nos anos de 1990, foi instalado no bairro o primeiro Shopping Center da cidade, o então Shopping Iguatemi, posterior Boulevard Shopping, e atual Shopping Partage (Fotografia 13). De acordo com Costa (2013, p. 99): “Esse fator impulsionou de forma significativa o processo de valorização imobiliária no bairro, que já vinha se consolidando desde o início da década, mas que se firma com a instalação do shopping”.

¹⁶⁹ Para Costa (2013) o PROMORAR “modificou significativamente a qualidade do espaço construído no Bairro do Catolé com as construções de várias habitações e melhoras na infraestrutura do local, onde era, historicamente, ocupado por trabalhadores braçais e donas de casa e que chegou aos anos de 1990 como uma área muito valorizada no contexto da cidade, modificando as características sociais e econômicas da área” (COSTA, 2013, p. 173).

Fotografia 13: Shopping Partage Campina Grande



Fonte: <http://www.falandodevarejo.com>

Esse é o maior centro de compras da cidade, uma vez que existem outros centros menores, galerias, entre outros. O Partage está localizado em uma das principais avenidas do Catolé, a Avenida Severino Cabral¹⁷⁰. Essa parte do bairro possui expressiva presença de comércios e serviços e constitui uma área bastante valorizada da cidade

A instalação do shopping nessa área, além de se dar em virtude da dinâmica do bairro, contribuiu para incentivar o processo de valorização do mesmo. Nas palavras de Costa, “O bairro do Catolé vem sendo um local de valorização desde a década de 1990, no entanto, tal aspecto só foi realmente evidenciado com a construção do shopping center em 1999” (COSTA, 2013, p. 104). O autor afirma ser o Catolé uma das áreas de expansão da cidade, além de ser ocupado por uma população de renda mais elevada (idem).

Outro dado importante confirma a tendência do bairro para investimentos do setor imobiliário: de acordo com Maia et al (2013), com relação às 34 empresas imobiliárias instaladas à época do estudo na cidade, o Catolé era o segundo bairro, depois do Centro, com “[...] um número de empresas um pouco mais elevado que os demais”.

Ao longo do tempo, e mais recentemente, alguns tipos de investimentos imobiliários se destinaram para esse bairro e seu entorno¹⁷¹, como os condomínios horizontais e verticais de luxo. De acordo com Costa (2013, p. 107), “os empreendimentos imobiliários tendem a se

¹⁷⁰ Também se localizam nessa Avenida grandes supermercados da cidade: o Extra Supermercado e o Hiper Bompreço (localizado no interior do Shopping Partage). Sabe-se que tais empreendimentos se destinaram para o bairro em função da sua dinâmica bem como refletem-se em aumento da valorização do bairro.

¹⁷¹ O bairro do Mirante, por exemplo, “[...] ao longo de sua história, quase não foi ocupado. Recentemente é que vem apresentando uma concentração de prédios” (COSTA, 2013, p. 104).

intensificar mais para a área sul e seguem a Avenida Severino Cabral, principalmente depois da instalação do loteamento Alphaville Campina Grande, no bairro do Mirante” (Figuras 07 e 08).

Figura 07: Entrada do Condomínio Alphaville Campina Grande



Fonte: Google Earth (2015).

Figura 08: Condomínio Alphaville Campina Grande e localização da antiga Favela da Cachoeira.



Fonte: Elaborado pela a autora, a partir do Google Earth, 2018.

Localizado numa antiga área rural e atualmente pertencente ao Bairro do Mirante, o Alphaville Campina Grande foi instalado no ano de 2009 e é um dos maiores condomínios horizontais desse espaço urbano. Verifica-se que as classes abastadas da cidade têm buscado

áreas cujas amenidades¹⁷² se façam presente, a exemplo desse e de outros condomínios fechados nos quais se “vende natureza”. Um exemplo disso, e da relação do Estado com o mercado e contra os pobres, é que o Alphaville de Campina Grande se localiza nas proximidades de uma Unidade de Conservação Ambiental, o Parque Estadual do Poeta, que, inclusive, teve “invadida” parte da unidade para consecução do projeto (SOUZA et al, 2013).

O condomínio foi instalado em uma área contígua à localização da extinta Favela da Cachoeira, uma das maiores áreas de risco da cidade. Tal fato indica uma apropriação privada da natureza, em busca das ditas amenidades ambientais. A pergunta que fica é: por que a Cachoeira não pôde permanecer, mas o Alphaville entrou e permaneceu naquele espaço?¹⁷³ Acerca desse contexto, Maia et al (2013, p. 157) afirmam:

O Alphaville Campina Grande explora essa peculiaridade para vender a mercadoria lote, pois está situado em área de relevo acidentado e no entorno de uma área de preservação, que inclui as margens do lago. O que a publicidade não diz é que o próprio lago foi claramente atingido pelas obras de terraplanagem realizadas, já que as chuvas tendem a levar para dentro dele a terra deslocada. A fala dos corretores, porém, ressalta a visualização da natureza como referencial do empreendimento e a contrapartida desse para a infraestrutura da cidade.

A citação ajuda a responder brevemente essa pergunta anterior. A partir de várias obras de engenharia, a exemplo da terraplanagem, as classes de mais alta renda tendem a modificar o espaço, inclusive aspectos naturais, como foi o caso do relevo da área, visando atingir seus “fetiches de consumo”, através da mercadoria moradia.

Embora o condomínio não tenha sido construído na mesma área da antiga favela, (até porque o terreno dificultaria muito o processo de terraplanagem, em função da declividade), a forte proximidade (menos de 1km) leva a supor que a ação realizada há mais de 10 anos, de retirada da Favela da Cachoeira, tinha um caráter de “antecipação espacial” (CORRÊA, 2011), tendo em vista que, para a instalação do empreendimento de luxo não conviria a presença dos pobres nas proximidades, como tem sido recorrente em outras realidades.

¹⁷² Outro local aonde a elite da cidade tem buscado essas amenidades é o Açude Velho, em partes situado no bairro do Catolé. Esse espaço tem sido procurado também pelas camadas de renda mais alta da cidade. A respeito de tal amenidade, Costa Explicita “O entorno do açude velho tem grande importância como uma amenidade destinada a caminhadas (sic), local para pedalar e correr. Trata-se de um importante valor de uso para alguns habitantes da cidade. No entanto, tal aspecto faz com que o local também chame a atenção do mercado de imóveis, principalmente dos empreendimentos destinados à verticalização, que se aproveitam desse importante aspecto em seus anúncios. Esse fator se soma à dinâmica comercial da área central e à proximidade com grandes redes de supermercados [...]” (COSTA, 2013, p. 108).

¹⁷³ Esse questionamento é uma provocação para a realização de outras pesquisas que possam vir a comprovar essa hipótese apresentada de maneira veemente, visto que seu aprofundamento excederia as intenções dessa pesquisa que ora se apresenta.

Além disso, obras realizadas pelo Estado auxiliam na melhoria e valorização desses espaços, como é o caso da Alça Leste¹⁷⁴ que está sendo construída, ligando a BR-230 à Zona Leste da cidade, passando pelas imediações do Alphaville. Essa Alça beneficia não somente esse espaço, mas se constitui importante acesso para esse e outros condomínios construídos, ou em construção nas proximidades, constatando-se, mais uma vez, a relação Estado-mercado atuando fortemente na cidade.

Em contrapartida, os mais pobres, a exemplo das famílias que moravam na antiga Favela da Cachoeira, não contam com benesses estatais e, quando muito, têm o “apoio” do Estado via programas habitacionais, como foi o caso. Não obstante, acredita-se que a remoção das famílias da Favela da Cachoeira teve mais um viés amenizador do que, necessariamente, solucionador do problema, uma vez que novos engodos surgiram nos conjuntos habitacionais para onde foram relocadas as famílias.

Além dos condomínios horizontais fechados, os verticais se constituem como importantes indicadores do processo de valorização do Bairro do Catolé que é o bairro mais verticalizado da cidade de Campina Grande (LIMA, 2018). A fotografia 14 é um exemplo recente desse processo.

Fotografia 14: Condomínio horizontal Heron Marinho.



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2018.

¹⁷⁴ Esta obra está orçada em 16 milhões de reais, com verbas provenientes do governo federal e da prefeitura de Campina Grande. Acerca das obras, pode-se ler o seguinte trecho em uma matéria sobre as ações: “São executados os serviços de pavimentação asfáltica da primeira etapa da obra, mas também acontecerão outros serviços como drenagem, além de implantação de moderna iluminação, calçadas e grama em toda a extensão da Alça Leste” (Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/orçadas-em-r-16-milhoes-obras-da-alca-leste-em-cg-deverao-ser-concluidas-em-2018/> e www.paraiba.com.br/2017/04/06/23995-avancam-obras-de-pavimentacao-da-alca-leste-interligando-varios-bairros-de-campina-grande. Acesso em: 31 maio 2018).

Situado no bairro do Catolé¹⁷⁵, mais especificamente na BR 230 que dá acesso à João Pessoa, esse é um dos maiores condomínios verticais da cidade, com usos múltiplos¹⁷⁶. Caracteriza-se como sendo uma ilustração do processo de valorização do bairro e entorno. Localizados no Catolé e nas proximidades desse prédio, encontram-se vários empreendimentos públicos e privados importantes, tais como o Terminal Rodoviário, o Shopping Partage, o Gardem Hotel, o Extra Supermercados e o viaduto Vereador Mário Araújo que foi construído recentemente (Fotografia 15).

Fotografia 15: Do lado direito, Viaduto Vereador Mário Araújo; do lado esquerdo (segundo plano), o Condomínio Heron Marinho.



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2018.

Anteriormente tratou-se, aqui, das ações do Estado no período de “pré-valorização” do bairro, porém, na contemporaneidade, outros investimentos públicos e privados, como os apresentados na fotografia 15, foram realizados na área. Tais ações se constituem como sendo

¹⁷⁵ Embora o site do empreendimento apresente o mesmo como se localizando no bairro Vila Cabral, nota-se que o mesmo está inteiramente inserido na dinâmica socioespacial do bairro do Catolé.

¹⁷⁶ No site do empreendimento pode-se ler o seguinte: “Empreendimentos muda m conceitos. Um complexo imobiliário com empresarial, hotel, flat, open mall e duas torres residenciais muda tudo. O Heron Marinho Business e Living é o multiuso mais completo de Campina Grande. Nunca uma obra desse porte aconteceu na região. São apartamentos, hotel, flat e salas comerciais integrados por um shopping mall. Tudo o que você precisa em um só lugar: o seu lugar. Oferecendo um amplo leque de opções em metragens e formatos, a Andrade Marinho MLF estará pronta para receber você e atender às suas mais altas exigências de conforto e personalização. Um projeto incomparável” (Disponível em: www.andrademarinholmf.com.br. Acesso em: 01 jun. 2018).

de grande envergadura, tanto no que se refere à magnitude, quanto à sua influência na intensificação nos processos de valorização, verificado no Catolé.

Para Botelho (2007, p. 82): “As áreas da população mais rica e as atividades ligadas ao capital monopolista [...] são privilegiadas no que diz respeito aos investimentos estatais em infra-estrutura equipamentos de uso coletivo”. Assim, o viaduto, que aparece na fotografia 15, localiza-se nas proximidades do Terminal Rodoviário e dá acesso às BR’s 230 e 104, beneficiando os bairros do Catolé, Mirante e Itararé¹⁷⁷. Ademais, o período de construção desse viaduto coincidiu com um período da produção do Condomínio Heron Marinho.

Ressalta-se ainda que, mesmo após a intensificação dos investimentos imobiliários, podem ser verificados no Bairro do Catolé inúmeros vazios urbanos¹⁷⁸, ficando nítida a especulação imobiliária nesse espaço. Tal realidade é uma contradição, tendo em vista a necessidade de moradia por grande parte da população, inclusive aquela parcela que constitui as áreas de risco da cidade de Campina Grande.

Enfim, pode-se afirmar que cada um dos três bairros analisados nesse capítulo, além do seu entorno, é resultado de dinâmicas maiores ocorridas, tanto no nível da cidade, quanto do país. Tais espaços possuem histórias, sítios físicos e dinâmicas socioespaciais/socioambientais particulares. O que os três bairros têm em comum é que as ações do Estado e do setor imobiliário (que intervêm de maneira peculiar, a depender do contexto) deram origem a espaços valorizados, do ponto de vista imobiliário, intensificando diversos tipos de desigualdades entre esses e outros contextos da cidade, como será melhor exposto nos capítulos que seguem.

¹⁷⁷ Esse bairro passa por um processo recente de valorização e tal dinâmica tem se intensificado, a partir do novo eixo de valorização originado/intensificado via execução do “Complexo Aluizio Campos”.

¹⁷⁸ Em Campina Grande, o Catolé aparece como um dos bairros com grandes áreas sem construção (COSTA, 2013).

5 OS DESASTRES NÃO SÃO NATURAIS¹⁷⁹: SOCIEDADE-NATUREZA, RISCOS, VULNERABILIDADES E O PAPEL DO ESTADO ACERCA DOS DESASTRES

O presente capítulo tem por objetivo refletir sobre terminologias/noções afeitas aos debates sobre áreas de risco, a exemplo da própria palavra “risco” e os termos desastres, vulnerabilidades, resiliência, entre outros, considerando os processos mais amplos a partir da abordagem sobre a relação sociedade-natureza. Além disso, busca pensar acerca dos riscos e desastres mais comuns no Brasil e, mais especificamente, em Campina Grande e na atuação da Defesa Civil nessas escalas.

Na primeira parte do capítulo destacaram-se, predominantemente, o ponto de vista e as reflexões provenientes dos meios de divulgação científicas, como livros, revistas, artigos. Intencionou-se, assim, demonstrar e analisar como a ciência tem se posicionado a respeito desse tema (riscos e afins) e como ela pode contribuir para a otimização do debate ou ainda como pode vir a deturpar a realidade a partir de certas discussões.

As análises sobre a produção do espaço e as desigualdades, realizadas anteriormente, colaboraram para se pensar acerca de terminologias que conceituam aqueles espaços onde os problemas sociais emergem de maneira mais intensa quando relacionados aos fenômenos naturais. Tais espaços têm sido mais comumente denominados de “áreas de risco”. Em função do escopo do estudo, não foi possível a proposição de terminologias mais pertinentes à temática. Mas elencou-se aquelas abordagens mais próximas às concepções aqui adotadas.

Em um segundo momento, discute-se a respeito dos principais desastres/riscos que acometem o Brasil e a cidade de Campina Grande, levando em consideração as dinâmicas específicas de tais processos. A última parte do capítulo traz uma abordagem sobre as características, as ações e as dinâmicas da Defesa Civil. Reflete-se ainda, especificamente, acerca da Defesa Civil do município de Campina Grande, buscando uma aproximação mais contundente com o objeto empírico, visto que a primeira parte do capítulo se caracteriza como sendo mais teórico, em função dos objetivos pretendidos.

A apresentação do capítulo se dá da seguinte maneira: 5.1 Abordagens acerca dos riscos, vulnerabilidades e temáticas afins: contribuições ou entraves para se pensar as problemáticas socioambientais?; 5.2 Os desastres no Brasil em suas diferentes escalas, com destaque para a cidade de Campina Grande; 5.3 Defesa Civil e as escalas de governo: características, dinâmicas e atuações.

¹⁷⁹ Título inspirado no livro intitulado “Los desastres no son naturales” (1994).

5.1 ABORDAGENS ACERCA DOS RISCOS, VULNERABILIDADES E TEMÁTICAS AFINS: CONTRIBUIÇÕES OU ENTRAVES PARA SE PENSAR AS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS?

Certas discussões sobre a produção do espaço, no âmbito da Geografia, têm tentado retomar o debate sobre a intrínseca relação sociedade-natureza, que foi e ainda é muito cara a essa ciência (SUERTEGARAY, 2017), mas também a outras áreas do conhecimento¹⁸⁰. De acordo com Mendonça, “a geografia é uma ciência voltada ao estudo da produção do espaço a partir da interação Sociedade-Natureza” (MENDONÇA, 2009, p. 124).

Entretanto, os aspectos e variáveis naturais têm, por parte de alguns estudos, sido supervalorizados, negligenciados ou ainda dissociados dos elementos sociais, como será discutido adiante. Isso é bastante preocupante, tendo em vista a imbricação real entre essas dimensões da realidade. Para Mendonça (2009, p. 124, grifos nossos): “A geografia, no seu particular, apresenta possibilidades interessantes para o tratamento desta problemática [socioambiental], mesmo se a perspectiva das ciências naturais – geografia física — e das ciências sociais — geografia humana — encontre aí vários problemas”.

No tocante à complexidade da abordagem ambiental aliada à social, a Geografia possui um arcabouço teórico-metodológico possível de dar conta das especificidades inerentes à cidade. Segundo Moraes (2005, p. 83), “[...] não seria possível formular uma única proposta de análise ambiental para todas as ciências que estudam a sociedade, pois coexistem nesse conjunto situações diferenciadas”. Existem alguns pressupostos teóricos sobre essa relação, entre eles é possível destacar: a visão holística, a visão a partir da teoria da complexidade, a visão dicotômica, a visão “relacional”, entre outras¹⁸¹.

Nessa perspectiva, Schmidt (apud Smith, 1988) entende que há, de forma geral, duas maneiras de tratar a natureza: 1. como exterior; 2. como universal (SMITH, 1988; MORAES, 2005). Na primeira, a natureza é vista de forma isolada, como sendo separada da sociedade. Já na segunda abordagem, a natureza é apreendida como algo universal, ou seja, relacionada à sociedade. Pode-se afirmar que se trata de uma visão dicotômica e de outra relacional (essa

¹⁸⁰ Cita-se, por exemplo, o caso de Josué de Castro que já cunhava a expressão socioambiental quando da escrita do livro “Homens e Caranguejos” (1966), sendo o primeiro brasileiro a usar o termo (PORTO-GONÇALVES, 2012). Além de alguns pesquisadores de programas de pós-graduação, como os PRODEMA’s (Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) que têm uma abordagem interdisciplinar com relação aos temas que envolvem o meio ambiente, entre outros.

¹⁸¹ As abordagens nem sempre se apresentam com essas denominações, porém, leva-se em conta, aqui, a natureza das contribuições, para além de nomenclaturas.

última denominação parte da contribuição e atualização feita por Harvey (2016 [1973]) sobre as concepções de espaço absoluto, relativo e relacional.

Verifica-se que certas ciências, bem como alguns posicionamentos da própria Geografia, abordam a natureza mais do ponto de vista da exterioridade, outras, por sua vez, tentam tratá-la a partir da concepção universal, na qual a natureza e a sociedade são complementares. Entretanto, pode-se afirmar que “As geografias atuais são múltiplas, adotam múltiplos métodos, constroem múltiplas visões/leituras, valorizam as singularidades, as identidades” (SUERTEGARAY, 2005. p. 38).

Diante do exposto, e a partir da contribuição de Schmidt apud Smith (1988), serão discutidas adiante as abordagens que se referem à primeira apreensão (natureza exterior ou visão dicotômica), quais sejam: perspectivas natural e antrópica (TOMINAGA, 2012), assim como as apreensões que se relacionam ao outro enfoque da natureza (natureza universal ou visão relacional), a saber: perspectiva mista (TOMINAGA, 2012), da qual a presente pesquisa tentou aproximar-se. Ressalta-se que nenhuma abordagem é homogênea, mas são predominantes em certos contextos.

Se “privilegiou”, aqui, o debate sobre riscos, uma vez que os espaços estudados, as “áreas de risco”¹⁸², têm na sua denominação o termo “risco”. A intenção, portanto, é dar um enfoque maior dessa nomenclatura, já que o seu uso tem se tornado cada vez mais corriqueiro.

Sabe-se que há uma ausência de consenso na literatura, com algumas exceções, no que diz respeito ao significado das terminologias analisadas adiante, bem como no que se refere aos tipos de abordagens realizadas. O uso dos termos também tem uma variação significativa, de acordo com cada autor ou abordagem, ou seja, alguns preferem tratar sobre riscos e vulnerabilidades, outros abordam as noções de perigos e vulnerabilidades (ALMEIDA, 2011; MARTINS e FERREIRA, 2012), outros tratam predominantemente acerca dos acidentes e assim por diante.

5.1.1 Reflexões a partir da concepção de riscos

¹⁸² Com relação à utilização da terminologia área, recorre-se à contribuição de Morales (2008) como alternativa. O autor faz uso de expressões como “espaço de risco” e “territórios de risco”, porém não realiza uma abordagem aprofundada. Entretanto, está-se de acordo com o uso de tais expressões, ao invés do uso recorrente de “área”, visto que essa palavra não designa nem representa bem as dinâmicas e particularidades dos espaços e dos territórios que são, em essência, plenos de relações e dinâmicas socioambientais. Ao contrário, área faz lembrar apenas uma delimitação geométrica. Apesar disso, nesse estudo optou-se por utilizar esse termo, considerando o seu uso corriqueiro e a ausência de um estudo mais aprofundado sobre as alternativas apresentadas por Morales (2008).

A princípio, é importante destacar a polissemia da noção de riscos bem como a imensa gama de abordagens sobre essa temática (CANTOS, 2008; SANTOS, 2015). Dessa maneira, não se pretende formular uma noção consensual e completa, mas apresentar a variedade de possibilidades de discussões e as opções teóricas que mais se aproximam da perspectiva abordada aqui.

Sánchez (2012, p. 03) assegura que “[...] no existe un concepto de riesgo que satisfaga las exigencias de todas las ciencias. Cada una de las disciplinas que se adentran en el tema utiliza el contexto teórico propio, pues les basta como guía”. Para Veyret (2007, p. 16), “Muitas abordagens dos riscos são possíveis e permitem concebê-los como um sistema que articula práticas de gestão, atores e espaços segundo lógicas diversas”. A presente pesquisa buscou tratar sobre agentes, espaços e ações nos “contextos de risco”.

Existem muitos tipos de riscos (industriais, tecnológicos, sociais, econômicos) (VEYRET, 2007), que envolvem variadas escalas espaciais e temporais¹⁸³. Os riscos de morte dos aventureiros, o risco da pobreza, os riscos de doenças, entre outros (BECK, 1998) são alguns dos exemplos. Além disso, o termo também é muito utilizado no mundo dos negócios, a exemplo das expressões “investimentos de risco” e “risco empresarial” (ALMEIDA, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2014).

O uso dessa nomenclatura não é atual (BECK, 1998), porém, a sua utilização relacionada às problemáticas que envolvem conjuntamente sociedade e natureza (ou a intensificação de problemáticas sociais pré-existentes, a partir dos fenômenos da natureza) é uma abordagem mais recente, visto que o interesse pelas temáticas relacionadas às questões ecológicas se expande em meados de século XX (VEYRET, 2007). Cantos (2008) expõe as fases de abordagens dos riscos e terminologias correlatas:

1. Se ha pasado de la catástrofe al riesgo (años 80)
2. Se ha pasado, del peligro a la vulnerabilidad (años 90)
3. Han aparecido nuevos conceptos de análisis: resistencia y resiliencia (a partir de 1998)
4. Han surgido nuevos conceptos de la “geografía de los riesgos”: territorios de riesgo, región-riesgo, paisajes de riesgo
5. Por último, el riesgo natural – esencialmente los vinculados al clima-, integrado plenamente en el cambio climático (IPCC, 2007) (CANTOS, 2008, s.p).

Observa-se que houve muitas mudanças e reformulações nas ideias apresentadas, o que não implica dizer que haja, hoje, um consenso a respeito das terminologias que permanecem. Na concepção de Beck (1998):

¹⁸³ Para Veyret (2007, p. 20): “A manutenção de escalas temporais e espaciais coloca nesse momento o geógrafo no coração dessa problemática”.

La pretensión de racionalidad de las ciencias de averiguar *objetivamente* el contenido del riesgo se debilita a sí misma permanentemente: por una parte, reposa en un *castillo de naipes de suposiciones especulativas* y se mueve exclusivamente en el marco de unas *afirmaciones de probabilidad* cuyas prognosis de seguridad *stricto sensu* ni siquiera pueden ser refutadas por accidentes reales (BECK, 1998, p. 35, grifos do autor).

Busca-se compreender algumas dessas “especulações”, uma vez que muitas se tratam de aproximações iniciais ou incipientes para abordar de um tema tão polêmico e polissêmico. Há, conforme visto, uma variedade de perspectivas e abordagens sobre os riscos e terminologias/temáticas afins¹⁸⁴, algumas das quais serão discutidas aqui, quais sejam: as perspectivas dicotômicas (naturalista e antrópica) e a abordagem relacional (mista/socioambiental), conforme exposto anteriormente. Para Romero et al (2010, s.p):

Los actuales enfoques para tratar las cuestiones ambientales y de riesgos aparecen sesgadas a favor de las disciplinas naturales pero incapacitados de abarcar los problemas sociales y políticos, por lo que terminan en informes académicos o técnicos que no son tenidos en cuenta en la toma de decisiones, en la medida que se oponen o restringen los beneficios que esperan obtener autoridades públicas y empresarios privados.

As disciplinas voltadas à questão da natureza têm priorizado o enfoque naturalista na realização dos estudos e debates sobre os temas tratados aqui. Essas análises têm se dado de forma a excluir as discussões mais voltadas às questões sociais e políticas presentes nos contextos de risco, configurando uma lacuna grave nessas análises. Segundo Roseló e Rodrigues (2010, s.p)

Una revisión en el tiempo permite observar cómo la componente natural de parte de la peligrosidad ha orientado los trabajos hacia el uso de unidades físicas como soporte del riesgo. Estas unidades constituían la forma de expresión preferente de los especialistas en el análisis del evento extremo, por lo que, durante el periodo en que el análisis de la peligrosidad centró los estudios de riesgo, fueron utilizadas como equivalentes a unidades de riesgo. Este tipo de zonificación plantea ciertas limitaciones cuando se considera la participación de la acción humana en la producción del riesgo, sea como agente inductor del evento natural, como productor directo del peligro (riesgos tecnológicos) o como generador de la exposición. Una línea alternativa, forjada en el ámbito de la sociología preferentemente, se centra en la dimensión humana del riesgo y la catástrofe y propone, a partir de una conceptualización del riesgo como procesos socio-natural, la identificación del espacio de riesgo con el espacio de los elementos expuestos y su vulnerabilidad (Maskrey, 1993) el espacio de la vulnerabilidad social.

Observa-se que as variáveis naturais foram historicamente priorizadas nas análises sobre riscos e temas correlatos, e no processo de delimitação/reconhecimento dos espaços

¹⁸⁴ O aprofundamento sobre as temáticas afins, como vulnerabilidades e desastres, se dará mais adiante.

estudados. Essa abordagem sozinha se torna limitada, pois não leva em conta a ação da sociedade (como um todo) nesses processos. Segundo Thomas (1994):

El estudio de patrones sísmicos y climatológicos, de la dinámica terrestre, y de estructuras ingenieriles entre otros variados aspectos, pone un énfasis notorio en los problemas de predicción y en la adecuación de estructuras a los parámetros físicos de los eventos naturales que amenazan la sociedad. Pero la sociedad no aparece en la fórmula, ni como objeto de estudio, ni como objeto de acción y cambio en cuanto sus patrones de comportamiento y de incidencia en la concreción de situaciones de desastre (THOMAS, 1994, p. 111-112).

É inconcebível que, sendo a sociedade geradora de vulnerabilidades e uma das causas mais fortes dos desastres, além de ser a mais afetada com toda essa dinâmica (sobretudo a parcela constituída pelos mais pobres), a discussão sobre o aspecto social ainda seja tão ausente em grande parte dos estudos sobre riscos, vulnerabilidades, desastres, etc.

Segundo Veyret (2007, p. 18) o tipo de análise com enfoque mais natural possui “pouquíssimos dados relativos aos aspectos socioeconômicos” e “formam um campo de conhecimento ainda ‘fracamente constituído’”. Observa-se, pois, que há um predomínio de estudos que apresentam a natureza como causa dos problemas, o que é um equívoco na medida em que o fator natural pode estar envolvido nas dinâmicas discutidas, mas não as origina. Na concepção de Thomas (1993, p. 111):

[...] los desastres son más bien fenómenos de carácter y definición eminentemente social, no solamente en términos del impacto que los caracteriza, sino también en términos de sus orígenes, así como de las reacciones y respuestas que suscitan en la sociedad política y civil.

Não se nega a presença dos fenômenos naturais nesses processos, mas reafirma-se o grande peso do social, não só no pós-desastre, mas também antes, nos períodos em que tais problemas têm origem, quando as desigualdades sociais se conformam e/ou se consolidam. Seguindo essa linha de raciocínio, a respeito dos desastres, Thomas (1993, p. 111) continua:

Sus orígenes trascienden el período inmediato de su concreción, remontándose al proceso histórico de desarrollo o subdesarrollo de zonas, regiones o países; y, su proyección temporal también rebasa los momentos del impacto inmediato y de restauración de las condiciones básicas de existencia humana.

É necessário pensar acerca dessas problemáticas e das suas origens a partir do aspecto social em suas relações com a natureza, tendo em vista a importância da sociedade na conformação desses processos. Foi nesse sentido que, no estudo apresentado, abordou-se o papel de agentes produtores do espaço e sua relevância para buscar compreender as origens e manutenção dos problemas relativos aos riscos, desastres e afins em Campina Grande.

De acordo com Beck (1998, p. 30), as discussões sobre “[...] la destrucción de la naturaleza y del medio ambiente en general, sigue teniendo lugar exclusiva o predominantemente mediante categorías o fórmulas propias de las ciencias naturales”. Tal crítica é pertinente uma vez que contribui para a reflexão sobre a necessidade de uma “desnaturalização” das análises. Porém, ressalta-se que a ideia não é omitir os fatores naturais, mas buscar ampliar a ênfase nas suas relações com a sociedade. Nesse sentido, adjetivar desastres e riscos como sendo puramente “naturais” endossa a naturalização de processos sociais, econômicos e políticos mais complexos.

Outra perspectiva dicotômica, a antrópica, tem abordado a temática dos riscos voltando-se à análise do homem individualmente (e, raramente, da sociedade, sem levar em conta os aspectos naturais) como causador central das problemáticas nos contextos de risco, limitando também, assim como a abordagem “naturalizante”, o entendimento acerca das origens e manutenção desses engodos. Segue ilustração nesse sentido:

El riesgo ha pasado de ser la mera posibilidad de ocurrencia de un episodio extraordinario al análisis de la plasmación territorial de actuaciones llevadas a cabo por el ser humano en un espacio geográfico y que no han tenido en cuenta la dinámica propia de la naturaleza en dicho lugar (CANTOS, 2008, s.p).

A crítica que se faz a isso é que, ao analisar o contexto das abordagens sobre os riscos, o autor fala de atuações realizadas pelo ser humano nos espaços, desconsiderando que as ações são da sociedade como um todo e não de indivíduos isolados. Além disso, acredita-se que, de maneira geral, a ocupação de tais espaços não ocorre porque as pessoas (isoladamente) não pensaram na natureza, mas porque não havia outras opções, tendo em vista o crescente encarecimento do solo e da moradia no espaço urbano. Ao contrário do que acontece com os grandes agentes produtores do espaço, como os agentes imobiliários e o Estado. Esses agem à revelia da natureza.

Segundo Morales (2011, s.p), “Parece claro que, el análisis de factores humanos de exposición que hacen aumentar las vulnerabilidades (o incluso llegan a crearla artificialmente) son el componente menos estudiado y menos conocido”. Embora haja uma preocupação pertinente por parte do autor, a expressão “fatores humanos” minimiza o cunho social das vulnerabilidades, omitindo a sociedade como um todo, que inclui o Estado e os agentes do mercado imobiliário, por exemplo. Para Souza (2015):

Para elucidar o que se passa nos marcos das situações que envolvem algum tipo de injustiça social, é necessário ir muito além da alusão vaga a um “fator antrópico”. Somente descrevendo adequadamente e compreendendo as diversas fraturas e contradições sociais e os conflitos que daí derivam (entre classes, entre frações de

classe e entre grupos definidos em função de outras clivagens, tal como etnia) é que poderemos perceber e expor o quadro na sua real complexidade: o problema das assimetrias (distribuição assimétrica de ganhos, riscos e prejuízos, assim como da própria capacidade de se proteger de malefícios), da heterogeneidade de agentes e das responsabilidades e influências variáveis (mediatas e imediatas, indiretas e diretas) (Souza, 2015, p. 26, grifo nosso).

Recorre-se a essa contribuição de Souza porque nos contextos analisados, os “espaços em risco”, muito frequentemente, se tratam de realidades com forte injustiça social. Os aspectos sociais trazidos pelo autor são os menos discutidos em vários âmbitos em que se trata ou deveria se tratar sobre riscos (escolas, prefeituras, Defesa Civil, universidades, mídia). Assim, considera-se bastante superficial manter as análises somente no “nível antrópico”, é urgente a necessidade de se pensar as dinâmicas mais gerais. No contexto da discussão, Almeida (2011, p. 85) afirma que os riscos estão “atrelados não só a processos naturais, mas também a processos oriundos das atividades humanas”. O autor põe os riscos como sendo “atrelados” aos processos naturais e não como causa dos riscos, o que é muito pertinente. Porém, mais uma vez, é possível notar dinâmicas sociais sendo tratadas como humanas (de forma isolada), omitindo a responsabilidade de vários agentes inseridos na sociedade.

Cantos (2008, s.p) fala que o risco “es una infracción que el hombre comete sobre el territorio por la implantación inadecuada de actividades o asentamientos”. Essa é uma abordagem com a qual não se concorda, uma vez que, colocando ênfase no homem de forma personificada, faz parecer que as demais instâncias e agentes da sociedade estão isentos dessa responsabilidade. Por isso, surgem as questões: Quais as “infrações” cometida pelo Estado? E pelo mercado/setor imobiliário?

Para além dessas abordagens elencadas sobre os riscos e temas correlatos, a perspectiva relacional (mista/socioambiental)¹⁸⁵ é a que é adotada nesse estudo. Essa visão apreende as dinâmicas naturais e sociais de forma imbricada (tendo cada uma delas a sua relevância) e a sociedade enquanto totalidade. A seguir serão tratadas algumas questões a esse respeito, além de outros assuntos relativos aos riscos e temas adjacentes.

Sobre a temática dos desastres, na concepção de Filgueira (2013): “[...] o desastre é um problema da relação entre o natural e a organização e estrutura da sociedade” (FILGUEIRA, 2013, p. 54). Sobre essa dinâmica, Mendonça (2010) afirma:

A abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e

¹⁸⁵ Aqui se faz uma ressalva com relação ao termo, pois alguns estudiosos tratam a perspectiva mista a partir da junção entre a abordagem natural e antrópica (CASTRO, 1999). Nesse estudo, ao invés da visão antrópica, opta-se por tratar da perspectiva social e sua relação com a natureza e seus fenômenos, ou como coloca Mendonça (2010), opta-se por tratar os “fenômenos imbricados de contingências naturais e sociais”.

reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p. 154)

Além de enfatizar a importância desse paradigma que valoriza a relação sociedade-natureza nas análises referentes aos riscos, Mendonça (2010, p. 156) expõe que: “não se trata de abordá-los de um ponto de vista apenas natural ou social, ainda que se possa fazê-lo, mas de buscar evidenciar sua expressão geográfica tendo por base a imbricação direta dos diferentes elementos componentes do espaço geográfico”.

Ainda sobre a noção de risco, o autor assinala que a mesma forja “[...] a mudança da concepção predominante de estabilidade do espaço ou da natureza, uma vez que fundamenta-se na idéia de incerteza quanto às paisagens futuras, especialmente ao admitir os processos de mudanças globais e globalização em curso” (MENDONÇA, 2010, p. 156). Trata-se, pois, das incertezas do porvir, diante das dinâmicas em diversas escalas.

Essa abordagem coincide com a definição de riscos cunhada pela UNDRO (United Nations Disaster Relief Organization), segundo a qual o risco “corresponde ao ‘grau de perda previsto devido a um fenômeno natural determinado e em função tanto de perigo natural quando da vulnerabilidade’”. A definição apresenta os fenômenos naturais como tais e não os confunde com o risco, como tem sido comum em alguns estudos. Porém, trata como se o desastre ocorresse em função desses fenômenos, o que não corresponde à realidade como um todo. Além disso, a definição traz o risco enquanto sendo o grau de perda prevista, ou seja, trata-se de uma previsão de danos e perdas, e não desses elementos em si, que se darão no pós-desastre.

Almeida (2011) acredita ser o risco inerente à vida, e enfatiza: “Com a presença humana, o risco não deixa de existir (não existe “risco zero”), apenas varia no tempo e no espaço” (ALMEIDA, 2011, p. 84). É com a presença da sociedade como um todo, e não somente de homens isolados ou em conjunto, que esses riscos se originam e se intensificam, uma vez que apenas a presença dos fenômenos naturais não configura risco, se não houver a sociedade perturbando o equilíbrio ecológico e agravando os problemas. A respeito do risco especificamente, Vieillard-Baron (2007) afirma:

O risco se inscreve na ordem das probabilidades; ele não se concretiza obrigatoriamente em uma catástrofe ecológica nem em um drama humano; ele pertence, portanto, ao domínio das representações. Em contrapartida, o acontecimento catastrófico é dire-tamente (sic) materializável e dá conta de uma realidade... (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 280).

Nesse caso, sendo o risco uma probabilidade, o desastre ou a catástrofe seriam o resultado concreto da junção entre o acontecimento de um fenômeno natural de elevada

magnitude, também chamado por alguns autores de “perigos” (MARTINS e FERREIRA, 2012, p. 240) e um espaço vulnerável (espaço onde as carências sociais, econômicas, construtivas, podem intensificar os danos frente ao ocorrido).

Vieillard-Baron (2007) enfatiza que “A dimensão espacial permite igualmente que o risco seja distinguido da catástrofe. Se o setor geográfico sujeito ao risco é amplo, o espaço realmente tocado pela catástrofe é bastante reduzido” (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 280). Beck (1998) fala dos riscos como algo relacionado ao futuro:

Sin embargo, los riesgos no se agotan en consecuencias y daños que ya han tenido lugar, sino que contienen esencialmente un componente *futuro*. [...] Así pues, los riesgos tienen que ver esencialmente con la previsión, con destrucciones que aún no han tenido lugar, pero que son inminentes, y que precisamente en este significado ya son reales hoy (BECK, 1998, p. 39).

Por esse e outros motivos, pode-se afirmar que os riscos são previsibilidades sobre determinados acontecimentos que podem vir a se realizar em um futuro, a depender das condições e do contexto verificado. Em outros termos, o risco configura a “percepção de uma potencialidade de crise, de acidente ou de catástrofe, o que não é, portanto, o acontecimento catastrófico propriamente dito” (VEYRET, 2007, p. 12).

Vieillard-Baron (2007) argumenta que o risco se trata da probabilidade de ocorrência de uma catástrofe e coloca a sociedade como totalidade, e como sendo a principal afetada em caso de desastres/catástrofes. Afirma-se que, além de afetada, a sociedade também é causadora de grande parte desses desastres. O autor expõe que:

O risco pode resultar de uma situação aleatória que permite ‘probabilizar’ a ocorrência do acontecimento. Mas ele pode também depender de uma pluralidade de fatores cuja associação é completamente imprevisível e não deixa lugar a nenhum cálculo probabilístico (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 277).

Nesse contexto, o risco pode ser originado de fatores múltiplos ou fatores isolados ou aleatórios e isso influenciará na capacidade de prever sua ocorrência. Para García-Tornel e Pérez (2009, s.p), “los riesgos emergen cada vez con más fuerza como problemas públicos que deben gestionarse, lo cual resulta con frecuencia bastante complejo”.

Sabe-se que é cada vez mais crescente a apropriação e depreciação da natureza, o que colabora para uma emergência maior dos riscos. Assim, conforme García-Tornel e Pérez (2009), se trata de um problema público, e não só de cidades, bairros ou pessoas isoladas, mas envolve toda a sociedade, que deve ser totalmente inserida no processo de conhecimento e análise dos riscos, enfocando e combatendo suas mais enraizadas causas.

Nesse cenário, Romero et al (2010, s.p) afirmam que “Más allá de intentar explicar el aumento de los desastres naturales como consecuencia de los cambios climáticos o de los fenómenos de El Niño, es evidente que se trata de asuntos de injusticia ambiental y territorial [...]”. Essa colocação é pertinente, pois tira o foco da discussão que se coloca nos fenômenos naturais e antrópicos¹⁸⁶ isoladamente e traz o debate para o nível das injustiças. Assim, há que se pensar sobre quem mais sofre com essa realidade e porque essas questões se perpetuam em alguns contextos, conforme será discutido a seguir.

5.1.2 Vulnerabilidades, desastres e resiliência: um debate complementar

Além das discussões sobre riscos, há outros debates acerca das áreas de riscos e suas dinâmicas inerentes. Alguns se apresentam como bastante pertinentes, a exemplo da abordagem sobre vulnerabilidades. Por outro lado, há discussões que, ao que parece, pouco auxiliam na problematização do assunto, como é o caso do debate sobre resiliência, que, algumas vezes, mais serve como justificativa de estigmatização dos moradores ou como minimização das responsabilidades de agentes como o Estado e o setor imobiliário.

Trata-se, portanto, da ausência de debates mais aprofundados, na maioria dos casos, que deem conta das dinâmicas que envolvem os espaços denominados de áreas de riscos. Lamentavelmente, ao mesmo tempo, observa-se a ausência de substitutos¹⁸⁷ para essas expressões e termos¹⁸⁸, uma vez que o seu uso tem se dado de maneira mais recorrente recentemente, ou seja, a problematização acerca da maior parte deles ainda não foi possível, tampouco o foi nesse estudo, em função das dimensões de outros debates.

Cumprir pensar que várias outras denominações, expressões ou abordagens estão inseridas nessas reflexões, a exemplo das ameaças, dos perigos, das fragilidades, entre outros. Mas em função do escopo da pesquisa, tratar-se-á apenas sobre as vulnerabilidades, os desastres

¹⁸⁶ Urge fugir de tais simplificações. Mas ainda há muito o que se fazer nesse sentido, tendo em vista que, por exemplo. Para Marcelo L. de Souza, “O mais comum, nos estudos geomorfológicos, climatológicos, pedológicos etc., quando se faz referência à presença e às interferências da sociedade, é referir-se a isso como ‘fator antrópico’. Com isso, toda uma complexidade se esvai e se oculta, em favor de um termo-valise que tudo contém e nada ou quase nada explica” (SOUZA, 2015, p. 26).

¹⁸⁷ Nesse caso, pode-se fazer uma analogia ao que Beck chama de “categorias zumbis” em alusão às categorias do século XIX que hoje não dão conta da realidade, mas que também não encontraram substitutos a contento para denominar tais realidades. Segundo Bauman, essas categorias dizem respeito aquelas que “na ausência de substitutos adequados, ainda não temos condições de abandoná-las” (BAUMAN, 2001, p. 12)

¹⁸⁸ Um exemplo nesse sentido é apresentado por Veyret e Richemont: “O próprio termo ‘risco natural’ tem sido discutido ou questionado. Essa formulação pode parecer ambígua, uma vez que o risco é construído pela sociedade. Ao utilizar o termo ‘natural’, enfatiza-se o processo (‘deslizamentos, reologia, química dos gases’), que está na origem da ‘construção do risco’ por um grupo social. Esse termo é tão largamente utilizado pelos atores, ministérios, coletividades territoriais, que somos levados a conservá-lo a fim de não complicar inutilmente uma terminologia frequentemente ainda mal fixada (VEYRET; RICHEMONT, 2007, p. 64).

e a resiliência, tendo em vista sua profícua relação com o que vem se discutido, sem, entretanto, deixar de considerar a pertinência dos demais debates e a necessidade de uma abordagem crítica sobre eles. Fica um convite a essas reflexões.

A discussão sobre vulnerabilidades está intimamente relacionada à perspectiva mista (ou socioambiental) de abordagem dos riscos, visto que os problemas sociais são contemplados em suas intrínsecas relações com os fenômenos naturais, em caso de desastres. De acordo com Mendonça (2009, p. 130): “Riscos e vulnerabilidades socioambientais formam um par indissociável no tratamento dos problemas urbanos”.

Para Filgueira, a vulnerabilidade, pode estar relacionada a “processos sociais, econômicos, territoriais e políticos” (FILGUEIRA, 2013, p. 54). Os processos que se originam na sociedade estão fortemente imbricados nas causas das vulnerabilidades. Mendonça afirma que “A formação e agravamento de riscos de toda ordem, associados às vulnerabilidades da população, por exemplo, são aspectos que demandam um maior envolvimento da ciência, da técnica e da política no seu tratamento” (MENDONÇA, 2010, p. 154).

Quando o autor fala da formação e agravamento dos riscos, percebe-se que ele aborda esses aspectos enquanto algo construído que não existe a priori como elemento ou fenômeno da natureza. A respeito da segunda parte da citação, defende-se que a ciência, a técnica e a política devem tentar ultrapassar os discursos rasos que têm se ampliado sobre esse tema e tem naturalizado os problemas, visando omitir ou retirar a culpa dos principais responsáveis pela geração e manutenção das desigualdades socioambientais.

Para Mendonça (2004) os riscos e vulnerabilidades têm caráter socioambiental e estão relacionados ao clima. Observe-se: não afirma que o clima é culpado nem naturaliza tal questão. Reforça-se que a natureza não está desvinculada da sociedade, então o termo “relacionada” cabe muito bem no contexto. Diante disso, Mendonça (2004, p. 142) expõe:

[...] há, todavia, que se assinalar, a vulnerabilidade urbana envolve, assim como os riscos urbanos, uma gama de implicações sociais, econômicas, tecnológicas, culturais, ambientais e políticas que estão diretamente vinculadas à condição de pobreza de representativa parcela da sociedade moderna.

A citação é bastante interessante no sentido de reforçar o que se discute nesse estudo, ou seja, mostra como vários fatores estão relacionados às vulnerabilidades e não somente dá ênfase aos elementos ou dinâmicas naturais ou antrópicas. Mostra ainda como esses fatores estão, frequentemente, presentes nos contextos de pobreza.

Nesse sentido, a respeito do termo vulnerabilidade, Castro (1999) afirma que seria a “Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do

evento ou acidente, define os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos previstos” (CASTRO, 1999, p. 9). Assim, “a vulnerabilidade seria o grau de ‘fragilidade’ de um espaço ou sua fragilidade diante do sinistro” (VEYRET, 2007). Quanto mais vulnerável, mais o espaço estará em risco. E essa vulnerabilidade, na concepção aqui adotada é, sobretudo relacionada aos aspectos socioeconômicos.

Para Veyret (2007, p. 39), “A vulnerabilidade se mede pela estimativa dos danos potenciais que podem afetar um alvo, tal como o patrimônio construído ou a população”. Quanto menos abastado for um grupo social, mais vulnerável aos riscos ele será. O que não quer dizer que pessoas ou grupos mais abastados não possam estar expostos a riscos, quer dizer que o grau de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo, será muito menor para esses grupos. Corroborando a discussão, Mendonça assevera:

A heterogeneidade espacial e temporal das condições climáticas introduz, de maneira clara, a compreensão de que os riscos e as vulnerabilidades socioambientais das sociedades (sic) em face das mudanças climáticas não são homogêneos, ou seja, de que as sociedades e os lugares serão diferentemente impactadas pelos eventos climáticos de caráter extremo ou catastrófico (MENDONÇA, 2010, p. 160).

Essa citação é muito oportuna por se tratar da heterogeneidade espacial e social, atentando para o fato de que, uma vez que essa heterogeneidade é uma realidade, os problemas socioambientais são diferentemente distribuídos no espaço, conforme vem se discutindo, a exemplo do que Beck enfatiza quando afirma que “La falta de recursos económicos influye de manera directa en la capacidad de conservar tanto la vivienda como ese estilo de vida que reduce la vulnerabilidad [...]” (BECK, 2017, p. 05).

Sobre o debate, Marandola Jr. e Hogan (2006) escrevem “[...] a própria condição social, mesmo em termos de classes, age de diferentes maneiras na forma como pessoas e grupos específicos irão enfrentar o risco” (MARANDOLA JR e HOGAN, 2006, p. 34). Nesse cenário, os grupos sociais de maior renda terão mais capacidade financeira e técnica de lidar com possíveis riscos do que aqueles grupos que não têm essa capacidade.

Essa dinâmica se aplica também à questão da estrutura das moradias (localização e formas de construção, por exemplo, [THOMAS, 1993; MARTINS e FERREIRA, 2012]). Veyret (2007) cita um caso emblemático relacionado às inundações: “[...] em caso de inundação, uma casa construída com um entressolo não apresenta o mesmo grau de vulnerabilidade que uma construção sem essa arquitetura [...]”.

Uma vez tratado o tema das vulnerabilidades na sua íntima relação com os riscos, pode-se pensar acerca dos desastres que envolvem esses dois elementos discutidos anteriormente. Nesse contexto, na concepção de Castro (1999, p. 07), desastre é “O resultado

de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.

O desastre é o resultado de todo um processo que envolve desde antes do momento do acontecimento até as suas consequências mais sérias. Embora tenha uma visão dicotômica das causas, o autor citado aponta que são elas, aliadas a um espaço vulnerável, são os elementos que originam o desastre. Além disso, os danos e as perdas são fatores a serem levados em consideração nessa definição. De acordo com Castro (1999), “Na imensa maioria das vezes, o fator preponderante para intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor” (CASTRO, 1999, p. 07).

Os desastres são a concretização da probabilidade medida pelos riscos, em outros termos, é a consolidação das previsões inseridas nos riscos. A junção entre as vulnerabilidades e a ocorrência de um fenômeno natural intenso pode originar os desastres. Contudo, reforça-se que o fenômeno natural em si não necessariamente provoca desastres (ROMERO e MASCREY, 1994), mas sim sua correlação com “[...] determinadas condiciones socioeconómicas y físicas vulnerables (como situación económica precaria, viviendas mal construidas, tipo de suelo inestable, mala ubicación) (ROMERO e MASCREY, 1994, p. 7-8). São diversos os fatores que contribuem para a conformação dos desastres, sobretudo as vulnerabilidades apresentadas. Assim,

Para que uma ocorrência seja considerada desastre é necessário que o fenômeno ou o perigo atinja a população, causando uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade, envolvendo perda de vidas, perdas materiais, econômicas ou ambientais de grande extensão de forma que os impactos estejam além da capacidade dessa comunidade se recuperar com seus próprios recursos (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 20-21, grifo dos autores).

Quando há a concretização do que foi previsto ou percebido através dos riscos, é possível afirmar que houve o desastre que pode envolver, conforme a citação, vários tipos de perdas, desde aspectos materiais até vidas humanas. Esse fenômeno também pode ser pensado e definido a partir de variáveis quantitativas, quais sejam:

O que caracteriza um desastre é a ocorrência de pelo menos um destes fatores: 10 ou mais óbitos; 100 ou mais pessoas afetadas; declaração de estado de emergência ou calamidade pública pelo município, estado ou país; pedido de auxílio internacional (critérios definidos por Scheuren et.al. 2008) (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 21)

Assim, além das vulnerabilidades e da sua junção com a ocorrência de um fenômeno natural extremo para se caracterizar um desastre, os elementos acima devem ser levados em consideração no momento dessa definição.

Os desastres podem ser classificados segundo sua intensidade, quanto à sua evolução e ainda quanto à sua origem. No primeiro caso, os desastres são classificados em quatro níveis: Nível I, desastres de pequeno porte ou intensidade, também chamados de acidentes; Nível II, desastres de médio porte ou intensidade; Nível III, desastres de grande porte ou intensidade; Nível IV, desastres de muito grande porte ou intensidade. (CASTRO, 1999, p. 14). A intensidade dos desastres vai depender de alguns fatores, tais como a magnitude do fenômeno natural e as vulnerabilidades do espaço. Além disso, o tipo de resposta a cada um deles vai variar conforme suas especificidades.

Outras duas classificações dos desastres são possíveis, a saber: Quanto à origem ou causa primária do agente causador, os desastres são classificados em: naturais; humanos ou antropogênicos; mistos (idem, grifos do autor), conforme discutido anteriormente; Quanto à evolução, que pode ser súbita ou aguda; gradual ou crônica; por somação de efeitos parciais. (CASTRO, 1999, p. 16).

No que diz respeito a essa última classificação, pode-se afirmar que a intensidade do fenômeno natural e sua magnitude, além das vulnerabilidades e características físicas do espaço vão influenciar nessa questão. Por exemplo, em caso das intensas precipitações pluviais e consequentes inundações, os espaços impermeabilizados serão mais afetados, em virtude da ausência ou dificuldade de infiltração da água que irá escoar superficialmente de maneira mais acelerada.

Com relação à previsibilidade dos desastres, Amaral e Gutjahr (2011) contribuem com a seguinte assertiva:

Muitos desastres estão relacionados ao tempo atmosférico - se está fazendo sol, se está chovendo, se está ventando, etc. Alguns são previsíveis, como uma tempestade ou furacão. Outros são parcialmente previsíveis, como um escorregamento. Outros, ainda, não aprendemos a prever, como um terremoto. (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 22)

Note-se que a citação afirma que os desastres estão relacionados aos fenômenos naturais e não que esses são os culpados pelas ocorrências dos desastres, como tem sido visto em algumas abordagens, ou seja, “los desastres son fenómenos eminentemente humanos y sociales y, em consecuencia, debemos despojarlos del calificativo de “naturales” que genera la sensación de que el mundo “es así” y no podemos hacer nada para evitarlo “ (WILCHES-CHAUX, 1993, p. 19).

É interessante abandonar os chamados fatalismos e pensar que, no caso das dinâmicas socioambientais, a natureza tem uma importância indiscutível, não sendo, contudo, culpada pelas problemáticas expostas. Sabe-se que os fenômenos da natureza sempre existiram e

fizeram parte do espaço, porém, as intervenções da sociedade (incluindo todos os agentes produtores do espaço) é que são “novas” (em comparação à escala de transformações da natureza) e têm alterado extremamente essa dinâmica. De acordo com Tominaga:

Além da intensidade dos fenômenos naturais, o acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, levou ao crescimento das cidades, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando a situação de perigo e de riscos a desastres naturais (TOMINAGA, 2012, p. 15).

Assim, pode-se pensar a respeito da responsabilidade da sociedade em processos acentuadores das possibilidades de desastres, a exemplo da urbanização¹⁸⁹ e da ocupação em áreas impróprias à moradia, tendo em vista a ausência do Estado enquanto mediador dos problemas habitacionais, além das desiguais formas de produção e apropriação do espaço.

Há que se ressaltar também os aspectos relacionados às desigualdades socioespaciais, uma vez que esses riscos e desastres são distribuídos de maneira muito díspares entre diferentes parcelas da sociedade, pois “[...] uma situação que pode ser risco a um determinado segmento social pode não ser a outro” (SANTOS, 2015, p. 81). Essa análise será exposta no tópico seguinte.

Aqui, quando se refere à sociedade está se falando de todos os seus âmbitos, desde os moradores dos espaços nas microescalas, passando pelos promotores imobiliários até o Estado e o capital internacional. Porém, a ênfase que deveria ser dada a esses agentes na tentativa de se aproximar dessas problemáticas não acontece¹⁹⁰.

Conforme já exposto, pode-se afirmar que tem sido frequente a culpabilização de pessoas individualmente (ou em grupos) por problemáticas socioambientais, bem como é corriqueira a crítica à ausência de “capacidade” dessas pessoas para solucionarem sozinhas esses problemas. Em contextos neoliberais, como no Brasil, essa responsabilização tem sido crescente, fato que colabora para emergência das discussões sobre resiliência.

Resiliência é outra terminologia muito frequentemente utilizada. Trata-se da famigerada “capacidade de resposta” da qual muito se tem falado. Mendonça (2010) traz à tona a discussão sobre a concepção de “resiliência”, tratando-a como uma premissa inovadora, ao explicar que essa concepção é proveniente de discussões das ciências naturais e da psicologia, sendo aplicada, atualmente, ao contexto dos desastres.

¹⁸⁹ É preciso sublinhar a seguinte afirmação: “[...] a urbanização, enquanto processo de dinamização das cidades, não apresentaria nenhum problema em si mesmo não fossem suas diferentes e complexas formas de manifestação (MENDONÇA, 2010, p. 154).

¹⁹⁰ Uma ilustração nesse sentido é a fala a seguir. Conforme Wilches-Chaux “Las definiciones existentes de desastre, por lo general, se refieren a las consecuencias y no a las causas de estos fenómenos” (1993, p. 14).

Porém, aqui, não se considera a abordagem como algo tão inovador e tampouco como contribuição ao debate, uma vez que se tem percebido que o termo tem sido utilizado mais no sentido de responsabilizar sujeitos e espaços de forma individual, eximindo Estado e mercado da sua responsabilidade, do que propriamente para melhorar as condições de vida da população de uma forma geral. Para Cantos (2008, s. p):

La resiliencia concierne a la capacidad de esta misma sociedad de recuperarse lo más rápidamente posible de las alteraciones negativas provocadas por una perturbación y, en este caso, depende del grado de preparación social (eficacia de las medidas de gestión del riesgo) ante una posible calamidad.

Segundo Veyret (2007, p. 42), resiliência seria “[...] a capacidade de um sistema para se adaptar às mudanças resultantes de uma crise e melhorar sua capacidade de resposta tendo em vista catástrofes futuras”. Contudo, esse debate mais parece discurso tecnocrático, para pôr a responsabilidade de recuperação dos espaços afetados pelos desastres nas pessoas individualmente, do que para se pensar em políticas públicas que possam ser efetivadas nesses contextos.

Na verdade, o poder de recuperação e de seguimento das dinâmicas nos espaços afetados pelos desastres é papel do Estado, que tem o dever de garantir os direitos previstos em lei, como o de moradia. Corroborando o exposto, segundo Santos (2015) a capacidade de resposta deve provir do Estado que deve resolver adequadamente as crises (SANTOS, 2015, p. 76). Assim, acredita-se que um povo que não tem como recuperar suas casas, tampouco poderá recuperar bairros e cidades inteiras. Ao Estado compete evitar e resolver essas questões.

Além disso, a resposta a tais problemáticas deve incluir toda a sociedade e não se limita a responsabilizar os mais pobres e colocar a discussão somente nas mãos dos experts/tecnocratas, como tem sido feito. Ademais, não se deve deixar a gestão urbana e dos problemas socioambientais a cabo de empresas privadas e do Estado somente. Mas deve-se pensar em um arcabouço de soluções que partam dos agentes de maneira geral.

Ao recordar que a resiliência também se refere, teoricamente, à capacidade de pessoas, grupos ou espaços de retornarem às condições anteriores aos desastres, é importante lembrar-se da contribuição de Mendonça (2010) quando enfatiza que em países ou espaços pobres essa ideia não é a mais apropriada, tendo em vista que em muitas realidades as condições pré-existentes aos desastres já eram de precariedade, “extremamente excludente, injustas e degradadas” (MENDONÇA, 2010, p. 158).

Dessa forma, entender a resiliência como a capacidade do ser humano de transformar momentos difíceis em oportunidades de crescimento, mudança e de aprendizagem e usar um

discurso como se seu alcance fosse, realmente, possível, é uma forma de coadunar com uma dinâmica perversa que desobriga o Estado de resolver problemas históricos para uma massa crescente de grupos sociais empobrecidos e precarizados.

5.1.3 Riscos e classes sociais: uma reflexão necessária

Souza (2015), atentando para o viés de classe, afirma que existem aqueles que apresentam o risco, a exemplo do Estado e da mídia e os que representam os riscos, as pessoas (SOUZA, 2015, p. 30). A mídia e o Estado têm, frequentemente, apontado os espaços ou sujeitos que, para eles, representam os riscos, valorizando a visão mais “naturalizante” dos processos nesses apontamentos (Box 1). Por outro lado, sabe-se que aqueles que representam os riscos são os espaços e sujeitos historicamente estigmatizados que, frequentemente, mais sofrem com os riscos e, sobretudo, com as vulnerabilidades.

Box 1: O posicionamento da mídia acerca das áreas de risco e dos desastres.

Cabe fazer uma pequena reflexão relativa ao papel da mídia no que concerne à abordagem sobre as áreas de riscos, levando em conta o papel que “[...] juegan los medios de comunicación en la consolidación de imágenes estereotipadas o en la transmisión de información desviante sobre el medioambiente y los desastres (potenciales o reales)” (THOMAS, 1994, p. 122).

Desta feita, a importância dessa reflexão se dá porque, frequentemente, é através da mídia que as pessoas “comuns” (não acadêmicas) têm acesso às informações sobre esses espaços. Assim, a “naturalização” da discussão por parte da mídia se torna muito preocupante, tendo em vista seu papel como formadora de opinião. Afirma-se isso em virtude da ausência de uma discussão mais aprofundada sobre essas realidades.

Com a intenção de analisar materiais midiáticos sobre os espaços que são o foco do estudo, recorreu-se às matérias jornalísticas locais a respeito desses espaços. A primeira parte da metodologia foi a busca de palavras e expressões chave na internet, através do site Google, tais como: desastres em Campina Grande; áreas de risco em Campina Grande, riscos e vulnerabilidades em Campina Grande; Enchentes, alagamentos e inundações em Campina Grande; com vistas ao levantamento das principais reportagens sobre esses temas na cidade (Anexo A).

Como um dos objetivos dessa pesquisa é analisar o papel do Estado e dos promotores imobiliários na conformação dos contextos de riscos e desastres, a segunda

parte da metodologia foi buscar em cada uma das matérias encontradas, expressões como Estado, governo e mercado imobiliário ou afins, intencionando verificar o posicionamento das matérias acerca dos principais responsáveis pelas problemáticas relativas aos riscos e desastres.

O resultado da pesquisa foi o seguinte: de 20 matérias lidas e analisadas, 3 apresentaram o termo governo, porém a terminologia fazia referência ao ente federado do qual se falava (exemplo: governo federal, governo estadual), mas não no sentido de trazer a discussão para a responsabilização de um desses entes; nenhuma matéria apresentou o termo Estado (com E maiúsculo) e nenhuma das matérias também apresentou a expressão ou as terminologias mercado e imobiliário (Anexo A).

Embora a mídia não seja especializada nessa discussão, o resultado é muito preocupante, pois de vinte matérias analisadas, nenhuma discorria, ao menos pontualmente, sobre as causas que estão para além do que está posto, constatando-se a simplificação ou omissão acerca das causas fundantes das problemáticas abordadas nas matérias.

Seguem dois exemplos nesse sentido: 1. “Chuva e ventos causam estragos e alagamentos em Campina Grande”¹⁹¹; 2. “As chuvas registradas neste mês de dezembro em Campina Grande, no Agreste paraibano, estão prejudicando cerca de 1,3 mil pessoas que moram em áreas de risco no município”¹⁹². Na verdade, manchetes e afirmações como essas servem mais para reforçar o processo de “naturalização” do problema do que para bem informar as pessoas acerca das reais causas e consequências dessas problemáticas que envolvem diversos agentes e interesses.

Ao relacionar os riscos à produção e distribuição das riquezas, Beck ressalta: “Tanto los riesgos como las riquezas son objeto de repartos, y tanto éstas como aquéllos constituyen situaciones: situaciones *de peligro* o situaciones *de classe*” (BECK, 1998, p. 32, grifos do autor). Logo, a distribuição dos riscos, em grande parte dos casos, tem a ver com a sociedade de classes. Ulrich Beck (1998, p. 25) acredita ainda que, “En la modernidad avanzada, la producción social de *riqueza* va acompañada sistemáticamente por la producción social de *riesgos*”.

¹⁹¹ Matéria do G1 PB, em 30 de março de 2017. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/chuva-e-ventos-fortes-causam-estragos-em-campina-grande.html>. Acesso em: 07 out. 2018).

¹⁹² Matéria do G1 PB, em 30 de abril de 2016. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/12/campina-grande-tem-13-mil-pessoas-em-areas-de-risco-alerta-defesa-civil.html>. Acesso em: 07 out. 2018).

Essa abordagem é bastante interessante, uma vez que dá margem para se apreender não somente os riscos pelos riscos, mas as suas relações com outros contextos. Convém, portanto, pensar quem são aqueles que se encarregam de se apropriar das riquezas e quem são os que “herdam” os riscos. Nesse sentido,

La historia del reparto de los riesgos muestra que éstos siguen, al igual que las riquezas, el esquema de clases, pero al revés: las riquezas se acumulan arriba, los riesgos abajo. Por tanto, los riesgos parecen *fortalecer* y no suprimir la sociedad de clases (BECK, 1998, p. 40-41, grifos do autor).

A citação é clara ao afirmar que, em uma sociedade de classes, a riqueza tende a se concentrar em cima, ou seja, nos grupos mais poderosos econômica e politicamente, enquanto os riscos se estabelecem abaixo, nas camadas sociais mais precarizadas. De acordo com Beck (1998, p. 41):

[...] este efecto social de filtro o de fortalecimiento no es lo único que genera consecuencias específicas de clase. También las posibilidades y las capacidades de enfrentarse a las situaciones de riesgo, de evitarlas, de compensarlas, parecen estar repartidas de manera desigual para capas de ingresos y de educación diversas: quien dispone del almohadón financiero necesario a largo plazo puede intentar evitar los riesgos mediante la elección del lugar de residencia y la configuración de la vivienda (o mediante una segunda vivienda, las vacaciones, etc.).

De acordo com a capacidade financeira das famílias em alguma situação de risco, pode-se inferir que algumas delas terão maiores possibilidades de resolver certos problemas e/ou até de sair da situação de insalubridade. Por seu turno, famílias que não dispõem de capacidade financeira alguma tendem a permanecer nessas situações.

Ademais, conforme assevera Beck (1998, p. 42) “La potenciación de los riesgos, la imposibilidad de evitarlos, la abstinencia política y la proclamación y la venta de posibilidades privadas de evitación se condicionan”. Esses aspectos, além de se condicionarem, também “definem” quem vai ter possibilidades reais de se livrar dos riscos e quem, em função da ausência de alguns desses aspectos, não terá como evitá-los, tendo em vista também que o Estado não tem atuado nesses últimos casos.

Beck (2017) traz uma importante contribuição a partir de um conceito/expressão que dá conta das discussões realizadas até aqui e das que seguem, o conceito “clase de riesgo”. Segundo Beck (2017, p. 99): “La clase de riesgo arroja luz sobre la intercección de las situaciones de riesgos y las situaciones de clase”. São dinâmicas inter-relacionadas e demasiadamente preocupantes, visto que, se já é complicado para as famílias conviverem com a pobreza, imagine-se lidar também com os riscos.

À luz das problemáticas socioambientais urbanas, os autores Torres e Marques (2001) lançam mão da discussão acerca das hiperperiferias que converge com essa perspectiva

apontada por Beck (2017). Para Torres e Marques (2001), nesses espaços haveria a “sobreposição cumulativa dos riscos ambientais a diversas formas de desigualdades sociais e residenciais” (TORRES e MARQUES, 2001, p. 52).

Essas contribuições são interessantes, uma vez que relacionam os riscos aos contextos de classe, tornando mais fácil a apreensão das problemáticas relacionadas aos riscos de vários matizes. Nesse sentido, faz-se mister lembrar que “Hay una «fuerza de atracción» sistemática entre la pobreza extrema y los riesgos extremos (BECK, 1998, p. 47). Porém, mesmo havendo essa força de atração entre pobreza e riscos, essa aproximação nem sempre se faz óbvia, muito menos se trata de algo natural.

Para Beck (2017, p. 102), “[...] la combinación de riesgo y clase no resulta evidente al contemplar un desastre natural”. Assim, não é sempre que essas relações se expõem, às vezes é necessário que haja uma análise mais acurada visando entender as raízes das mesmas. De acordo com Veyret (2007, p. 26):

O risco e a percepção que se tem dele não podem ser enfocados sem que se considere o contexto histórico que os produziu, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação dos territórios e as relações sociais características da época.

É nesse sentido que a presente pesquisa busca contribuir, analisando as principais motivações dos riscos estudados, buscando ir além de uma explicação puramente “naturalizante” ou antrópica. Lembrando que, dentre as causas fundantes, frequentemente, estão os elementos sociais, como a pobreza que aumenta “el riesgo de desastre” (THOMAS, 1994). Thouret (2007) auxilia na reflexão dessas dinâmicas:

A pobreza constitui um triplo fator de risco: ela força as pessoas a viverem em zonas menos caras, mas mais perigosas; ela domina as preocupações cotidianas das pessoas que não têm nem os recursos econômicos nem tempo de preservar o meio ambiente; ela força o desbravamento e os desflorestamento para a tender as necessidades fundamentais de aquecimento e alimentação (THOURET, 2007, p. 88-89).

É possível pensar como o elemento pobreza está ligado aos riscos, não no sentido de culpabilizar os pobres pelos riscos socioambientais, mas de perceber como esse grupo “herda” toda essa problemática e pouco ou nada pode fazer. Faz-se mister refletir que, além da pobreza, as fortes desigualdades também são responsáveis pelas vulnerabilidades presentes em partes do espaço urbano. Para Vieillard-Baron (2007):

A intensidade da vulnerabilidade social ante os riscos frequentemente varia em função dessas desigualdades. Em geral, quando a catástrofe sobrevém, as populações mais frágeis, as de menor mobilidade e cujo nível de vida está mais debilitado são as mais afetadas (VIEILLARD-BARON, 2007, p. 279).

As desigualdades originadas e mantidas nos espaços urbanos constituem elemento de peso na configuração dos riscos que se apresentam de maneira heterogênea, de acordo com a maior ou menor “fragilidade” dos grupos, sendo que os mais desfavorecidos são também os mais afetados (ALMEIDA, 2011; TOMINAGA, 2012; SANTOS, 2015), conforme pode ser constatado nesse estudo.

5.2 OS DESASTRES NO BRASIL EM SUAS DIFERENTES ESCALAS, COM DESTAQUE PARA A CIDADE DE CAMPINA GRANDE

A partir do que vem se discutindo, é notório que não há como dissociar a ocorrência dos desastres do processo mais amplo de produção do espaço. Observa-se que essa produção sempre se deu de maneira desigual e contraditória, aliando os privilégios de alguns à ausência de direitos de outros. A visão de Coelho (2010) sobre esse tema é emblemática:

Os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes menos favorecidas do que as classes mais elevadas (COELHO, 2010, p. 27).

A respeito da natureza, da produção do espaço e da sua apropriação desigual, Smith (1988, p. 67) enfatiza:

A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana; Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como os dos valores-de-troca. Como tal, ela é altamente diferenciada ao longo de qualquer número de eixos. Todavia, como progresso da acumulação do capital e da expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, sociais. Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual.

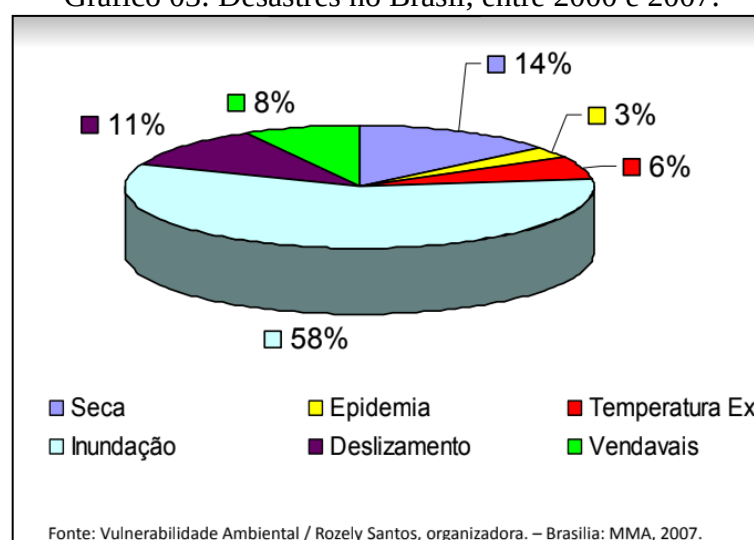
A concepção de Smith é interessante, pois remete inicialmente à visão estática que, geralmente, é atribuída à paisagem natural, vista, sobretudo, como substrato material do cotidiano. Porém, o próprio autor mostra que, com a acumulação do capital, essa mesma paisagem passa a ser modificada e concebida enquanto valor de troca, tendo a sociedade capitalista como responsável pelas suas transformações mais intensas. Além disso, os diferentes resultados dessa dinâmica são a materialidade das desigualdades.

Cabe pensar como os espaços são produzidos na interação sociedade-natureza e a que interesses essa produção obedece, visto que diversos grupos sociais não têm acesso à natureza

e/ou às suas amenidades. Ademais, além de todas as dinâmicas que envolvem o Estado e o mercado, o crescimento das cidades, em termos populacionais e de malha urbana, tem sido acompanhado pelo aumento de algumas problemáticas socioambientais aliadas aos engodos relacionados à habitação. Ou seja, o acesso à moradia e a um ambiente “seguro” são alguns dos entraves encontrados pela população mais pobre.

Nesse cenário, é necessário trazer à discussão os casos das chamadas áreas de risco e dos desastres que acometem os espaços nas mais variadas escalas. No que se refere à escala do país, segundo estudos recentes do IBGE em parceria com o CEMADEM (IBGE, 2018), o Brasil possui 8,2 milhões de pessoas morando em áreas de risco, em 872 municípios¹⁹³. Dentre os desastres mais comuns que ocorrem no país, destacam-se as inundações, os deslizamentos, a seca, os vendavais, dentre outros (Gráfico 03).

Gráfico 03: Desastres no Brasil, entre 2000 e 2007.



Fonte: MAFRA e MAZZOLA, 2007.

A partir do gráfico 03, observa-se que os desastres no Brasil estão relacionados, em primeiro lugar, às inundações e afins, em segundo lugar às secas, em terceiro lugar aos deslizamentos, em quarto lugar aos vendavais, seguidos de outros tipos de ocorrências também com porcentagem também relevante.

Nesse sentido, o país segue, em partes, a tendência mundial cujas principais catástrofes se relacionam às inundações, escorregamentos, tempestades, secas, entre outras (TOMINAGA, 2012). O Brasil é um dos países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes (TOMINAGA, 2012).

193

Disponível

em:

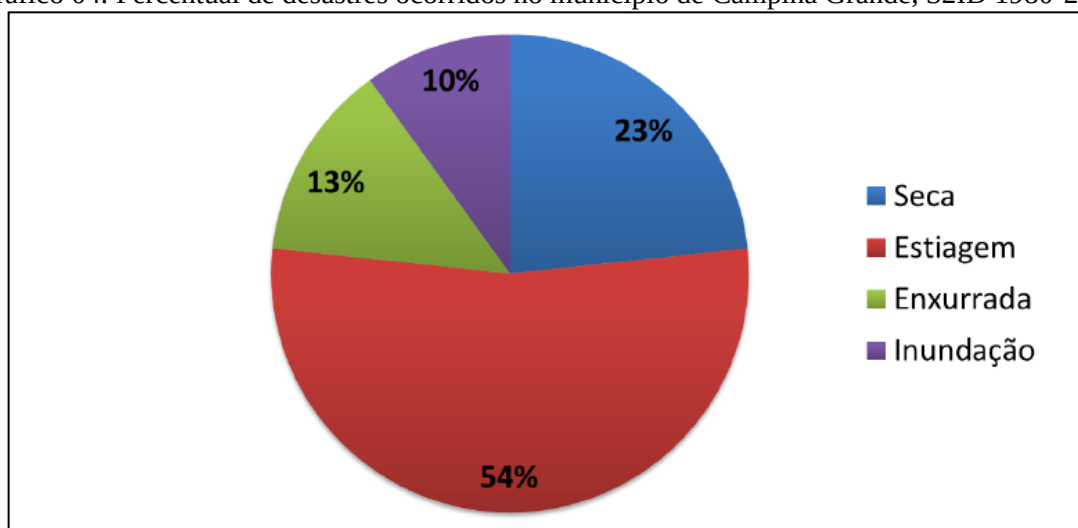
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2018/06/Areas_de_risco_concentram_2_milhoes_de_moradores_em_872_municipios.html. Acesso em: 02 out. 2018.

É importante lembrar como, muitas vezes, esses processos são intensificados e intensificam contextos e situações já calamitosas, como no caso de espaços mais pobres, em diversas escalas espaço-temporais, conforme discutido no tópico anterior acerca da relação entre os riscos e as classes sociais¹⁹⁴.

Com relação ao contexto regional, o Nordeste é a segunda região brasileira com maior número de moradores em áreas de risco (BRASIL, 2018). A Paraíba, por sua vez, apresenta, entre os estados nordestinos, um dos menores números de moradores nessas áreas (BRASIL, 2018). No Nordeste predominam os desastres relacionados às inundações e à seca, ocorrendo pontualmente casos de deslizamentos (INPE, 2013). As ocorrências na Paraíba estão relacionadas, predominantemente, às precipitações pluviais intensas ou à ausência/escassez de chuvas, a saber: secas e estiagens; inundações, enxurradas, alagamentos, entre outros (CEPED UFSC, 2013).

Diante disso, “Os riscos não se resumem às secas no Nordeste e, em particular na Paraíba, a questão das enchentes e alagamentos também são graves e com maior recorrência que as secas” (GARCIA E CORDEIRO, 2013, p. 25). Uma das explicações para esse fenômeno é o fato de as chuvas serem distribuídas de maneira extremamente irregular na Paraíba (GARCIA, CORDEIRO, 2013). Na cidade de Campina Grande, os processos relativos aos desastres se apresentam de maneira semelhante ao contexto nacional e regional (Gráfico 04).

Gráfico 04: Percentual de desastres ocorridos no município de Campina Grande, S2ID 1980-2015.



Fonte: Menezes (2016).

¹⁹⁴ Matéria de março desse ano (2018) na Folha de São Paulo mostra dados alarmantes referentes ao Brasil, nesse contexto. Seguem alguns trechos: 1. “Natureza do desastre: governos falham, e brasileiros são forçados a deixar suas casas e conviver com desastres naturais recorrentes”; 2; Desastres naturais deslocam 6,4 milhões de brasileiros desde 2000”. (Folha de São Paulo, 2 de março de 2018. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/introducao/desastres-naturais-deslocam-6-4-milhoes-de-brasileiros-desde-2000.shtml>. Acesso em: 25 set. 2018).

Observa-se que os maiores problemas socioambientais de Campina Grande estão relacionados à estiagem, seguido da seca¹⁹⁵. As demais ocorrências, ligadas ao grande quantitativo de chuvas em um período, juntas, somam uma porcentagem expressiva, quase um quarto dos problemas. Dessa forma, como a presente análise se volta ao espaço urbano¹⁹⁶, os debates sobre inundações e enchentes serão preconizados.

Segundo o COBRADE (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres, 2012) esses fenômenos são classificados como desastres do tipo hidrológico. Embora se compreenda aqui os desastres como sendo de origem mista, é importante trazer essa classificação, visto que essa é uma definição oficial. A classificação desses desastres como hidrológicos, no caso de Campina Grande, ocorre tendo em vista a configuração do sítio da cidade que tem como uma de suas marcas a presença de rios e canais urbanos, cujo transbordamento é uma realidade quando das intensas precipitações pluviais.

Acerca da constituição dos rios¹⁹⁷, Tucci (2003) afirma que “Os rios geralmente possuem dois leitos, o leito menor onde a água escoar na maioria do tempo e o leito maior, que é inundado com risco geralmente entre 1,5 e 2 anos” (TUCCI, 2003, p. 25). O leito menor é por onde a água escoar durante o período de “normalidade”, enquanto o leito maior é o destino das águas em épocas muito chuvosas. Tucci (2003) enfatiza ainda que

Os rios nos períodos chuvosos saem do seu leito menor e ocupam o leito maior, dentro de um processo natural. Como isto ocorre de forma irregular ao longo do tempo, a população tende a ocupar o leito maior, ficando sujeita ao impacto das inundações (TUCCI, 2003, p. 16-17).

O transbordamento dos riachos é natural, o leito maior/planície de inundação faz parte da sua configuração, porém, como esse processo de ocupação do leito maior por parte das águas fluviais é intermitente, algumas famílias sem opção de moradia recorrem à ocupação desses espaços. Sobre as diferenças entre cheias e inundações, Veyret e Richemont (2007) colocam que:

É preciso distinguir cheia de inundação. A cheia é definida pela alta das águas, que podem permanecer no leito menor do curso de água. A partir do momento que este não é mais capaz de conter o escoamento, a água transborda e se espalha pelo leito

¹⁹⁵ A estiagem diz respeito a períodos caracterizados pela ausência ou baixos quantitativos de precipitações pluviais e a seca se refere a grandes períodos de estiagens.

¹⁹⁶ Deve-se levar em conta que “[...] sendo a urbanização uma transformação da sociedade, os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais” (COELHO, 2010, p. 21).

¹⁹⁷ Cunha (2010, p. 219) define rio como sendo “um amplo corpo d’água em movimento, [...] e o termo é usado geralmente para indicar o principal tronco do sistema de drenagem”.

maior, provocando uma inundação. Pode haver, portanto, uma cheia sem inundação” (VEYRET; RICHEMONT, 2007, p. 64).

As cheias ou enchentes são “o aumento ‘anormal’ do nível da água nos corpos d’água, a partir de chuvas fortes e rápidas ou chuvas de longa duração” (AMARAL e RIBEIRO, 2012, p. 41; BRASIL, 2002). Esses processos podem dar origem às inundações que se tratam do transbordamento de água do leito menor para além do leito maior dos rios e riachos. As inundações, por seu turno, podem causar danos aos espaços e aos grupos sociais expostos, configurando sérios problemas socioambientais.

Com relação à velocidade do aumento do nível da água, os mesmos autores afirmam que “As inundações se distinguem por uma desigual velocidade na subida das águas: elas correspondem tanto a cheias lentas (de vários dias a vários meses) quanto a cheias rápidas (de algumas horas)” (VEYRET; RICHEMONT, 2007, p. 65). Assim, a subida da água pode se dar de forma lenta ou de forma rápida. As escalas temporais dos processos podem ir desde a escala de horas até às escalas mensais. No espaço estudado, em períodos muito chuvosos, as inundações bruscas são predominantes.

Ademais, com relação ao “alcance” da inundação, pode-se afirmar que ela “[...] pode ser de apenas alguns centímetros, mas pode, também, cobrir o telhado de uma casa” (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 39). Esse alcance vai depender de algumas condições básicas, tais como o quantitativo de chuvas, a proximidade das moradias em relação aos corpos hídricos, a altura e a estrutura das moradias, entre outros.

Cabe ressaltar que grande parte das áreas lindeiras aos corpos hídricos da cidade de Campina Grande foram caracterizadas como opção barata de moradia para os mais pobres, também por se tratarem de espaço de domínio público. Além disso, de forma geral, “A incidência das inundações motivou classes médias e altas a se afastar das áreas urbanas delimitadas como áreas de elevados riscos” (COELHO, 2010, p. 28).

Campina Grande possui 729 domicílios em áreas de risco e 2721 pessoas morando nessas áreas (BRASIL, 2018). Para Fernandes e Cunico (2017, p. 4243), 13,7% do território de Campina Grande está inserido na categoria de risco ambiental, “sendo 13,3% de áreas sujeitas a riscos de enchentes e doenças de veiculação hídrica, 0,1% de áreas sujeitas a risco de deslizamento e 0,4% de áreas com sobreposição dos riscos”.

Diante disso, em Campina Grande, destaca-se a ocorrência de eventos relacionados às chuvas concentradas nas escalas temporais e espaciais, em especial as enchentes, inundações e afins. Conforme a CPRM (2013), após a setorização de algumas áreas de risco da cidade, e de acordo com relatório encomendado pelo Ministério da Integração Nacional à empresa

“PANGEA” (BRASIL, 2014), foram identificadas 11 áreas de risco/vulneráveis¹⁹⁸ na cidade, das quais 10¹⁹⁹ apresentam risco de inundação quando do período chuvoso, embora por lei seja proibido construir em planícies de inundação que são Áreas de Preservação Permanente – APP’s (AMARAL e RIBEIRO, 2012, p. 49)²⁰⁰.

Uma vez que o mapa com as áreas de risco já foi apresentado anteriormente (Mapa 08), segue abaixo um mapa de susceptibilidade às cheias e inundações de Campina Grande (Mapa 20). Através do mapa, nota-se como, de fato, a cidade possui uma quantidade significativa de riachos e canais urbanos, fato que contribui para acelerar os processos de enchentes e inundações²⁰¹.

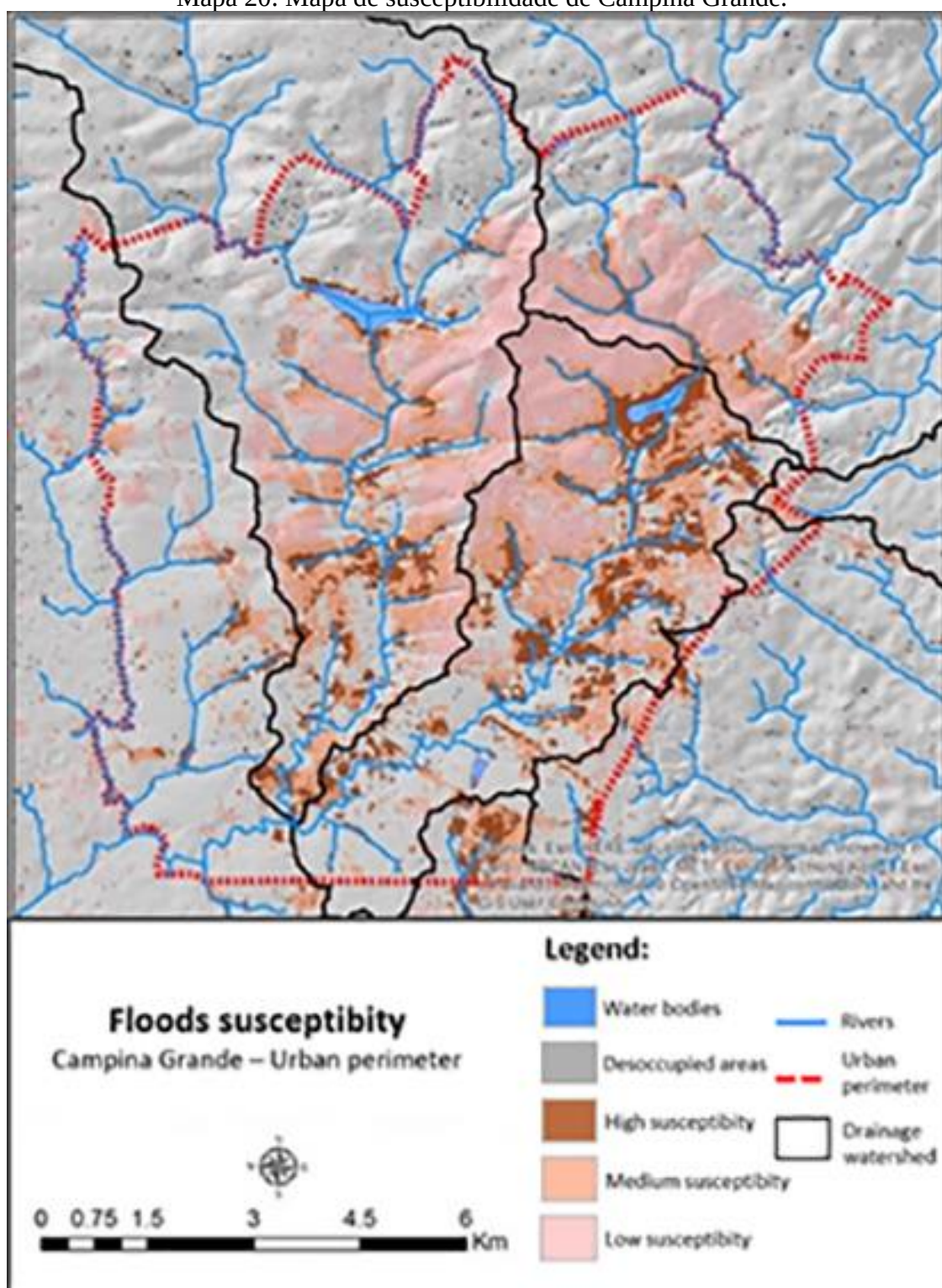
¹⁹⁸ Segundo informações da Defesa Civil Municipal, esse número de áreas de risco apresentado está aquém do quantitativo existente na cidade, tendo em vista que a metodologia utilizada pela Empresa PANGEA (BRASIL, 2014) requereu uma delimitação e amostragem das áreas mais problemáticas.

¹⁹⁹ Uma dessas 10 áreas também apresenta risco de enxurradas e outra de solapamento. E a 11ª apresenta risco de escorregamento em talude de corte/movimento de massa (CPRM, 2013; BRASIL, 2014).

²⁰⁰ Conforme a Lei Orgânica do Município, Art. 269: “Parágrafo Único – Não serão permitidas, nas áreas de preservação permanente, atividades que contribuam para descaracterização ou prejudiquem seus atributos e funções essenciais, excetuadas aquelas destinadas a recuperá-las e assegurar sua proteção, mediante própria autorização dos órgãos municipais competentes”. Além disso, o artigo 17 do Código de Meio Ambiente da cidade afirma: Art. 15 - É vedada a ocupação urbana nas áreas de risco, bem como a ocupação do solo nas Zonas Especiais de Preservação – ZEP, conforme Lei Complementar Participativa nº 003 de 2006, com exceção das edificações que tenham o propósito de servir de manutenção e apoio para as mesmas, tais como zeladorias, administração, vigilâncias e demais que se fizerem necessárias. Por outro lado, no artigo 500 do Projeto do Código de Posturas de Campina Grande constava a seguinte afirmação: “Art. 500. É vedada a ocupação urbana nas áreas de risco, bem como a ocupação do solo nas Zonas Especiais de Preservação ZEP, com exceção das edificações que tenham o propósito de servir de manutenção e apoio para as mesmas, tais como zeladorias, administração, vigilâncias e demais que se fizerem necessárias”. Porém, no projeto aprovado (CÓDIGO DE POSTURAS, 2003) não consta mais essa proibição, fato que comprova o descaso com essa temática e problemática.

²⁰¹ A matéria online do Jornal Paraíba Agora, de 10 de fevereiro de 2018, traz uma notícia sobre alguns dos problemas verificados na cidade nesses contextos: “Em vários bairros de Campina Grande, as galerias e canais transbordaram e as inundações foram inevitáveis. No Jardim Paulistano pelo menos quatro casas foram inundadas com as forças das águas. Na Palmeiras (sic) quatro casas desmoronaram. Pelo menos 30 muros caíram em Campina Grande em duas horas de chuvas. A Defesa Civil recebeu mais de 80 chamados, a maioria por inundações, queda de muros e árvores [...]”. (Disponível em: <https://www2.pbhora.com.br/noticia/paraiba/20180210143231/chuvas-causam-estragos-em-cg-e-defesa-civil-passa-dia-em-alerta>. Acesso em: 06 out. 2018).

Mapa 20: Mapa de susceptibilidade de Campina Grande.



Fonte: Fernandes e Cunico (2017).

Segundo a legenda do mapa 20, os espaços mais escuros, em marrom, são aqueles cuja possibilidade de enchentes e inundações se apresenta de uma forma mais contundente. Ou seja, a proximidade com os riachos e canais torna tais espaços mais susceptíveis à ocorrência desses processos. E, aliado, a vulnerabilidades (como a pobreza e a ausência de políticas públicas

voltadas à moradia e ao meio ambiente) esses processos podem trazer muitas consequências negativas para os moradores do entorno.

Além dos motivos citados anteriormente, há muitos fatores que podem constituir causas das enchentes e inundações: desde as dinâmicas relacionadas ao Estado e ao mercado/setor imobiliário, até situações como as citadas a seguir: “A ocorrência de enchentes e inundações está muitas vezes ligada à impermeabilização do solo, à disposição inadequada de lixo, à ocupação das margens dos cursos d’água e ao desmatamento” (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 24).

A impermeabilização do solo aparece como uma das principais causas dos processos de cheia e inundações, visto que a infiltração da água se torna bastante difícil em solos cujas especificidades naturais foram mudadas, e o seu escoamento tende “a atingir seu exultório mais rapidamente e de forma mais concentrada, gerando aumento da magnitude e da frequência das enchentes nessas áreas” (BOTELHO, 2011, p. 72).

De acordo com Tucci (2003, p. 14), aos problemas de inundação, aliam-se outros como a contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos e todos se configuram como causadores de queda da qualidade de vida. Nesse sentido, a questão do lixo é outra problemática preocupante, pois a disposição inadequada de resíduos sólidos pode gerar entupimento das galerias, poluição do leito dos rios e canais urbanos, entre outros.

Para Botelho (2011) existem as fontes pontuais e as fontes difusas de poluição hídrica. As primeiras “referem-se aos lançamentos diretos nos corpos d’água de esgotos doméstico ou rejeitos industriais [...]” (BOTELHO, 2011, p. 87), enquanto as fontes difusas “dizem respeito aos materiais que podem atingir os corpos d’água ao longo de toda sua margem, conduzidas pelo escoamento superficial” (idem). No caso de Campina Grande, essa forma de poluição se torna mais prejudicial em períodos chuvosos, uma vez que os resíduos são carregados pelas águas de um curso a outro dos rios urbanos.

O desmatamento das matas ciliares também constitui grande problemática, pois é esse tipo de vegetação que tem a função de proteger os corpos d’água. As ocupações temporárias e/ou permanentes nas margens dos corpos hídricos são outras situações complexas, uma vez que impede o curso normal das águas, contribuem para a poluição dos rios e canais, através do despejo de água servida, além dos resíduos sólidos²⁰². Assim,

²⁰² A respeito dos problemas ligados ao saneamento o relatório “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto” de 2015, elaborado pelo Ministério das Cidades, registra que, no Brasil, os níveis para atendimento de água por meio da rede pública eram de 83,3% e os níveis de coleta de esgoto total de 50,3%. Apenas 42,7% do total de esgoto gerado era, naquele ano, efetivamente tratado (Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015>. Acesso em: 28 set. 2018).

As águas de inundação são contaminadas e podem causar diversas doenças. O contato corporal, o consumo da água de inundação ou o consumo de alimentos que tiveram contato com essa água podem causar a leptospirose, a febre tifóide, a hepatite e a cólera (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 45).

É fundamental que os moradores de espaços sujeitos às inundações estejam cientes do perigo que correm com relação a essas doenças de veiculação hídrica bem como é necessário que as cidades sejam pensadas e planejadas²⁰³ visando à minimização de casos como esses nos quais até a dignidade das pessoas pode ser suprimida.

Além desses fenômenos apresentados, também é possível citar os alagamentos e as enxurradas como algo recorrente na cidade estudada quando das chuvas intensas. Assim,

O alagamento é um acúmulo momentâneo de águas em determinados locais, por deficiência no sistema de drenagem urbana, como bueiros entupidos ou cursos d'água com acúmulo de lixo e entulho. A enxurrada é o escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte, que pode ou não estar associado a cursos d'água (AMARAL e GUTJAHR, 2011, p. 40).

Os alagamentos se referem aos processos de acúmulo de água que se dão em espaços delimitados, não necessariamente próximos a corpos d'água. As enxurradas se tratam de processos com alta energia, representados pelo escoamento superficial rápido e intenso. Entretanto, esses processos não serão enfocados aqui, devido aos objetivos da pesquisa e à natureza dos objetos empíricos.

Para uma melhor análise desses e outros processos é interessante considerar outros aspectos e condicionantes naturais dos espaços, tais como: a) formas de relevo; b) características da rede de drenagem da bacia hidrográfica; c) intensidade, quantidade, distribuição e frequência das chuvas; d) características do solo e o teor de umidade; e) presença ou ausência da cobertura vegetal (AMARAL e RIBEIRO, 2012, p. 45).

Os elementos citados são fundamentais para a identificação e caracterização das problemáticas relacionadas às enchentes e inundações, além de outras dinâmicas. Tais fatores vão influenciar no dimensionamento dos processos. Assim, essas e outras problemáticas socioambientais verificadas na cidade, juntamente com a ausência do Estado e a tendência de valorização imobiliária em outros bairros da cidade, constituem as principais causas da formação e permanência das “áreas de risco” em Campina Grande.

Ao longo do tempo a cidade foi se configurando, via ocupações, nas áreas “mais frágeis”, logo não atrativas para o mercado imobiliário, ou nas periferias e hiperperiferias

²⁰³ Em 2007 foi criado o novo marco legal que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei federal no 11.445/2007) que compreende quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

(MARQUES E TORRES, 2001). Em contraste, foram se conformando também realidades como os bairros mais aprazíveis, a exemplo daqueles abordados no capítulo 4, ficando notória a distinção não só das classes, mas também da apropriação da natureza

Essas condições históricas de problemas socioambientais convivem com discursos e ações de políticas paliativas e pontuais, as quais se dão, sobretudo, em momentos de emergências. Assim, no contexto da organização política e institucional, nota-se a fragilidade do município, no que se refere à gestão de riscos e de desastres²⁰⁴, pois medidas emergenciais e paliativas são priorizadas em detrimento de políticas urbanas de longo prazo que possam atenuar ou resolver, na prática, tais problemas.

5.3 DEFESA CIVIL E ESCALAS DE GOVERNO: CARACTERÍSTICAS DINÂMICAS E ATUAÇÕES

Em escala mundial, a origem das ações de Defesa Civil (ou similares) está relacionada às grandes guerras, sobretudo à Segunda Guerra Mundial (LOPES, et al, 2010), tendo em vista a necessidade de recuperação dos espaços devastados. No Brasil essas ações tiveram início na década de 1940, após o naufrágio de dois navios de passageiros na costa brasileira. Nessa época, teve origem o Serviço de Defesa Passiva Antiáerea que depois viria a se chamar Serviço de Defesa Civil, extinto em 1946 (LOPES et al, 2010, p. 16). Após 20 anos, depois de uma grande enchente no Sudeste do Brasil, foram criadas as primeiras coordenadorias regionais no país (idem).

Seguem outras datas relevantes e seus respectivos acontecimentos relativos à Defesa Civil no Brasil: 1966 (Primeira Defesa Civil estadual organizada, Estado da Guanabara); 1967 (Criação do Ministério do Interior que também assistia vítimas de calamidades); 1969 (Foi criado o Fundo Especial para Calamidades Públicas); 1988 (O Sistema Nacional de Defesa Civil organizou de forma sistêmica a Defesa Civil no Brasil); 1993, 2005, 2010 (Reformulação, Atualização e Nova Reformulação do Sistema Nacional de Defesa Civil, respectivamente) (LOPES et al, 2009; LOPES et al, 2010).

Outros acontecimentos importantes ocorreram após o ano de 2010, a exemplo da criação do CEMADEM (Centro Nacional de Monitoramento de Desastres), em 2011²⁰⁵, e da

²⁰⁴ Vide item 5 – “Capacidade local de prevenção e resposta a desastres naturais” – do documento elaborado pela Empresa Pangea (BRASIL, 2014).

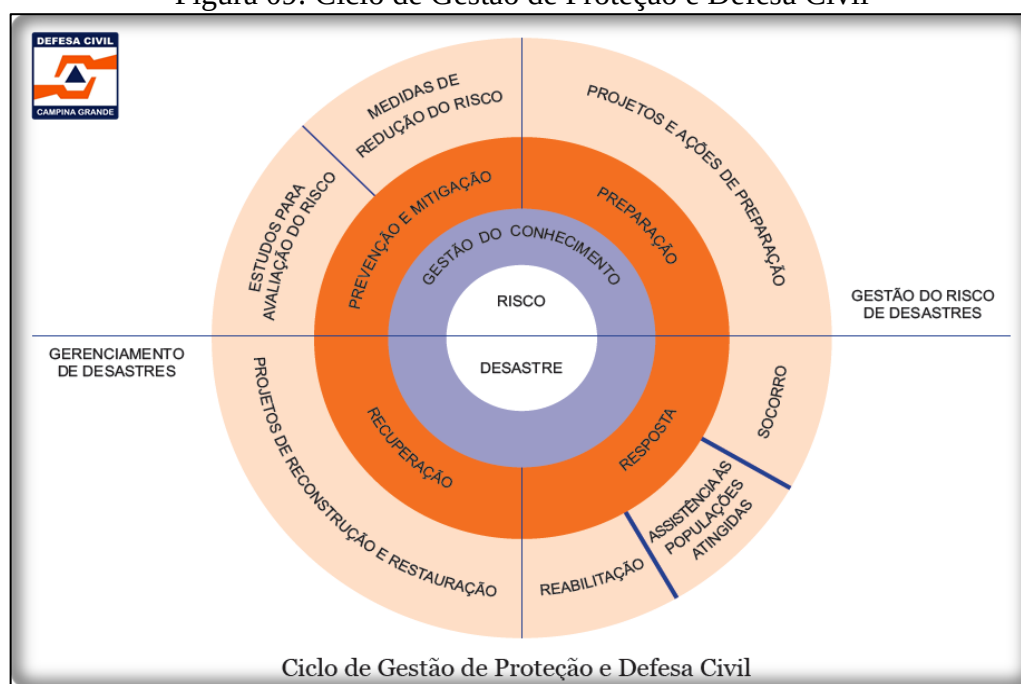
²⁰⁵ “O ano de 2011 foi o ano em que o país presenciou a ocorrência do maior desastre natural deste século, que culminou na morte de aproximadamente 900 pessoas e afetou mais de 300 mil na região serrana do Rio de Janeiro, além de severas perdas econômicas, da ordem de 4,8 bilhões de reais, segundo o Banco Mundial (IBGE, 2018).

lei que institui a Política Nacional de Defesa Civil, Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Essa lei surge como algo extremamente importante, uma vez que rege todas as ações da Defesa Civil na escala federal e nas escalas estaduais e municipais.

Atualmente, a Defesa Civil Nacional, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, é responsável, juntamente com outros órgãos, pela gestão de riscos e gerenciamentos de desastres no Brasil (LOPES et al, 2010). A respeito da natureza da Defesa Civil, pode-se afirmar que se trata de um “[...] conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2002, p. 77).

Sobre o objetivo da Defesa Civil, Castro (1999) assevera que se trata da “[...] redução dos desastres, que abrange os seguintes aspectos globais: prevenção de desastres; preparação para emergências e desastres; resposta aos desastres; reconstrução” (CASTRO, 1999, p. 10). As ações da Defesa Civil resumem-se nas fases a seguir (Figura 09):

Figura 09: Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil



Fonte: Defesa Civil Campina Grande.

A partir da figura 09, percebe-se que a atuação da Defesa Civil se divide, em tese, em “Gestão do risco de desastres” e “Gerenciamento de Desastres”, fases essas que, que por sua vez, são subdivididas em outras fases. Em síntese, no caso da Gestão de Riscos, trata-se de ações

que se dão antes dos desastres ocorrerem; com relação ao Gerenciamento de Desastres, a atuação ocorre no pós-desastres.

Dentre as primeiras ações (Gestão dos Riscos de Desastres) inserem-se outras, como: a prevenção, a mitigação e a preparação, viabilizadas, segundo o esquema, a partir de estudos para avaliação do risco, medidas de redução dos riscos e projetos de preparação. No que diz respeito às ações de Gerenciamento de Desastres, pode-se citar a recuperação e a resposta, possibilitadas através de intervenções como socorro, assistência às populações atingidas, reabilitação, projetos de reconstrução ou restauração²⁰⁶.

O que se percebe é que, por vezes, as ações, frequentemente, se tratam de gestão e não de planejamento acerca dos contextos de riscos e de desastres, talvez por isso o caráter intermitente e insipiente de algumas intervenções. Em virtude desse fato, urge pensar a atuação da Defesa Civil e dos órgãos envolvidos em termos de planejamento de longo prazo, pensando em soluções efetivas para os problemas.

Ao lembrar que “A gestão dos riscos [...] traduz as escolhas políticas e as decisões finais de organização dos territórios” (VEYRET, 2007, p. 11), outra fragilidade apontada, nesse sentido, é que o gerenciamento de desastres tem um pouco mais de espaço nas tomadas de decisão, ficando a gestão de risco, ou seja, a prevenção, muitas vezes, em segundo plano. Esse fato é um grande equívoco, porque além da vida das pessoas que está em jogo, há outros aspectos importantes com os quais se preocupar, a exemplo da economia.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), cada dólar investido em prevenção poupa sete dólares gastos em reconstrução (FERNANDO, 2011, p. 24)²⁰⁷. A dinâmica inversa tem gerado inúmeras problemáticas socioambientais, incluindo sérios prejuízos econômicos²⁰⁸. Somente no Nordeste do país, em 2015, os prejuízos econômicos relacionados às inundações e enchentes e outros relativos às intensas precipitações pluviais foram da monta de 69.931.185,51 reais (BRASIL, 2018, p. 08).

Dando continuidade à caracterização da Defesa Civil, sua estrutura está dividida assim: Órgão Superior (Conselho Nacional de Defesa Civil); Órgão Central (Secretaria de Defesa

²⁰⁶ Para um maior detalhamento sobre essas ações, consultar o documento “Ciclo de Gestão da Proteção e Defesa Civil, Unidade 3, s/d.

²⁰⁷ “Ainda hoje, a maioria dos investimentos em matéria de controle de riscos naturais é destinada ao socorro de urgência e à reconstrução. Apesar da eficácia dos esforços de prevenção e de preparação, as agências de fomento destinam menos recursos à redução dos riscos que ao socorro” (GLEMAREC, 2007, p. 133-134)

²⁰⁸ Uma matéria do Jornal El País, de 18 de janeiro de 2017, traz a seguinte afirmativa: “A cada vez que uma chuva forte cai nas cidades ou uma seca afeta qualquer região brasileira, a economia do país sofre um golpe considerável. Foram nada menos do que 9 bilhões de reais anuais (2,8 bilhões de dólares) entre 1995 e 2014, ou 182,8 bilhões de reais (56,7 bilhões de dólares) ao longo desses 20 anos”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/17/internacional/1484680914_866561.html?id_externo_rsoc=FB_BR_C M. Acesso em: 02 out. 2018.

Civil, Ministério da Integração Nacional); Órgãos Regionais (Coordenadorias Regionais de Defesa Civil); Órgãos estaduais e municipais (Coordenadorias Estaduais e Municipais de Defesa Civil), entre outros (LOPES et al, 2009).

Em Campina Grande, somente no ano de 1999 houve a implantação da primeira versão da Defesa Civil do município, criada pela Lei nº 3640 de 01 de fevereiro de 1999, bem como apenas em 2007 foi elaborado um dos primeiros documentos no sentido de minimizar as perdas e danos relacionados às inundações, o Plano de Contingência, a ser discutido no próximo capítulo.

Atualmente, a Defesa Civil de Campina Grande constitui uma Coordenadoria vinculada à Secretária de Obras, secretaria essa geralmente voltada aos problemas dos espaços mais pobres, contrastando com as ações da Secretaria de Planejamento, voltadas aos bairros mais valorizados da cidade. Nota-se que até as dinâmicas relativas à gestão dos riscos e do espaço urbano tem como mote as desigualdades.

No município estudado, a Defesa Civil também se constitui como um sistema²⁰⁹ e as suas ações envolvem vários órgãos municipais, estaduais e federais, como as secretarias municipais, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Exército, entre outros. Assim, as atuações podem ser dar conjuntamente, a partir de agentes das diversas escalas²¹⁰, a depender do problema. Porém, nesse formato de Defesa Civil, os municípios, geralmente, ficam com grande parte da responsabilidade, embora os recursos estejam mais voltados aos demais entes federados.

O fato de a Defesa Civil se tratar de um sistema tem seu lado positivo, qual seja, a suposta união de todos os órgãos envolvidos na tentativa de solucionar os problemas referentes à sua alçada. Mas tem também seu lado negativo, pois a Defesa Civil fica na “dependência” desses órgãos para sanar alguns problemas, sobretudo financeiros. Ressalta-se que, nem sempre, há um consenso político e institucional no âmbito das prefeituras, o que torna o trabalho relativo à gestão de riscos e desastres ainda mais complexos, pois em havendo ranços políticos ou de outra natureza entre secretarias, por exemplo, o trabalho fica comprometido.

Ademais, no caso de Campina Grande, a Defesa Civil, por se tratar de uma Coordenadoria, não possui recursos próprios, tendo que se submeter aos demais órgãos e à

²⁰⁹ Para Wilches-Chaux (1994, p. 14)) “Un sistema es un conjunto cuyos elementos se hallan en permanente interacción”

²¹⁰ Segundo o capítulo IV do artigo 6º da Lei 12.608/2012 os entes federados têm como uma de suas competências: “Apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco, nos estudos de identificação de ameaças, susceptibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre e nas demais ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação”.

prefeitura diretamente, no que se refere aos aspectos financeiros e correlatos. Isso acaba por tirar a autonomia da Defesa Civil para resolver certos problemas, o que fragiliza também aquelas ações que conseguem ser desenvolvidas.

Nesse sentido, a Defesa Civil não age sozinha, mas sempre em parceria com algum outro órgão, sobretudo aqueles vinculados à prefeitura. Porém, essas parcerias nem sempre se configuram de maneira efetiva, algumas vezes apresentando apenas soluções temporárias e insipientes. Diante disso, a seguir serão apresentadas algumas das principais ações realizadas pela Defesa Civil e por órgãos “parceiros”, desde o ano de 2011 até o ano de 2018 (Quadro 05), a partir de matérias de jornais locais (Anexo A).

Quadro 05: Ações da Defesa Civil e órgãos municipais nas áreas de risco em Campina Grande (2011-2018).

AÇÕES	QUANTIDADE
Alerta	1
Remoção da população em áreas de risco	1
Apoio e orientação às vítimas	1
Ação preventiva	2
Acompanhamento climatológico	1
Retirada de lixo e terra	1
Limpeza e desobstrução de canais, córregos, galerias e bueiros	9
Varrição de canteiros	1
Outras estruturas	2
Programas habitacionais	3

Fonte: elaboração da autora, a partir de matérias de jornais de anos variados (2011-2018 – Anexo A), 2018

Os dados provenientes de matérias jornalísticas, apontados no quadro 05, representam uma amostragem da realidade, considerando que, em sua maioria, as matérias foram produzidas em períodos cujos problemas relacionados às enchentes e inundações se faziam presente, e também em alguns momentos de monitoramentos ordinários, não se tratando de um acompanhamento sistemático das ações da Defesa Civil. Porém, os números são ilustrativos e demonstram que intervenções pontuais e paliativas como limpeza de canais, bueiros, galerias, córregos foram priorizadas nesses períodos.

Entretanto, cumpre-se enfatizar que, mesmo diante de algumas limitações, a Coordenadoria de Defesa Civil tem tentado desenvolver importantes trabalhos na cidade de Campina Grande, a exemplo do “Projeto Defesa Civil nas Escolas” e dos trabalhos de monitoramento dentro dos bairros com maiores problemas. Algumas das ações realizadas no ano de 2018 por esse, e outros órgãos, além das atividades voltadas para os problemas de

estiagem²¹¹, por exemplo, são relatadas no relatório da Defesa Civil referente ao mencionado ano. No documento consta que foram realizadas as seguintes ações:

o monitoramento periódico de cenários vulneráveis (Defesa Civil), monitoramento de tempo e clima (CEMADEN), manutenções preventivas e corretivas em sistemas de drenagens (SESUMA), ampliação e construção de canais (SECOB), podas e cortes de árvores em situações de riscos (Coord. Meio Ambiente), inclusão de famílias residentes em áreas de riscos em programas habitacionais (SEPLAN), continuidade do Programa Defesa Civil nas Escolas (Secretaria de Educação), notificações e intervenções regulares a proprietários e/ou responsáveis por imóveis em situações de riscos de desabamentos, notadamente muros e marquises (CAMPINA GRANDE, 2019)²¹².

O trecho acima apresenta os órgãos responsáveis por cada ação, de forma conjunta com a Defesa Civil. Porém, em virtude da estrutura da Defesa Civil de forma geral²¹³, muitas vezes o trabalho que lhe compete se torna dificultoso em função das lacunas que se apresentam, como a falta de autonomia financeira, a ausência de uma maior coesão institucional, a falta de condições de trabalho em certos casos, entre outros.

Assim, ações insipientes e paliativas, como o apelo às soluções tecnológicas isoladas²¹⁴ (mapeamentos; previsões de tempo e clima via estações meteorológicas ou salas de situação; instalação de pluviômetros; envio de SMS²¹⁵ em caso de desastre iminente; etc²¹⁶), não podem se configurar como única saída na tentativa de combater as problemáticas expostas. As tecnologias possuem importância, mas não podem se constituir enquanto solução isolada.

Diante disso, é preciso que as atuações de Defesa Civil não estejam desvinculadas das ações de produção do espaço urbano e de planejamento das cidades, visto que ocorrem no bojo

²¹¹ “Entre essas ações, se destacam o abastecimento d’água alternativo via caminhões pipas, recuperação e limpeza de cisternas e fiscalização e exames da potabilidade das águas distribuídas à população” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL DE CAMPINA GRANDE EM 2018, 2019).

²¹² Ações de outros tipos também são desenvolvidas na Defesa Civil Municipal, porém não foram expostos por se tratarem de intervenções relativas a outros temas não abordados aqui.

²¹³ Uma matéria do dia 27 de abril de 2018 traz a seguinte afirmação: “O coordenador da Defesa Civil de Campina Grande, Ruiter Sansão, lamentou em entrevista, sobre a falta de estrutura mínima da Defesa Civil na maioria dos municípios da Paraíba. Ele citou que temos 20 municípios que atuam com Defesa Civil sem qualquer estrutura e mencionou que o governo federal não está tomando medidas para liberar recursos para essa área, além de aplicar o serviço de alerta de chuvas que, segundo ele, não funciona no Brasil”. Na mesma matéria, o coordenador da Defesa Civil enfatizou: “Nós costumamos dizer que o dinheiro está ali. Eu afirmo que não temos 10% do que tem uma defesa atuante. Muitas vezes, o responsável pela Defesa Civil não sabe onde tem recursos. Nós brincamos de fazer Defesa Civil na Paraíba”. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2018/04/coordenador-de-campina-grande-nos-brincamos-de-fazer-defesa-civil-na-paraiba/>. Acesso em: 06 de out. 2018.

²¹⁴ É importante refletir sobre a quem serve parte dessas tecnologias, de onde vem, quem lucra com sua venda, entre outras questões que não serão abordadas aqui visto que os objetivos da pesquisa são de outra natureza.

²¹⁵ Esse é um serviço recente disponibilizado pela Defesa Civil Nacional para alguns estados do Brasil. A Paraíba já foi inserida, conforme matéria a seguir do Jornal da Paraíba, em 18 de fevereiro de 2018: “Paraíba passa a contar com sistema de alertas de desastres naturais por SMS” (Disponível em: http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-passa-contar-com-sistema-de-alertas-de-desastres-naturais-por-sms.html. Acesso em: 05 de out. de 2018).

²¹⁶ Vide sítio do SEMADEM na internet: <https://www.cemaden.gov.br>.

de um contexto maior, qual seja, o das intencionalidades dos agentes produtores do espaço, especificamente o Estado que tem apresentando muitas limitações no que se refere à Defesa Civil e aos problemas correlatos. Torna-se cada vez mais necessário que tais ações se organizem e ocorram de acordo com as necessidades dos grupos sociais mais empobrecidos e precarizados.

Não cabe mais pensar sobre a Defesa Civil e a gestão de riscos e desastres apenas a partir de reflexões “naturalizantes” ou culpabilizadoras, com relação aos pobres e/ou à natureza. Mas deve-se pensar em tudo isso se baseando nas históricas dívidas que o país tem com os mais pobres e nas raízes das desigualdades, também históricas, incorrendo sempre na tentativa de diminuição de privilégios para uns e de aumento dos direitos para todos.

Cabe ao Estado também pensar em ações mais concretas, de longo prazo, que prezem pelo direito à moradia, pelo Direito à Cidade e pelo direito à vida. Populações inteiras não podem mais ficar expostas a tantos problemas. É inaceitável que famílias morem às margens ou nos leitos dos rios, estando constantemente expostas a doenças, a problemas estruturais com relação a sua casa, além da ausência de políticas públicas de moradia/regularização fundiária e da falta de ações de enfrentamento desses problemas.

Nesse sentido, uma importante determinação foi inserida na Lei 12.608/2012, a saber: a priorização das famílias residentes em áreas de risco nos programas habitacionais de todos os entes federados. O artigo 14 dessa lei traz a seguinte assertiva: “Os programas habitacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem priorizar a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco”. Esse foi um importante ponto de partida, mas não deve ser o único. Evidentemente, os processos de relocação e correlatos devem ser pensados e executados de forma a garantir todos os direitos e elementos subjetivos relativos ao lugar para as famílias atendidas.

Desta feita, em Campina Grande, já houve o atendimento de algumas famílias que estavam situadas em áreas de risco ou que sua moradia apresentava riscos de desmoronamento, por exemplo, no processo de aquisição de moradias, através do Programa Minha Casa Minha Vida, a exemplo do Conjunto Habitacional Vila Nova da Rainha II (DEFESA CIVIL MUNICIPAL). Essa ação foi intermediada pelo setor de habitação da Secretaria de Planejamento juntamente com a Defesa Civil do município.

Embora essa importante ação tenha se dado na cidade, verifica-se que as medidas paliativas são priorizadas, conforme já analisado, pois mesmo que a Defesa Civil local cumpra grande parte do que determina a Lei 12.608/2012, a dependência de outros órgãos, sobretudo financeira, tende a travar alguns avanços mais significativos nesse sentido.

Finalmente, pode-se afirmar que a própria legislação, certos documentos balizadores das ações de Defesa Civil e a forma de atuação do Estado, com relação aos problemas relacionados aos riscos, vulnerabilidades e desastres, são limitados perante a complexidade dessa problemática nas cidades brasileiras. Alguns exemplos, nesse sentido, relativos à cidade de Campina Grande, serão vistos no capítulo seguinte.

6 ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE: HISTÓRICO, DINÂMICAS E PERSPECTIVAS

A primeira parte do presente capítulo diz respeito à abordagem sobre os principais documentos produzidos acerca das áreas de risco da cidade de Campina Grande, a exemplo dos Planos de Contingência e dos mapeamentos/setorizações desses espaços. Realiza-se, aqui, uma análise sobre essa documentação buscando compreender a postura do Estado com relação às problemáticas existentes nessas áreas.

Em um segundo momento, a discussão se volta para uma abordagem mais empírica, trazendo à tona as principais problemáticas socioambientais encontradas nas áreas de risco definidas pela Defesa Civil e pela CPRM (2013), bem como apresentando o contexto desses espaços de forma geral. Para tanto, foram elencadas sete variáveis buscando uma melhor apreensão desses espaços, a partir dos objetivos definidos para o estudo.

A partir disso, o capítulo traz uma análise mais específica sobre duas das áreas de risco que são o foco da pesquisa: Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos) e Bairro Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia). A ideia foi refletir sobre a história, as características, os processos e as dinâmicas socioambientais inerentes a tais espaços historicamente negligenciados por parte do Estado.

Por fim, realizou-se um apanhado geral do estudo como um todo e procedeu-se à discussão acerca de algumas soluções que são consideradas viáveis e possíveis para o contexto das desigualdades e injustiças socioambientais de Campina Grande. Além disso, são trazidas algumas perspectivas, de médio/longo prazo, do ponto de vista das tendências possíveis, que possam superar o passado e o presente de produção perversa e desigual do espaço verificada em Campina Grande.

A divisão do capítulo se apresenta da seguinte maneira: 6.1 Histórico e análise dos “mapeamentos” das áreas de risco, a partir da Defesa Civil local e do Governo Federal; 6.2 Problemáticas socioambientais: um olhar geral sobre as áreas de risco de Campina Grande; 6.3 Áreas de risco e problemas socioambientais: o caso do Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos) e o caso do Louzeiro (Buraco da Jia/Rosa Mística); 6.4 Campina Grande e as (in)justiças socioambientais: apanhado geral e principais perspectivas acerca do objeto de estudo.

6.1 HISTÓRICO E ANÁLISE DOS “MAPEAMENTOS” DAS ÁREAS DE RISCO, A PARTIR DA DEFESA CIVIL LOCAL E DO GOVERNO FEDERAL

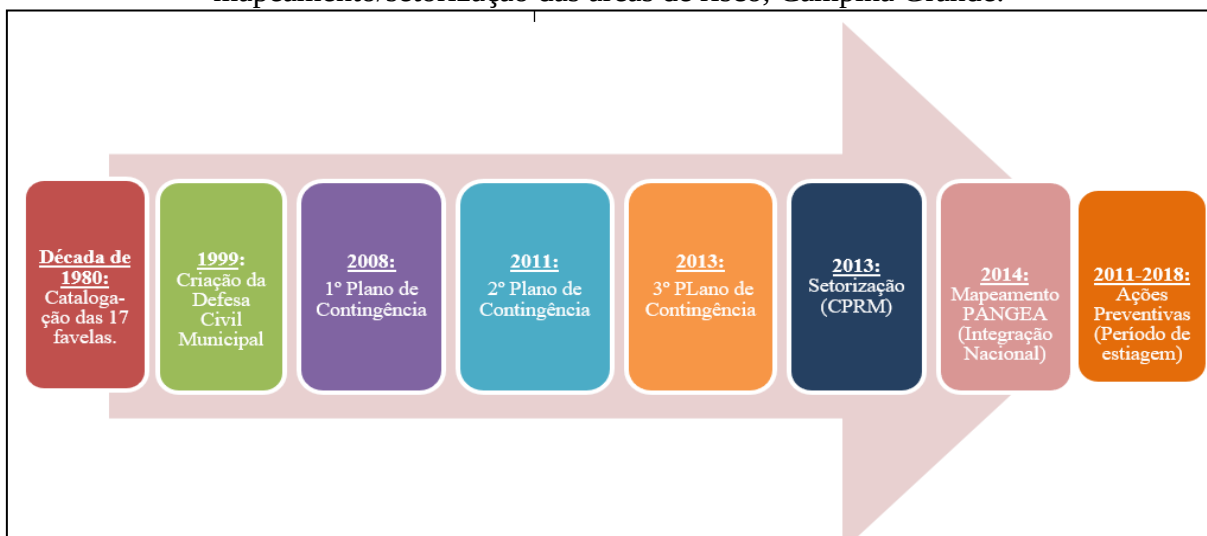
A intensificação do êxodo rural nas décadas de 1960 e 1970, aliada ao empobrecimento de grande parte dos moradores da cidade, impulsionou o crescimento das ocupações de algumas áreas de Campina Grande, sobretudo nos espaços periféricos e/ou de domínio público, iniciado anteriormente. Já na década de 1980, Campina Grande apresentava 17 favelas “catalogadas” pela Prefeitura Municipal, conforme exposto no capítulo 3.

Algumas dessas denominadas favelas, apesar de nem sempre se constituírem como tal, em função do tipo de ocupação (muitas vezes tratavam-se de loteamentos clandestinos, por exemplo), ao longo do tempo se transformaram em bairros. Outras mudaram de nome ou se incorporaram a outros bairros. Algumas, por outro lado, passaram a ser denominadas também de área de risco, a exemplo da antiga Favela Cachoeira, erradicada posteriormente.

Com o passar do tempo, novas ocupações surgiram na cidade e passaram também a ser denominadas áreas de risco, sobretudo após a instalação da Defesa Civil em Campina Grande, no ano de 1999. Essa denominação se dá, sobretudo, em virtude do caráter “socioambiental” que envolve as problemáticas das moradias e entorno, ao contrário das favelas²¹⁷ que são retratadas, majoritariamente, como um problema eminentemente socioeconômico, frequentemente negligenciando a discussão sobre a natureza. Assim, para se refletir sobre as áreas de risco na cidade de Campina Grande, se faz necessário se pensar em alguns marcos temporais, relativos ao percurso oficial de levantamento e análise desses espaços por parte do Estado (Figura 10).

²¹⁷ Com o passar do tempo “favela” passa a se configurar enquanto um conceito, exemplo disso é a obra “Planeta Favela”, de Mike Davis.

Figura 10: Linha do tempo – Principais datas e ações referentes ao processo de mapeamento/setorização das áreas de risco, Campina Grande.



Fonte: Elaboração da autora, 2018.

A linha do tempo apresentada acima tem início com a catalogação das 17 favelas na cidade, na década de 1980, visando refletir acerca do tempo que passou entre tal levantamento e a criação de um órgão específico que pudesse dar conta ou, ao menos, se responsabilizar pelas problemáticas encontradas nessas áreas, ainda que de maneira parcial, em virtude dos entraves discutidos no capítulo anterior.

Quase 20 anos após essa catalogação é que tem origem na cidade de Campina Grande a primeira versão da Defesa Civil Municipal. Segundo relatos dos antigos funcionários, no início a Defesa Civil praticamente só funcionava com o nome, em virtude das precariedades que impossibilitavam seu melhor funcionamento, a exemplo da falta de funcionários, ausência de materiais de expediente, entre outros. Essa é a dinâmica com a qual muitas Defesas Cíveis, de vários municípios, se encontram ainda hoje. Esse fato aparece como ilustração da ausência de uma preocupação maior do Estado para com espaços mais pobres, que são atendidos por esses órgãos.

No que diz respeito às ações da Defesa Civil, mesmo tendo sua origem em 1999, somente no ano de 2008 foi elaborado o primeiro Plano de Contingência da cidade, embora no ano de 2000 já tivesse sido feito um dos primeiros levantamentos acerca das áreas de risco da cidade, apresentando-se também o quantitativo de domicílios situados nas respectivas áreas (Quadro 06):

Quadro 06: Assentamentos em Áreas de Risco no Município de Campina Grande

DESABAMENTOS	INUNDAÇÕES	FAIXAS-DE-DOMÍNIO*	INSALUBRIDADE
Cachoeira (631)	Invasão dos Brotos (92)	Araxá-Linha do Trem (256)	Cortiços (5.842)
Jardim Continental (185)	Invasão do Tambor (378)	Invasão do CAIC (20)	Lixão (90)
Jardim Europa (173)	Invasão do Louzeiro (89)	BR-230 (113)	
Morro do Urubu (144)	Estação Velha (135)	Jardim Borborema III (58)	
Pedregal (1.392)	Catingueira (258)	PROTEÇÃO DE MANANCIAIS**	
Invasão do CSU (30)	Invasão de Santa Cruz (49)	Vila dos Teimosos (200)	
Jardim Palmeira (49)	Invasão de 3 Irmãs (180)	Riacho de Bodocongó (128)	
Vila Santa Cruz (20)	Rosa Mística (73)	Riacho da FAP (244)	
Jardim Menezes (82)	Distrito dos Mecânicos (34)	Riacho da Ramadinha II (112)	
Riacho da FAP (244)			
TOTAL (2.950)	TOTAL (1.288)	TOTAL (477*/684**)	TOTAL (5.932)

Fonte: SEPLAG-2000 citado por Análise Urbana-Habitacional Do Município, s.d. (*) Número de domicílios; (**) População.

No documento ao qual foi possível se ter acesso, não consta quais as metodologias e outros detalhes acerca desse primeiro levantamento. Porém, nele apresentam-se as áreas que já encontravam diversos tipos problemas no ano de 2000. Algumas dessas ocupações foram incorporadas ou se transformaram em bairros, outras mudaram de nome, conforme foi visto em capítulos anteriores. Mas muitas delas ainda passam por problemas semelhantes nos dias atuais, quase 20 anos depois desse levantamento, a exemplo das áreas estudadas nessa pesquisa:

Louzeiro (Buraco da Jia/Rosa Mística) e Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos).

No que se refere aos Planos de Contingência, após aquele que foi elaborado em 2008, supramencionado, apenas no ano de 2012 foi organizado o segundo Plano de Contingência Municipal. No ano seguinte, em 2013, foi feita a elaboração do terceiro Plano. Tais documentos serão analisados posteriormente.

Outro acontecimento importante foi o processo de setorização das áreas de risco da cidade, realizado pela CPRM, no ano de 2013. Tal setorização buscava identificar os espaços mais críticos, no que se refere às problemáticas e riscos socioambientais. Já no ano de 2014, a partir do referido levantamento realizado em 2013, a empresa PANGEA (BRASIL, 2014) realizou o mapeamento e a caracterização das áreas setorizadas, em um documento encomendado pelo Ministério da Integração Nacional.

No que concerne aos anos mais atuais, de 2011 a 2019 (janeiro), a Defesa Civil tem realizado ações referentes ao monitoramento das áreas, bem como intervenções relativas ao período de estiagem que se estende por 8 (oito) anos. Houve, vez por outra, algumas ocorrências relacionadas às chuvas mais intensas, como no mês de fevereiro de 2018, quando famílias da cidade de Campina Grande passaram por alguns transtornos nesse sentido. Porém, esses casos foram pontuais ao longo desses últimos anos.

Assim, a partir das ações da Defesa Civil no município, algumas delimitações, classificações e mapeamentos das áreas de risco ocorreram na cidade de Campina Grande, por parte de diferentes instâncias governamentais, a exemplos dos Planos de Contingências (2008, 2012, 2013) no âmbito municipal, e dos trabalhos desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, (2013) e pela Empresa PANGEA (BRASIL, 2014) a serviço do Ministério da Integração Nacional, a partir da instância federal.

Para se pensar um pouco sobre os Planos de Contingência citados, pode-se apoiar em Castro (1999, p. 139) que afirma que a contingência seria “[...] uma situação de incerteza, quanto a um determinado evento, fenômeno ou acidente, que pode se concretizar ou não, durante um período de tempo determinado”. Por outro lado, o Plano de Contingência seria “[...] o planejamento tático que é elaborado a partir de uma determinada hipótese de desastre” (CASTRO, 1999, p. 139). Assim, os planos de contingência são elaborados, normalmente pelas Defesas Civas para a iminência de um desastre, que pode vir a ocorrer, ou não.

Em Campina Grande, como já foi visto, o primeiro esforço nesse sentido foi o “Plano de contingência para situações de prevenção, alerta e emergência (Período de chuvas)”,

elaborado em 2007 para possível²¹⁸ vigência no ano de 2008, levando em consideração as ocorrências verificadas nos anos anteriores (2005, 2006, 2007). O Plano não apresenta apenas áreas de risco específicas, mas todos os bairros e distritos municipais observados na cidade e seus respectivos riscos, a partir do que foi chamado pela Defesa Civil de “monitoramento das áreas” (quadro 07).

Quadro 07: Áreas e riscos observados pela Defesa Civil de Campina Grande

BAIRRO	PROBLEMAS OBSERVADOS EM 2005/2006/2007
Acácio Figueiredo (Catingueira)	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Alto Branco	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Deslizamento de barreiras Desmoronamentos de casas
Araxá	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas
Bela Vista	Desmoronamentos de casas
Bodocongó	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Catolé	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Castelo Branco	Desmoronamentos de casas Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Centenário	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Centro	Desmoronamentos de Marquises Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Cidades	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Conceição	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Cruzeiro	Desmoronamentos de casas
Cuités	Abastecimento irregular d'água
Dinamérica	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Distrito de Catolé	Abastecimento irregular d'água

²¹⁸ Os planos de contingências são elaborados apenas para o caso de ocorrência de emergências.

Distrito de Galante	Abastecimento irregular d'água
Distrito de São José da Mata	Abastecimento irregular d'água
Distrito Industrial	
Estação Velha	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Itararé	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Jardim Continental	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana Proliferação de insetos e roedores
Jardim Paulistano	Acúmulo de lixo por ação humana
Jardim Tavares	Passarelas próximas oferecendo riscos aos pedestres
Jeremias	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana Proliferação de insetos e roedores
José Pinheiro	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Deslizamento de barreiras
Lauritzen	
Liberdade	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Pontos de alagamentos
Louzeiro	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Deslizamento de barreiras
Malvinas	Acúmulo de lixo por ação humana Proliferação de insetos e roedores
Mirante	Pontos de alagamentos
Monte Castelo	Acúmulo de lixo por ação humana
Monte Santo	Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana
Nações	Pontos de alagamentos
Nova Brasília	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores

Novo Bodocongó	Pontos de alagamentos Proliferação de insetos e roedores
Palmeira	Desmoronamentos de casas
Pedregal	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Deslizamento de barreiras
Prata	
Presidente Médici	Proliferação de insetos e roedores
Quarenta	Proliferação de insetos e roedores
Ramadinha	Proliferação de insetos e roedores Acúmulo de lixo por ação humana
Sandra Cavalcante	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Santa Cruz	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Santa Rosa	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Santa Terezinha	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Santo Antônio	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
São José	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Serrotão	Pontos de alagamentos Lixão Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Tambor	Acúmulo de lixo por ação humana Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Três Irmãs	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Universitário	
Velame	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Vila Cabral	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores

Fonte: CAMPINA GRANDE, 2008.

Observa-se que quase todos os bairros da cidade apresentavam problemas socioambientais à época, ressaltando que são problemáticas históricas. Mas, é preciso atentar-se ao que interessa mais diretamente a essa pesquisa, ou seja, o fato de que grande parte dos bairros apresentava problemas como alagamento (e, muito provavelmente, enchentes e inundações), desmoronamento de casas, entre outros.

Não se pretende fazer uma análise minuciosa a respeito de cada caso exposto no quadro. A intenção de mostrar esse trabalho realizado pela Defesa Civil é apontar como essa tentativa de “mapear” as áreas já vem se dando há algum tempo, embora com critérios e objetivos diversos.

É importante ter em vista que a metodologia de levantamento desses dados e apontamento das áreas pela Defesa Civil municipal, nesse e nos próximos documentos analisados, parte da recorrência dos problemas verificada a partir das experiências dos agentes da Defesa Civil. Esses, em sua grande parte, se tratam de funcionários contratados pela prefeitura Municipal, levando em consideração que nunca houve, no município, concurso voltado para a Defesa Civil, como é praxe em grande parte do Brasil.

A princípio, pode-se dizer que há um problema com relação ao caráter desse plano e dos demais planos a serem analisados. Sabe-se que a contingência diz respeito às emergências que podem vir ou não a ocorrer. No entanto, os espaços das cidades carecem de ações contínuas nos espaços mais precários, mas o que tem se verificado é que as ações são pensadas apenas em curto prazo por parte dos gestores, caracterizando-se, contraditoriamente, como uma ausência frequente do Estado ou como atuações paliativas.

Embora a Defesa Civil, de forma um tanto isolada, tenha uma presença frequente nas áreas, acompanhando as dinâmicas e necessidades dos moradores, acredita-se que isso não é suficiente, sobretudo pela inexistência de uma autonomia financeira desse órgão. O interessante seriam ações permanentes dos órgãos que devem trabalhar em conjunto nesses espaços (Quadro 08) e não somente da Defesa Civil, como foi discutido no capítulo anterior. Abaixo, segue um quadro que explicita bem as ações das secretarias municipais no Plano de Contingência analisado.

Quadro 08: Atribuições das secretarias municipais no Plano de Contingência.

ÓRGÃO	NÍVEL 1 – PREVENÇÃO	NÍVEL 2 – ALERTA	NÍVEL 3 – EMERGÊNCIA
CODECOM		1) Elaborar junto com a Defesa Civil, SOSUR e SEMAS	1) Divulgação a imprensa de notas esclarecedoras à população.

		notas a imprensa a fim de alertar a população.	2) Trabalhar junto a Defesa Civil, SOSUR e SEMAS.
SEMAS	1) Aquisição de material de construção e distribuição às famílias de baixa renda, objetivando a minimização de riscos de desmoronamentos. 2) Adequação de abrigo destinado a desabrigados.	1) Estado de prontidão com equipe mínima disponível.	1) Garantir suprimento de alimentação, água potável, roupas, colchões etc. 2) Recepção de donativos. 3) Cadastramento social de toda população desabrigada e do pessoal possivelmente atingido. 4) Providências decorrentes do cadastro. 5) Aluguel de imóveis com valor prefixado e relocação de famílias desabrigadas, e por período determinado. 6) Requisição de veículos para atender demanda de vistorias e atendimento à população sinistrada. 7) Resgatar a cidadania do munícipe através da fornecimento de documentos
SAÚDE	1) Campanha de vacinação. 2) Prontuário da população da área de risco. 3) Formar e treinar equipe de emergência (médicos, enfermeiros, psicológicos, etc.)		1) Acionar a equipe de emergência. 2) Providenciar medicamentos vacinas, ambulâncias etc. 3) Disponibilizar caminhonetes e ambulância quando solicitado.
SOSUR	1) Limpeza e conservação de bueiros, caixas de	1) Estado de prontidão com equipe mínima disponível.	1) Colaborar na formação de equipes de engenheiros, operadores,

	inspeção, sarjetas, valas, redes fluviais. 2) Levantamento das áreas de concentração de lixo. 3) Recolhimento de lixo e entulhos. 4) Interligar rádios de comunicação com a Defesa Civil. 5) Conservação de vegetação natural. 6) Programa de plantio de árvores e vegetação apropriada para a área de risco. 7) Demarcação da área de interesse ambiental. 8) Garantir a fiscalização das áreas de interesse ambiental e de risco. Impedindo novas ocupações.	2) Vistoria de locais que requeiram tal atitude.	encarregados, motoristas para atendimento permanente, no local da ocorrência. 2) Providenciar máquinas e equipamentos. 3) Garantir a limpeza de alojamentos levando todo material e equipamentos necessários, tais como: vassoura, sabão, produtos de limpeza, etc. 4) Manter equipes permanentes no local do desastre. 5) Designar técnicos para compor o quadro emergencial da Defesa Civil.
SEDUC	1) Conscientização e treinamento dos alunos com relação à importância da solidariedade na situação de emergência. 2) Palestras nas escolas sobre noções básicas de Defesa Civil para alunos e comunidade em geral. 3) Solicitar apoio da Defesa Civil para divulgação do projeto “A Defesa Civil nas Escolas”. 4) Distribuição de material de divulgação.		1) Ceder o estabelecimento de ensino próximo ao local da emergência. 2) Designar cozinheiras e merendeiras para trabalho permanente nos alojamentos preferencialmente, com experiência, ficando responsáveis pela preparação das refeições e limpeza da copa/cozinha.
SEFIN			1) Avaliar, acompanhar e registrar as perdas ocasionais.

			2) Liberar, com prioridade, recursos que possam atender as necessidades emergências da: Defesa Civil, SOSUR e SEMAS.
SEPLAN	1) Implementar políticas públicas de construção de moradias e assentamento ou reassentamento da população carente localizada em áreas de risco.	1) Levantamento de recursos e meios para aplicação em casos de emergências.	1) Utilização de recursos e meios para aplicação em casos de existências de desabrigados. 2) Apoio às ações da Defesa Civil.

Fonte: CAMPINA GRANDE, 2008.

Conforme o quadro 08, nota-se que as ações pensadas para minimização dos problemas são, geralmente, de cunho paliativo e emergencial, sem levar em consideração as históricas desigualdades e ausências do Estado. Exceto no caso em que aparece como função da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) “Implementar políticas públicas de construção de moradias e assentamento ou reassentamento da população carente localizada em áreas de risco”, as demais ações possuem caráter incipiente, traduzindo o que vem se apresentado aqui, a ausência ou presença parcial e incompleta do Estado.

Ademais, é cabível fazer algumas outras observações com relação ao conteúdo do Plano em si, que se caracteriza por ser bem embasado tecnicamente e até teoricamente. Tal embasamento é feito a partir de legislação e materiais vinculados às ações de Defesa Civil Nacional, demonstrando como as ideias de âmbito nacional repercutem também no local. Contudo, há nesse documento algumas falhas e lacunas, na concepção aqui adotada. Por exemplo, a justificativa do plano de 2008 apresenta os seguintes dizeres:

As fortes chuvas com precipitação elevada aumentando o volume d’água em período de 24 horas, mostram a necessidade de potencializar ações que já são desenvolvidas pela PMCG, tanto na parte preventiva, como emergencial. O Plano de Contingência recomenda o aperfeiçoamento e implantação de outras ações para aumento da capacidade e resposta a situações críticas, além de ações preventivas para minimizá-las (CAMPINA GRANDE, 2008).

É necessário fugir do discurso simplista que naturaliza os problemas. Nesse contexto, há que se pensar que não somente as chuvas mostram a necessidade de tais ações, mas toda a

conjuntura econômica, social e ambiental das áreas, uma vez que a chuva sozinha não causaria tamanhos danos, pois esse fenômeno natural obviamente sempre existiu.

O que agrava a situação analisada são as ausências de políticas públicas de moradia, o contexto de pobreza, ausência de educação, saúde e lazer, entre outros. Entretanto, ao final do documento há a recomendação de outras ações, além das preventivas. No tópico denominado “Histórico”, o plano apresenta o seguinte:

Nos períodos de janeiro a março e de junho a agosto, historicamente, as precipitações pluviométricas ocasionam, em nosso município, enchentes, inundações, alagamentos, deslizamentos de terra e desmoronamento de casas, trazendo sérios danos econômicos e sociais à população atingida (CAMPINA GRANDE, 2008).

Essas são informações importantes e relevantes, porém, é necessário pensar que essas situações (enchentes, inundações, alagamentos, deslizamentos de terra e desmoronamento de casas) não somente resultam em danos econômicos e sociais, mas também são resultados desses problemas, constituindo-se uma realidade dialética. Alguns dos problemas referidos aqui são: ausência de emprego, falta de moradia digna e de políticas adequadas à resolução desse problema, ausência de saneamento básico adequado, de infraestrutura, dentre outros. Deve-se pensar nas raízes das problemáticas, como se vem discutindo. No que diz respeito ao tópico “Diagnóstico”, o plano traz o seguinte:

As principais causas de contribuição a situações de alerta e emergência, período chuvoso, são:

- a) Ocupação desordenada do espaço urbano;
- b) Não preservação do solo e de sua cobertura vegetal;
- c) Ocorrência fenômenos naturais abruptos;
- d) Erosão do solo pelo volume excessivo de água conforme citado em “d”
- e) Sobrecarga e erosão de bases de edificações colocando-as em situações de risco ou provocando desmoronamentos;
- f) Entupimento das redes de drenagem e galerias pelo volume e excesso de água contendo terra e lixo acumulado;
- g) Escavações sem técnica adequada, modificando o perfil natural do terreno, também resultando em situações de risco;
- h) Diminuição da velocidade de escoamento de água nas áreas planas;
- i) Comunidades despreparadas para o enfrentamento de situações adversas. (CAMPINA GRANDE, 2008).

Grande parte das “causas” e contextos expostos acima já são resultados de causas maiores, ignoradas na citação. Problemas no nível do Estado, como a ausência de moradia e de políticas habitacionais includentes, juntamente com os processos envolvendo o mercado de terras urbanas aparecem como sendo, de fato, principais causas.

Mas, a respeito das “causas” expostas na citação, algumas estariam relacionadas somente à natureza, abordagem que acaba naturalizando o debate. Porém, pode-se afirmar que esses problemas se dão, sobretudo, em espaços pobres, ou seja, são também causados por

fatores socioeconômicos. Nesse caso não se tratam apenas de questões ambientais, mas socioambientais. A ideia não é diminuir a importância dos aspectos citados, mas trazer uma proposta de discussão da realidade de forma mais completa, integrada, conforme discutido no capítulo 5.

Nesse sentido, um ponto positivo a se destacar é que o plano analisado propõe a implementação de políticas públicas de construção de moradias via Secretaria de Planejamento. Isso demonstra que, ainda que a ausência dessas políticas apareça como uma das causas dos problemas, tais políticas se mostram como possibilidades de solução apontadas no documento. Esse fato pode ser considerado como um avanço, tendo em vista a forte ênfase colocada nos aspectos naturais nessa lista de “causas”, bem como o caráter parcial da maioria das ações propostas.

Alguns anos após a elaboração do Plano de Contingência (2008) discutido acima, a Defesa Civil elaborou o “Plano de Contingência da Defesa Civil de Campina Grande para situações de prevenção, alerta e emergência (Período de chuvas)”, 2012. Nesse documento a Coordenadoria de Defesa Civil Municipal apresenta alguns bairros e localidades com os seus respectivos problemas, como foi feito no Plano anterior. Ressalta-se que, mesmo após 3 (três) anos, os problemas verificados se mantiveram, fato que reflete a falta de prioridade dos governos com relação a esses espaços.

O Plano traz especificamente as 26 áreas denominadas de “Áreas críticas monitoradas pela Defesa Civil”, a partir da realização de uma “triagem” das localidades com maiores ocorrências. Nesse sentido, o Plano apresenta tanto os bairros/localidades de forma geral (Quadro 09) como as áreas mais específicas (Quadro 10).

Quadro 09: Principais ocorrências registradas pela Defesa Civil de Campina Grande.

BAIRRO/LOCALIDADE	PERÍODOS: 2005/2006/2007/2008/2009/2010/2011
Acácio Figueiredo (Catingueira)	Transbordamento do riacho de Bodocongó Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos públicos
Alto Branco	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Araxá	Pontos de alagamento Desmoronamento de casas Invasão de terrenos públicos
Bela Vista	Desmoronamento de casas

Bodocongó	Pontos de alagamentos (próximo ao açude) Desmoronamento de casas Proliferação de insetos e roedores
Catolé	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores Pontos de alagamentos
Castelo Branco	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Centenário	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Centro	Desmoronamentos de Marquises Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Pontos de alagamentos
Cidades	Transbordamento do riacho de Bodocongó Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos
Conceição	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Cruzeiro	Desmoronamentos de casas Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Cuités	Abastecimento irregular d'água
Dinamérica	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Estação Velha	Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Itararé	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos
Jardim Continental	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana Proliferação de insetos e roedores
Jardim Paulistano	Acúmulo de lixo por ação humana Pontos de alagamento
Jardim Tavares	Passarelas próximas oferecendo riscos aos pedestres
Jeremias	Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana Proliferação de insetos e roedores
José Pinheiro	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Acúmulo de lixo em terrenos baldios
Lauritzen	

Liberdade	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Pontos de alagamentos
Louzeiro	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Malvinas	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos públicos
Mirante	Pontos de alagamentos
Monte Castelo	Acúmulo de lixo por ação humana
Monte Santo	Desmoronamentos de casas Acúmulo de lixo por ação humana
Nações	Pontos de alagamentos
Nova Brasília	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Novo Bodocongó	Pontos de alagamentos Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos públicos
Palmeira	Desmoronamentos de casas
Pedregal	Pontos de alagamentos Desmoronamento de casas Proliferação de insetos e roedores Acúmulo de lixo em terrenos baldios Invasão de terrenos públicos
Prata	
Presidente Médici	Proliferação de insetos e roedores
Quarenta	Proliferação de insetos e roedores
Ramadinha	Proliferação de insetos e roedores Acúmulo de lixo em terrenos baldios Invasão de terrenos públicos
Rosa Cruz	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Sandra Cavalcante	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Santa Cruz	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Proliferação de insetos e roedores
Santa Rosa	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores

Santa Terezinha	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Santo Antônio	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
São José	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo
Serrotão	Proliferação de insetos e roedores Lixão (ROTA DE AVIÕES – AEROPORTO) Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Rompimento de pequenos barreiros e/ou açudes
Tambor	Obstrução de galerias e bueiros por acúmulo de lixo Desmoronamentos de casas Desmoronamentos de casas Invasão de terrenos públicos
Três Irmãs	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores Invasão de terrenos públicos
Universitário	
Velame	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores
Vila Cabral	Pontos de alagamentos Desmoronamentos de casas Proliferação de insetos e roedores

Fonte: CAMPINA GRANDE, 2012 (adaptado).

Pode-se verificar que a maior parte dos problemas expostos no documento de 2008 permaneceu em 2012. Mas é importante acrescentar que “novos” problemas são acrescentados à lista, a exemplo da “Invasão de terrenos públicos”, que aparece como sendo um problema de várias áreas. É importante lembrar que essa forma de ocupação do espaço é verificada na cidade desde décadas anteriores, inclusive com doações de terrenos públicos por parte de alguns políticos locais, fato mencionado anteriormente.

Constata-se que essa dinâmica é resultado, além de clientelismos, em parte dos casos, de um processo de produção espacial desigual, cuja única possibilidade de acesso à terra urbana e à moradia, por parte dos mais pobres, se dá via ocupação dos terrenos urbanos. Logo, a constante e crescente valorização imobiliária de alguns bairros, como Prata, Alto Branco e Catolé, torna impossível o acesso via compra formal de terras.

Além dos espaços apresentados acima, o plano especificou cada área mais diretamente atingida com os problemas citados no quadro anterior. Segue a lista com o nome das 26 áreas denominadas “áreas críticas monitoradas pela Defesa Civil” naquele ano (Quadro 10):

Quadro 10: Áreas críticas monitoradas pela Defesa Civil

Rua Tianguá – bairro das Cidades
Rua Aratuba – bairro das Cidades
Comunidade “Zé Batista” – bairro Acácio Figueiredo (Catingueira)
Parte baixa do bairro Três Irmãs
Rua Fortaleza – bairro Santa Cruz (Ponte do Cruzeiro)
Vila dos Teimosos – bairro de Bodocongó
Grotão do Catolé (terreno íngreme)
Travessa Santa Luzia – Estação Velha
Canal das Piabas – Rosa Mística (travessa Severino Verônica)
Comunidade São Januário (Riacho Verde)
Comunidade Novo Horizonte
Invasão do Distrito dos Mecânicos
Invasão da “Dayse” – bairro Acácio Figueiredo (Catingueira)
Invasão do Santo Antônio
Invasão do “Meninão” (riscos de incêndios)
Jardim Europa
Jardim América
Jardim Continental
Vila da FAP – Araxá
Dinamérica III (por trás do MAXXI ATACADO)
Canal do Pedregal – rua São Geraldo e rua Maria Aparecida Carneiro
Mutirão do Serrotão
Comunidade Pelourinho – bairro Rosa Cruz
Ruas Manoel Leonardo Gomes – bairro Jardim Paulistano
Travessa Pará – bairro da Liberdade
Dinamérica III (por trás MAXXI ATACADO)

Fonte: CAMPINA GRANDE, 2012.

Contrastando com o quadro 09, no qual aparecem 56 bairros/localidades, no quadro 10 verifica-se a presença de 26 áreas, ou seja, são os espaços mais críticos inseridos nos bairros apresentados, no que se refere às problemáticas socioambientais.

Afirma-se que, mesmo partindo sobretudo da empiria, a existência desse levantamento se mostra um tanto “arrojada” para a realidade de uma cidade média como Campina Grande, tendo em vista a ausência de documentos desse tipo em vários municípios do país²¹⁹. Esse fato

²¹⁹ Dos 5.570 municípios brasileiros apenas 738 possuíam, em 2013, Plano de Contingência para Desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas (MUNIC, 2013).

demonstra que, no que se refere à chamada gestão de riscos, a Defesa Civil Municipal de Campina Grande se adiantou em relação às demais, apesar de algumas lacunas/equívocos.

No que diz respeito a esse Plano de Contingência, elaborado em 2012, pode-se notar que tal documento apresenta alguns avanços com relação ao anterior, 2008. Entretanto, repete alguns equívocos ou comete novos. Por exemplo, mais uma vez, coloca-se a chuva como a principal causa dos problemas nas áreas, quando na “Justificativa” afirma que:

As fortes chuvas verificadas em nossa região, nos últimos anos, que provocaram enxurradas, inundações e deslizamentos, JUSTIFICAM a necessidade de: a) Potencializar ações preventivas e de respostas desenvolvidas pela Prefeitura; b) Fortalecer as relações com os demais órgãos do Sistema de Defesa Civil no município, notadamente àqueles órgãos de respostas aos eventos desastrosos; c) Articular ações ou procedimentos comuns com os municípios limítrofes, objetivando a redução ou minimização do impacto de desastres em comunidades vulneráveis, em cidades do compartimento da Borborema (CAMPINA GRANDE, 2012, grifo no original).

Em primeiro lugar, não foram somente as chuvas que provocaram tais processos (enxurradas, inundações e deslizamentos que atingiram pessoas), mas a partir desses fenômenos naturais muitos outros problemas que estavam latentes foram verificados, como as desigualdades de renda, diferenças na apropriação do espaço urbano, ausência de moradia digna e consequente ocupação de áreas alagadiças, terrenos íngremes, leitos de riachos, entre outros. São tais fatores que justificam a necessidade de intervenções estatais, e não as fortes chuvas.

Toda a negligência histórica para com esses espaços, e para com as pessoas que neles habitam, tem que ser levada em conta quando se discute o que deve justificar a atuação do Estado em qualquer que seja a escala espacial ou temporal. Já no tópico “Histórico”, o plano problematiza um pouco mais sobre as questões levantadas aqui nesse estudo, segue:

Alterações na dinâmica do clima, somadas a urbanização crescente e desordenada; descumprimento de normas ambientais ou de postura do município são indicativos de causa do aumento dos cenários de riscos e que provocam: deslizamentos, inundações e alagamentos em diversos pontos da cidade, desmoronamentos de casas, desabamento de marquises, quedas de muros e de árvores, rompimentos de pequenos açudes, aumento da pobreza e miséria (CAMPINA GRANDE, 2012).

Observada aí a questão do processo de urbanização, embora a terminologia “desordenada” não seja a mais adequada, esse trecho do plano problematiza um pouco mais sobre as verdadeiras causas da origem e manutenção das áreas de risco, para além de uma explicação superficial, ou apenas baseada em fenômenos puramente climáticos ou naturais.

Chamam ainda atenção os aspectos jurídicos e institucionais presentes nesses processos e que são também causas das problemáticas. Ao final do trecho, o plano indica ainda

a pobreza e a miséria como sendo parte constituinte dessas realidades, trazendo um debate necessário e saindo de um nível explicativo de cunho puramente natural.

Contudo, no quesito “Diagnóstico” é possível observar problemas semelhantes aos verificados no Plano anterior (2008), pois o conteúdo volta a focar em questões naturais e, quando trata sobre as características sociais, a ênfase se dá nas pessoas ou comunidades individualmente “antropizando” a discussão, sem questionamentos ou apontamentos de outros sujeitos/organismos sociais, como o Estado e os promotores imobiliários e seu papel nessa dinâmica. O plano expõe o seguinte, na sua parte denominada “Diagnóstico”:

As principais causas de contribuição às situações desastrosas, no período chuvoso, e que pudemos identificar foram:

- a) Despreparo das comunidades para situações de alerta e/ou emergência;
- b) Ausência de disseminação de uma “cultura” de Percepção de Riscos;
- c) Ocupação desordenada do solo e do espaço urbano;
- d) Não preservação do solo e de sua cobertura vegetal;
- e) Ocorrência de fenômenos naturais abruptos;
- f) Erosão do solo pelo volume excessivo de água conforme citado em “e”
- g) Sobrecarga e erosão de bases de edificações colocando-as em situações de risco ou provocando desmoronamentos;
- h) Obstrução e/ou entupimento das redes de drenagem e galerias pelo volume e excesso de água contendo terra e lixo acumulado;
- i) Escavações sem técnicas adequadas, modificando o perfil natural do terreno, também resultando em situações de risco;
- j) Diminuição da velocidade de escoamento de água nas áreas planas;
- k) Sistemas de drenagem deficitários e carentes de manutenção;
- l) Construção e/ou manutenção inadequada de açudes e barragens de pequeno porte;
- m) Descumprimento de normas contidas no Código de Postura do Município e ausência de rigor por parte do poder fiscalizador;
- n) Ausência de abrigos (CAMPINA GRANDE, 2012).

Ao observar o trecho acima, verifica-se que, mais uma vez, não se apresentam as causas fundantes dos problemas, tais como ausência de ações ou intervenções parciais do Estado nos espaços, crescimento e expansão do setor imobiliário, inacessível para a população que passa a ocupar essas áreas.

Não se pretende afirmar que a população é totalmente isenta no processo de conformação das problemáticas socioambientais. Mas chamar atenção para o fato de que, embora essas ações individuais possam piorar certos problemas, elas são irrisórias se comparadas às estratégias dos agentes do poder econômico e político. Por isso, também é equivocado esperar uma “autopreparação” ou a chamada resiliência das comunidades, uma vez que esses espaços foram historicamente abandonados em vários aspectos.

Outro ponto importante a ser destacado do trecho analisado é a parte da ausência dos abrigos provisórios. Porém, tão preocupante quanto sua ausência é sua existência precária. Sabe-se que esses abrigos, quando da sua utilização, caracterizam-se por serem espaços

desprovidos de uma estrutura adequada e de uma rede de serviços básicos para o atendimento das diversas famílias que ali se instalam, visto que são abrigos provisórios com condições improvisadas em espaços pré-estabelecidos pelas Defesas Civas, como escolas, Sociedade de Amigos de Bairros (SAB's), entre outros.

Cabe ressaltar que, nesses casos, frequentemente, dezenas de famílias são colocadas em um mesmo abrigo, caracterizando uma perda de privacidade, perda de direitos, como o de ir e vir e do acesso à moradia digna, entre outros, além de inúmeras problemáticas encontradas pelas famílias ali abrigadas²²⁰.

O último Plano de Contingência elaborado pela Defesa Civil local com relação às chuvas foi o de 2013, em virtude da grande estiagem que assolou o município desde então. O documento é denominado “Plano de contingência para desastres decorrentes de precipitações pluviométricas no município de Campina Grande”, 2013.

O plano apresenta os chamados “cenários vulneráveis”²²¹, somando 26 áreas, que na sua maior parte converge com aquelas delimitadas no plano de 2012, apresentando algumas divergências e/ou ausência com relação ao anterior. O documento discute ainda, de maneira breve, sobre os problemas que acometem cada área, além de apresentar outras informações a respeito de cada uma delas. Segue relação com tais áreas²²² (Quadro 11):

Quadro 11: Cenários vulneráveis do Município de Campina Grande

Dinamérica III (Rua Tranquilino Coelho Lemos e adjacências);
Estação Velha (Travessa Santa Luzia e Invasão Linha Férrea);
Feira Central
Grotão (Itaré);
Invasão da Dayse (Catingueira);
Invasão da EMPASA;
Invasão do Distrito dos Mecânicos;
Invasão do “Meninão”;
Invasão do Santo Antônio (próximo a Casa do Menino);
Invasão Zé Batista (Catingueira);
Rua Fortaleza (Santa Cruz);
Jardim América

²²⁰ Para maior detalhamento e exemplos sobre Campina Grande, conferir a pesquisa de Freire (2016)

²²¹ Observa-se que até a Defesa Civil se contrapõe/confunde no uso de denominações que designam as áreas estudadas, variando ao longo dos planos expostos. O que pode ser caracterizado como sendo um reflexo das próprias inconsistências teóricas a esse respeito, de acordo com a discussão realizada no capítulo 5.

²²² Para se ter acesso à caracterização de todos cenários vulneráveis, consultar o “Plano de contingência para desastres decorrentes de precipitações pluviométricas no município de Campina Grande” (2013).

Jardim Continental
Jardim Europa
Mutirão do Serrotão
Rosa Mística (Rua Severino Verônica)
Novo Horizonte;
Pedregal (Ruas: São Geraldo e Maria Aparecida Carneiro);
Pelourinho (Rosa Cruz);
Rua Almeida Barreto (Entrocamento com as ruas: Santa Filomena e Espírito Santo);
Rua Manoel Leonardo Gomes e adjacências (Jardim Paulistano);
Rua Mauricio de Travassos Moura (Jardim Paulistano);
Travessa Pará (Liberdade);
Três Irmãs;
Vila da FAP (Ruas: Rubenita Wanderley Neiva, João Batista Peixoto e Min. Alcides Carneiro);
Vila dos Teimosos (Bodocongó).

Fonte: CAMPINA GRANDE, 2013 (adaptado).

Constata-se que 22 dessas áreas apresentadas no quadro 11 coincidem com aquelas apresentadas no Plano anterior (2012). O critério desse levantamento também se caracteriza como sendo predominantemente de caráter empírico, baseando-se na recorrência dos problemas nas áreas, bem como no acompanhamento dessas mesmas áreas por parte dos funcionários da Defesa Civil. Tal metodologia não o descaracteriza, assim como os demais, mas pode torná-lo incompleto ou equivocado em alguns aspectos. Por exemplo, no tópico “Documento de aprovação” pode-se ler o seguinte:

O Plano de Contingência do município de Campina Grande – PLACON estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na prevenção, mitigação, preparação e resposta a **emergências** relacionadas a desastres decorrentes de precipitações pluviométricas de grande impacto (CAMPINA GRANDE, 2013, grifo nosso).

A partir do exposto, algumas reflexões podem ser feitas. A primeira delas é a seguinte: o plano é claro ao afirmar que os procedimentos necessários serão adotados apenas em casos de emergências, deixando evidente que a preocupação é resolver os problemas nos momentos de desastres ou no momento imediatamente anterior ou posterior à ocorrência. Assim, as problemáticas de longo prazo e de natureza pretérita não são levadas em consideração, não havendo uma política preventiva efetiva para esses casos.

Além disso, ao final da citação exposta, mais uma vez, a chuva sozinha aparece como “vilã” dos desastres. Ao que parece, é como se o Estado e o mercado de terras urbanas não existissem e muito menos colaborassem para conformação de tais “cenários”. Contraditoriamente, no mesmo tópico “Documento de Aprovação”, o plano afirma que os órgãos elencados para auxiliar a Defesa Civil nas ações,

assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e **manutenção** das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste documento (CAMPINA GRANDE, 2014, grifo nosso).

O termo “manutenção” apresenta-se como possibilidade de pensar os problemas como algo permanente e cotidiano, pois o sofrimento e os problemas das pessoas não cessam com o passar do desastre. É necessário, portanto, pensar sobre a permanência das ações, para garantir a não continuidade do *status quo* que se apresenta.

No quesito “Finalidade”, do mesmo documento, o plano volta a apresentar alguns equívocos, como no trecho a seguir onde afirma-se que o Plano:

estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na prevenção, mitigação, preparação e resposta a **emergências** e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a desastres naturais [...]” (CAMPINA GRANDE, 2013).

Ocorre que, mais uma vez, o caráter emergencial e, portanto, parcial das ações se apresenta. Fica notória a atuação paliativa do Estado nesses casos, mesmo sabendo-se que está se referindo às ações da Defesa Civil enquanto órgão governamental. É sempre bom reforçar a necessidade de atuação de outros órgãos nesses casos, visto que a ideia é que o ataque aos problemas relativos às áreas de risco se dê de maneira sistêmica, como foi visto na discussão do capítulo 5 acerca da Defesa Civil.

Ademais, afirmar que tais eventos se relacionam apenas aos desastres naturais é encobrir uma série de questões sociais, políticas, econômicas (FILGUEIRA, 2013) que envolvem esses processos. Em síntese, as análises puramente “naturais” desses espaços não permitem uma problematização maior das causas fundantes dos seus problemas, uma vez que suprimem aspectos importantes da problemática.

Diante disso, após a elaboração desses Planos de Contingência (2008/2012/2014) para Campina Grande, no âmbito local, outros documentos de “setorização” e de “mapeamento” das áreas de risco foram elaborados, em 2013 e 2014 respectivamente, agora a partir da intervenção da escala federal, através do Ministério da Integração Nacional.

É importante lembrar que Campina Grande é um dos 957 municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN²²³). Esse centro tem como proposta “realizar o monitoramento e emitir alertas de desastres naturais que subsidiem salvaguardar vidas e diminuir a vulnerabilidade social, ambiental e econômica decorrente desses eventos” (CEMADEN). Nesse contexto,

Os municípios monitorados pelo CEMADEN têm histórico de registros de desastres naturais decorrentes de movimentos de massa (deslizamentos de encosta, corridas de massa, solapamentos de margens/terras caídas, queda/rolamento de blocos rochosos e processos erosivos) e/ou decorrentes de processos hidrológicos (inundações, enxurradas, grandes alagamentos). Em complemento, os municípios monitorados devem ter as áreas de riscos para processos hidrológicos e geológicos identificados, mapeados e georreferenciados (Fonte: Site do CEMADEN, s.d)

A princípio pode-se refletir acerca da postura desse importante órgão para com os desastres. No trecho citado, os desastres são apresentados como se tivessem somente origens naturais, negligenciando-se, assim, outros aspectos na sua apreensão, como já foi visto em outros documentos estatais e em parte da literatura sobre riscos e desastres.

No que se refere à operacionalização da setorização dos municípios, observa-se que foram priorizados aqueles que possuíam histórico de desastres. Em virtude disso, com o objetivo de conhecimento da realidade de Campina Grande, diante dos desastres que ocorria em diversos estados do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, Santa Catarina, entre outros, foi realizada uma setorização das chamadas áreas de risco, em 2013, na cidade estudada, sob a responsabilidade da CPRM. Acerca disso, o documento produzido traz a seguinte afirmação:

Visando uma redução geral das perdas humanas e materiais o Governo Federal, em ação coordenada pela Casa Civil da Presidência da República em consonância com os Ministérios da Integração Nacional, Ministério das Cidades, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa e o Ministério de Minas e Energia firmaram convênios de colaboração mútua para executar em todo o país o diagnóstico e mapeamento das áreas com potencial de risco alto a muito alto. O programa será executado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, empresa do Governo Federal ligada ao Ministério de Minas e Energia, com duração prevista para os próximos quatro anos. Entretanto, devido a grandes demandas e ao histórico de vários municípios brasileiros, iniciou-se uma ação emergencial em novembro de 2011 em algumas localidades com o objetivo de mapear, descrever e classificar as situações com potencialidade para risco alto e muito alto (CPRM, 2013).

O documento apresentado, “Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa”, foi produzido de maneira um tanto “emergencial”, como o próprio nome diz, em função de inúmeras demandas no país e de

²²³ Disponível em: <http://www.cemaden.gov.br/municipios-monitorados>. Acesso em: 12 dez. 2016.

questões logísticas (número de pessoas pra realizar o trabalho, tempo necessário para fazê-lo, entre outros). Enfim, esse foi o primeiro mecanismo de identificação e setorização das áreas de risco na cidade, após as iniciativas da Defesa Civil Municipal.

A referida setorização priorizou 11 áreas (Mapa 08) entre as mais problemáticas da cidade, do ponto de vista socioambiental, a partir de indicação da Defesa Civil local. A partir dos acompanhamentos in loco de parte do processo e de contatos sistemáticos realizados com a coordenação da Defesa Civil, foram obtidas as seguintes explicações para a priorização dessas 11 áreas:

1. Como a equipe (externa, enviada de Brasília sem critérios explícitos) que realizou tal estudo necessitava de certa agilidade no processo, em função de algumas questões, como ter que partir para outros municípios para realizar o mesmo trabalho, os funcionários da Defesa Civil elencaram algumas das áreas que consideravam mais críticas; 2. O trabalho foi comunicado à Defesa Civil muito próximo da sua realização, deixando os funcionários locais sem possibilidades de eleger outros critérios para a indicação das áreas; 3. A escolha dessas áreas se deu em virtude da criticidade dos problemas quando da sua ocorrência, assim como da sua recorrência histórica.

Constata-se, assim, um grande problema, pois um trabalho de tal relevância deveria ser realizado com toda serenidade e atenção, visando contemplar as várias nuances da realidade. Entretanto, não foi o que se verificou. E, apesar da elaboração do documento ter contado com o apoio da Defesa Civil local, pode-se afirmar que existem diferenças essenciais com relação aos documentos produzidos pela Defesa Civil, como no caso dos Planos de Contingência.

Mas, considera-se, aqui, que a principal diferença é o número das áreas de risco apontadas, pois conforme revelado no quadro 10, a Defesa Civil apontava 26 áreas de risco, enquanto o documento produzido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) aponta apenas 11. A esse respeito, o documento afirma o seguinte:

O presente trabalho resultou na seleção de onze áreas consideradas de risco alto em função de sua ocupação e de fenômenos naturais que ocorrem. Em linhas gerais, em Campina Grande tem-se uma ocupação desordenada e irregular das áreas de drenagem e planícies aluvionar dos rios locais, submetidas a enchentes e enxurradas em eventos de chuvas excepcionais, que causam problemas diversos para as moradias instaladas no leito do rio e em sua planície de inundação (CPRM, 2013).

Assim como foi verificado em outros momentos dessa pesquisa, observa-se como a utilização de certos termos se faz sem um mínimo rigor, fato comum nos documentos oficiais analisados. Ao utilizar, por exemplo, os termos “desordenada” e “irregular”, o documento explicita a presença de critérios arbitrários ou inexistentes para tal classificação.

O documento traz as enchentes e enxurradas como principais processos que ocorrem nas áreas quando da ocorrência de intensas precipitações pluviais, mas, ao mesmo tempo, põe a “culpa” dos referidos problemas nas chuvas, sem levar em consideração os aspectos estruturais e conjunturais desse tipo de ocupação aos quais insistem chamar de desordenado. Além disso, o próprio documento confirma a presença de famílias morando no leito do riacho, conforme constatado *in loco*. Porém, não se faz uma abordagem crítica do fato, que parece já estar naturalizado na narrativa e na prática estatal.

Em termos gerais, no documento “Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa” (2013) constam os resultados do trabalho produzido pela CPRM, ou seja, imagens das áreas, caracterização dos problemas, tipos de risco, quantidade dos imóveis e pessoas em risco, além de sugestões de intervenções. Para maior aprofundamento sugere-se verificar o material no todo, alertando que o mesmo traz importantes informações, porém, por vezes equivocadas, como será visto adiante.

Nesse estudo não foi possível se deter às 11 áreas setorizadas, em função da demanda de sistematização de uma série de dados e abordagens, mas adiante serão expostos alguns aspectos de forma geral acerca das áreas. O enfoque será dado às áreas denominadas Bairro Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia) e Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos) no tópico seguinte.

Cabe lembrar que todo o material produzido pela CPRM (2013) poderia ser muito útil, sobretudo, na elaboração de políticas públicas voltadas aos espaços caracterizados. Mas, além de muitos gestores sequer saberem da existência e muito menos se interessarem por tais contribuições, ocorre que, como já foi dito, esse material foi resultado de um trabalho feito às pressas, inclusive sem contar, em certos momentos, com o acompanhamento dos funcionários da Defesa Civil de Campina Grande, uma vez que a presença deles não foi solicitada em alguns dos dias dos levantamentos em campo.

Infelizmente, o resultado foi um trabalho incompleto e, em partes, equivocado. Pode-se citar o exemplo de um erro crasso, dentre outros, qual seja, a apresentação do nome de um bairro, porém com a localização e as imagens de outro. A respeito desses equívocos, Freire (2016, p. 124) ao estudar o bairro que corresponde às fotos é enfática:

[...] vale ressaltar que esse material apresenta alguns equívocos. O primeiro deles é que a comunidade do Mutirão é confundida com o bairro Três Irmãs, apesar de apresentar fotografias e descrição do Mutirão. Além disso, o sentido da drenagem e da “área de risco” presentes no mapa é contrário aos dados obtidos *in loco*. O sentido (nas setas azuis) do risco é referenciado no sentido Oeste para Leste, quando na verdade a altitude do terreno só possibilitaria uma drenagem no sentido oposto, de Leste para Oeste. Há equívocos também na descrição, uma vez que foram

completamente destruídas cerca de quatro casas e o óbito registrado com a enchente também não ocorreu na casa mostrada na imagem, mas sim em uma casa defronte a mostrada no material da CPRM. Nas sugestões de intervenção há uma obra de engenharia com a construção de um canal para direcionamento das águas. Um equívoco que se percebe nessa recomendação é que mesmo com a obra de canalização, da maneira que está sendo feita no sentido descrito pelo mapeamento, os estragos seriam os mesmos, uma vez que o rompimento da barragem ocorrido em 2011 se deu no sentido Norte – Sul com desvio para o sudoeste.

Essa análise ajuda a perceber como um trabalho feito de “qualquer maneira” pode prejudicar inúmeras pessoas. Nesse caso apresentado, por exemplo, se uma política pública for pensada para o local apresentado e os seus atributos não coincidirem in loco, ocorrerá que os objetivos da política dificilmente ou parcialmente serão alcançados.

A tão discutida, aqui e alhures, visão de sobrevoo (SOUZA, 2011), por parte do Estado, pode ser constatada nesse caso e apresenta-se a partir de resultados esdrúxulos que pouco ou em nada seriam úteis, em caso de intervenção do Estado via política pública. Por fim, observa-se o gasto de recursos públicos com tal trabalho. Vale refletir como esse dinheiro poderia ser bem aplicado se as tarefas executadas pelo Estado não fossem quase sempre utilitaristas e superficiais, quando se trata de espaços habitados pelos mais pobres!

Para finalizar a análise desse documento, verificou-se que, assim como em outras esferas da sociedade, a exemplo da mídia e da academia (vide capítulo 5), os documentos estatais tendem a naturalizar excessivamente as problemáticas relacionadas aos riscos e desastres, conforme aparece no trecho a seguir do referido documento:

O crescimento acelerado das cidades aliado à ocupação desordenada, tem sido o principal responsável pelos eventos naturais com consequências catastróficas que se sucedem nos grandes e pequenos núcleos urbanos. Ocupação de encostas sem nenhum critério técnico ou planejamento bem como a ocupação das planícies de inundação dos principais cursos d’água que cortam a grande maioria dos municípios brasileiros tem sido os principais causadores de mortes e das grandes perdas materiais (CPRM, 2013).

A visão apresentada está eivada de diversos equívocos, o que mostra que a atuação equivocada do Estado também pode se apresentar na consecução de documentos estatais e de normatizações para esses espaços e não somente em ações concretas.

A princípio, como já visto, verifica-se que a expressão “ocupação desordenada” não é a mais adequada para se tratar de um processo cujas intencionalidades dos agentes produtores do espaço estão frequentemente justapostas a essa dinâmica, e sabe-se que a conformação do espaço é “ordenada” de acordo com tais intenções. Em segundo lugar, os eventos naturais têm origens naturais, como o próprio nome já diz, não são causados por processo de urbanização, como se afirma no documento.

Além disso, os principais causadores de mortes e perdas materiais não são as ocupações por parte das pessoas somente, essa é apenas uma parte da realidade maior em que essas ocupações estão inseridas. Há que se pensar que a ausência do Estado, de políticas públicas e do direito a uma moradia digna, aparecem muito mais como causadores dessas perdas humanas e materiais do que, necessariamente, o ato de buscar uma moradia através dessas ocupações que jamais serão a opção mais viável, digna e segura, mas a única opção possível encontrada por essas famílias.

Finalmente, o último documento estatal (nível federal) de mapeamento e discussão sobre as áreas de risco analisado foi o documento denominado “Relatório 1762-R4-14: Município de Campina Grande, PB – Lote 03” (BRASIL, 2014) que se constitui em um:

Levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais para elaboração de mapas de risco e apresentação de proposta de intervenções para prevenção de desastres, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2013-MI (BRASIL, 2014).

Esse relatório mais recente, encomendado pelo Ministério da Integração Nacional via Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), através de processo licitatório, à empresa “PANGEA” (BRASIL, 2014), identificou também 11 áreas de risco na cidade²²⁴, das quais oito apresentam risco de inundação quando do período em que as chuvas são mais fortes e frequentes. Além desses oito setores, como são chamados os espaços no documento, há mais três: um deles também apresenta risco de inundação aliado ao risco de solapamento, um possui o risco de escorregamento de talude de corte e um tem possibilidade de enxurradas. De acordo com o relatório:

No município de Campina Grande foram identificados 11 setores de risco, que abrangem, no total, área de 0,71 km² e abrigam 721 edificações e, estima-se, 2.802 habitantes. Desses 11 setores, que se encontram subdivididos em 44 subsetores, um está sujeito à ocorrência de escorregamento; em um pode ocorrer tanto solapamento quanto inundação; um está sujeito à ocorrência de enxurrada; e oito à ocorrência de inundação (BRASIL, 2014).

Ressalta-se que a maior parte desses espaços se encontram nas proximidades dos dois riachos (em parte canalizados) que cortam a cidade, o Riacho das Piabas e o Riacho de Bodocongó, ambos afluentes do Rio Paraíba (mapa 05). A proximidade desses setores com os corpos hídricos e mananciais da cidade aumenta a probabilidade de desastres relacionados ao transbordamento das águas desses corpos hídricos, a partir das cheias e, conseqüentemente, das inundações.

²²⁴ Esse documento, mais detalhado e aprofundado, foi elaborado a partir do anterior (CPRM, 2013).

Emerge, novamente, a importância de se levar em consideração o sítio físico da cidade para a compreensão da realidade, pois, esse sítio influencia muito os processos que ocorrem no espaço urbano e que são viabilizados pela sociedade como um todo. Observa-se a intrínseca relação sociedade-natureza nesse e em outros contextos.

Uma questão relevante a esse respeito é que, segundo o documento consultado, a maioria dos espaços analisados apresenta baixo ou médio risco de inundação e, em contrapartida, apresentam uma alta vulnerabilidade (BRASIL, 2014).

Por exemplo, o setor 01 (Açude de Bodocongó – Vila dos Teimosos) apresenta 100 % dos seus subsetores com “alta vulnerabilidade da ocupação”, enquanto que em relação aos riscos, 100% dos subsetores apresentam o que foi classificado como “baixo grau de risco”. Já no setor 07 (Bairro Louzeiro – Buraco da Jia/Rosa Mística), a “alta vulnerabilidade da ocupação” foi constatada em cinco dos seis subsetores (cerca de 83% dos subsetores), enquanto 50% apresenta baixo grau de risco de eventos hidrológicos extremos por subsetor e 50% apresenta médio grau de risco.

Isso quer dizer que os riachos em si não constituem as problemáticas ou riscos mais amplos para a população que vivem às suas margens, a motivação maior é a vulnerabilidade, ou seja, são as problemáticas socioambientais causadas ou intensificadas, muitas vezes, pela ação direta ou indireta de agentes hegemônicos como o Estado e o setor imobiliário. O documento apresenta ainda os fatores e indicadores relacionados às vulnerabilidades verificadas (Quadro 12):

Quadro 12: Fatores de vulnerabilidade da ocupação, tipo de desastre e indicadores.

Fatores de vulnerabilidade	Desastre	Indicadores vulnerabilidade (IV)
Características da edificação	Deslizamento Enxurrada/inundação	IV.01 – Quantidade de edificações não de alvenaria
		IV.02 – Porcentagem de edificações com acesso precário
Capacidade de prevenção e resposta	Deslizamento Enxurrada/inundação	IV.03 – Diversidade e importância das instituições existentes num raio de 3 km
		IV.04 – Classificação da capacidade de identificação, análise e monitoramento de riscos
		IV.05 – Porcentagem de fatores de prevenção e mitigação de desastres classificados como Insuficiência e/ou Insuficiência grave
		IV.06 – Porcentagem de fatores de planejamento classificados como Insuficiência

Fonte: BRASIL, 2014.

Através das informações contidas no Quadro 12, no item “indicadores vulnerabilidade”, pode-se notar que esses indicadores estão bastante relacionados aos fatores sociais, ou seja, às carências financeiras, à ausência de condições dignas de habitação e à precariedade ou distância de alguns serviços básicos. Diante disso, é notória a importância de

levar em conta os contextos socioambientais desses espaços e o papel dos agentes produtores do espaço na tentativa de compreensão dos mesmos. Assim,

A urbanização e a emergência dos problemas ambientais urbanos obrigam os estudiosos dos impactos ambientais a considerar os pesos variados da localização, distância, topografia, características geológicas, morfológicas, distribuição da terra, crescimento populacional, estrutura social do espaço urbano e processo de seletividade suburbana ou segregação espacial (COELHO, 2010, p. 27).

Nesse sentido, cabe ressaltar que, a partir da literatura e do conhecimento das áreas de risco da cidade de Campina Grande e das suas características, as vulnerabilidades em especial e os riscos são realidades nos espaços mais pobres dessa cidade. Ou seja, o poder aquisitivo das famílias ou a falta dele influencia (e às vezes, determina) aonde elas irão viver. É fato que os pobres têm se localizado nas áreas mais frágeis, do ponto de vista ambiental, e mais precárias, do ponto de vista social, constituindo, assim, espaços cujas problemáticas socioambientais são uma constante, causando o que aqui se denomina de (in)justiças socioambientais (RIBEIRO, 2017).

Uma nota final a respeito desse último documento apresentado é que, ao contrário de muitos documentos estatais analisados, o material elenca o Poder Público como sendo responsável pela prevenção e resposta ligadas aos desastres, não colocando somente as pessoas como responsáveis pelos contextos de precariedade e desastres, com discursos sobre resiliência e afins.

Esse fato é animador, visto que se percebe um avanço na percepção dos documentos estatais nesse sentido, se comparado aos demais documentos analisados. Além dessa variação, o Relatório apresenta-se como um documento mais completo e mais embasado, técnica e teoricamente do que os anteriores. Porém, é necessário que se reconheça que o investimento financeiro por parte dos idealizadores e a diferença das escalas onde estavam situados esses agentes fez toda a diferença nesse caso.

6.2 PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: UM OLHAR GERAL SOBRE AS ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE

Finalizadas as discussões sobre os documentos estatais relacionados aos desastres, riscos e vulnerabilidades nas chamadas áreas de risco, considerou-se de suma importância uma aproximação com os espaços estudados, para além dos registros oficiais. Dessa maneira, buscou-se o contato com tais realidades, procurando levantar informações omitidas ou inexistentes nos documentos e que interessavam diretamente a essa pesquisa.

Para o apontamento das áreas de risco da cidade, optou-se por seguir o levantamento realizado pela CPRM (2013), complementado posteriormente pelo último documento elaborado pela empresa PANGEA (BRASIL, 2014), em virtude de que a análise de todas as áreas levantadas anteriormente pela Defesa Civil (CAMPINA GRANDE, 2008; 2012; 2013) tornaria a pesquisa extremamente extensa, excedendo os objetivos pretendidos.

Ademais, visando um conhecimento e uma aproximação, ainda que básicos, com a realidade estudada de forma geral, foram realizadas visitas de campo assistemáticas e sistemáticas em 10²²⁵ áreas mapeadas pela CPRM (2013) e pela Empresa PANGEA (BRASIL, 2014), (Quadro 13).

Quadro 13: Áreas de risco delimitadas pela CPRM (2013)²²⁶.

	ÁREA	BAIRRO/LOCAL
1	Açude de Bodocongó	Av. Portugal, Bairro São Januário
2	Avenida Eduardo Magalhães	Bairro Bodocongó
3	Ponte do Cruzeiro	Bairro Santa Cruz
4	Rua Tianguá	Bairro Cidades
5	Bairro Três Irmãs	Bairro Três Irmãs
6	Rua Adauto Travassos de Moura	Bairro Alto Branco
7	Bairro Louzeiro	Bairro Louzeiro
8	Rua General Newton Estilac Leal	Bairro Alto Branco
9	Distrito dos Mecânicos	Distrito dos Mecânicos
10	Rua Honório Cabral da Silva	Bairro Sandra Cavalcante
11	Travessa Cecília Nunes de Oliveira	Dinamérica 3

Fonte: Elaboração da autora, com adaptações a partir das informações da CPRM (2013, grifo nosso).

Partindo desse levantamento e da busca por informações que contribuíssem com o conhecimento de tais contextos, bem como ajudassem na comprovação da tese levantada nesse estudo, algumas variáveis, passíveis de serem aplicadas a todas as áreas (com algumas exceções pertinentes), foram propostas buscando colher tais informações.

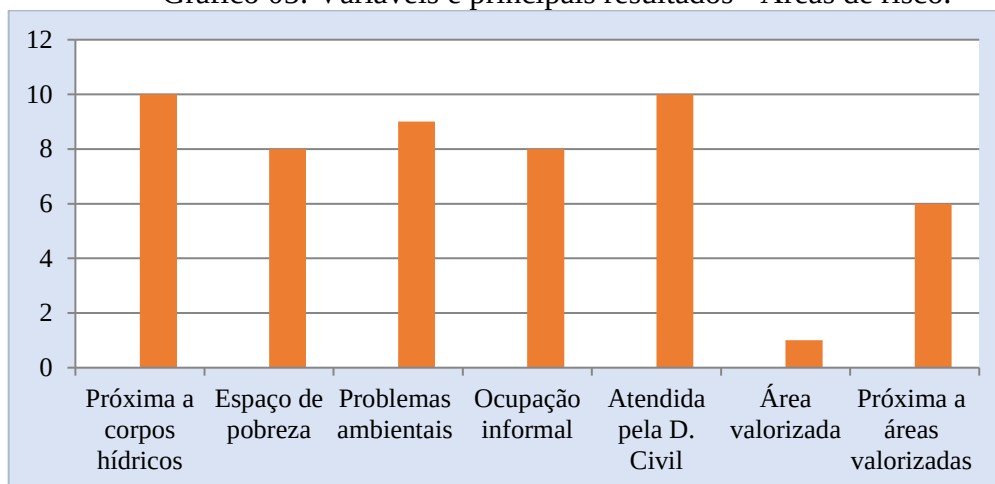
Seguem as principais variáveis utilizadas: **1.** Se as áreas são próximas a corpos hídricos; **2.** Se se constituem espaços de pobreza; **3.** Se apresentam problemas ambientais (especialmente a presença de lixo e esgoto a céu aberto); **4.** Se se tratam de ocupações informais;

²²⁵ É importante reforçar que foram visitadas 10 áreas e não 11 (conforme apontamento da CPRM), em função da confusão que ocorreu no documento citado, que traz o bairro do Mutirão como sendo o bairro Três Irmãs, apresentando fotos e dados da primeira área, mas definindo-a como sendo a segunda. Nesse sentido, como a verificação desse erro se deu após as visitas in loco, o bairro do Mutirão não foi visitado. Por esse motivo também houve a retirada do Bairro Três Irmãs do quadro 13.

²²⁶ Algumas áreas definidas pela Defesa Civil e CPRM (2013) levam os nomes dos seus respectivos bairros.

5. Se já foram atendidas pela Defesa Civil; 6. Se se tratam de áreas valorizadas, do ponto de vista imobiliário; 7. Se sua localização está próxima de áreas valorizadas. Seguem os principais resultados encontrados (Gráfico 05), para que se possa ter uma noção das características das áreas de maneira geral.

Gráfico 05: Variáveis e principais resultados - Áreas de risco.



Fonte: elaborado pela a autora, a partir da pesquisa de campo, 2016.

A partir do gráfico 05, observa-se que todas as áreas ficam localizadas próximas a corpos hídricos, primeira variável analisada. Entretanto, algumas delas não se localizam às margens desses corpos d'água, mas a alguns metros dos mesmos, principalmente do Açude e Riacho de Bodocongó e do Riacho das Piabas. Neste estudo, foram levadas em conta, sobretudo, aquelas áreas sujeitas à inundação.

Essa constatação também pode ser confirmada a partir das informações contidas no documento elaborado pela Empresa Pangea (BRASIL, 2014) nas quais consta que dos 44 subsetores analisados (que formam os setores apontados), 32 apresentam distância pequena em relação aos riachos e canais, os demais situam-se a uma distância média (7 subsetores) e grande (5 subsetores) com relação aos riachos e canais urbanos. Esse fato, dentre outros, ajuda a entender um pouco a respeito da classificação de tais áreas como sendo de risco, uma vez que a sua proximidade com os riachos as deixa suscetíveis às inundações que ocorrem quando dos altos quantitativos de chuva são verificados na cidade.

Outra característica importante a ser destacada é que 8 das 10 áreas analisadas são apresentadas como sendo áreas pobres, incluindo aqui aqueles casos mais sérios que poderíamos chamar de miséria, ou seja, quando as famílias se encontram abaixo da linha da pobreza. Essa afirmação se dá via observações in loco bem como através de informações

disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande²²⁷, a partir de dados do IBGE (2010).

Acerca desses dados, a prefeitura mapeou os bairros da cidade e seus respectivos dados socioeconômicos, dentre os quais a porcentagem de famílias que estão situadas abaixo da denominada linha da pobreza. A apresentação dessas informações se dá da seguinte maneira: em uma escala de 0 a 100% de famílias abaixo da linha da pobreza por bairro, aparecem aqueles bairros cuja porcentagem de famílias abaixo dessa linha é menor ou igual a 31%; por outro lado, aparecem mais três grupos de bairros, quais sejam: aqueles que possuem de 31 a 40% de famílias nessa situação; os que têm de 40 a 52% das famílias abaixo da linha de pobreza; e, por fim, os bairros que possuem 52% ou mais de famílias abaixo dessa linha.

Há duas das áreas apresentadas que se localizam em bairros cuja taxa da famílias vivendo abaixo da linha da pobreza é abaixo de 31%, porém, foi possível constatar in loco que são espaços precários, com problemas de deslizamento de terra e que não condizem com a realidade predominante dos bairros onde estão situados, a exemplo da área de risco localizada na Rua Newton Stilac Leal, no bairro do Alto Branco. A área se caracteriza como sendo uma espécie de “enclave” visto que seu padrão construtivo, de infraestruturas, entre outros, difere bastante do padrão geral encontrado no Alto Branco, conforme mostrado no capítulo 4.

Observa-se ainda que grande parte das áreas está inserida nos bairros cuja porcentagem das famílias abaixo da linha de pobreza encontra-se acima dos 31%, o que pode ser considerado um número bastante expressivo, tendo em vista as discrepâncias encontradas em alguns desses bairros com relação ao padrão de vida das famílias de maior renda da cidade. Essa realidade mostra que, de fato, os problemas socioambientais que vêm sendo discutidos são inerentes, sobretudo, aos espaços mais pobres bem como resultam de dinâmicas mais amplas relativas à produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005).

Além disso, Lima (2018), a partir dos dados SEPLAN-CG (2010) realizou o mapeamento dos bairros com maior renda per capita da cidade, ou seja, a renda por pessoa acima ou igual a R\$ 800. Dentre os bairros mapeados constam os seguintes: Nações, Alto Branco, Jardim Tavares, Conceição, Lauritzen, Centro, Prata, Bela Vista, São José, Catolé, Mirante, Sandra Cavalcante e Itararé (LIMA, 2018).

A maior parte das áreas de risco estudadas aparece situada em bairros cuja renda per capita está abaixo da renda mapeada por Lima (2018), exceto casos como uma área de risco situada no Alto Branco que, de fato, parece estar dentro dessa renda per capita anunciada e outra

²²⁷ Disponível em: <http://observacampina.com>. Acesso em: 06 nov. 2018.

área localizada no mesmo bairro, mas destoante do seu entorno. Entretanto, dessas exceções, somente uma parece estar, de fato, dentro dessa renda per capita mapeada por Lima (2018).

A próxima variável exposta no gráfico, “Problemas ambientais”, diz respeito aos problemas relativos ao saneamento básico, sobretudo à presença de lixo e esgoto a céu aberto. Embora se saiba que as problemáticas desse tipo são diversas, no momento e, em função do escopo da pesquisa, foram priorizados esses dois elementos, tendo em vista que os mesmos influenciam diretamente nos processos analisados relativos a inundações e poluição dos espaços, corpos hídricos e mananciais.

Excetuando-se uma área, a partir das observações in loco, foi possível verificar que todos os demais espaços estudados possuem a presença de lixo e esgotos a céu aberto. Nota-se que tais dinâmicas se dão em virtude da ausência de políticas voltadas ao saneamento básico, tendo em vista que tal ausência vem sendo constatada desde anos pretéritos. Aliado a isso, observa-se a falta de politização/sensibilização de algumas famílias que vivem nesses espaços e que contribuem para intensificação dessa situação, ainda que de maneira mais modesta do que o Estado.

Para corroborar essas constatações, é possível trazer alguns dados do documento da Empresa Pangea (BRASIL, 2014). Constatou-se que, de 44 subsetores (que constituem as áreas de risco apresentadas), 41 possuem grande possibilidade do lixo ou entulho influenciar na ocorrência de desastres, ou seja, 93% dos subsetores possuem esse problema. Ademais, a possibilidade dos esgotos ou águas pluviais influenciarem na ocorrência de desastres aparece em 100% dos 44 subsetores analisados (BRASIL, 2014).

Além dessas problemáticas observadas e relacionadas ao meio ambiente existem muitas outras que não foram analisadas no momento, a exemplo do assoreamento dos corpos d’água, do desmatamento das áreas dos riachos e da impermeabilização do solo nas várzeas desses rios urbanos e do interior desses corpos de água, via inserção de concreto. Tais processos devem ser levados em conta na reflexão e atuação sobre esses espaços, tendo em vista a relação sociedade-natureza e levando em conta que a qualidade de vida da primeira só poderá ser viabilizada pela segunda.

A respeito da variável “ocupação informal”, levou-se em consideração que grande parte dos espaços estudados está situada em áreas cuja ocupação é proibida por lei, a exemplo de margens de corpos hídricos, encostas, enfim, das Áreas de Preservação Permanente resguardadas pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no seu capítulo II, seção I.

Observa-se ainda que, em função do tipo de ocupação, disposição dos imóveis, ausência de parâmetros urbanísticos²²⁸, falta de rede de água e esgoto em parte dos casos, há uma predominância de ocupações não legalizadas, ou seja, que não partiram de loteamentos regulares e registrados e, geralmente, as famílias não possuem título ou documento que comprovem a posse do terreno.

Faz-se mister lembrar que essas áreas analisadas possuem sítios físicos cujas ocupações (resultantes de problemas mais amplos) têm causado vários problemas socioambientais, e que deveriam se constituir áreas legalmente protegidas e não ocupadas. Assim, apenas 1 das 10 áreas consideradas de risco consta também como sendo ZEIS, na Regulamentação da Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande, de 2009. Essa lei tem algumas restrições quanto à regulamentação de ocupações em áreas de preservação ambiental, ou seja, ocupações instaladas em Áreas de Preservação Permanente não podem ser transformadas em ZEIS (Capítulo IV, artigo 14, parágrafo 2, Lei nº 4806, 2009).

Esse fato é muito preocupante visto que as próprias áreas que constituem as ZEIS já são, por si, plenas de problemas de vários tipos, a exemplo da renda dos moradores, dos padrões construtivos das habitações, entre outros. Assim, as áreas de risco estão em uma suposta hierarquia, “abaixo” das ZEIS, visto que os engodos socioambientais são tão alarmantes a ponto de barrar uma possível “ascensão” desses espaços à “categoria” de ZEIS.

Pode-se recordar aqui da contribuição de Torres e Marques (2001) quando tratam das “periferias das periferias” as quais denominam hiperperiferias. Para esses autores, aqueles espaços menos consolidados e mais precários, nos quais se somam problemáticas sociais e ambientais, constituem as hiperperiferias das cidades. Pode-se pensar, assim, uma grande parte das áreas de risco enquanto tal, sobretudo em relação às ZEIS.

Ainda sobre a análise da variável, observou-se, portanto, que apenas duas das áreas, possivelmente, são formais/legais, por não estarem situadas em áreas proibidas por lei e por seguirem parâmetros urbanísticos básicos na sua conformação, a exemplo dos arruamentos. Esse fato é bastante problemático, implica repensar como o estatuto da terra e seu acesso pelos mais pobres são aspectos pouco discutidos pelo Estado. Enfim, tratou-se dessa variável a partir de tais constatações tendo em vista a dificuldade de acesso a dados como esses na prefeitura de Campina Grande. Segundo alguns funcionários esses dados são sigilosos.

Acerca da variável “Atendida pela Defesa Civil”, verificou-se que todas as áreas já foram atendidas por algum serviço da Defesa Civil, o que é factual, uma vez que esse

²²⁸ Para Souza (2004, p. 217) os índices ou parâmetros “regulam a densidade e a forma da ocupação do espaço (gabarito, afastamentos, taxa de ocupação, índice de permeabilidade etc)”.

levantamento das áreas se deu a partir do banco de dados da Defesa Civil Municipal. Porém, há que se comentar acerca da diferença dos serviços prestados por esse órgão, segundo cada área.

Naquelas consideradas mais pobres, conforme exposto, as ações se voltam mais aos atendimentos das famílias em caso de inundação, de socorro para salvar vidas e os objetos pessoais das famílias, além do monitoramento (visitas) permanente, entre outros. Já nos bairros mais valorizados, a presença da Defesa Civil se dá mais no sentido de monitorar as áreas externas às moradias e solucionar problemas em caso de inundações, se tratando mais de um apoio infraestrutural do que necessariamente pessoal.

No que diz respeito ao aspecto “área valorizada”, mais uma vez, a pesquisa de campo corrobora o que se está defendendo nessa pesquisa, que a maior parte das áreas consideradas de risco não coincide com as áreas valorizadas ou em processo de valorização, do ponto de vista imobiliário. No caso pesquisado apenas uma das áreas pode ser considerada como tal.

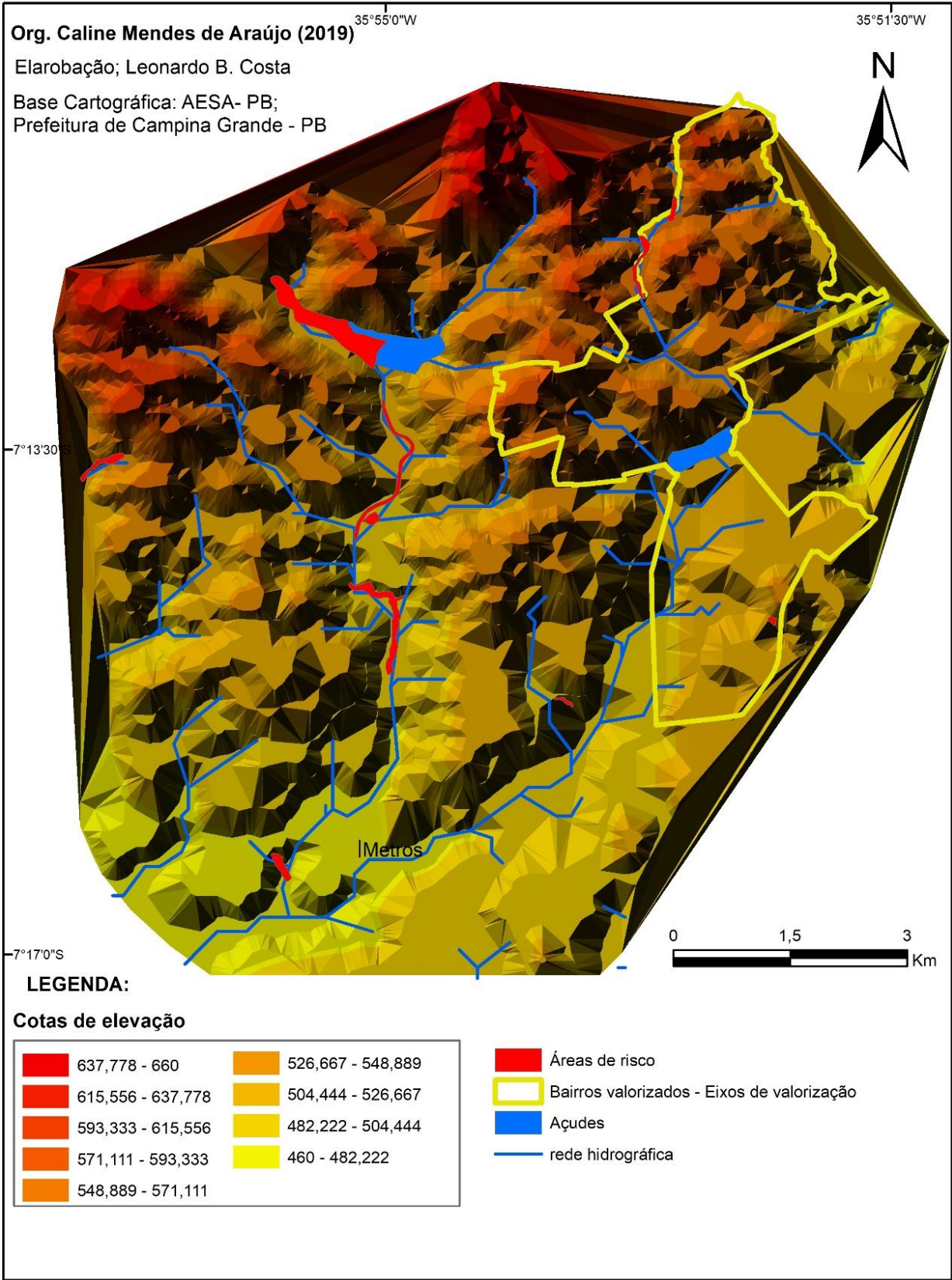
Para comprovar o que se está afirmando, cita-se Costa (2013) que fez um estudo acerca dos preços médios dos metros quadrados dos terrenos da cidade de Campina Grande comprados em 2010, por bairro. Tal pesquisa foi embasada em dados do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Lima (2018) partindo de Costa (2013) apresenta dados semelhantes, mas com foco nos bairros mais valorizados, sem apresentar os que estão aquém desses dados.

Costa (2013) realizou o referido mapeamento e obteve uma classificação dos bairros em “níveis”, de acordo com o preço médio do metro quadrado dos terrenos comprados em 2010. Os bairros foram divididos em 5 níveis, a saber: 1. Mais de 200 a 320 reais o m²; 2. Mais de 150 a 200 reais o m²; 3. Mais de 100 a 150 reais o m²; 4. Mais de 50 a 100 reais o m²; 5. Até 50 reais o m²; além disso, há aqueles classificados como “outros bairros”.

Constata-se que a maior parte das áreas de risco apresentadas estão situadas nos bairros cujos preços médios de terrenos por m² se inserem no nível 4 e/ou 5 (na gradação acima apresentada). Ou seja, se situam nos bairros de menor média de preço de terreno por m², variando de 50 reais ou menos a 100 reais o m², além de algumas se localizarem ainda nos bairros que não tiveram os dados computados.

Entretanto, apesar da maioria das áreas visitadas não ser valorizada, do ponto de vista imobiliário, seis delas estão nas proximidades de áreas valorizadas, contemplando a última variável exposta no gráfico. Para tal constatação levou-se em consideração tanto os trabalhos empíricos quanto as pesquisas de Costa (2013) (Mapa 21). Confirma-se, pois, que grande parte das áreas de risco estudadas está localizada nas proximidades ou no interior dos bairros (tendo em vista as exceções citadas na variável anterior) cujos preços médios por metro quadrado se inserem nos níveis 1, 2 e 3, ou seja, entre 100 reais ou mais e 320 reais ou mais por m².

Mapa 21: Sítio físico de Campina Grande, com destaque para as áreas de risco e os bairros valorizados.



Fonte: Organizado pela a autora; organizado e executado por Leonardo B. da Costa, 2019.

Através do mapa pode-se verificar a localização das áreas de risco (marcadas em vermelho) em relação aos bairros valorizados (contornados em amarelo). Além desse e de outros aspectos importantes, o mapa indica como as áreas de risco estão, de fato, muito próximas dos corpos hídricos da cidade, o que explica, em partes, os problemas relativos às enchentes e inundações nesses espaços.

A partir do mapa 21 é possível afirmar que no processo de produção do espaço da cidade de Campina Grande, ocorreu de forma tão desigual que áreas vizinhas, em alguns casos, se diferenciam em vários aspectos, a exemplo da valorização imobiliária e da convivência com a natureza, lembrando que na cidade o valor da terra está também associado à sua localização” (GOTTDIENER, 1997, p. 177).

6.3 ÁREAS DE RISCO E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ/AVENIDA PORTUGAL (VILA DOS TEIMOSOS) E O CASO DO LOUZEIRO (BURACO DA JIA/ROSA MÍSTICA)

Conforme anunciado no tópico anterior, foram elencados dois espaços representativos dessa discussão para se realizar análises mais específicas acerca dos mesmos, com a perspectiva de demonstrar o que se vem defendendo nessa pesquisa. Esses espaços constituem as áreas de risco denominadas: Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos) e o Bairro Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia).

Algumas justificativas acerca das escolhas são pertinentes²²⁹. Em primeiro lugar, a opção por estudar esses espaços se deu em virtude das características do seu sítio que os levou a serem classificados como área de risco (relativos à enchente e inundação), em virtude da sua proximidade com os riachos/mananciais. Além disso, outro aspecto foi sua configuração socioeconômica, ou seja, o fato de se constituírem áreas precárias, com ausência de alguns serviços básicos, de infraestruturas, de moradia digna.

Recorda-se que os espaços não são homogêneos, há variados contextos dentro de uma mesma realidade. O que se coloca aqui são os aspectos relativos às áreas específicas, delimitadas e mapeadas pelo governo municipal e federal e não a realidade dos bairros de forma

²²⁹ A observação desses espaços e interesse por estudá-los se deu antes mesmo da pesquisa em si. Ocorreu, sobretudo, durante o período em que foi possível trabalhar como funcionária da Defesa Civil do Município de Campina Grande e, especificamente, por conhecer um pouco mais acerca da realidade do Louzeiro (enquanto moradora das proximidades), ter desenvolvido pesquisas anteriores sobre aquele contexto e seu entorno (ARAÚJO, 2014) e ter encontrado semelhanças entre os contextos dos espaços aqui analisados.

completa, até porque sua apreensão seria praticamente impossível uma vez que são imensamente complexas as facetas que constituem tais realidades.

Destaca-se que a escolha se deu também em função da preocupação com esses espaços e com as famílias que vivem ali. Buscou-se realizar uma espécie de “pesquisa-denúncia” sobre os anos de abandono ou mesmo presenças paliativas por parte do Estado naqueles espaços.

Em segundo lugar, a escolha foi motivada por se tratarem de espaços frequentemente monitorados pela Defesa Civil e também atendidos por esse órgão quando dos problemas relacionados às enchentes e inundações. Verifica-se, através de algumas matérias em jornais locais, a recorrência dos nomes desses espaços no que se relaciona à sua alcunha de área de risco e também no que diz respeito aos atendimentos da Defesa Civil. Assim, nas treze matérias encontradas (que versavam sobre as áreas de risco em Campina Grande) as duas áreas analisadas tiveram os seguintes números de menções (Quadro 14):

Quadro 14: Menções das áreas de risco estudadas nas matérias de jornais online locais

ÁREAS DE RISCO	MENÇÕES
Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia)	7 Vezes
Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos)	8 Vezes

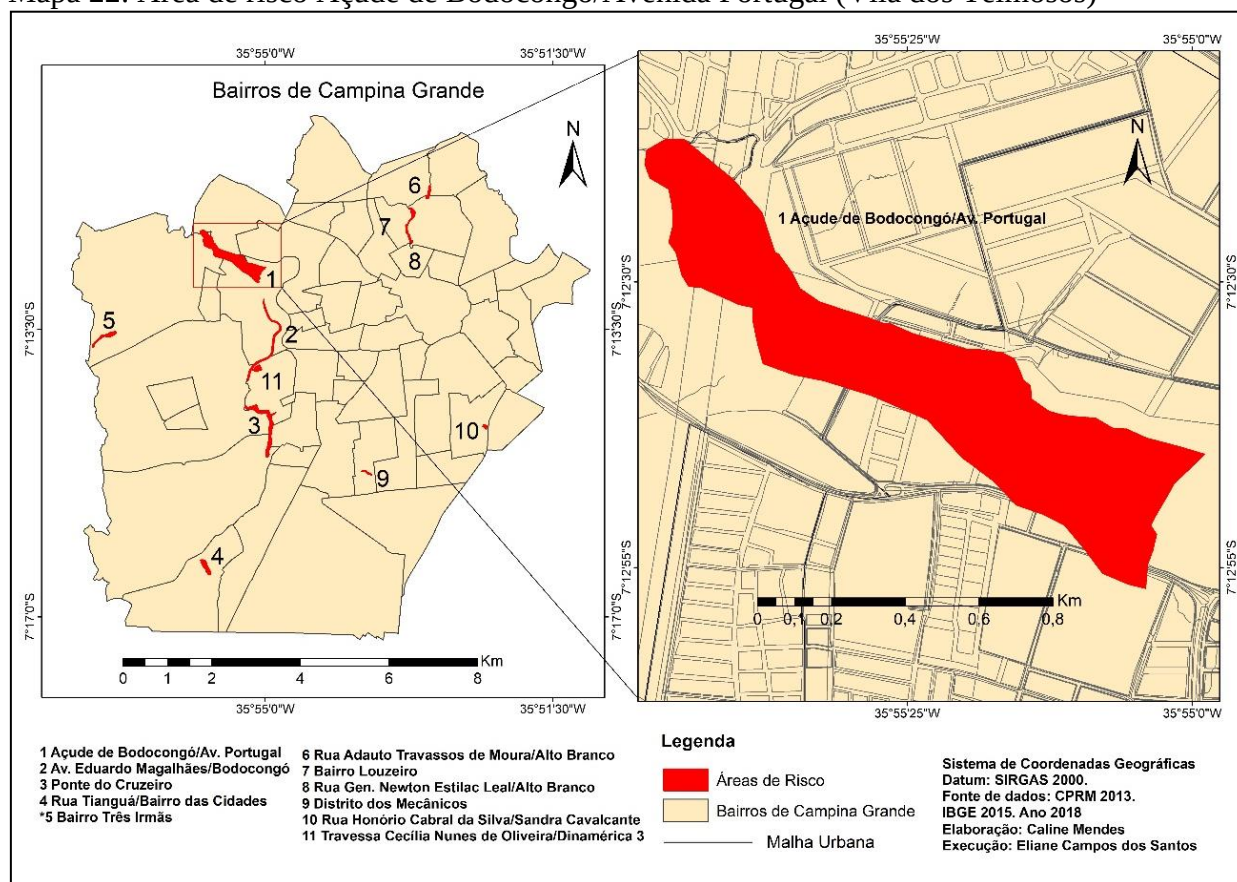
Fonte: Elaborado pela autora, a partir das matérias de jornais online locais, década de 2000. (Anexo A).

Além dessas, outras áreas também aparecem nas matérias supracitadas, mas em menor número. Acredita-se, dessa forma, que as áreas elencadas para o estudo são ilustrativas das problemáticas sobre as quais se vem discutindo. A análise desses contextos se dará a partir das variáveis expostas no tópico anterior e de outras reflexões realizadas ao longo da pesquisa.

Açude de Bodocongó/Avenida Portugal/ (Vila dos Teimosos)

A área denominada Açude de Bodocongó/Avenida Portugal, mais conhecida como Vila dos Teimosos, está localizada no bairro Novo Bodocongó, Zona Oeste da cidade de Campina Grande (Mapa 22). Possui uma área de 383.275,40 m², 294 edificações e, em média, 1118,2 pessoas morando nesse espaço, de acordo com a Empresa PANGEA (BRASIL, 2014).

Mapa 22: Área de risco Açude de Bodocongó/Avenida Portugal (Vila dos Teimosos)



Fonte: CPRM (2013); IBGE (2015). Elaboração: Caline Mendes. Execução: Eliane Campos, 2018.

Sobre o histórico da Vila dos Teimosos, pesquisas dão conta de que se trata de uma ocupação da década de 1980 (FERREIRA, 2007; SOUZA, 2012). Constata-se que as ocupações foram se dando de maneira paulatina, a partir da aquisição de terrenos por parte das famílias de maneira isolada, podendo, inclusive, ter tido início antes dessa década, de forma mais incipiente²³⁰.

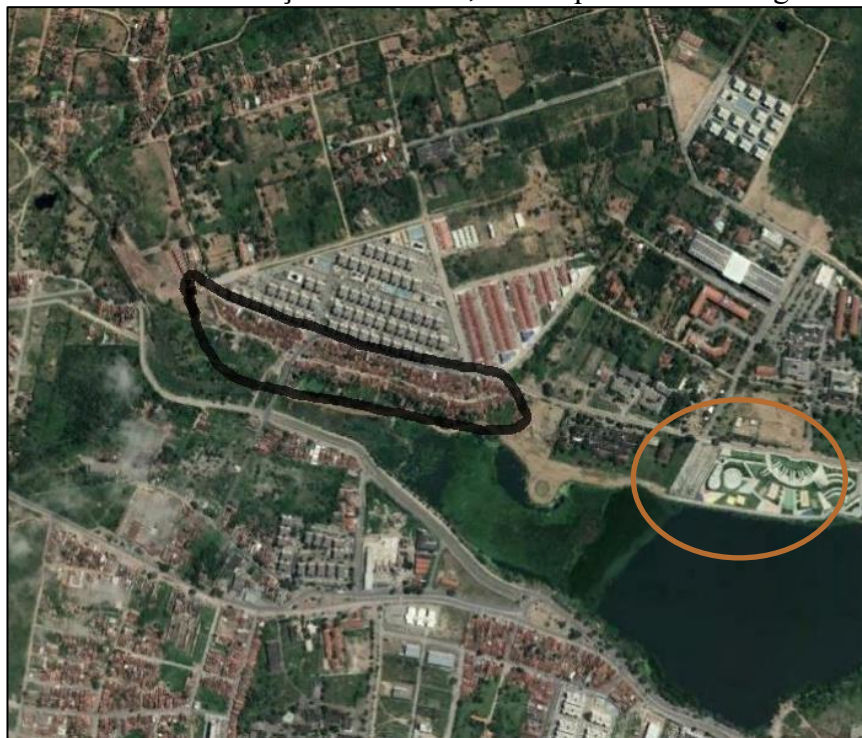
A partir das fontes consultadas (FERREIRA e VELOSO, 2009; SOUZA, 2012) obteve-se que o nome “Vila dos Teimosos” se deu em virtude da “teimosia”, como o próprio nome diz, dos moradores da área que, na origem das ocupações, eram constantemente ameaçados de despejo e quando da presença policial se punham dentro das moradias e se recusavam a sair. Além disso, em dados momentos, essas famílias constituíam grupos para reivindicar melhorias para aqueles espaços, junto aos órgãos competentes (SOUZA, 2012).

Acerca de períodos mais recentes, pode-se afirmar que a Vila dos Teimosos constitui-se como sendo um dos espaços com maiores problemáticas socioambientais de Campina Grande, tanto é que é considerada pela Prefeitura Municipal (2009) como sendo um

²³⁰ Essa afirmação se dá em função de algumas declarações de moradores que afirmam morar no local há 50 anos, de acordo com a pesquisa realizada por Souza (2012).

Assentamento Precário, pelo IBGE (2010) como Assentamento Subnormal e pela Defesa Civil Municipal (2014) como sendo uma área de risco (Figura 11). Além disso, o espaço não se constitui uma das ZEIS da cidade, em função da sua localização em área protegida pelas leis ambientais, conforme será visto adiante.

Figura 11: Imagem aérea da “Vila dos Teimosos”, com destaque para a proximidade entre as moradias e o Açude. À direita, o “Parque de Bodocongó”.



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2018.

A partir dos documentos analisados no tópico anterior, seguem alguns dos principais problemas constatados ao longo do tempo na “Vila dos Teimosos”: “200 casas em ocupação de área de manancial” (SEPLAG, 2000 apud Análise Urbano-Habitacional do Município); “pontos de alagamentos próximos ao Açude, desmoronamento de casa, proliferação de insetos e roedores” (CAMPINA GRANDE, 2012); “cenário vulnerável” (CAMPINA GRANDE, 2013); “inundações na área, casas vulneráveis que foram construídas na planície de extravasamento do Açude e estão sujeitas a inundações temporárias constantes” (CPRM, 2013, Anexo B); “processo predominante: inundação, edificações em risco: 294” (BRASIL, 2014).

Tendo em vista o tempo de existência da ocupação, algumas casas já passaram por reformas ou afins, no entanto, outras moradias do local se caracterizam pela ausência de infraestrutura básica interna e externamente. Nesse sentido, observa-se que a maioria das casas é de alvenaria, no entanto, são provenientes de autoconstruções, o que não garante uma maior

segurança na época chuvosa, tendo em vista também o sítio geográfico aliado à ausência de políticas públicas para o local.

Outra observação pertinente é que no ano 2000 a área possuía 200 casas em situação de risco, já em 2014 havia 294 moradias nessa situação, o que significa que a problemática em termos quantitativos aumentou, crescendo também as demandas relativas a esses problemas no espaço. No intuito de compreender essa e outras dinâmicas, a partir das variáveis expostas no tópico anterior, segue o quadro 15:

Quadro 15: Variáveis observadas na Vila dos Teimosos

VARIÁVEL	SIM - NÃO
1. Próxima a corpos hídricos	Sim
2. Espaço de pobreza	Sim
3. Problemas ambientais	Sim
4. Ocupação informal	Sim
5. Já foi atendida pela defesa civil	Sim
6. É uma área valorizada	Não
7. Próxima a áreas valorizadas	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo, 2016.

Com relação a primeira variável, pode-se afirmar que a Vila dos Teimosos se situa na Bacia Hidrográfica de Bodoncongó, nas margens do açude de mesmo nome (Fotografia 16). Esse fato se torna bastante preocupante, tendo em vista a suscetibilidade desse espaço às dinâmicas de cheias e inundações, quando do período chuvoso.

Esse é um problema histórico verificado no local, conforme estudos realizados nessa área e de acordo com matérias de jornal da época das primeiras ocupações (Figura 12). Na matéria a seguir o jornal mostra como, já na década de 1980, a Vila dos Teimosos era uma das áreas mais afetadas no período de intensas precipitações pluviais, o local aparece como sendo o mais prejudicado na cidade, na ocasião.

Fotografia 16: Parte assoreada e seca do açude de Bodocongó. Ao fundo, a Vila dos Teimosos.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2016.

Figura 12: Matéria do Jornal da Paraíba sobre os problemas ocorridos após as chuvas intensas²³¹.



Fonte: Jornal da Paraíba, 14 de fevereiro de 1985.

²³¹ Trecho do quarto parágrafo da matéria: “As favelas foram os setores mais atingidos pelas chuvas, contudo, a dos “Teimosos”, no bairro de Bodocongó, foi a mais prejudicada”.

Além de a Vila dos Teimosos aparecer como um dos espaços mais afetados pelos problemas, a matéria informa que os moradores fugiram em função da força da água e tiveram que se “abrigar” no Instituto Médico Legal (IML), localizado nas proximidades. Observa-se a precariedade existente no espaço, bem como a ausência do Estado na busca de soluções, de forma que as famílias se abrigaram em um ambiente extremamente insalubre e hostil, afetando sua dignidade e podendo afetar sua saúde física e mental.

Para compreender o problema na Vila dos Teimosos, à época, em alguns momentos de cheia maior do Açude de Bodocongó os moradores tinham acesso ao local apenas através de canoas (FERREIRA e VELOSO, 2009). No momento atual, em função da estiagem que acomete o estado da Paraíba como um todo, o Açude encontra-se com o seu nível de água bastante baixo.

Assim, como já afirmado, a extrema proximidade da área com o açude torna mais prováveis inundações futuras assim como já ocorreu diversas vezes, quando do transbordamento das águas do açude, em função das chuvas e das ações da sociedade que envolve também o Estado e sua ausência ou presença incipiente.

Um exemplo dessa presença parcial e da falta de priorização dos problemas das áreas de risco por parte do Estado foi uma intervenção do governo do estado da Paraíba, o qual construiu recentemente o chamado “Parque de Bodocongó”, que teve sua primeira fase inaugurada em 2017 e a segunda em 2018 (Fotografia 17)

Fotografia 17: Parque de Bodocongó



Fonte: <https://www2.pbagora.com.br>.

Ao que parece o parque foi uma opção viável para o lazer, porém, do ponto de vista ambiental pode-se constituir um problema futuro no que se refere às inundações, tendo em vista a proximidade do empreendimento com o Açude de Bodoncongó e o fato de ter sido construída uma espécie de passarela no interior do açude, aterrando parte do mesmo. Assim, quando houver transbordamento das águas do açude, elas terão dificuldades de fluir, podendo retornar para a Vila dos Teimosos e causar diversas perdas (materiais e/ou até humanas²³²) e transtornos aos moradores.

No que diz respeito à variável que apresenta a Vila dos Teimosos como sendo um espaço pobre, acredita-se que, ao analisar o espaço desde sua origem até sua configuração atual, é possível confirmar a assertiva. A priori, sua origem se dá a partir do assentamento das famílias em uma Área de Preservação Permanente (sujeitas a recorrentes inundações em períodos chuvosos); posteriormente, ocorrem algumas tentativas de retirada das famílias daquele espaço, por vias judiciais, tendo em vista a legislação ambiental e a consequente ausência da posse da terra. Ademais, as fontes consultadas (FERREIRA, 2007; FERREIRA e Veloso, 2009; SOUZA, 2012) bem como observações in loco ajudam a comprovar a precariedade de algumas moradias e de infraestrutura do entorno desse espaço (Fotografia 18).

Fotografia 18: Precariedade habitacional e do entorno das moradias. Vila dos Teimosos (primeiro plano).

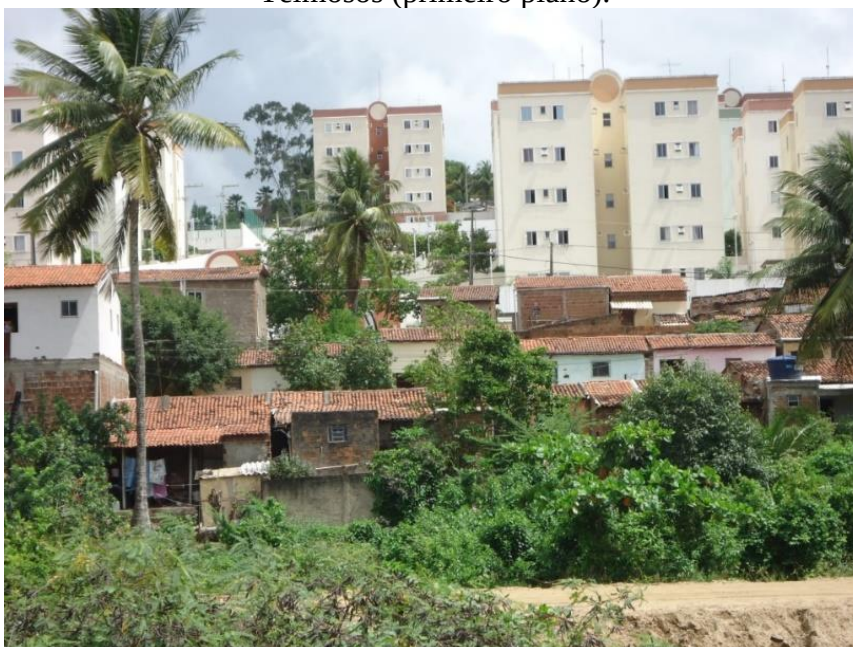


Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

²³² Fala do coordenador da Defesa Civil municipal acerca desse problema, em entrevista concedida no dia 10 de fevereiro de 2018: “Essas famílias estão com risco de vida, por conta daquelas obras, onde construíram um parque e uma rua dentro do açude. Cerca de 40 famílias estão nessa situação de risco na Vila dos Teimosos” (Disponível em: <http://www.paraiba.com.br/2018/02/10/53476-defesa-civil-alerta-familias-correm-risco-de-vida-por-conta-de-obras-em-bodocongo>. Acesso em: 06 out. 2018).

Finalmente, outra constatação acerca dessa variável encontra-se nos dados disponibilizados pela prefeitura municipal²³³, a partir de informações do IBGE (2010). A Vila dos Teimosos está localizada em uma área cuja porcentagem de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza varia entre 31 e 40%, além de se situar no bairro que aparece como aquele que tem o maior número de famílias recebendo o auxílio social Bolsa Família, sendo mais de 3.001 famílias (PMCG²³⁴).

No que concerne à variável relativa aos problemas ambientais, principalmente no que diz respeito à presença de lixo e esgoto a céu aberto, afirma-se que, através de observações in loco, foi possível notar essas problemáticas no espaço estudado. Além disso, algumas fontes bibliográficas consultadas²³⁵ também apontam esses problemas como alguns dos mais preocupantes presentes na Vila dos Teimosos. Em 2006, esse espaço apresentava 27% apenas de sua área contando com coleta de lixo e 0% contando com rede de esgoto (SINTAXE, 2006, p.13).

Segundo dados mais recentes (BRASIL, 2014), a Vila dos Teimosos é uma das áreas cuja presença de lixo e esgoto a céu aberto pode contribuir “grandemente” com a ocorrência de desastres. Esse fato colabora sobremaneira para acentuação dos problemas quando do período chuvoso, tendo em vista que o lixo pode se acumular, intensificando as inundações; o esgoto a céu aberto poderá entrar em contato com a água da chuva e causar inúmeros problemas, a exemplo das doenças de veiculação hídrica.

A poluição preocupante do Açude pode ser constatada ainda através da visualização de resíduos sólidos e das águas servidas que são destinadas para o seu interior, não só por parte dos moradores da Vila dos Teimosos, mas também do entorno, a exemplo do Condomínio Residencial Dona Lindu (SOUZA, 2012).

Outra problemática relativa à análise em voga é o assoreamento do açude, maximizado em função do depósito de lixo no entorno, além da ausência de vegetação que protegeria esse manancial. Esses e vários outros problemas socioambientais têm acometido esse reservatório hídrico historicamente importante para a cidade de Campina Grande.

A respeito da variável 4, pode-se afirmar que a Vila dos Teimosos se trata de ocupação informal, uma vez que pelas leis de proteção ambiental não é permitido ocupar áreas de mananciais e corpos hídricos, de acordo com o exposto no tópico anterior, e tendo em vista a proximidade da área com relação ao Açude Bodocongó. De acordo com o Código do Meio

²³³ Disponível em: <http://observacampina.com/sigcg/mapa.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²³⁴ Disponível em: observacampina.com/sigcg/mapa.html. Acesso em: 06 nov. 2018.

²³⁵ (FERREIRA, 2007; FERREIRA e VELOSO, 2009; SOUZA, 2012)

Ambiente de Campina Grande, o Açude de Bodocongó e suas nascentes e o Riacho de Bodocongó são Áreas Especiais de Preservação (LEI COMPLEMENTAR Nº 042, Campina Grande, 2009).

Ademais, pesquisas mostram que o processo de ocupação da área se constituiu como sendo ilegal, visto que as ocupações ocorreram originalmente em terrenos públicos (FERREIRA, 2007; SOUZA, 2012). Ocorre que houve a consolidação incompleta da ocupação ao longo do tempo, mas não houve o processo de regularização fundiária. Acredita-se que isso também não ocorreu em função das características ambientais do espaço, além da inoperância do Estado nessa e em outras áreas semelhantes da cidade.

De acordo com Maricato (2003b, p. 158) “O que sucede mais freqüentemente, entretanto, é a consolidação das ocupações ilegais em áreas de proteção ambiental devido ao custo inviável de sua remoção”. Observa-se que é mais fácil para o Estado manter o *status quo* via discurso ambiental, muitas vezes sem urbanização ou, mais frequentemente, sem regularização fundiária, com soluções paliativas do que pensar em soluções mais viáveis, duradouras e dignas para essas famílias.

Sobre a variável 5, afirma-se que a Vila dos Teimosos já foi atendida várias vezes pela Defesa Civil, tanto em casos de emergência quanto naqueles outros em que os funcionários da coordenadoria estão realizando trabalhos preventivos de monitoramento das áreas (DEFESA CIVIL MUNICIPAL). A presença da Defesa Civil nesse espaço é tão notória que tal localidade aparece como uma área monitorada e como uma das áreas de risco da cidade em todos aqueles documentos analisados na primeira parte do capítulo.

A respeito da variável sobre a valorização imobiliária da área, pode-se afirmar que não se trata de um espaço valorizado, tanto é que a Vila dos Teimosos não consta nos estudos sobre valorização imobiliária em Campina Grande aos quais se teve acesso e que foram expostos anteriormente (COSTA, 2013; LIMA, 2018).

Segundo dados do IBGE (2010) trabalhados por Lima (2018), o bairro Novo Bodocongó, onde se situa a Vila dos Teimosos, não aparece como sendo uma das áreas com maior preço médio de terreno por metro quadrado da cidade, nem se apresenta como um dos bairros mais verticalizados desse espaço urbano (LIMA, 2018). Além disso, tem o aspecto do próprio sítio, ou seja, há famílias morando quase “dentro” do açude, não fosse a presença de algumas barreiras naturais ou implantadas pelas pessoas. Espaços assim foram historicamente tangenciados pelo setor imobiliário em Campina Grande.

A respeito da proximidade da Vila dos Teimosos de bairros mais valorizados, a começar pelos bairros do entorno (não imediatamente circunvizinhos), pode-se afirmar que há

certa proximidade da área com alguns daqueles bairros que possuem os maiores preços médios de terrenos por m², quais sejam: Bela Vista e Prata (LIMA, 2018).

No que se refere aos bairros de proximidade mais imediata com a Vila dos Teimosos, é possível falar do próprio bairro Novo Bodocongó, do Bairro Bodocongó e do Bairro Universitário. Parte desses espaços vem passando por um processo de crescimento no ramo imobiliário, isso se explica, em parte, em função do crescimento das atividades ligadas aos serviços educacionais. Estão localizadas aí importantes instituições públicas de ensino superior, como a Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba, além de outras instituições como a Escola Técnica Redentorista, que anunciou seu fechamento no ano de 2018.

Essa característica, entre outros aspectos, fez com que, ao longo dos anos, esses bairros fossem crescendo, verificando-se ainda um significativo aumento do setor imobiliário no local, a exemplo do residencial “Donda Lindú”, que se trata de um conjunto de condomínios do “Programa Minha Casa, Minha Vida” – faixa 2 (Fotografia 19) e do conjunto de casas financiadas pela Caixa Econômica Federal, além de diversos outros condomínios verticais.

Fotografia 19: Vila dos Teimosos no primeiro plano, e Residencial Dona Lindú, ao fundo



Foto: Caline Mendes de Araújo, fevereiro de 2016.

Na fotografia 19 aparece a Vila dos Teimosos e, ao fundo, o Residencial Dona Lindu. Ademais, outros empreendimentos não diretamente ligados ao setor imobiliário têm se direcionado para essas localidades, a exemplo de alguns hotéis recentemente instalados nos bairros.

Esse fato também comprova como os serviços ligados à educação têm atraído investimento para os bairros que, nas pesquisas consultadas, não se constituem como uns dos mais valorizados da cidade, porém se caracterizam como potenciais tendências de valorização, visto que a última pesquisa divulgada pelo IBGE nesse sentido ocorreu em 2010. Entretanto, pode-se falar dessa perspectiva, uma vez que planos da prefeitura municipal, a exemplo do Plano Estratégico para Campina Grande – 2035, já apresentam essa área como potencial espaço de valorização imobiliária em médio prazo.

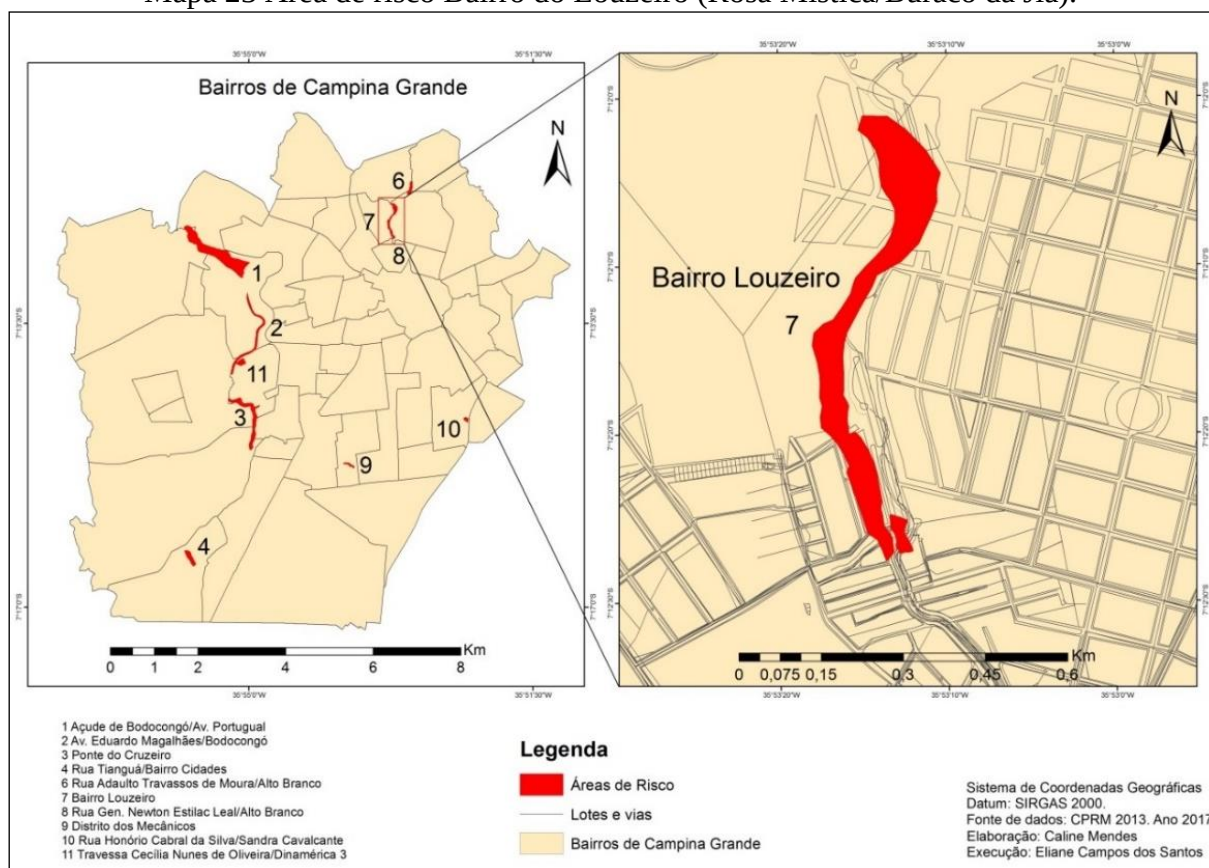
O referido Plano apresenta nove projetos voltados à chamada “Qualificação Urbana”, dentre eles está o projeto denominado de “Dinamização e qualificação do polo universitário de Bodocongó (CAMPINA GRANDE, 2016). Esse é mais um indicador que pode ajudar a comprovar as perspectivas futuras, no que se refere à valorização imobiliária, para o bairro e o seu entorno.

Bairro Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia)

A área de risco denominada Bairro Louzeiro está situada na Zona Norte de Campina Grande, no bairro de mesmo nome e tem como característica estar localizada também nos limites com outros bairros próximos, como parte do Alto Branco e Conceição, constituindo assim uma “intersecção” entre esses bairros (Mapa 23).

Essa área também é conhecida como Buraco da Jia e como Rosa Mística, esse fato tem a ver com sua origem e seu processo histórico, conforme se verá adiante. Segundo a Empresa PANGEA (BRASIL, 2014) a área possui uma extensão territorial de 45.748 m² e existem no local 73 edificações, com cerca de 295 pessoas.

Mapa 23 Área de risco Bairro do Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia).



Fonte: CPRM (2013); IBGE (2015). Elaboração: Caline Mendes. Execução: Eliane Campos, 2017.

No tocante à história desse espaço, suas primeiras ocupações se deram entre as décadas de 1940 e 1950 (ARAÚJO, 2014; 2018). Segundo pesquisas realizadas no local, as primeiras ocupações ocorreram de forma individual por parte das famílias, ou seja, cada família acessava um pedaço de terra, a partir da compra de lotes via proprietários dos loteamentos clandestinos realizados no local (ARAÚJO, 2014; 2018).

A respeito das denominações “Buraco da Jia” e “Rosa Mística”, a partir de estudos realizados sobre o local (ARAÚJO, 2014), sabe-se que há várias explicações possíveis para essas nomenclaturas, uma das mais conhecidas é que, em função do sítio do local, com muita umidade e vegetação, a presença de jias no espaço era recorrente na sua origem e por isso o batizaram de Buraco da Jia. Já na década de 1980 a igreja realizou uma intervenção naquele espaço construindo uma capela cuja santa é Nossa Senhora da Rosa Mística, dando origem ao nome Rosa Mística. Por isso que, até hoje, as terminologias para se referir a esse espaço são variadas, levando em conta também os nomes dos bairros onde ele está inserido.

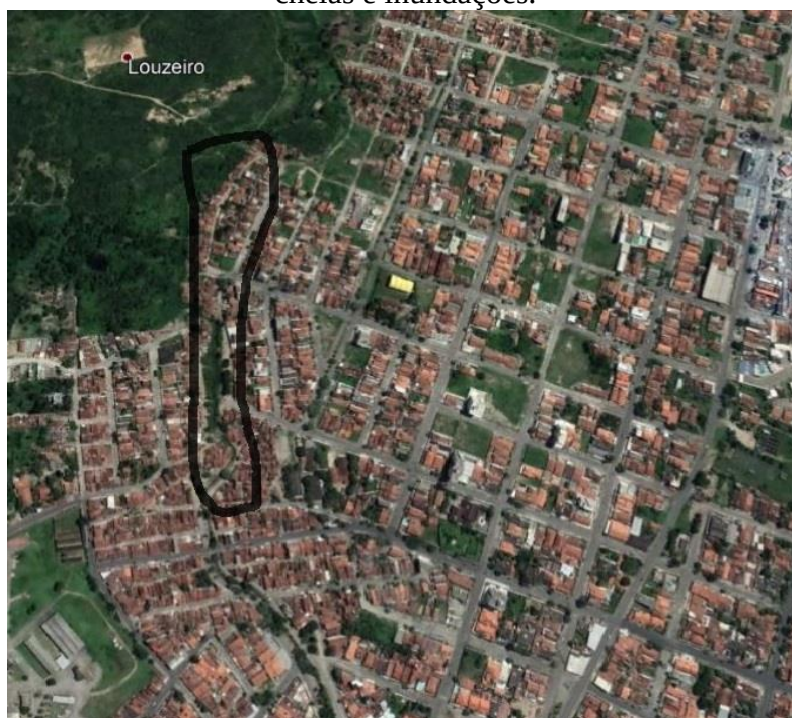
Após a ocupação inicial, outras continuaram ocorrendo e se intensificaram a partir da década de 1980 não só com loteamentos, mas também a partir de doação de terrenos para moradores por parte da prefeitura, conforme as CPI’s analisadas (CPI, 1987; CPI, 1995). Para

Maricato (2003b, p. 157): “A maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vem dos governos municipais aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo”.

Observa-se como o Estado pode atuar de maneira paliativa e até criminosa em suas intervenções clientelistas, como até hoje se vê no local, a exemplo de algumas famílias que são eternamente gratas ao grupo político que realizou grande parte de tais doações ilegais. Ademais, os espaços doados estavam destinados a equipamentos de uso coletivo, devendo o problema de moradias ser resolvido de outras formas.

Contemporaneamente, o espaço é considerado pela Prefeitura (2009) como assentamento precário, pelo IGBE (2010) como assentamento subnormal e pela Defesa Civil (2014) como uma área de risco (Figura 13), assim como a Vila dos Teimosos. A precariedade inicial vista naquele espaço até hoje persiste em alguns contextos, uma vez que pouco se contou com a presença do Estado para resolver as problemáticas a serem expostas adiante.

Figura 13: Bairro Louzeiro, com destaque para os espaços mais vulneráveis aos processos de cheias e inundações.



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2018.

Algumas partes desse espaço foram se transformando e se consolidando ao longo dos anos, sobretudo através de uma intervenção do Estado que ocorreu na década de 1980, com a canalização de parte do riacho e a construção de um pequeno agrupamento de residência nas proximidades, entre outras ações pontuais. Por outro lado, novas ocupações foram surgindo sem a devida atenção dos poderes públicos, constituindo espaços bastante precários. Assim,

convivem hoje espaços mais consolidados com áreas mais precárias, do ponto de vista socioambiental.

Nesse sentido, algumas tipologias diferenciadas se conformaram ao longo do tempo nessa área e no seu entorno (ARAÚJO, 2014; 2018), sendo a parte mais recentemente ocupada a mais precária, constituindo a área de risco denominada Bairro Louzeiro e a hiperperiferia do bairro (TORRES e MARQUES, 2001).

Nesse espaço foram se originando e se mantendo alguns problemas socioambientais, que constam a seguir: “73 domicílios com risco de inundação” (SEPLAG-2000 citado por Análise Urbano-Habitacional do Município); “Pontos de alagamentos, Desmoronamentos de casas, Proliferação de insetos e roedores, Deslizamento de barreiras” (CAMPINA GRANDE, 2008); “Pontos de alagamentos, Desmoronamentos de casas, Proliferação de insetos e roedores” (CAMPINA GRANDE, 2012); “cenário vulnerável” (CAMPINA GRANDE, 2013); “inundação de parte do bairro em período de intensa pluviosidade, processos erosivos nas margens, grande acúmulo de lixo obstruindo o escoamento das águas, além do despejo de esgoto no rio” (CPRM, 2013, Anexo C), “processo predominante: solapamento e inundação, edificações em risco: 73” (BRASIL, 2014). Observa-se que, em 2000 havia 73 edificações em risco e, em 2014, o número de domicílios em risco permanece o mesmo.

Com vistas a tentar compreender um pouco mais acerca desse espaço e das supracitadas problemáticas, lançou-se mão de algumas variáveis, expostas no tópico anterior, objetivando uma maior aproximação da realidade, a partir de critérios relacionados à temática pesquisada. Seguem as variáveis apresentadas (Quadro 16):

Quadro 16: Variáveis observadas no Bairro Louzeiro

VARIÁVEL	SIM - NÃO
1. Próxima a corpos hídricos	Sim
2. Espaço de pobreza	Sim
3. Problemas ambientais	Sim
4. Ocupação informal	Sim
5. Já foi atendida pela defesa civil	Sim
6. É uma área valorizada	Não
7. Próxima a áreas valorizadas	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da pesquisa de campo, 2016.

A respeito da variável de número 1, afirma-se que o Louzeiro se localiza nas proximidades de um corpo hídrico, qual seja o Riacho das Piabas, inserido na Bacia Hidrográfica de mesmo nome. Esse riacho foi, em sua grande parte, canalizado ao longo do tempo, sobrando apenas uma parte de leito natural.

Esse fato (a canalização) tem contribuído demasiadamente para os processos que ocorrem naquele espaço, como enchentes e inundações. Tais dinâmicas são facilitadas tendo em vista que o revestimento de concreto nos corpos hídricos colabora para um escoamento superficial mais intenso das águas, causando problemas sobretudo nos níveis mais à jusante dos canais. Esses problemas são históricos, como demonstra a reportagem do Jornal da Paraíba (1985):

Os prejuízos causados pelas chuvas que caíram anteontem à noite em Campina Grande ainda não foram calculados, mas dezenas de famílias localizadas nos subúrbios continuam prejudicadas [...]. Além das dezenas de desabrigados durante as três horas de chuva e de alguns estabelecimentos comerciais inundados, três casas foram totalmente destruídas pelas águas: duas na Vila Cabral de Santa Terezinha, e outra no **“Buraco da Jia”, bairro da Conceição** [...] (Jornal da Paraíba, Campina Grande, 14 de fevereiro de 1985, grifo nosso).

O que se percebe com essa notícia, de 1985, é que problemas como as enchentes e inundações no “Buraco da Jia” não são novos, mas ocorrem desde a sua origem, levando em consideração a proximidade das moradias com o riacho bem como a ausência histórica de uma maior atenção por parte do Estado. Além disso, a notícia mostra como a mídia sempre tratou o problema de forma a naturalizá-lo, ao afirmar que os prejuízos foram causados pelas chuvas.

No que diz respeito às inundações nos espaços urbanos, as moradias sempre foram um dos elementos mais afetados, no que se refere ao espaço construído, tendo em vista a sua proximidade com os corpos d’água, além da precariedade do seu entorno, a depender do contexto. O fato de serem construídas de forma muitas vezes improvisadas, logo precárias (em grande parte dos casos), pelos próprios moradores via processo de autoconstrução, além da sua localização, influenciam a intensificação desse problema. Aliado a isso, estão todas as dinâmicas já discutidas em capítulos anteriores a respeito dos agentes produtores do espaço!

Partindo para a variável de número 2, a respeito da pobreza, verifica-se que a área analisada se trata de um espaço pobre. Essa assertiva se dá a partir de algumas constatações e dados: a priori, deve-se ter em vista o tipo de ocupação desse espaço, lembrando que as pessoas passaram a ocupar tal área a partir de loteamentos clandestinos, cujos supostos proprietários vendiam os terrenos a preços módicos (ARAÚJO, 2014).

Isso implica dizer que as pessoas não tinham capacidade financeira de ter acesso a qualquer terreno da cidade e a permanência das famílias nesse espaço, mesmo diante de tantas adversidades como as enchentes e inundações, doenças de veiculação hídrica, problemas de mobilidades, entre outros, demonstra que os seus recursos eram bastante limitados.

Com relação a períodos mais recentes, algumas pesquisas mostram como certos espaços do Louzeiro e dos bairros do entorno são precários. Algumas áreas contam ainda com a presença de casas de taipa (Fotografia 20), sem ligação de água e/ou energia, entre outros (ARAÚJO, 2014; 2018; VIDAL, 2017). Embora essa não seja a predominância, a situação preocupa e demonstra como ainda há problemas sérios nesse espaço.

Fotografia 20: Casas de taipa no Louzeiro, localizadas praticamente no leito do riacho.



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Acrescenta-se o fato de que o Louzeiro é, segundo dados da Prefeitura Municipal, a partir do IBGE (2010), um dos bairros cuja porcentagem da população considerada abaixo da linha da pobreza é maior ou igual a 52%. Por outro lado, é um dos bairros com menor número de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Esses fatos preocupam sobremaneira, pois indicam como tem sido difícil a vida de várias famílias residentes nesse local, tendo em vista o elevado custo de vida da cidade²³⁶.

²³⁶ Segundo o site <http://www.custodevida.com.br/comparar/pb-campina-grande/pb-joao-pessoa/>, Campina Grande possui custo de vida mais alto do que a capital do estado da Paraíba, João Pessoa. A primeira ficando na posição 76ª do ranking nacional e a segunda ocupando o 73º lugar do ranking que apresenta as cidades do maior para o menor custo de vida. (Disponível em: <http://www.custodevida.com.br/comparar/pb-campina-grande/pb-joao-pessoa/>. Acesso em: 11 dez. 2018).

No que se refere à variável sobre os problemas ambientais relativos ao lixo e aos esgotos a céu aberto, infere-se que são engodos também históricos, conforme relatado por moradores (ARAÚJO, 2014) e de acordo com o exposto em documento da década de 1980:

Nesse riacho são lançados todos os dejetos, não só da favela como também de uma grande área contribuinte dos bairros da Conceição, Louzeiro e Alto Branco, tornando-o ainda mais poluído” (CAMPINA GRANDE, 1985, p. 02).

Observa-se, então, que a poluição do riacho não é recente e não é proveniente somente dos moradores do Louzeiro, mas também dos bairros do entorno, inclusive o Alto Branco, bairro valorizado da cidade. Ademais, na pesquisa realizada pela Empresa PANGEA (BRASIL, 2014), foi constatado que, no Bairro Louzeiro, assim como na Vila dos Teimosos, a presença de lixo e de esgotos a céu aberto contribui “grandemente” para maximização de problemas ligados aos processos de enchentes e inundações, quando da ocorrência de chuvas intensas e concentradas.

Diante disso, a poluição do Riacho das Piabas em virtude desses e de outros processos é também algo bastante preocupante, pois é sabido que, além da saúde dos moradores, a saúde desse manancial está em riscos constantes (Fotografia 21)

Fotografia 21: Poluição do Riacho das Piabas – lixo, águas servidas e couro no leito.



Foto: Caline Mendes de Araújo, 2016.

Conforme exposto na fotografia 21, além da presença do lixo e do esgoto a céu aberto em grande parte do Riacho das Piabas, outro elemento que contribui para a sua poluição é a presença de uma fábrica de couro nas proximidades do riacho. Porém, a questão não é somente

a proximidade do empreendimento, mas o fato do seu material, o couro, ser posto para “curtir” no leito do riacho, na parte não canalizada, o que prejudica o riacho e o lençol freático. Esse fato tem causado inúmeros problemas ao riacho e à saúde dos moradores do entorno, conforme relatado por uma moradora em uma das visitas assistemáticas realizadas no local, a exemplo de doenças de pele e respiratórias.

Outra questão importante é que parte Louzeiro se caracteriza por ser uma área de Preservação Permanente, na qual se localizam alguns “olhos d’água” e onde se situa também grande parte do curso do Riacho das Piabas (médio curso). Cabe ressaltar que algumas ocupações já adentraram essa mata, desde os anos de 1990 até os anos 2000. Grande parte das moradias nesse espaço é precária, além das condições sanitárias também serem bastante insalubres.

A respeito da variável que se trata sobre a informalidade dessas ocupações, parte-se do pressuposto de que a ocupação de uma área ambientalmente protegida já se caracteriza como sendo ilegal por se tratar de uma infração à legislação vigente (CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE, 2009), embora se saiba que, segundo Maricato:

[...] grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atinge toda a cidade, mas especialmente as camadas populares (MARICATO, 2003b, p. 160).

Concordando com a citação de Maricato, sabe-se que as famílias em si não tinham outras opções mais viáveis ou baratas, no caso do Louzeiro, visto que o setor imobiliário e sua atuação tanto em bairros valorizados quanto em bairros mais pobres têm crescido bastante, tornando impossível para alguns o acesso aos terrenos urbanos mais bem localizados e dotados de infraestrutura.

O tipo de ocupação daquele espaço, de traçado irregular, sem seguir parâmetros urbanísticos básicos²³⁷, bem como a ausência ou precariedade das infraestruturas internas e externas às moradias complementam a presente análise. Soma-se a isso a ausência de uma regularização fundiária e também o fato de a área não poder integrar às ZEIS da cidade, em função das suas características socioambientais, a exemplo do próprio sítio, ou seja, da sua proximidade com riacho e com a Mata do Louzeiro, entre outros.

Sobre a discussão acerca da presença da Defesa Civil nesse espaço, os parágrafos acima ajudam a entender o porquê da necessidade da presença frequente desse órgão no

²³⁷ Para mais informações acerca de tais parâmetros, consultar Souza (2004).

Louzeiro. Como se trata de uma das áreas de risco mais problemáticas, historicamente, se fez necessária uma maior atenção por parte da Defesa Civil. Desde os primeiros documentos elaborados por esse órgão (a exemplo dos Planos de Contingência), o Louzeiro e adjacências já se apresentavam como áreas de risco.

A respeito da variável que trata sobre a valorização imobiliária da área, é possível afirmar que o Louzeiro não se caracteriza como um bairro cujo setor imobiliário formal tenha se direcionado para o mesmo, muito provavelmente em função das suas características naturais, da sua difícil construtibilidade, bem como por se tratar de Área de Preservação. Além disso, as pesquisas de Lima (2018) apontam os bairros com maior preço médio de terreno por m² na cidade de Campina Grande e o bairro do Louzeiro não compõe essa lista, assim como não se apresenta enquanto um dos bairros mais verticalizados da cidade, segundo pesquisas do referido autor.

Contraditoriamente, já no âmbito da variável 7, observa-se que o Louzeiro se localiza muito próximo a alguns dos bairros considerados valorizados, do ponto de vista imobiliário e/ou constituintes dos “eixos de valorização imobiliária da cidade” (LIMA, 2018) (Mapa 02), a exemplo do Alto Branco e Conceição (na sua proximidade imediata) e Lauritzen e Jardim Tavares com os quais não possui proximidade imediata, mas que também influenciam no processo de valorização de bairros do entorno do Louzeiro.

Ressalta-se que há intencionalidades do setor imobiliário de continuar investindo maciçamente em alguns desses bairros, como o Alto Branco e entorno. Esses espaços aparecem no “Plano Estratégico Campina Grande – 2035” como área de estímulo ao mercado imobiliário via iniciativa privada (CAMPINA GRANDE, 2016). Dessa maneira, as disparidades que já são acentuadas desses bairros com relação ao Louzeiro e entorno tendem a se consolidar ainda mais.

Para agravar a situação há a previsão de instalação de um Jardim Botânico²³⁸ na Mata do Louzeiro. Nesse caso, não se sabe qual seria o destino da ocupação do Louzeiro, tendo em vista que tal espaço ficaria “espremido” entre o Alto Branco e o Jardim Botânico, ou seja, entre duas áreas com potenciais possibilidades de investimentos pesados do setor imobiliário.

²³⁸ Lei Municipal Nº 6250 de 2015. “Prefeitura entrega à população lei que determina a criação do Jardim Botânico na mata da Louzeiro” (Disponível em: <http://pmcg.org.br/prefeitura-entrega-a-populacao-lei-que-determina-a-criacao-do-jardim-botanico-na-mata-da-louzeiro/>. Acesso em: 26 nov. 2018).

6.4 CAMPINA GRANDE E AS (IN)JUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS: APANHADO GERAL E PRINCIPAIS PERSPECTIVAS ACERCA DO OBJETO DE ESTUDO.

Nesse momento, objetiva-se fazer um apanhado geral sobre o que foi apresentado, pensando também em algumas proposições que não se pretendem propostas amarradas acerca das soluções, até porque o objetivo desse estudo é problematizar a realidade espacial e dá visibilidade às reflexões realizadas sobre essas dinâmicas. A solução de tais problemas está, sobretudo, ao alcance de outras instâncias da sociedade também aludidas no estudo, a exemplo do Estado que deveria pensar e agir sobre o espaço de forma justa e democrática, buscando minimizar as mais diversas injustiças verificadas nas cidades. A resolução dos problemas analisados envolve também as lutas populares por moradia e pelo Direito à Cidade.

Assim, embora se teça aqui várias críticas ao Estado capitalista, há a ciência de que a solução de certos problemas passa necessariamente pelo seu crivo e competência²³⁹. Nesse sentido, pode-se pensar a respeito dos dois espaços apresentados no tópico anterior, Açude de Bodocongó (Vila dos Teimosos) e Louzeiro (Rosa Mística/Buraco da Jia) além do contexto maior dessas problemáticas na cidade de Campina Grande. Os dois casos analisados empiricamente se tratam de espaços pobres e periféricos, embora o Louzeiro se localize nas proximidades do Centro da cidade. Nesse contexto,

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade [...]. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação desses assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do poder público (ROLNIK, 2006, p. 199-200).

A partir do que foi exposto sobre as áreas, pode-se afirmar que elas foram excluídas historicamente do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, ou seja, não entraram no mapa da “legalidade” da cidade, não passaram por processos de regularização fundiária ou ações afins. Além disso, excluídos foram também esses espaços do setor imobiliário formal e das transações que envolvem esse ramo.

A consolidação eternamente incompleta pode também ser verificada nos objetos de estudo apresentados. A presença do Estado foi, como já se vinha discutindo, incipiente e, algumas vezes, inexistentes nesses contextos. Não é concebível que ocupações com tanto tempo

²³⁹ “Para tentar corrigir ou minorar as desigualdades e promover a justiça espacial é fundamental a ação do Estado no espaço” (RODRIGUES, 2016, p. 63).

de existência passem ainda hoje por problemas tão modestos (no sentido da sua solução), se comparado aos problemas relativos às áreas de risco de outras cidades do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro e Recife. Essa afirmação se dá em virtude dos dados apresentados pela PANGEA (BRASIL, 2014) que mostram o montante de recursos necessários para solucionar grande parte dos problemas verificados nesses espaços²⁴⁰.

Nos casos estudados, a relação das pessoas com a natureza não é de amenidade, como em bairros cuja natureza é moeda de troca, mas diz respeito a uma relação de preocupação em função das consequências que essas ocupações em sítios físicos peculiares podem trazer. Tal dinâmica tem como pano de fundo as ações hegemônicas e capitalistas, levando famílias inteiras a uma convivência conflituosa com a natureza. Os homens e mulheres ali presentes pouco podem fazer ao seu favor e a favor dos demais, ficando a mercê do Estado que age, em alguns casos, mais como indutor e maximizador dos problemas verificados do que como mediador de melhorias, conforme se propõe aqui.

Nesse cenário, um questionamento pode ser feito: Onde estão os mecanismos de regulação de uso e ocupação do espaço urbano, que permitem que espaços de bairros mais valorizados permaneçam ociosos enquanto moradores, dentre os quais crianças e idosos, têm que sobreviver em meio ao descaso e ao caos socioambiental?

É notório que o Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2008) é negado a essa maioria moradora da cidade, porque o acesso à moradia digna, à mobilidade, à educação, à saúde, ao lazer, todos esses direitos lhe são frequentemente negados. Não se contesta, assim, apenas a ausência de moradia digna para aquelas famílias, mas as ausências várias que englobam o mencionado Direito à Cidade como um todo. Dessa forma, é necessário defender o óbvio, conforme exposição a seguir:

Pero quienes deciden levantar sus casas en terrenos urbanos inundables o en laderas deleznales y empinadas, generalmente no lo hacen por amor al río o al paisaje, sino porque carecen de opciones: porque su capacidad adquisitiva está por debajo del precio de terrenos más seguros y estables (WILCHES- CHAUX, 1993, p. 26).

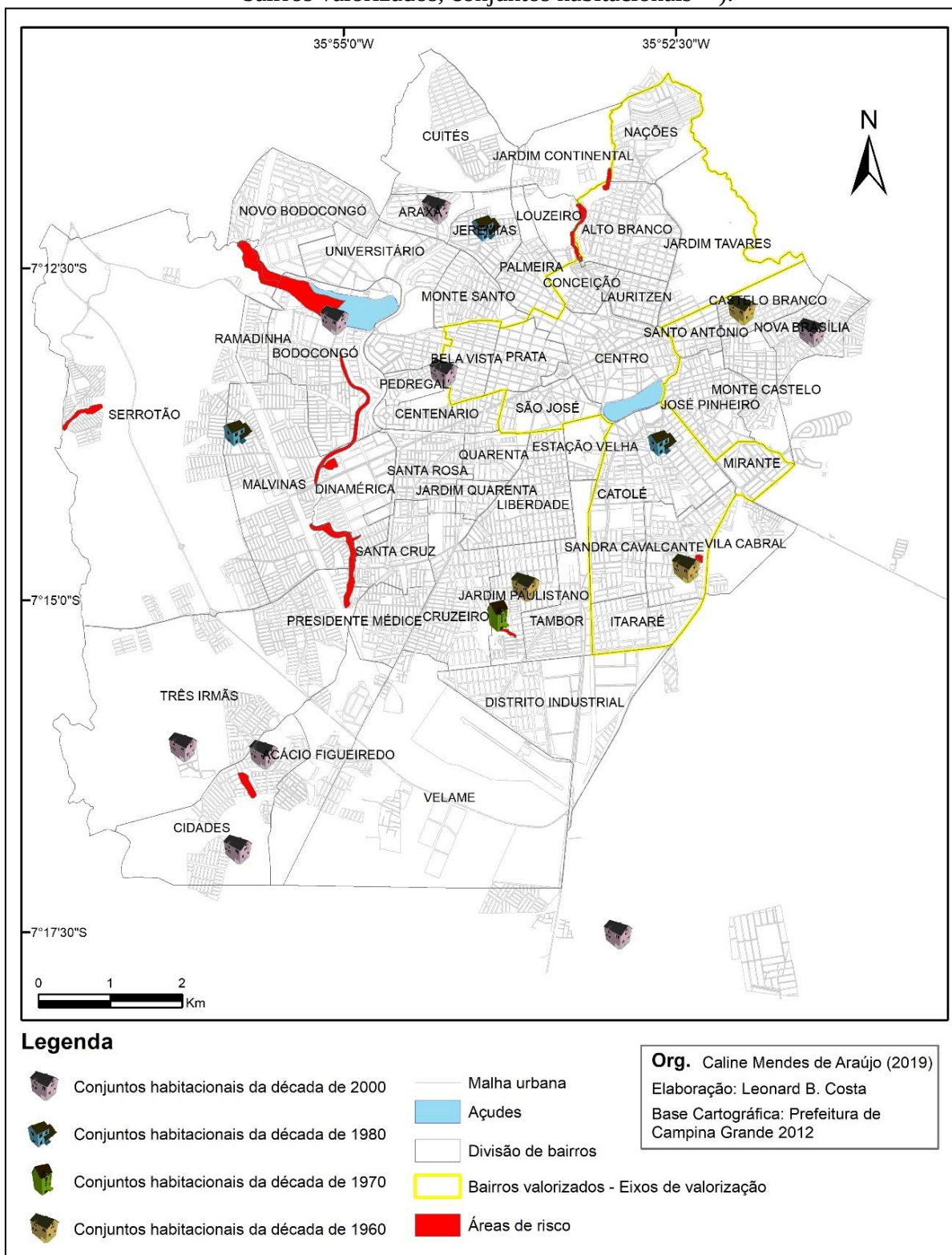
É preciso combater a ideia de que as pessoas moram nesses espaços, sem acesso a direitos básicos porque gostam, e que sofrem nessas realidades perversas porque querem, lembrando que em vários espaços urbanos muitas famílias estão “[...] morando mal, ou nem sequer morando” (RODRIGUES, 2003, p. 62). A maioria das pessoas pode até ter transformado

²⁴⁰ O custo total das intervenções propostas (medidas estruturais, trabalhos de investigação e elaboração de projetos básicos) para todas as áreas é de R\$ 7.994.983,07. Já o custo para as áreas estudadas é o seguinte: 250.723,27 para o setor 01 (Açude de Bodocongó – Vila dos Teimosos) e 132.219,54 para o setor 07 (Louzeiro/Rosa Mística) (BRASIL, 2014).

o espaço em seu lugar, mas jamais estaria alijada dos seus direitos pelo seu querer, é mais provável que estejam fadadas ao esquecimento do Estado.

Desta feita, para uma melhor reflexão acerca dessas desigualdades, pode-se observar a conformação do espaço urbano de Campina Grande e a disposição dos bairros mais valorizados em relação à localização das áreas de risco e conjuntos habitacionais estatais (Mapa 24). Nota-se, através do mapa, a produção seletiva e desigual do espaço dessa cidade.

Mapa 24: Conformação do espaço urbano de Campina Grande (áreas de risco, bairros valorizados, conjuntos habitacionais²⁴¹).



Fonte: Organizado pela a autora e elaborado por Leonardo B. da Costa, 2019.

²⁴¹ Conforme já exposto, alguns dos conjuntos não foram inseridos no local exato da sua instalação, apresentando-se em locais aproximados, em virtude da incompatibilidade entre os dados e as bases cartográficas que possuem temporalidades distintas.

O mapa 24 traz a localização das denominadas áreas de risco em relação aos bairros considerados como os mais valorizados da cidade e os conjuntos habitacionais de maior expressividade. É possível notar como os bairros mais valorizados fazem parte daquelas áreas que margeiam o centro da cidade, por outro lado as áreas de risco, assim como se via com as favelas da década de 1980 constituem uma espécie de colar periférico, com exceção de algumas que constituem “enclaves” nas proximidades ou entorno dos bairros valorizados. Os conjuntos habitacionais, em sua maioria, também se localizam predominantemente em áreas mais afastadas do Centro, afastando os moradores daquilo que Ribeiro (1996) denomina de “efeitos úteis de aglomeração”, que são os serviços e benesses das centralidades urbanas, ou seja, o próprio Direito à Cidade (Lefebvre, 2001).

O mapa 24 auxilia a comprovar o que se defende nesse estudo, ou seja, que os agentes hegemônicos produtores do espaço vêm conformando os espaços da cidade estudada de acordo com os seus interesses. Confirma-se, assim, a tese defendida de que a produção do espaço não se dá aleatoriamente e que a origem e manutenção das áreas de risco em Campina Grande são resultados não somente de aspectos ou dinâmicas naturais, mas também e, sobretudo, da ação perversa e seletiva do Estado e dos agentes do setor imobiliário na sua sanha de acumulação capitalista.

Percebe-se que, em Campina Grande, aos pobres foram destinados aqueles espaços mais próximos dos riachos e canais urbanos, por sua vez evitados pela classe de renda mais alta, ou ainda foram “jogados” para as periferias geográficas da cidade, através dos conjuntos habitacionais. A classe de maior renda, por outro lado, tem historicamente ocupado aquelas áreas de topografia mais elevada e acentuada, ou seja, evitando as áreas mais baixas e próximas aos corpos hídricos, acirrando as desigualdades e injustiças socioespaciais. E quando essa classe se destina para as periferias o faz para morar em grandes condomínios de luxo, em busca da exclusividade e da sensação de segurança.

É necessário, pois, se pensar em possibilidades de minimização dessas injustiças. Para tanto, pode-se partir da legislação já existente, que, se cumprida, permitiria uma maior equidade entre os espaços da cidade e seus usos. Faz-se mister refletir acerca de mecanismos de atuação em cada um desses contextos, a partir de suas especificidades. Reafirma-se que as proposições a seguir aparecem como pontos de partida, não sendo, portanto, soluções em si mesmas.

Propõe-se, aqui, pensar acerca do instrumento denominado “IPTU progressivo” e do mecanismo de “regularização fundiária de interesse social”²⁴². Segundo Souza (2004), o IPTU

²⁴² É importante lembrar que o instrumento IPTU progressivo e a regularização fundiária (via usucapião) são garantias legais constantes na Constituição Federal (CF, 1988, artigos 182 e 183), no Estatuto das Cidades (Lei no

progressivo é um tipo de tributo e se configura como um instrumento inibidor, além de possuir um caráter “eminente de promoção de justiça social” (SOUZA, 2004, p. 19). A aplicação desse importante instrumento deveria ocorrer sobretudo em espaços vazios/ociosos das áreas valorizadas ou em processo de valorização (via especulação imobiliária), visto que a lei determina o aumento compulsório do imposto para aqueles terrenos não utilizados ou subutilizados que estão localizados na área urbana.

Sabe-se que muito da especulação imobiliária se deve a não aplicação desse instrumento, onerando os preços dos terrenos e excluindo aqueles que não têm condições financeiras de adentrar no mercado imobiliário chamado formal. Para Souza (2004, p. 226), esse instrumento é “como poucos, capaz de colaborar decisivamente para a tarefa de imprimir maior justiça social a cidades caracterizadas, simultaneamente, por fortíssimas disparidades sócio-espaciais e uma especulação imobiliária desenfreada”.

Com o intuito de evitar essa especulação imobiliária desenfreada nas cidades, a aplicação do IPTU progressivo seria o mais adequado meio de busca pela justiça social via bairros valorizados, visto que além de aumentar progressivamente o preço do imposto pago pelos proprietários de terrenos ociosos na cidade, ainda considera a possibilidade de desapropriação em caso de omissão dos donos das terras acerca da solução.

Minimizar problemas dessa monta seria um ótimo ponto de partida para uma precificação mais justa dos terrenos, possibilitando um possível acesso dos mais pobres ao mercado ou, ao menos, garantindo sua permanência em espaços com grandes perspectivas de valorização imobiliária.

Por outro lado, nos bairros e espaços mais pobres, a exemplo das áreas de risco, pode-se pensar na chamada “regularização fundiária de interesse social”. Para Rodrigues (2016, p. 46) “a regularização fundiária de interesse social pode ser considerada uma forma de tentar promover justiça espacial e potencializar o Direito à Cidade”²⁴³. Contudo, há discussões que indicam uma preocupação diante dessa ação, que é a possibilidade de cooptação dos novos donos da terra por parte do mercado imobiliário

De fato, essa é uma questão sobre a qual é difícil ter um “controle”, mas, atualmente, nos casos em que as expulsões dos moradores se dão, onde não há a regularização fundiária, as famílias são obrigadas a sair sem nenhum direito ou indenização. Então, embora possa haver

10.257, de 10 de julho de 2001, artigos 7 e 4 [V.q]) e no Plano Diretor Municipal de Campina Grande (Plano Diretor, 2006, artigo 54 [II. B] e artigo 97 [VIII]).

²⁴³ “O atendimento de reivindicações, que altera a configuração de parcelas do espaço urbano em prol de frações da classe trabalhadora, propicia a chamada justiça espacial” (RODRIGUES, 2016, p. 47).

casos de venda dos terrenos urbanos, ao menos no caso de áreas regularizadas as famílias não sairão perdendo tudo²⁴⁴.

Além do que, sabe-se que a venda de terrenos nesses casos não se constitui como regra. O ideal seria a posse coletiva da terra, mas como no Brasil esse mecanismo não passa nem por uma discussão, acredita-se ser a regularização fundiária um “meio termo” entre a ideia de posse coletiva e a ausência de regularização de qualquer natureza.

Entende-se que a regularização fundiária de interesse social se configura como uma das maiores possibilidades de equidade no espaço urbano. Esse processo, para além da urbanização, garante às famílias mais pobres um “lugar ao sol”, ou seja, um pedaço de terra na cidade onde o mercado imobiliário formal age tão ferozmente, de forma a “engolir” aqueles sem recursos, para usar uma metáfora. Na concepção de Souza (2004)

Regularizar fundiariamente e dotar de infra-estrutura favelas e loteamentos irregulares são coisas essenciais para resgatar a dignidade e auto-estima dos pobres urbanos, desde que isso seja realizado de modo sério, transparente, participativo e tecnicamente correto (SOUZA, 2004, p. 294).

A regularização fundiária e o atendimento às necessidades de infraestruturas surgem como mecanismos de resgate da dignidade humana bem como da autoestima dessas pessoas, conforme afirma o autor. Sabendo-se que esse resgate é possível e necessário, acredita-se que esse é um caminho viável na busca da justiça espacial na cidade de Campina Grande. Rodrigues (2016, p. 50) afirma:

[...] consideramos que a regularização fundiária de interesse social é uma das formas de se atingir - para uma pequena parcela da população e em áreas delimitadas no espaço - a justiça espacial, que depende do Estado para sua efetivação.

Essa ação do Estado pode se efetivar tendo em vista que, não interferindo na acumulação do capital por parte do Estado capitalista (RODRIGUES, 2016), tal ação não constitui engodo para o Estado. Segundo Rodrigues, a regularização fundiária de interesse social “permite conquistas pontuais, embora não modifique o Estado capitalista” (RODRIGUES, 2016, p. 58).

Contudo, há certas áreas onde a regularização não pode ser realizada, em função de alguns aspectos, como o fato de se tratarem de Áreas de Proteção Permanente, a exemplo das áreas de risco enfocadas nessa pesquisa. Nesses casos, pode-se fazer a relocação das famílias

²⁴⁴ “Desse modo, a regularização fundiária que concede o título de posse é uma garantia, ainda que frágil, de que, se houver interesse do setor imobiliário, deverá haver negociação, em termos de mercado capitalista, com os moradores, de forma individual ou coletiva, mas não serão simplesmente expulsos” (RODRIGUES, 2016, p. 56).

para espaços próximos de suas moradias e garantir-lhes a posse da terra, possibilitando uma maior equidade entre os cidadãos de bairros distintos.

Através dessas e de outras ações do Estado e da sociedade de forma geral, pode-se pensar na concretização do Direito à Cidade para todos (LEFEBVRE, 2001). Ao discutir sobre o Direito à Cidade, Rolnik (2003) assinala:

O direito à cidade, não é o direito a um teto, ou a um buraco. O direito à cidade é muito mais amplo. A afirmação do direito à cidade significa dizer: não queremos mais cidades partidas, não queremos mais cidades onde a maioria vive em uma não-cidade, não queremos mais cidades cuja função mais importante é funcionar, a terra, o solo urbano, a vista, os recursos territoriais da cidade como mercadoria, como fonte de lucro (ROLNIK, 2003, p. 225).

Nesse sentido, pensar o Direito à Cidade de forma ampla é um passo importante na direção da tão propalada justiça social e espacial (SOJA, 2014). Segundo Soja (2014), um sinônimo da luta pelo Direito à Cidade seria a busca pela justiça espacial²⁴⁵, tendo em vista o primeiro enquanto “una reivindicación de mayor control sobre como los espacios en que vivemos son producidos socialmente estén donde estén” (SOJA, 2014, p. 39). Diante disso, é fundamental se pensar a respeito da justiça espacial a partir, sobretudo da Geografia, mas transpassando esse nível e adentrando nas várias instâncias do saber e do cotidiano, visando uma contribuição mais robusta nesse contexto.

Soja (2009), afirma que: “As a starting point, this involves the fair and equitable distribution in space of socially valued resources and the opportunities to use them” (SOJA, 2009, s.p). Ou seja, a ideia de justiça espacial estaria ligada a uma distribuição justa e equitativa dos recursos e oportunidades presentes no espaço.

Para Soja (2009; 2014) a justiça espacial não se trata de um substituto das outras formas de justiça: econômica, social, ambiental etc., “but rather a way of looking at justice from a critical spatial perspective” (SOJA, 2009, s.p). Essa perspectiva crítica espacial é muito bem-vinda à análise acerca da justiça, tendo em vista que as contradições do espaço expressam sobremaneira várias injustiças, ressaltando que o espaço, em sua complexidade, também envolve instâncias econômicas, culturais, ambientais, sociais, entre outros, para usar uma terminologia de Milton Santos.

Outra importante discussão é aquela a respeito da justiça ambiental que também interessa a presente reflexão sobre as desigualdades socioambientais e encontra-se no livro “O que é justiça ambiental” (ACSERALD, et al, 2009). Parafraseando os autores, algumas

²⁴⁵ “Los dos conceptos, justicia espacial y derecho a la ciudad, se han entrelazado de tal manera en su uso contemporáneo que es cada vez más complicado hablar de ellos por separado” (SOJA, 2014, p. 140).

das premissas de justiça ambiental incluem: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado (ACSERALD, et al, 2009).

Desse modo, a discussão e a luta pela justiça ambiental também se faz muito necessária e pertinente, levando em consideração que trata dos aspectos naturais e da relação da sociedade com a natureza, visando também uma maior equidade no acesso e usufruto das pessoas aos recursos ambientais (ACSERALD, et al, 2009). A luta a favor das pessoas e contra o mercado diante da dinâmica exposta, ou seja, a favor do valor de uso da natureza em contraponto à constante atribuição de valor de troca à mesma, constitui importante pauta diante da problematização acerca do espaço urbano.

No que se refere às (in)justiças espaciais, Soja (2009) afirma que as mesmas constituem resultado de padrões de distribuição injustos. Assim, pode-se recordar das históricas formas de distribuição e apropriação do espaço, desde o processo de ocupação do Brasil até as ações mais contemporâneas relacionadas à especulação imobiliária em várias cidades do país, a exemplo de Campina Grande onde há um caso patente de injustiças socioespaciais.

Segundo Soja (2014) há injustiças em variadas escalas espaciais, desde as globais (exógenas), passando pelas locais (endógenas) bem como atingindo as regionais (mesogeográficas). Nas escalas endógenas é que se apresentam os espaços mais esquecidos e abandonados, não são concebidos socialmente nem como resultados da responsabilidade das ações dos promotores imobiliários nem das intervenções/omissões do Estado (ou seja, do “matrimônio” Estado-mercado).

Na concepção de Soja (2009, s.p) “Seeking to increase justice or to decrease injustice is a fundamental objective in all societies, a foundational principle for sustaining human dignity and fairness”. A justiça aparece, assim, como o pilar básico de promoção da dignidade humana. É preciso pensar em cidades para as pessoas. Embora se saiba que a busca pela justiça espacial é uma luta permanente e que suas conquistas devem vir paulatinamente e algumas são de alcance muito complexo e incerto, confia-se que começar a persegui-la é o primeiro e mais importante passo.

A partir das contribuições de Soja (2014) e Acserald et al (2009) que tratam da (in)justiça espacial e de (in)justiça ambiental respectivamente, nas quais estão inseridas a ideia de sociedade, pode-se pensar em um termo “híbrido” que poderia unir as duas ideias, visando colocar uma maior ênfase na questão ambiental (que por muitas vezes é abandonada), bem como fortalecer a ideia do espaço enquanto produzido pela sociedade (sabendo que o mesmo envolve várias outras dimensões).

Propõe-se, então, partindo dos casos estudados, a utilização do termo (in)justiça socioambiental²⁴⁶, conforme cunhado também de forma mais abrangente por Ribeiro (2017) para designar os processos de produção do espaço que envolvem aspectos naturais e sociais ou socioambientais. Deve-se levar em consideração que essa produção do espaço se dá com vistas a fortalecer as desigualdades históricas verificadas no Brasil, ficando cada vez mais claro que as (in)justiças têm guiado muito mais esses processos do que as justiças socioambientais.

²⁴⁶ Sem deixar de levar em conta que alguns teóricos consideram que a dimensão espacial já está inserida na expressão ambiente, a exemplo de Carlos Walter Porto-Gonçalves.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço ocorre a partir das mais diversas escalas e contextos, através da ação de variados agentes sociais mediados por interesses múltiplos. Por outro lado, sabe-se que os espaços não são homogêneos, ao contrário, são constituídos de diferenças de todos os tipos, culturais, sociais, econômicas, naturais, entre outras. Esses aspectos, por sua vez, se complementam.

Contraditoriamente, as dinâmicas de produção do espaço nos moldes capitalistas são marcadas por grandes incoerências e injustiças socioespaciais, na medida em que o lucro se sobrepõe aos interesses sociais, tornando os espaços além de diferentes entre si, bastante desiguais. Assim, a partir de algumas teorias como a dos agentes produtores do espaço, o presente estudo analisou certas dinâmicas inerentes à cidade de Campina Grande - PB, considerando as relações interescares balizadas pelos agentes supracitados.

O estudo levou em conta esses processos em sua conexão com outras temáticas necessárias ao entendimento do objeto de estudo, a exemplo da abordagem das problemáticas socioambientais. Afirma-se que as desigualdades socioambientais têm sido cada vez mais frequentes na conformação dos espaços urbanos, sendo que o Estado e os agentes do setor imobiliário se configuraram, nesse estudo, como alguns dos principais agentes responsáveis por esse processo de produção desigual do espaço urbano. Partiu-se, na presente análise, da realidade empírica da cidade de Campina Grande, especialmente das áreas de risco denominadas “Açude de Bodocongó/Avenida Portugal” e “Bairro Louzeiro”.

Considerou-se que as chamadas áreas de risco vão além da sua persistente classificação como fenômenos hegemonicamente naturais. Tais áreas são compreendidas enquanto o resultado de um processo mais amplo de produção do espaço, no qual agentes e interesses capitalistas têm sido os principais responsáveis pela origem e manutenção dessas realidades.

Constatou-se que há uma grande disparidade existente no processo produção e apropriação do espaço na cidade de Campina Grande, entre as áreas de riscos citadas e aqueles bairros mais valorizados da cidade: Prata, Alto Branco e Catolé. Esses bairros são caracterizados pelo alto poder aquisitivo dos seus moradores, que contam com melhores condições socioeconômicas, socioambientais e força política para terem suas demandas por melhor qualidade de vida (e outras mais supérfluas) atendidas pelo Estado.

Já no outro extremo dessa mesma realidade, nas áreas de risco, encontram-se espaços com muitos problemas socioambientais, moradores com insuficientes recursos financeiros e

poucos investimentos públicos voltados para tais espaços. Ademais, os moradores têm baixa capacidade política de pleitear e pressionar o Estado para resolução de suas demandas.

Visto que a produção do espaço urbano ocorre de maneira desigual e a partir de diversas frentes de ações, de diferentes agentes e interesses, e em múltiplas escalas, foi possível constatar que os bairros da cidade de Campina Grande são resultado dessa produção seletiva e desigual do espaço urbano, alguns apresentando benfeitorias completas, como os bairros valorizados, e outras intervenções paliativas ou inexistentes, por parte do Estado, como os casos analisados (“Açude de Bodocongó/Avenida Portugal” e “Bairro Louzeiro”).

Nesse contexto, os espaços mais pobres como as áreas de risco não constituem interesse do Estado, exceto em casos de clientelismos, como as doações de terrenos em troca de votos em época de eleições, constatadas em Campina Grande, através da análise de algumas CPI's sobre doações de terrenos públicos. Assim, o estudo confirmou que, nessa cidade, a atuação do Estado nas áreas de risco estudadas se deu de várias formas, alternando ausência, intervenções esporádicas e ações setoriais caracterizadas pelos citados clientelismos, por serviços de infraestrutura demasiadamente paliativos, forçando os pobres a resolverem por conta própria problemas como o de moradia, através da ocupação de terrenos públicos sobretudo o da provisão habitacional via autoconstrução.

Pode-se destacar também a falta de ações efetivas para a erradicação desse tipo de moradia, que poderia ocorrer a partir do uso e ocupação de vazios urbanos e/ou de imóveis inutilizados ou subutilizados de áreas valorizadas da cidade, como os bairros Prata, Alto Branco e Catolé. Entretanto, esse fato geraria uma “quebra de braço” entre o Estado e o setor imobiliário ou os rentistas, talvez por esse motivo isso não seja efetivado.

Observou-se que grande parte das famílias que moram nas áreas de risco estudadas não teve acesso às políticas públicas de moradia e de outros segmentos (urbanização de favelas, regularização fundiária) desenvolvidas em Campina Grande, porque esses programas habitacionais se apresentaram de forma bastante restrita e problemática, não só com relação à quantidade, mas também à qualidade, vide algumas das experiências existentes na cidade.

Por outro lado, nos momentos em que o Estado agiu efetivamente com alguma política pública de habitação via projetos e programas habitacionais em Campina Grande, forçou a população mais pobre a ir para as margens da cidade, empurrando-a também para longe dos “efeitos úteis de aglomeração” do espaço urbano. Assim, direitos básicos foram cerceados, como: o de ir e vir, uma vez que o sistema de transporte público é bastante falho; o acesso à moradia digna cujos serviços lhe sejam acessíveis; além do direito à saúde, educação e lazer, em alguns casos.

A partir do levantamento e análise sobre os principais programas habitacionais estatais desenvolvidos na cidade estudada, verificou-se que, em Campina Grande, as estratégias do Estado no percurso da história e no tocante à provisão de habitação, via de regra, se mostraram no sentido contrário às necessidades dos grupos sociais excluídos.

Assim, nos espaços mais pobres da cidade, especialmente nas áreas de risco, a história tem se repetido, pelo que foi possível constatar: problemas como a falta de moradia digna, a presença de habitações precárias, apropriação desigual do espaço e da natureza, a poluição, a ausência de saneamento básico. Essa configuração é herança de um modelo de cidade excludente e classista que vem se conformando no Brasil e em Campina Grande.

Essa herança foi deixada tão somente aos pobres urbanos que, sem meios, sem apoio e sem força política e econômica para mudar tal realidade, têm que conviver com os inúmeros transtornos inerentes a ela. Tal cenário resulta de processos originados e mantidos por uma sociedade patrimonialista, clientelista e concentradora de renda e de terra.

Colaboram para esse cenário, além do Estado, os promotores imobiliários e afins. Para esses interessa, antes de tudo, o lucro. Transações imobiliárias mediadas pelos interesses capitalistas constituem o mote da atuação desses agentes. A partir das teorias sobre valor, utilizadas na presente análise, além das discussões sobre a moradia enquanto um direito previsto em lei, foi observado que, em verdade, o que conta, para os referidos agentes é o valor de troca em detrimento do valor de uso, os ganhos financeiros sobrepostos aos direitos sociais. E, na grande parte dos casos, a moradia enquanto um direito continua apenas sendo um sonho para muitos.

Uma das formas de concretização dos interesses dos agentes imobiliários no espaço urbano se dá via valorização, do ponto de vista imobiliário, dos bairros habitados pelos grupos de maior renda da cidade. Essa valorização acontece também como fruto de maiores investimentos em infraestrutura urbana nos mesmos, por parte do Estado, em contraste com bairros periféricos. Assim, de um lado, alguns bairros se valorizam e, de outro, os demais espaços são marginalizados desse processo, tendo em vista suas configurações socioambientais e as desigualdades históricas que os acometem.

Esse fato ocorre ainda porque o Estado também é um agente da acumulação capitalista, atuando muitas vezes na produção de espaços valorizados que lhe promovam maior arrecadação de impostos ligados aos serviços urbanos, entre outras formas de arrecadação. Na cidade estudada esse agente atuou de forma enfática em vários espaços mais valorizados da cidade como os bairros do Alto Branco, Prata e Catolé, sobretudo na provisão de infraestruturas de mobilidade.

Assim, ao investir em infraestruturas para os bairros de classe alta, o Estado tangenciou as áreas de risco, agindo de maneira parcial na maior parte dos casos. Através de investimentos em infraestruturas e serviços nos espaços mais valorizados, além de outras ações, como ajustes/mudanças em regulamentações urbanas e/ou ambientais, o Estado tende a manter o *status quo*, visto que a outra face dessa realidade passa por dinâmicas inversas.

Por outro lado, retomando o debate sobre os agentes privados, constatou-se que a lógica do setor imobiliário, ao eleger as melhores localizações para implementação de empreendimentos imobiliários, valorizando vários espaços e o seu entorno (empurrando os pobres para espaços mais longínquos, portanto mais baratos) e, ao se direcionar para uma demanda solvável (ou seja, aqueles que podem pagar e que buscam exclusividade), contribuiu para o processo de empobrecimento e precarização dos espaços mais pobres, com destaque para as áreas de risco, visto que isso impossibilitou os mais pobres de terem acesso às terras e moradias da cidade através de mecanismos formais, uma vez que os mesmos são demasiadamente dispendiosos.

O investimento pesado do setor imobiliário em bairros historicamente privilegiados pelo Estado como o Bairro da Prata, Alto Branco e Catolé é uma ação concreta e contundente dos promotores imobiliários. Acrescenta-se que investimentos do setor privado em outros âmbitos, a exemplo dos grandes supermercados e shoppings da cidade, contribuem para o processo de valorização de tais espaços, ao tempo que usufruem desse elemento.

Ademais, com base na leitura e reflexão de uma gama considerável de textos teóricos, estatais e midiáticos sobre áreas de risco e temáticas afins, é possível afirmar que a problematização dessa realidade que vem se discutindo aqui nem sempre vem à tona nas análises sobre áreas de risco e afins.

Assim, fatores como o valor de uso *versus* valor de troca, o zoneamento urbano, as leis de uso e ocupação do solo, a falta de políticas habitação, regularização e urbanização em assentamentos informais, o papel dos agentes produtores hegemônicos, são esquecidos ou renegados como elementos explicativos das problemáticas socioambientais nos espaços mais pobres. Isso se dá também pela falta de uma visão de totalidade da realidade urbana, que entenda a cidade como um todo fragmentado, mas articulado, que no seu processo de produção contempla alguns grupos sociais, mas também deixa à margem uma grande parcela da sociedade.

Através dessa investigação constatou-se que as condições subumanas em que vivem várias famílias nesses espaços não são reflexos de processos “naturais” ou apenas “antrópicos”. Mas constituem resultados de dinâmicas direcionadas pelos interesses, pelo lucro e pela

manutenção de poderes e privilégios. O presente estudo pretendeu se configurar como uma reflexão e, ao mesmo tempo, como uma denúncia, ainda que em âmbito acadêmico, dessa realidade.

A produção e a apropriação do espaço urbano não se dão ao acaso ou de forma arbitrária. Nas cidades, nos bairros, nas ruas, cada vez mais tem se aprofundado a dinâmica de subjugação e apropriação desigual da natureza, resultando em efeitos extremamente danosos tanto para ela quanto para os moradores dos espaços mais pobres, principalmente os que não têm como mudar sua realidade. Observou-se, através dessa investigação, que, além de toda precariedade vivenciada pelos mais pobres, tais sujeitos têm sido impelidos a tornarem-se mais “resilientes” com essa situação, assim como preconiza a agenda urbana global, seguida pela Defesa Civil brasileira.

Diante disso, reafirma-se: é urgente entender que os problemas das áreas de risco vão além da culpabilização dos pobres e das “fragilidades naturais”, mas perpassa por causas estruturais, processuais e conjunturais. Contudo, convém aos detentores do poder político e econômico que a sociedade considere como natural toda essa produção desigual do espaço urbano para que a mesma se perpetue, contemplando a poucos.

Essas reflexões intencionaram pensar a respeito da responsabilidade da sociedade nos problemas como os verificados nas áreas de risco, na tentativa de “desnaturalizar” e “desantropizar” a abordagem, visto que grande parte da literatura consultada sobre essas áreas e temas correlatos põem um relevo bastante acentuado nos fenômenos e elementos da natureza (ou nos homens de forma individual) na explicação sobre tais contextos, não levando em consideração algumas das principais causas das vulnerabilidades desses espaços, a exemplo da ação dos agentes sociais e das dinâmicas mais abrangentes da sociedade, como a divisão de classes, a concentração de terra e de renda.

Desta feita, foram realizadas análises e problematizações sobre as discussões relativas aos riscos, vulnerabilidades e desastres, a partir de autores e vieses que foram fundamentais à pesquisa, na tentativa de compreender as abordagens dominantes sobre os temas e realidades e eleger a que mais se aproximasse da pesquisa ora apresentada.

A partir disso, e também das experiências empíricas, tanto no que se refere à atuação do Estado quanto no que diz respeito à situação vivenciada pelos mais pobres, concluiu-se que a perspectiva mista de abordagem desses processos é aquela que mais se adequa às análises das realidades estudadas. Vale lembrar que, em termos gerais, a abordagem mista contempla os elementos naturais e sociais de forma associada, no trato sobre espaços socioambientalmente problemáticos, dando a cada um desses aspectos o seu “peso” pertinente.

Complementarmente, o estudo coaduna-se com a ideia do título do livro “Los Desastres No Son Naturales”²⁴⁷, pois o enfoque insistente visto nas discussões sobre natureza para explicar os fenômenos estudados se mostra não somente insuficiente, mas diz muito sobre a necessidade de outras possibilidades analíticas que possam revelar de forma mais completa e crítica as reais causas dos problemas socioambientais.

Para Maricato (2001) a dimensão da tragédia urbana brasileira exige o desenvolvimento de respostas que devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado por informações científicas, oriundas, entre outras, das ciências sociais e humanas, sobre o ambiente construído com o intuito de evitar a formulação de “ideias fora do lugar” tão presentes no planejamento e na gestão de políticas públicas urbanas no Brasil.

Visando evitar tais ideias fora do lugar faz-se necessário, no âmbito da teoria e da prática, pensar e agir a partir de algumas relações dialéticas. Destacam-se, dentre essas, as relações: a) Entre escalas temporais e espaciais; b) Entre diferentes âmbitos da sociedade; c) Entre agentes produtores do espaço; d) Entre teoria e prática; e) Entre sociedade e natureza; f) Entre níveis governamentais; dentre outras. Dessa forma, nesse estudo, essas relações constituíram os pressupostos para o entendimento da dinâmica de produção do espaço e geração e manutenção das desigualdades em Campina Grande.

A partir dos delineamentos teóricos e metodológicos apresentados na Introdução da pesquisa, das problematizações realizadas ao longo do estudo, das supracitadas relações e dos resultados apresentados nos parágrafos anteriores, foi possível chegar a uma conclusão mais ampla que configura a tese aqui defendida, qual seja: **A origem, permanência e/ou transformações das “áreas de risco” de Campina Grande são resultado não apenas de elementos/fenômenos naturais (e da ação dos pobres no espaço urbano), mas também e, principalmente, da ação (conjunta ou não) dos agentes produtores do espaço, balizados por interesses capitalista, sobretudo o Estado e os agentes do setor imobiliários.**

Confirmada a tese, é necessário pensar naqueles grupos que mais têm sofrido com essa realidade caracterizada como perversa, desigual e desumana. É pertinente reforçar que o espaço urbano deve ser pensando e produzido de maneira equânime para todos, de forma que nenhum grupo específico leve vantagens sobre aquelas camadas sociais moradoras dos espaços mais esquecidos, mais abandonados.

Assim, como possível horizonte de solução para esses e outros problemas nos espaços urbanos mais pobres pode-se pensar no propalado Direito à Cidade que, para Lefebvre (2008)

²⁴⁷ MASKREY, A (compilador). **Los Desastres No Son Naturales**. Bogotá: La Red/ Tercer Mundo Editores, 1993.

é a forma superior dos direitos (direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar). Acrescenta-se, aqui, a necessidade do direito a um espaço socioambientalmente digno e saudável para todos. Outra perspectiva, nesse sentido, é a justiça espacial e socioambiental.

Conforme Soja (2009), a busca pela justiça espacial se tornou um importante grito de mobilização e uma força mobilizadora dos movimentos sociais. E, embora, nem todos os espaços situados nas microescalas lancem mão de tais movimentos, aqueles que se dispõem a pensar e agir sobre o espaço urbano e a propor melhorias para os cidadãos, têm nesse grito um importante impulsionador de suas lutas.

Assim, concorda-se com Soja (2014) que a busca pela justiça espacial (e socioambiental), bem como pelos direitos democráticos, tem um sentido de otimismo, sobretudo diante das históricas injustiças de toda natureza consolidadas via produção do espaço e também diante dos atuais retrocessos que a sociedade brasileira vem sofrendo, sobretudo a partir de 2016, relacionados ao desmonte de vários direitos conquistados com muita luta desde o processo de redemocratização do país, chegando aos dias atuais com sérias perspectivas de intensificação.

Um exemplo disso é a chamada “Lei da Grilagem” (Lei 13.465/2017), antiga Medida Provisória 759 – que modificou aspectos essenciais para a regularização fundiária urbana e rural. Essa lei corrobora a concentração de terras e barra várias possibilidades de se assegurar a função social da propriedade. Outro exemplo nesse sentido é o fim do Ministério das Cidades, além de muitas outras possibilidades de desmontes a partir da eleição para presidente da república, ocorrida em outubro de 2018. Esses exemplos são utilizados tendo em vista a relação da referida lei e do extinto ministério com as possibilidades reais de políticas públicas urbanas pensadas para os mais pobres moradores das cidades brasileiras.

Finalmente, fala-se em otimismo considerando tal contexto, além do que foi exposto nessa pesquisa, pensando também que um dia a garantia dos direitos a todos os cidadãos e cidadãs e a produção mais justa e equânime do espaço urbano poderão se tornar possível, embora o caminho seja longo e tortuoso. Sabe-se, porém, que isso só será possível se “ninguém soltar a mão de ninguém”, visando combater o que Soja (2014) denomina de “urbanismo de injustiça”. Por fim, conforme preconizado por Lefebvre, deve-se seguir na direção de um novo humanismo, de uma nova práxis, no sentido de tornar a essencial Justiça Socioambiental e o tão sonhado Direito à Cidade algo possível e também real.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A dinâmica imobiliária. Elementos para o entendimento da espacialidade urbana. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano III, n. especial, dez. 1989. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- ABREU, M. A., VAZ, L.F. Sobre as origens da favela. In: IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador. **Anais**. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 1991.
- AB’SÁBER, A. N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- ACSERALD, H; CAMPELLO, C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, n. 24 (68), 2010.
- ALMEIDA, L. Q. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na geografia. **Mercator**. Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83-99, set./dez. 2011.
- AMARAL, R; GUTJAHR, M. R. **Desastres naturais**. São Paulo: IG/SMA, 2011.
- ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- APOLINÁRIO, O. K. **Urbanização e mudanças na paisagem do bairro da Prata na cidade de Campina Grande-PB: uma análise de sua forma, função e estrutura**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, 2009.
- ARAÚJO, C. M. **O papel do Estado e dos moradores no processo de consolidação da Comunidade da Rosa Mística, Campina Grande/PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil. Políticas recentes e tendências. (13-41). In: CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BALTRUSIS, N. A valorização fundiária da propriedade urbana. **Cadernos Metrópole**, v. 16, p. 121-140, 2006.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. 15 (42): 124-142, 2000.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

_____. **La metamorfosis del mundo**. Barcelona: Paidós, 2017.

BERNARDES, J. A. e FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, José Teixeira (Org.). **A questão ambiental** – diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2010.

BID, Programa Habitar. **Análise Urbana-Habitacional do município**. Campina Grande: Banco Interamericano de Desenvolvimento, s.d.

BRASIL. **Constitui o da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Glossário de Defesa Civil**: Estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Ministério da Integra o Nacional, 2002.

BRASIL. **Lei N  12.608**, de 10 de Abril De 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. **RELATÓRIO 1762-R4-14: Município de Campina Grande, PB – Lote 03**. Campina Grande: PANGEA, 2014.

BRASIL. **Site do CEMADEM**. Disponível em: <http://www.cemaden.gov.br/municipios-monitorados/>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Decret es de anormalidades causadas por desastres nos Municípios Brasileiros**. Brasília: Confedera o Nacional de Municípios, 2018. Disponível em:

[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20\(2016\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres%20naturais%20-%202012%20a%202015%20(2016).pdf). Acesso em: 15 set. 2018.

BITOUN, J. Os Territórios do Diálogo: Palavras da Cidade e Desafios da Gestão Participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia** (São Paulo), Recife, v. 2, 2000.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1994.

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, nº 82, maio/junho. 2009.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

BOTELHO, R.G.M. Bacias Hidrográficas Urbanas. In: GUERRA, A. J. T (Org). **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CABRAL JÚNIOR, J. B. **Principais características dos regimes pluvial e térmico de Campina Grande, PB**. 2012. 61 p. Monografia de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia, UEPB – CEDUC. Campina Grande, Paraíba.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda Habitacional no Brasil**. Brasília, 2011.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. Campinas: Papirus, 1988.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: Secretaria nacional de Defesa Civil, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Comissão Especial de Inquérito**: invasões de terrenos, uso do solo urbano, déficit habitacional e situação atual do patrimônio imobiliário público municipal. Campina Grande, set/out, 1987.

_____. **Comissão Parlamentar de Inquérito**: Doações e Invasões de Terrenos pertencentes ao patrimônio público municipais. Campina Grande, mai/jun, 1995.

CAMPINA GRANDE. **Plano de Erradicação de Favelas**. Campina Grande: COMDECA, 1972.

_____. **Seis anos de governo**: relatório geral da administração Enivaldo Ribeiro, 1977-1982. Campina Grande: COPLAN, 1983.

_____. **Perfil do Município**. Coordenadoria do Município, 1984.

_____. **Lei Orgânica do Município**, de 05 de abril de 1990. Campina Grande, 1990.

_____. **Lei 4806** (Lei das Zonas Especiais de Interesse Social), de 23 de setembro de 2009. Campina Grande, 2009.

_____. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Etapa 2: Diagnóstico do setor habitacional. Campina Grande: Consultoria Sintaxe, 2009.

_____. **PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE PREVENÇÃO, ALERTA E EMERGÊNCIA (PERÍODO DE CHUVAS)**, Defesa Civil Municipal, 2008.

_____. **Lei Complementar Nº 045** (Código de Defesa do Meio Ambiente de Campina Grande), de 24 de setembro de 2009. Campina Grande, 2009.

_____. **PLANO DE CONTINGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE CAMPINA GRANDE PARA SITUAÇÕES DE PREVENÇÃO, ALERTA E EMERGÊNCIA Período de chuvas**). Defesa Civil Municipal, 2012.

_____. **PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES DECORRENTES DE PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**. Defesa Civil Municipal, 2013.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Campina Grande**, 2014.

_____. **Plano Estratégico - Campina Grande 2035**. Campina Grande, 2016.

_____. **Relatório de atividades da Defesa Civil de Campina Grande, em 2018**. Defesa Civil Municipal, 2019.

CANTOS, J. O. Cambios en la consideración territorial, conceptual y de método de los riesgos naturales. **Revista Scripta Nova**. Vol. XII, nº 270(24). 1 de agosto de 2008. Barcelona, 2008.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**, Universidad de Barcelona, vol. 8, núm. 1-2, 1974.

_____. **La morfología de las ciudades (volume III)**: agentes urbanos y mercado inmobiliario. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

CASTRO, A. L. C. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999.

CARDOSO, M. F. T. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, ano XXV, n. 4 p. 417-451, out./dez. 1963.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro Nacional da Anpur. **Anais**, maio de 2011. Rio de Janeiro.

CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. **Introdução**. Coletânea HABITARE, 2006, vol. 5. Pág. 04-11.

CARDOSO, A. L. Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação. In: CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. **Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda**. Coletânea HABITARE, 2006, vol. 5. Pág. 76-115.

CARDOSO et al. A retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: CARDOSO et al (org). **22 anos de Política Habitacional no Brasil**: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o Direito à cidade como Horizonte Utópico. In: VASCONCELOS, P. et al. **A Cidade Contemporânea**: Segregação Socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. P. 95-110.

CARVALHO, M. J. F. **Discursos e Imagens da Cidade**: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000). Tese, (Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba), UFPB, 2012.

CAVALCANTI, R. M. S. **Indicadores geomorfológicos, riscos e o planejamento urbano** – uma apreciação teórico integradora para a cidade do Recife – PE. Recife, 2012. p. 184. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

CEPED UFSC. **Atlas brasileiro de desastres naturais**: volume Paraíba. Florianópolis (1991-2012), 2013. Acesso em: out. 2018. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. A Cidade. In: CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Da Lama ao Caos**. Rio de Janeiro: Chaos/Sony Music, 1994.

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES – **COBRADE**. 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0. Acesso em: 15 set. 2018.

COELHO, M. C, N. Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos, de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B (orgs). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COIMBRA, A. F. Oferta de terrenos urbanos em Campina Grande – PB, Mossoró – RN: uma análise comparativa do mercado imobiliário em cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2012, Belo Horizonte. **Anais**. Disponível em: <http://eng2012.agb.org.br/arquivos-anais-eng>. Acesso em: 05 jul. 2015.

CORRÊA, A. C. B. A Geografia Física: uma pequena revisão de seus enfoques. **RIOS**, Paulo Afonso, BA. Ano 1. nº 1. Nov/2005.

CORRÊA et al. Megageomorfologia e morfoestrutura do Planalto da Borborema. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, 31 (1/2), 35-52, 2010.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, A. A. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Recife, 2003. p. 245. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, L. B. **Estruturação da cidade de Campina Grande**: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CPRM. **Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa**. Campina Grande: 2013.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, P. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DINIZ, L. S. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. Recife, 2004. p. 195. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

FERNANDES, C. M; CUNICO, C. Risco ambiental do município de Campina Grande - agreste paraibano. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. 2017. Campinas. **Anais**. Campinas, 2017.

FERNANDES, E. Regularização de Assentamentos Informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In: ROLNIK, R (org.). **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

FERNANDES, C. C. P.; SILVEIRA, S. F. R. Ações e contexto da política nacional de habitação: da fundação casa popular ao programa “minha casa, minha vida”. In: II Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social. **Anais**. Viçosa, 2010.

FERNANDO, P. Mudanças climáticas: Sociedade de risco. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, Brasília, n. 68, ano 8, p. 24-33, 2011.

FERREIRA, J. D. A. **Vulnerabilidade sócio-ambiental de espaços socialmente marginalizados em áreas urbanas: caso da Vila dos Teimosos em Campina Grande-PB.** Campina Grande, 2007, p. 109. Tese (Doutorado em Recursos Naturais). Centro de Tecnologia e Recursos Naturais / Universidade Federal de Campina Grande.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil.** In: Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”. **Anais.** Bauru, 2005.

FERREIRA, E. X; VELOSO, T. M. G. **A luta por moradia e o surgimento da Vila dos Teimosos: uma análise a partir dos relatos orais.** Centro de Referência da Assistência Social–CRAS, 2008. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/356.%20a%20luta%20por%20moradia%20e%20o%20surgimento%20da%20vila%20dos%20teimosos.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

FREIRE, Z. B. **Dinâmica de des-re-territorialização na comunidade do Mutirão em Campina/PB: reflexões a partir dos desastres “naturais”.** Recife, 2016. p. 160. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

FILGUEIRA, H. J. A. Os desastres relacionados com fenômenos naturais no contexto dos sistemas organizacionais. In: GARCIA, J. P. M (org). **Desastres na Paraíba: riscos, vulnerabilidade e resiliência.** 1ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2013.

FILGUEIRA, H. J. A; BARBOSA, M. P. O Nordeste Brasileiro: uma região de desastres socialmente construídos. In: GARCIA, J. P. M (org). **Desastres na Paraíba: riscos, vulnerabilidade e resiliência.** 1ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2013.

GARCIA, J. P. M; CORDEIRO, T. C. Geografia dos desastres no estado da Paraíba. In: GARCIA, J. P. M (org). **Desastres na Paraíba: riscos, vulnerabilidade e resiliência.** 1ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2013.

GARCIA-TORNEL, F. C; PEREZ, M. C. G. Valoracion social del riesgo por inundación en el litoral meridional de la Región de Murcia. **Espectra Nova.** Vol. XIII, nº295. 15 de julio de 2009. Barcelona, 2009.

GURJÃO, E. de Q. et al. **O bairro de José Pinheiro: Ontem e Hoje.** João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria de Educação e Cultura, 1999.

GONZALÉZ, S. J. **Hacia una Teoria de la Renta del Suelo Urbano**. Bogotá: Ediciones Uniandes. 2010.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Urbanismo y desigualdade social**. 7 ed. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2016 [1973].

ICASURIAGA, G. L. Gestão social dos equipamentos e serviços coletivos. In: RAMOS, Maria Helena Rauta (Org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – 2010**. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. **CIDADES**. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades**, 2007.

_____. **Manual Técnico de Geomorfologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. 175 p.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros 2013**. Pesquisa de informação básica municipais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Tipologia Intraurbana**: espaço de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

_____. **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 1, de 24 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Seção 1, n. 169, quinta-feira, 30 de agosto de 2012.

KARMANN, I. Ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.) **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

KAPP, Silke; SILVA, Margarete Maria de Araújo. Quem mora nas favelas? **E-metropolis**, Ano 3, nº 09, jun. 2012. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LAGO, L. C. **Desigualdade e segregação na metrópole**: O Rio de Janeiro em tempos de crise. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

LACERDA, N. **Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e Teoria das Convenções**. Olinda: Ceci, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013.

LIMA, D. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de campina grande (1964-1984)**. Tese, (Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), USP, 2004.

LIMA, Y. S. **A Política Habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009)**, Dissertação, (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba), UFPB, 2010.

LIMA, J. C. **Do mercado velho à nova feira**: a reestruturação da feira do bairro da Prata, Campina Grande – PB. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

LIMA, A. M. **Condomínios horizontais fechados e o uso do solo urbano em Campina Grande – PB (2000-2017)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES et al. **Construindo comunidades mais seguras: preparando para a ação cidadã em Defesa Civil**. UFSC/Secretaria Nacional de Defesa Civil: Florianópolis, 2009.

LOPES et al. **Comunicação de riscos de desastres**. UFSC/Secretaria Nacional de Defesa Civil: Florianópolis, 2010.

MAFFRA, C. Q. T; MAZZOLA, M. As razões dos desastres em território brasileiro. In: SANTOS, R. F. **Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007.

MAIA, D. S. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina GrandePB, Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa – PB e Campina Grande – PB. In: XV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais**. Recife, 2013.

MAIA, D. S; CARDOSO, C. A. A; ALONSO, S. F; BEZERRA, Rogério Silva. **Síntese da história da cidade e de seu processo de urbanização**. In: Parte I - Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e Transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional. Campina Grande e Londrina. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, v. 4, p. 37-60.

MARANDOLA JR., E; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: jul. 2015.

MARICATO, E. **A terra é um nó na sociedade brasileira...Também nas cidades**. Disponível em: www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato, 1997. Acesso em: 04 fev. 2017.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira:** redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003a.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. n. 48, v. 17, mai/ago. 2003b, p. 151-167.

_____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. O nó da terra. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, v. 15, p. 191-196, 2008. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-21/tribuna-livre-da-luta-declasses/o-no-da-terra>. Acesso em: 04 fev. 2017.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, R. D; FERREIRA, L. C. Vulnerabilidade, adaptação e risco no contexto das mudanças climáticas. **Mercator**. Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 237-251, set./dez. 2012.

MASKREY, A (compilador). **Los Desastres No Son Naturales**. Bogotá: La Red/ Tercer Mundo Editores, 1993.

MEDEIROS, R. M; SOUSA, E. P; GOMES FILHO, M. F. Ocorrência de eventos extremos de precipitação em Campina Grande – Paraíba, Brasil. In: **Multidimensão e territórios dos riscos**. Imprensa da Universidade de Coimbra; RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança: Guimarães, 2014.

MELO, M. A. B. C. **Modos de acesso à terra urbana, a produção do ambiente construído e a formação de políticas públicas**. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora UFPR, n. 10, jul/dez, 2004.

_____. Geografia, geografia física e meio ambiente: uma reflexão à partir da problemática socioambiental urbana. **Revista da ANPEGE**. v. 5, p.123-134, 2009.

_____. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: a contingência climática. **Mercator**. Fortaleza, n. especial, 2010.

MENEZES, I. A. **Avaliação de riscos de desastres na Zona Oeste da cidade de Campina Grande**. (Monografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico, IBGE**. ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1943.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORALES, A. P. Aumento del riesgo de inundación por ocupación indebida de las áreas de convergencia de aguas en el sur de la Región de Murcia. **Revista Scripta Nova**. Vol. XII, nº 270(27). 1 de agosto de 2008. Barcelona, 2008.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

NASCIMENTO, A. S. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas... caberia muita cidade**. Presidente Prudente, 2014. p. 142. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”.

NASCIMENTO, A. S. **Do fixo ao fluxo**: expressões da acumulação rentista ampliada na produção do espaço da metrópole de Recife. Recife, 2015. p. 430. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. Boitempo: São Paulo, 2003.

_____. O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, 2006, nº 74, p. 1-13.

OLIVEIRA, J. C. M. **Campina Grande**: a cidade se consolida no século XX. 2007. Monografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documentos Temáticos da Habitat III: 20 – HABITAÇÃO**. Nova York: ONU 2015.

_____. **Documento de Políticas da Habitat III: 10 – Políticas Habitacionais.** Nova York: ONU, 2016.

ONU/BRASIL. **Desastres naturais levam 24 milhões de pessoas por ano a situações de pobreza.** Brasil, 17 de outubro de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desastres-naturais-levam-24-milhoes-de-pessoas-por-ano-a-situacoes-de-pobreza/>. Acesso em: 15 set. 2018.

OXFAM. **Uma economia para 1%.** Documento informativo da OXFAM, 2016. Disponível em: http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario_executivo. Acesso em: 12 set. 2016.

PEET, R. Desigualdad y pobreza: una teoría geográfico-marxista. In: Geografía Radical Anglosajona. Barcelona: Bellaterra, 1977.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Gabinete do Prefeito. Plano Diretor Municipal. **Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006.** Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. 2006. 50f.

PEREIRA, A. B. S. **Caracterização Geoambiental urbana da bacia hidrográfica do Riacho das Piabas em Campina Grande-PB.** Campina Grande, 2011. 45p. Monografia (Especialização em Geoambiência e Recursos Hídricos do Semiárido). Universidade Estadual da Paraíba.

POLANCO, V. M. D. El derecho a la ciudad en la Ciudad de México. ¿Una retórica progresista para una gestión urbana neoliberal? **Andamios**. Vol. 9. n.18 México ene/abr. 2012

PORTO, F. E. **O Mapa da Cidade:** O papel das Políticas Públicas e suas relações com crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB. Campina Grande, 2007. 94p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 2014 [1989].

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais:** Arquitetura e Cidade de Campina Grande em Transformação (1930 – 1950). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Paulo - USP), 2008.

_____. O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010/abr. 2011.

RAMOS, M. H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. *In: Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. RAMOS, M. H. R. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. S. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. *In: Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. RAMOS, M. H. R. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, M. H. R.; SÁ, M. El. R. Avaliação da política habitacional popular segundo critérios de eficácia societal. *In: Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. RAMOS, M. H. R. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REZENDE, E. A.; SALGADO, A. A. R. Mapeamento de unidades de relevo na média Serra do Espinhaço Meridional - MG. **Geousp**, v. 30, p. 45-60, 2011.

RIBEIRO, L. C. Q. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação**. *In: Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: As formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Segregação Residencial e Políticas Públicas**
Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2000.

RIBEIRO, W. C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos Avançados**. 31 (89), 2017.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, L. R. **Rios urbanos e a Qualidade ambiental**: Mapeamento dos Canais de Drenagem em Campina Grande – PB. (Monografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana.** São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. Políticas públicas no espaço. **Cidades.** Presidente Prudente, v. 13. n. 22, 2016.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 223-234, jan. 2003. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6501>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. A Construção de uma Política Fundiária e de Planejamento Urbano para o País Avanços e Desafios. **Políticas Sociais** (IPEA), v. 12, p. 199-210, 2006.

ROMERO, H; FUENTES, C; SMITH, P. Ecología política de los riesgos naturales y de la contaminación ambiental en Santiago de Chile: necesidad de justicia ambiental. **Revista Scripta Nova.** Vol. XIV, nº 331(52). 1 de agosto de 2010. Barcelona, 2010.

ROMERO, G; MASCREY, A. Como entender los desastres naturales. In: MASCREY, A. **Los desastres no son naturales.** La rede: 1993.

ROSELLÓ, M. J. P; RODRIGUEZ, M. M. Patrón territorial y conformación del riesgo en espacios periurbanos: el caso de la periferia Este de la ciudad de Málaga. **Revista Scripta Nova.** Vol. XIV, nº 329. 10 de julio de 2010. Barcelona, 2010.

ROSS, J. S. Registro cartográfico dos fatos geomorfológicos e a questão da taxonomia do relevo. **Rev. Geografia.** São Paulo, IG-USP, 1992.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p.187-199.

_____. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, E. Q. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande.** Campina Grande: Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

SABATINI, F. Segregação Residencial nas Principais Cidades Chilenas: Tendências das três últimas décadas. **Espaço e Debates** 45. São Paulo, v. 24, n. 45, p. 60-74, 2004.

SABATINI, F; SIERRALTA, C. Medição da Segregação Residencial: Meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana In: CUNHA, J. M. P (Org.) **Novas Metrôpoles Brasileiras**. População, Vulnerabilidade e Segregação. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006.

SAMPAIO, T. M. **A produção do espaço urbano de Campina Grande-PB**: avaliação do PMCMV através da análise do Residencial Vila Nova da Rainha. (Monografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SANCHÉZ, R. El riesgo y el peligro como factores de construcción y organización de la ciudad de Santiago de Chile. **Revista Scripta Nova**. Vol. XVI, nº 418(45). 1 de noviembre de 2012. Barcelona, 2012.

SANTANA-NETO, J. L. **Palestra Proferida no II Encontro de Geografia do Vale do São Francisco**. Universidade Estadual de Pernambuco: Petrolina, 2016.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2009b.

SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, B. S. O Estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim (org). **Invasões Urbanas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SANTOS, J. O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator**. Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 75-90 mai./ago. 2015.

SILVA, I. A. **A crise da moradia**: políticas habitacionais para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Livraria AGIR editora, 1987.

SILVA JUNIOR, J. B. **O espaço urbano do bairro do Catolé em Campina Grande**: (re)pensando o seu crescimento e sua dinâmica espacial. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1988)

SMOLKA, M. O. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano II, n. 1, jan/abr. 1987. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

_____. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: O caso do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**, ano VII, n. 21. São Paulo: NERU, 1987.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B (org). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

SPÓSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias**: Espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007

_____. Segregação Socioespacial e centralidade urbana. In VASCONCELOS, P. et al. **A Cidade Contemporânea. Segregação Socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SOUSA, F. G. R. B. **Cartografia e Imagens da cidade**: Campina Grande 1920-1945. Tese de Doutorado em História Social, UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. **Campina Grande**: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História, São Paulo, v.23, n. 45, p 61-92, 2003.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 7, n. 11, 2010.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**. Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

_____. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade - e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, E. S.; CHARELEI, A. S.; SANT'ANNA NETO, J. L.; MELAZZO, E. S. (Org.). **A diversidade da Geografia: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

SOUZA, M. A. A. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. I. B (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.

_____, M. A. A. et al. As formas de provisão da moradia na configuração socioespacial da Região Metropolitana do Recife. In: SOUZA, M. A. A; BITOUN, J. (Org.) **Recife: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SOUZA, S. V. **A produção do espaço intra-urbano e a periferização da cidade: uma análise das favelas na cidade de Campina Grande**. Monografia (Departamento de Geociência da UFPB), 2010.

SOUSA, M. E. **Território e vulnerabilidade: uma abordagem geográfica dos riscos na Vila dos Teimosos em Campina Grande – PB**. Monografia (Departamento de Geografia da UEPB), 2012.

SOUZA, A. S. Estudo das consequências da expansão imobiliária sobre unidade de conservação ambiental: um caso do Parque Estadual do Poeta. **Polêmica**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, 2013

SOJA, E. **The city and special Justice**. Disponível em: <https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>, 2009. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Em busca de la justicia espacial**. Tirant Humanidades: Valencia, 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis. N. 12, p. 63, maio de 2005.

_____. **Religar a Geografia: Natureza e Sociedade**. Porto Alegre: Compasso, 2017.

THERBORN, G. **La ideologia del Poder y el Poder de la Ideologia**. México, Siglo Veintiuno Editores, 2015.

THOMAS, A. L. Ciencias sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso. In: MASCREY, A. **Los desastres no son naturales**. La rede: 1993.

THOURET, J. C. Avaliação, prevenção e gestão dos riscos naturais nas cidades da América Latina. In: VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

TOMINAGA, L. K et al (org). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2012.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p. 49-70, 2001.

TUCCI, C. E. M. Águas urbanas. In: TUCCI, C. E. M; BERTONI, J. C. **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

VALÊNCIO, N. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde Soc.** v.19, n.4, p.748-762, São Paulo, 2010.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A. et al. **A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-35.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos**. Presidente Prudente, vol.1, n. 2, p.259-274, 2004.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VEYRET, Y; RICHEMONT, N. M. Os tipos de riscos. In: VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEILLARD-BARON, H. Os riscos sociais. In: VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VIDAL, W. T. G. Diretrizes para a regularização urbanística de comunidade de interesse social em áreas de encosta: o caso da Rosa Mística em Campina Grande - PB. (Monografia, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil da UFCG), 2017.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo. Global Ed, 1986.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (org.). **Urbanização Brasileira: novas descobertas**. Belo Horizonte: C/arte, 2003.

WILCHES-CHAUX, G. La vulnerabilidad global. In: MASCREY, A. **Los desastres no son naturales**. La rede: 1993.

ANEXOS

ANEXO A - MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE AS ÁREAS DE RISCO DE CAMPINA GRANDE

MATÉRIAS DE JORNAIS	DATA	FONTE
Campina tem 23 áreas de risco.	11-12-11	http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/campina-grande-tem-23-areas-de-risco.html . Acesso: 06-10-18.
Defesa Civil visita áreas de risco em CG com objetivo de evitar tragédias.	22-01-13	https://www2.pbagora.com.br/noticia/paraiba/20130122074228/defesa-civil-visita-areas-de-risco-em-cg-com-objetivo-de-evitar-tragedias . Acesso: 06-10-18.
Campina Grande tem 18 áreas vulneráveis a alagamentos.	29-03-15	http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/03/campina-grande-tem-18-areas-vulneraveis-alagamentos.html . Acesso: 06-10-18.
Ação conjunta realiza mapeamento em áreas de risco em Campina Grande.	17-04-17	https://paraibaonline.com.br/2017/04/acao-conjunta-realiza-mapeamento-em-areas-de-risco-em-campina-grande/ . Acesso: 06-10-18.
Defesa Civil de Campina Grande está em estado de alerta em decorrência das chuvas.	19-01-18	https://paraibaonline.com.br/2018/01/defesa-civil-de-campina-grande-esta-em-estado-de-alerta-em-decorrencia-das-chuvas/ . Acesso em: 06-10-18.
Chuva causa estragos em casas de CG; previsão indica mais.	10-02-18	https://portalcorreio.com.br/chuva-causa-estragos-em-casas-de-cg-previsao-indica-mais/ . Acesso em: 06-10-18.
Defesa Civil terá atenção especial para as áreas de risco em Campina Grande.	29-03-18	https://paraibaonline.com.br/2018/03/defesa-civil-tera-atencao-especial-para-as-areas-de-risco-em-campina-grande/ . Acesso: 06-10-18.
Defesa civil alerta famílias correm risco de vida por conta de obras em Bodocongó.	02-10-18	http://www.paraiba.com.br/2018/02/10/53476-defesa-civil-alerta-familias-correm-risco-de-vida-por-conta-de-obras-em-bodocongo . Acesso: 06-10-18.
Defesa civil visita áreas de risco em período de chuva em Campina Grande.	s.d	http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/v/defesa-civil-visita-areas-de-risco-em-periodo-de-chuva-em-campina-grande/5842017/ . Acesso em: 06-10-18.
Defesa Civil monitora áreas de risco em Campina Grande.	s.d	http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/v/defesa-civil-monitora-areas-de-risco-em-campina-grande/6001026/ . Acesso em: 06-10-18.

Defesa Civil de Campina Grande intensifica vistorias em bairros e áreas de risco por conta das chuvas.	s.d	https://www.plantaopb.com/_campina-grande/17953 . Acesso em: 06-10-18.
MATÉRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	DATA	FONTE
Semas capacita técnicos sobre áreas de risco no período chuvoso.	s.d	https://campinagrande.pb.gov.br/semas-capacita-tecnicos-sobre-areas-de-risco-no-periodo-chuvoso/ . Acesso em: 06-10-18.
Defesa Civil monitora áreas de risco da cidade.	s.d	http://pmcg.org.br/defesa-civil-monitora-areas-de-risco-da-cidade/ . Acesso em: 06-10-18.

ANEXO B - SETORIZAÇÃO REALIZADA PELA CPRM (2013): AÇUDE DE BODOCONCÓ/AVENIDA PORTUGAL (VILA DOS TEIMOSOS).



Fonte: CPRM, 2013.

ANEXO C - SETORIZAÇÃO REALIZADA PELA CPRM (2013): BAIRRO LOUSEIRO (SIC) (ROSA MÍSTICA/BURACO DA JIA)



Fonte: CPRM, 2013.